



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLIV — Nº 105

SEXTA-FEIRA, 15 DE DEZEMBRO DE 1989

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 173, DE 1989-CN

Da Comissão Mista de Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 83/89-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de NCz \$ 22.341.744,00 em favor do Ministério da Agricultura".

Relator. Deputado José Tavares.

O Senhor Presidente da República, na forma do art. 61 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 230, de 1989-CN (nº 787, na origem), o Projeto de Lei nº 83/89-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, crédito suplementar no valor de NCz \$ 22.341.744,00 (vinte e dois milhões, trezentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro cruzados novos), em favor da Secretaria Nacional de Cooperativismo, estando destinados NCz \$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados novos) para contribuição ao Fundo Nacional de Cooperativismo.

O crédito em análise visa, especificamente, incrementar as atividades de apoio e estimular o fortalecimento e a expansão do cooperativismo e criar condições para a autogestão do sistema, através da modernização de estruturas, desenvolvimento de recursos humanos, de métodos administrativos e de controle, capacitação do quadro social das cooperativas, a integração interinstitucional, intercâmbio e cooperação técnica.

As dotações destinadas a atender tais despesas são provenientes do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Tesouro, como consta da Exposição de Motivos nº 461, de 14 de novembro de 1989.

No projeto ora em exame a Secretaria Nacional de Cooperativismo contempla a atividade 13.113.04181102.162 — Cooperativismo e Associativismo Rural com um total de NCz \$ 18 341.744,00 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro cruzados novos).

No que se refere ao Fundo Nacional de Cooperativismo foram alocados recursos da ordem de NCz \$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados novos) para a atividade "Fortalecimento do Sistema Cooperativista".

Voto do Relator

Ao Projeto de Lei nº 83/89-CN foram apresentadas várias emendas, que passamos, em seguida, a exarar nosso parecer.

Pela aprovação parcial das emendas a seguir relacionadas com seus respectivos valores.

Emenda Nº	Valor NCz \$ 1,00
0001-1	50.000
0002-0	50.000
0003-8	50.000
0009-7	50.000
0011-9	50.000
0021-6	50.000
0022-4	50.000
0023-2	50.000
0025-9	50.000

Pela rejeição das seguintes emendas: 0004-6, 0005-4, 0006-2, 0007-1, 0008-9, 0010-1, 0012-7, 0013-5, 0014-3, 0015-1, 0016-0, 0017-8, 0018-6, 0019-4, 0020-8, 0024-1, 0026-7, 0027-5, 0028-3, 0029-1, 0030-5, 0031-3, 0032-1, 0033-0, 0034-8, 0035-6, 0036-4, 0037-2, 0038-1, 0039-9, 0040-2, 0041-1, 0042-9, 0043-7, 0044-5, 0045-3, 0046-1, 0047-0, 0048-8, 0049-6, 0050-0,

0051-8, 0052-6, 0053-4, 0054-2, 0055-1, 0056-9, 0057-7, 0058-5, 0059-3, 0060-7, 0061-5, 0062-3, 0063-1, 0064-0.

A emenda do ilustre Deputado Israel Pinheiro Filho está prejudicada devido ao fato de não ter sido cadastrada pela Comissão Mista Permanente de Orçamento e por não ser possível abrir nenhum precedente diante do grande volume de pedidos.

Importante frisar que não apresentei nenhuma emenda de relator devido ao grande número de emendas que foram apresentadas que procurei dentro do possível atendê-las, tendo em vista a escassez de recursos, o que se pretende amenizar com o referido crédito para a consecução dos objetivos nele propostos.

Em face do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 83/89-CN, com as alterações acima propostas.

Conclusão

A Comissão Mista de Orçamento, em reunião extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 1989, aprovou, unanimemente, o parecer do relator, Deputado José Tavares, favorável ao Projeto de Lei nº 83/89-CN, com as alterações decorrentes do acolhimento parcial das Emendas nºs 001, 002, 003, 009, 011, 021, 022, 023 e 025. As demais emendas apresentadas foram rejeitadas.

Compareceram os Senhores Deputados: Cid Carvalho, Presidente; Ziza Valadares, Segundo Vice-Presidente; Luiz Marques, José Queiroz, João Paulo, Paes Landim, Renato Vianna, Lúcio Alcântara, Denisar Arneiro, João de Deus, Gidel Dantas, Genebaldo Correia, Ubiratan Aguiar, João Carlos Bacelar, José Tavares, Simão Sessim, Levy Dias, Darcy Deitos, Nyder Barbosa, João Agripino, Lúcia Vânia,

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PÔRTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 17,04

Exemplar Avulso NCz\$ 0,11

Tiragem 2.200-exemplares.

Felipe Mendes, Victor Fontana, Jose Dutra, Nilson Gibson, José Geraldo, Chico Humberto, Ziza Valadares, Osvaldo Coêlho, Darcy Pozza, Saulo Queiroz, Francisco Kúster, César Maia, Anna Maria Rattes, José Luiz de Sá, José

Jorge, Domingos Juvenil e Maria de Lourdes Abadia; e os Senhores Senadores: Edison Lobão, Dirceu Carneiro, Aluizio Bezerra, Lourival Baptista, Ruy Bacelar, João Calmon, Moisés Abrão, Odacir Soares, Márcio Lacerda, Pom-

peu de Sousa, Jutahy Magalhães e Severo Gomes.

Sala da Comissão, 12 de dezembro de 1989 — Deputado *Cid Carvalho*, Presidente
— Deputado *Jose Tavares*, Relator

**EMENDAS OFERECIDAS, PERANTE A COMISSÃO MISTA,
À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 114, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1989, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

CONGRESSISTAS**EMENDAS Nºs:**

Deputado ARNALDO PRIETO	01
Deputado BENITO GAMA	05, 06, 07
Deputado FERNANDO GASPARIAN	02
Deputado FIRMO DE CASTRO	03
Deputado FLORICENO PAIXÃO	09, 10, 11
Deputado MUSSA DEMES	08
Deputado SAULO QUEIRÓZ	04

MAV

EMENDA Nº 01

MEDIDA PROVISÓRIA 114, de 1989.

Emenda Supressiva:

Suprima-se o Artigo 6º da Medida Provisória 114.

Justificativa:

A Medida Provisória 114 de 29 de novembro contempla alterações importantes na legislação tributária em benefício do trabalhador assalariado.

O artigo 6º entretanto, trata de assunto completamente diverso, qual seja, a facultividade da intermediação de sociedades corretoras de câmbio e sociedades corretoras de valores nas operações de câmbio.

O tema, além de estranho à matéria da Medida Provisória careceu de ampla discussão por parte dos integrantes do mercado cambial, empresas exportadoras, bancos e sociedades corretoras e não se preocupou com o grande impacto que a decisão governamental irá causar.

De longa data a obrigatoriedade da intermediação de sociedades corretoras nas operações de câmbio foi discutida pelo Poder Executivo e pelo Congresso, reconhecendo-se sua essencialidade. O incontestável conhecimento absorvido nacional e internacionalmente tornou indispensável a participação das sociedades corretoras nas operações de câmbio, envolvidas por extensa gama de legislação fiscal, oscilação de juros internos e externos, paridade de moedas, formalidades jurídicas e jurisprudência especializada. O número de profissionais envolvidos, notadamente nas regiões Norte, Nordeste e Sul, além da redução de custos por parte da empresa exportadora são aspectos a serem analisados antes que medidas unilaterais sejam tomadas por parte do Poder Executivo. As consequências previsíveis serão o desemprego de profissionais especializados nas regiões já citadas, o aumento do custo para as pequenas e médias empresas, além da desorganização do mercado cambial.

Importante ressaltar a extinção da obrigatoriedade não se insere no contexto da fraude cambial denunciada e em fase de apuração, uma vez que nada foi comprovado com relação à nenhum dos participantes.

A decisão governamental de extinguir a obrigatoriedade da intermediação de câmbio por sociedades corretoras adianta-se ao projeto de Lei Complementar em discussão no Congresso Nacional que trata da completa reforma do Sistema Financeiro Nacional, onde o tema necessariamente será abordado e discutido com todos os segmentos da sociedade brasileira.

Sala das Comissões, em 04 de dezembro de 1989.


Dep. ARNALDO PRIETO

EMENDA Nº 02

À Medida Provisória nº 114

Suprimam-se os arts. 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 114.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 114, de 28 de novembro de 1989, trata especificamente da legislação sobre o imposto

de renda, até as disposições contidas no art. 5º. E as modificações introduzidas pela Medida Provisória se revestem das características de "relevância e urgência" previstas na Constituição, pois de outra forma não poderiam entrar em vigor em 1º de janeiro próximo.

Todavia, os artigos 6º, 7º e 8º da Medida Provisória tratam de assuntos diversos, que nada têm a ver com o imposto de Renda. O art. 6º torna facultativa a intervenção de corretoras em operações de câmbio; o art. 7º autoriza a União a assumir o saldo devedor da Companhia Brasileira de Infra-Estrutura Fazendária, e o art. 8º versa sobre a correção dos saldos do FIS-PASEP.

Esses artigos foram visivelmente enxertados na Medida Provisória, a fim de levar o Congresso a aprová-las de cambulhada, junto com as modificações do Imposto de Renda. Essa impressão se reforça pela leitura da Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Fazenda, que nem ao menos se refere às disposições contidas nos arts. 7º e 8º. Não há justificção alguma para esses artigos.

Por sinal, parece claro que a "relevância e urgência" exigidas pela Constituição para a edição de Medidas Provisórias não abrigam assuntos tratados pelos artigos 6º, 7º e 8º. A encampação, pela União, dos débitos da INFRAZ tal vez ficasse mais bem tratada por uma Resolução do Senado Federal, de vez que cabe a essa Casa, privativamente, "autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União ...", nos termos do art. 52, V, da Constituição. Quanto às disposições sobre as corretoras, de que trata o artigo 6º conviria lembrar que essas instituições devem ter suas atribuições reguladas por lei complementar, como preceitua o art. 192, IV:

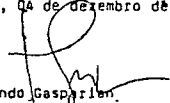
"Art. 192 - O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a prover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir os interesses da coletividade, será regulado em lei complementar que disporá, inclusive, sobre:

... ..

IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas; Logo o art. 6º é inconstitucional, uma vez que a Medida Provisória não pode tratar de matéria de lei complementar.

Por fim, o art. que trata do FIS-PASEP poderia constituir matéria de projeto de lei, ou, se necessário, de Medida Provisória autônoma.

Sala das Sessões, 04 de dezembro de 1989


Fernando Gasparian
Deputado Federal

EMENDA Nº 03

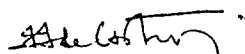
À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 114, de 1989.

SUPRIMAM-SE os artigos 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 114, de 1989, renumerando-se os demais.

JUSTIFICATIVA

Os referidos artigos, nºs. 69, 79 e 89 da Medida Provisória nº 114, tratam de matérias distintas entre si e estranhas àquela constante dos demais dispositivos e que deu ensejo à própria iniciativa governamental.

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 1989.


Deputado FÍRMIO DE CASTRO
PMDB-CE

EMENDA Nº 04

A Medida provisória nº 114/89

Suprima-se da medida provisória 114/89 o art. 69.

JUSTIFICATIVA.

O artigo 69 da medida provisória em questão trata de assunto estranho à matéria em apreciação.

Sala da Sessões, em 5 de dezembro de 1989


Dep. Saulo Queiroz

EMENDA Nº 05

Emenda supressiva ao artigo 69 da Medida Provisória nº 114

"Suprima-se o artigo 69 da Medida Provisória nº 114"

JUSTIFICATIVA

Entendo que a matéria no mérito deverá ter uma discussão mais aprofundada nas comissões técnicas, por se tratar de assunto de grande importância para o setor financeiro.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1989.


Deputado Benito Gama

EMENDA Nº 06

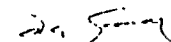
Emenda Supressiva ao artigo 79 da Medida Provisória nº 114

"Suprima-se o artigo 79 da Medida Provisória nº 114".

Justificativa

Entendo que a matéria deverá ter tramitação pelas comissões técnicas da Câmara dos Deputados, pois trata-se de assunto de alta relevância para o País.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1989


Deputado Benito Gama

EMENDA Nº 07

Emenda Supressiva ao artigo 89 e incisos I e II.

"Suprima-se o artigo 89 e seus incisos I e II".

Justificativa

Embora reconheça a necessidade de atualização dos saldos das contas do Fundo de Participação PIS-PASIP, entendo que a matéria deverá ser objeto de discussão nas comissões técnicas da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 1989


Deputado Benito Gama

EMENDA Nº 08A EMENDA PROVISÓRIA Nº 114/89

Acrescentar, onde couber, o seguinte artigo:

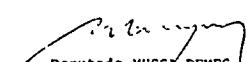
Art. O § 2º do art. 14 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14
.....
§ 2º O valor dos bens existentes no encerramento do período-base poderá ser o custo médio ou o dos bens adquiridos ou produzidos mais recentemente. Admitir-se-á a avaliação com base no preço de venda, subtraída a margem de lucro, desde que a avaliação por este critério não resulte em diferença em relação à avaliação procedida pelos critérios anteriores.
....."

JUSTIFICATIVA

A emenda tem por objetivo permitir que a avaliação de estoques seja realizada, também a partir do preço de venda deduzida a margem de lucro. Essa sistemática é a mais adequada para utilização em empresas cujo estoque é composto por itens muito numerosos e cujo controle individual é quase impossível ou acarreta custo operacional elevadíssimo. A alteração pretendida simplifica o trabalho despendido pelas empresas, reduz os custos e não acarreta qualquer perda para o Tesouro Nacional.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 1989.


Deputado MUSSA DEMES

EMENDA Nº 09

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 114/89

Onde couber:

Art. Durante o ano de 1990, o valor em BTN a que se refere o inciso XV do art. 6º será acrescido bimestralmente de 20 BTN.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo do mandamento Constitucional sobre o imposto de renda dos aposentados foi o de isentá-los totalmente desse tributo, mas o Poder Executivo sugeriu um limite de isenção especial para os inativos muito aquém do desejado.

Sala das Comissões, em 04 de 12 de 1989


Deputado FLORICENO PAIXÃO

EMENDA Nº 10

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 114/89

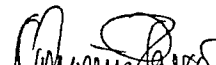
Art. Fica revogado o art. 54 da Lei 7.713/88.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a votação do projeto 1064/88, de que resultou a Lei 7.713/88, venho recebendo vários apelos de profissionais como

advogados, médicos, dentistas, psicólogos, representantes comerciais e outros, protestando contra o conteúdo do art. 53 da quele projeto. Na verdade, a proposta é profundamente injusta para com esses profissionais, vez que a eliminação do direito às deduções das despesas efetuadas no exercício da profissão os penalizará a pagar imposto de renda sobre o total bruto recebido. As emendas que então foram oferecidas àquele projeto não lograram aprovação. Insisto, agora, apelando aos senhores Congressistas para que revoguem o dispositivo tão perverso para os profissionais citados.

Sala das Comissões, em 04 de 12 de 1989


Deputado FLORICENO PAIXÃO

EMENDA Nº 11

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 114/89

Art. Suprima-se do art. 54 da Lei nº 7.713/89 a expressão:

"ou assemelhadas, e qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida."

JUSTIFICAÇÃO

Uma categoria profissional, a dos representantes comerciais, foi retirada do art. 53 do projeto nº 1064/88 (de que resultou a Lei 7.713/89) através da emenda aprovada pelo Congresso Nacional. A Receita Federal, entretanto, não acatou a decisão do Legislativo, considerando aquela categoria incluída os demais profissionais ali expressamente referidos. Possivelmente o fez em face das expressões finais do art. 54 da mencionada lei, cuja supressão estamos propondo.

Sala das Comissões, em 04 de 12 de 1989


Deputado FLORICENO PAIXÃO

Emendas a serem publicadas no DCN,

EMENDAS OFERECIDAS, PERANTE A COMISSÃO
MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE
06 DE DEZEMBRO DE 1989, QUE "DISPÕE SO
BRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES CIVIS
DO PODER EXECUTIVO, NA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA E NAS AUTARQUIAS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs.:
Deputado ALCIDES LIMA	15, 25
Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME	43, 45
Deputado CARLOS CARDINAL*	19
Deputado EDIVALDO HOLANDA	10, 22
Deputado EDUARDO MOREIRA	47
Deputado EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	46
Deputado ERALDO TRINDADE	04
Deputado FARABULINI JÚNIOR	09, 31, 41, 42
Deputado FLORICENO PAIXÃO	14, 24, 33, 51
Deputado FRANCISCO PAES LANDIM	17
Deputado GERALDO CAMPOS	01, 16, 27, 34, 49
Deputado HÉLIO ROSAS	35
Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA	08, 13, 26, 29, 48
Deputado JONAS PINHEIRO	21
Deputado LISÂNEAS MACIEL	38
Deputado LUIZ HENRIQUE	20, 50
Senadores MAURO BENEVIDES E CID SABÓIA DE CARVALHO	52
Deputado MUSSA DEMES	02, 36
Deputado RENATO VIANNA	03, 32
Deputado RONARO CORRÊA	18
Deputado ROSA PRATA	39
Deputada ROSE DE FREITAS	05, 07, 11, 40, 44
Deputado VALDIR COLATTO	12, 23
Deputado VALMIR CAMPELO	06, 28, 30, 37

MAV

EMENDA Nº 01

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1989

"Dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências."

Dá-se ao art. 1º, caput, e inciso I da Medida Provisória Nº 121, de 1989, a redação que se segue:

"Art. 1º São fixados, nas Tabelas dos Anexos I a X desta Medida Provisória, os vencimentos ou gratificações:

I - dos integrantes das carreiras ou categorias funcionais Auditoria do Tesouro Nacional, Finanças e Controle, Orçamento, Procurador da Fazenda Nacional, Assistentes Jurídicos, Procuradores Autárquicos, Procuradores e Advogados do Ofício do Tribunal Marítimo, Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Diplomata do Serviço Exterior, Gestor Governamental, Advogado do Ofício da Justiça Militar e Advogado do Ofício Substituto da Justiça Militar;

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa minimizar a situação conflitiva a que estão submetidos os advogados do Ofício da Justiça Militar, cujos vencimentos se encontram em flagrante defasagem em relação aos fixados para cargos de atribuições iguais e semelhantes, contrariando as disposições contidas no art. 39, § 1º, da Constituição Federal.

No âmbito da Justiça Militar, o Poder Executivo mantém o Ministério Público Militar, composto de Procuradores de Primeira e Segunda Categorias, com vencimentos balizados por parâmetros justos, correspondentes às responsabilidades inerentes ao desempenho de suas relevantes funções (Lei 7.725, de 1989).

ANEXO X

Art. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89

DEFENSORIA DE OFÍCIO DA JUSTIÇA MILITAR

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO (*)
I - ADVOGADO DE OFÍCIO	8.587,04	195%
II - ADVOGADO DE OFÍCIO SUBSTITUTO	7.446,33	190%

(*) Percentuais de Representação Mensal majorados na forma do Anexo à Lei nº 7.725, de 06 de janeiro de 1989.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 1989.

Deputado GERALDO CAMPOS

À Defensoria de Ofício da Justiça Militar incumbe prestar toda a assistência judiciária às praças das Forças Armadas e aos demais denunciados pelo Ministério Público Militar, quando não dispunham de defensor constituído.

Não tendo sido incluída a categoria em qualquer das medidas provisórias baixadas pelo Governo, nem em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, é de se ver que somente através de emenda a ser incluído em projeto de conversão poderá ser feita justiça, com base em princípios isonômicos estabelecidos na Lei Maior, aos Advogados de Ofício da Justiça Militar.

É o que se pretende seja feito com a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 1989.

Geraldo Campos
Deputado GERALDO CAMPOS

EMENDA Nº 02

Acrescente-se na parte final do § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 121/89, a expressão "exceto aos integrantes da Carreira instituída pelo Decreto-lei nº 2.225, de 10 de janeiro de 1985."

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1989.

JUSTIFICATIVA

A gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais deve permanecer como instrumento de administração, para possibilitar a lotação e o exercício de Auditores Fiscais do Tesouro Nacional e Técnicos do Tesouro Nacional nas cidades fronteiriças do País, tais como: Ponta Porã/MS, Foz do Iguaçu/PR, Uruguaiana e Santana do Livramento/RS.

Mussa Demas
Mussa Demas
Deputado Federal

EMENDA Nº 03EMENDA SUBSTITUTIVA, Nº

À Medida Provisória nº 121/89

O Art. 1º e seu respectivo inciso I e o Anexo II, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - São fixados, nas Tabelas dos Anexos I a X desta Medida Provisória, os Vencimentos ou Gratificações:

I - dos integrantes das carreiras ou categorias funcionais Auditores do Tesouro Nacional, Finanças e Controle, Orçamento, Procurador da Fazenda Nacional, Assistentes Jurídicos, Procuradores Autárquicos, Fiscais de Contribuições Previdenciárias, Procuradores e Advogados do Ofício do Tribunal Marítimo, Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Diplomata do Serviço Exterior e Gestor Governamental;"

O quadro do Anexo II, da Medida Provisória nº 121/89, passa a ter a composição do anexo a esta Emenda.

JUSTIFICATIVA

A isonomia pretendida pela Medida Provisória nº 121/89, cometeu a grave injustiça ao não abranger à categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias, pertencentes ao Grupo Tributação, Arrecadação e Fiscalização (TAF-605), a que se refere a Lei nº 5.645/70, que é o Plano de Cargos vigente.

A isonomia constitucional prevista no Art. 39, § 1º, alcança "cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder". Pretende-se com esta emenda manter este princípio para as atividades próprias e inerentes do Estado, sem correspondência no setor privado, com as de:

- 1 - Receitas, fiscalização e arrecadação;
- 2 - Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Autárquico e Procuradores e Advogados do Ofício;
- 3 - Polícia Federal e Polícia Civil do DF, e
- 4 - Diplomacia.

Pelo Art. 20, da Lei nº 6.185, de 11.12.74, são consideradas como "atividades inerentes ao Estado", as de "Tributação, Arrecadação e Fiscalização de Tributos e Contribuições Previdenciárias."

Assim, a Lei básica, nº 6.185/74, ao arrolar expressamente as atividades de fiscalização e arrecadação de contribuições previdenciárias como atividade inerente do Estado, sem similar na área privada, aplica de maneira vinculada as atividades de Auditor do Tesouro Nacional e os Fiscais de Contribuições Previdenciárias.

Não pode, nesta oportunidade, a Medida Provisória nº 121/89, excluir os "Fiscais de Contribuições Previdenciárias" dos princípios de isonomia, por ferir dispositivo constitucional expresso e tratar esta categoria funcional de maneira injusta e altamente discriminatória, necessitando ser adequadamente corrigido.

A Medida abrange os Procuradores Autárquicos (e também são autárquicos os Fiscais de Contribuições Previdenciárias) a nível de isonomia com os Procuradores da Fazenda Nacional; os integrantes da Polícia Federal com os da Polícia Civil do DF, e não pode, por consequência, manter a omissão, que a esta emenda pretende reparar.

Os Auditores do Tesouro Nacional, justa e corretamente alinhados com a tabela de remuneração do Anexo II, e os Fiscais de Contribuições Previdenciárias, omitidos na Medida Provisória, são cargos de atribuições iguais, passíveis, portanto, de isonomia de vencimentos, em cumprimento à Constituição Federal.

A identidade de atribuições entre esses grupamentos fiscais pode ser assim sintetizada:

a) a relação de atividades de um e de outro dos grupos, discriminada em atos próprios do Poder Executivo, guarda entre si absoluta pertinência e semelhança;

b) são equivalente, igualmente, a complexidade e a responsabilidade das tarefas atribuídas aos integrantes da categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias e da carreira Auditor Fiscal do Tesouro Nacional;

c) as receitas fiscais e de contribuições previdenciárias, afetadas, respectivamente, a cada um dos grupos, equivalem-se, em valor;

d) a isonomia salarial entre esses dois grupamentos fiscais já foi reconhecida pela Justiça Federal que, em histórica decisão, já transitada em julgado, deu ganho da causa a centenas de Fiscais de Contribuições Previdenciárias que, hoje têm sua remuneração equivalente à do Auditor Fiscal de mesmo nível.

Esses fatos, tão somente, justificariam a larga e injusta e propriedade desta Emenda, reparadora de uma discriminação que não pode e não deve subsistir no regime democrático, sob pena de maculá-lo em seus princípios e fundamentos.

Mas, sobretudo, é de se destacar o merecimento de que se reveste a proposta: a categoria dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, embora o insuficiente quantitativo de seus quadros, vem dando provas de eficiência e eficácia notáveis, conforme atestam os indicadores da receita previdenciária que, desde 1985, apresentam crescimento real, apesar da conjuntura desfavorável, ensejando, em que pese a reiterada inadimplência da União para com o SINPAS, a manutenção dos benefícios e serviços previdenciários, e, até mesmo, sua expansão.

A proposta de se atribuir aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias a remuneração do Auditor Fiscal, constante do Anexo II, a partir dos respectivos tetos, encontra perfeita guarida na Lei e justificação ampla nos mais comecinhos princípios de Justiça.

Em conclusão, por força do Art. 2º, da Lei nº 6.185/74, o princípio isonômico do § 1º, do Art. 3º, da Constituição Federal, é indubitavelmente extensivo à categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1989.

[Assinatura]
LEILA D. A. NA
DEPUTADO FEDERAL

LEI Nº 6.185 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre os servidores públicos civis da Administração Federal direta e autárquica, segundo a natureza jurídica do vínculo empregatício, e dá outras providências

O Presidente da República,

faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os servidores públicos civis da Administração Federal direta e autárquica reger-se-ão por disposições estatutárias ou pela legislação trabalhista em vigor.

Art. 2º Para as atividades inerentes ao Estado como Poder Público sem correspondência no setor privado, compreendidas nas áreas de Segurança Pública, Diplomacia, Tributação, Arrecadação e Fiscalização de Tributos Federais e contribuições previdenciárias e no Ministério Público, só se nomearão servidores cujos deveres, direitos e vantagens sejam definidos em Estatuto próprio, na forma do Art. 109 da Constituição Federal.

Art. 3º Para as atividades não compreendidas no artigo precedente só se admitirão servidores regidos pela legislação trabalhista, sem os direitos de greve e sindicalização aplicando-se-lhes as normas que disciplinam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão admitidos para cargos integrantes do Plano de Classificação, com a correspondente remuneração.

Art. 4º A julho do Poder Executivo, nos casos e condições que especificar, inclusive quanto à fonte de custeio, os funcionários públicos estatutários poderão optar pelo regime do artigo 3º.

§ 1º Será computado, para o gozo dos direitos assegurados na legislação trabalhista e de previdência social, inclusive para efeito de carência o tempo de serviço anteriormente prestado à Administração Pública pelo funcionário que fizer a opção referida neste artigo.

§ 2º A contagem do tempo de serviço de que trata o parágrafo anterior far-se-á segundo as normas pertinentes ao regime estatutário, computando-se em dobro, para fins de aposentadoria, os períodos de licença especial não gozada cujo direito haja sido adquirido sob o mesmo regime.

Art. 5º Os encargos sociais de natureza contributiva, da União e das respectivas autarquias, em relação ao pessoal regido pela legislação trabalhista, restringir-se-ão às contribuições para o Instituto Nacional de Previdência Social, inclusive as incidentes sobre o 13º (décimo-terceiro) salário, as quotas do salário-família e aos depósitos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos das respectivas legislações.

Parágrafo único. Dos orçamentos da União e das autarquias deverão constar as dotações necessárias no custeio dos encargos de que trata este artigo.

Art. 6º Os atuais funcionários que não fizerem a opção prevista no ar-

tigo 4º serão mantidos no regime estatutário.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as §§ 1º e 2º do artigo 3º, da Lei número 5.886 de 31 de maio de 1973, o parágrafo único do artigo 3º, da Lei nº 5.914, de 31 de agosto de 1973, o parágrafo único do artigo 3º, da Lei nº 5.921, de 19 de setembro de 1973; o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 5.886 de 11 de dezembro de 1973, o parágrafo único do artigo 3º da Lei nº 5.990 de 17 de dezembro de 1973, e demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1974; 153º da Independência e 86º da República

ERNESTO GEISEL
Armando Falcão
Geraldo Azevedo Henning
Sylvio Frota
Antônio Francisco Azevedo da Silva
Mário Henrique Simonsen
Dyrceu Araujo Nogueira
Alysson Paulinelli
Ney Braga
Arnaldo Frieto
J. Arraia Macedo
Paulo de Almeida Machado
Severo Fagundes Gomes
Shigeaki Ueki
João Paulo dos Reis Velloso
Maurício Rangel Reis
Euclides Quindt de Oliveira
Hugo de Andrade Azeite
Góes do Couto - Silva
João Baptista de Oliveira
Figueiredo
Antônio Jorge Correa
L. G. do Nascimento e Silva

Anexo II

Art. 1º da Medida Provisória nº 121/89

CARREIRA - AUDITOR DO TESOUREIRO NACIONAL		CATEGORIA FUNCIONAL - FISCAL DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS-TAF-605		VALOR MENSAL MCA\$		
CLASSE	PADRÃO	CLASSE	REFERÊNCIA	VEICULAMENTO	GRATIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO
ESPECIAL	III	ESPECIAL	25	15.135,10	5.734,10	20.869,20
	II		24	14.713,55	5.544,09	20.257,64
	I		23	14.303,75	5.360,25	19.664,00
1ª	VI	C	22	13.905,37	5.182,39	19.087,76
	V		21	13.518,08	5.010,32	18.528,40
	IV		20	13.141,57	4.843,87	17.985,44
	III		19	12.779,56	4.682,81	17.462,37
	II		18	12.432,73	4.527,05	16.959,78
	I		17	12.091,82	4.377,00	16.468,82
2ª	VI	B	16	11.765,00	3.831,00	15.596,00
	V		15	11.400,00	3.680,00	15.080,00
	IV		14	11.040,00	3.530,00	14.570,00
	III		13	10.685,00	3.380,00	14.065,00
	II		12	10.335,00	3.230,00	13.565,00
	I		11	10.000,00	3.080,00	13.080,00
3ª	IV	A	10	9.607,67	3.030,65	12.638,32
	III		09	9.231,71	2.881,13	12.112,84
	II		08	8.860,00	2.730,00	11.590,00
	I		07	8.500,00	2.580,00	11.080,00

EMENDA Nº 04

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, de 1989

Inclua-se no inciso I do Art. 1º da Medida Provisória nº 121 os integrantes da Carreira de Policiais civis dos ex-Territórios Federais.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 7.548, de 5 de dezembro de 1985, dispõe sobre a equiparação dos servidores policiais dos Territórios Federais àqueles da carreira da Polícia Federal, em consonância com o Decreto-lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985.

Por isso, não há porque discriminar aqueles servidores no bojo da referida Medida Provisória.

Sala das Sessões, 13 de dezembro de 1989

[Assinatura]
Deputado Eraldo Trindade

EMENDA Nº 05

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, de 06 de
DEZEMBRO DE 1989

EMENDA MODIFICATIVA:

Onde se lê "dos Engenheiros Agrônomos, Técnicos de Meteorologia Aeronáutica e Técnicos de Programação e Operação de

Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos e Empregos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970" no inciso II do artigo 1º leia-se:

"dos Engenheiros Agrônomos, Grupo Dacta, pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos e Empregos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970".

JUSTIFICATIVA

Na forma que está redigido a Medida Provisória estão explicitados, tão somente, duas das categorias do Grupo Dacta o que poderá dar margem a dúvidas, já que a intenção é de atender a todo o Grupo (Técnicos de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, Técnicos de Informações Aeronáuticas, Controladores de Tráfego Aéreo, Técnicos de Eletrônica e Telecomunicações Aeronáuticas, Técnicos de Meteorologia Aeronáutica e Técnicos de Programação e Operação de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo).

Sala da Comissão, em 12 de dezembro de 1989.

[Assinatura]
Deputado Nilton LE FREITAS

EMENDA Nº 06

À Medida Provisória nº 121, de 06 de dezembro de 1989.

"Dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências."

EMENDA

De-se ao item II do artigo 1º da Medida Provisória nº 121/89 a seguinte redação:

Art. 1º

I

II - dos servidores pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos e Empregos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

JUSTIFICATIVA

Ao especificar as categorias funcionais que terão vencimentos ou gratificações fixados nos Anexos I e II da Medida Provisória nº 121/89, o Poder Executivo comete injustificada discriminação contra as demais categorias abrangidas pelo PCCE, instituído pela Lei nº 5.645/70.

A presente proposição visa estender as gratificações a todos os servidores incluídos no PCCE que a elas façam jus, a fim de que a isonomia seja a mais completa possível.

Sala das Comissões em 13 de dezembro de 1989

[Assinatura]
Deputado VALMIR CAMPELO

EMENDA Nº 07

O Artigo 1º da Medida Provisória nº 121, item II, passa a ter a seguinte redação:

"II - dos Engenheiros Agrônomos, Administradores, Técnicos de Meteorologia, Aeronáutica e Técnicos de Programação e Operação de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos e Empregos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970," incluindo a categoria, em apreço, no anexo VII, na parte constante de "Assistente Jurídico, Procurador Autárquico, Procurador e Advogado de Ofício do Tribunal Marítimo".

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de Carreira de suma importância no serviço público, alicerces dos órgãos de suas atividades meio, atuando em várias áreas, tais como, Recursos Humanos, Material, Financeira e Orçamentária, Hospitalar, Organização e Métodos e outras previstas em Lei.

Todos os Ministérios, Autarquias e Fundações, possuem esta carreira, face a sua relevância como suporte ao melhor desempenho institucional.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1989.


ROSE DE FREITAS
Deputada Federal

ANEXO VIII

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89
GRATIFICAÇÕES
(SERVIDORES DO PCC-LEI Nº 5.645/70
E LEI Nº 6550/78)

REFERÊNCIA	ASSISTENTE JURÍDICO, PROCURADOR AUTÁRQUICO, PROCURADOR E ADVOCADO DE OFÍCIO DO TRIBUNAL MARÍTIMO, Administrador	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	DACTA (NS)
05	7.290,06	722,06	1.687,94
06	7.435,00	715,11	1.742,29
07	7.599,88	904,55	1.798,39
08	7.776,58	902,36	1.856,29
09	7.834,52	1.062,33	1.916,06
10	8.036,50	1.063,91	1.977,76
11	8.105,62	1.223,23	2.041,44
12	8.376,59	1.229,88	2.107,17
13	8.423,82	1.389,29	2.175,02
14	8.688,11	1.399,90	2.245,05
15	8.885,07	1.584,47	2.317,34
16	9.093,70	1.589,31	2.391,95
17	9.314,87	1.764,29	2.468,97
18	9.650,01	1.787,14	2.540,47
19	10.028,69	1.814,96	2.712,60
20	10.430,84	2.043,32	2.899,37
21	10.857,96	2.079,00	3.096,08
22	11.321,03	2.123,51	3.306,28
23	11.813,91	2.365,99	3.526,07
24	12.345,41	2.422,88	3.764,31
25	12.915,61	2.487,27	4.015,13

REFERÊNCIA	DACTA (NM)
22	1.172,47
23	1.204,94
24	1.218,32
25	1.272,62
26	1.307,87
27	1.344,96
28	1.381,32
29	1.429,58
30	1.458,90
31	1.499,31
32	1.540,84
33	1.583,52
34	1.627,32
35	1.672,45

EMENDA Nº 08

À Medida Provisória nº 121, de 6 de dezembro de 1989.
Substitua-se o anexo VI de que refere o art. 1º da Medida Provisória nº 121, de 06.12.89, pelo seguinte:

Categoria	Vencimento	Representação	Abono	Remuneração
Subprocurador	12.767,29	25.534,58	400,36	38.702,23
Procurador 1º	12.001,21	22.802,21	400,36	35.203,88
Procurador 2º	11.490,53	21.257,48	400,36	33.148,37

JUSTIFICATIVA

O escopo da Medida Provisória nº 121, foi atingir o tratamento isonômico estabelecido na Constituição da República

Trata-se de corrigir flagrante inconstitucionalidade em exame, que, embora divulgada como instrumento de realização do

preceito constitucional de isonomia das carreiras disciplinadas no Título IV da C.F., não levou em conta medidas legislativas já adotadas pelo Congresso Nacional.

Assim é que pela Lei nº 7.725, de 6 de janeiro de 1989, os Membros do Ministério Público da União, aí incluídos os Procuradores da República, receberam novo tratamento remuneratório, compatível com a nova Ordem Constitucional brasileira.

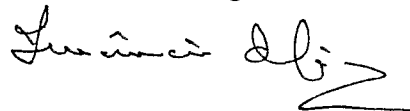
Também os Procuradores do Distrito Federal pela Lei nº 019, de 2 de junho de 1989, tiveram sua remuneração revista, assegurando-se tratamento isonômico com os Procuradores da República.

A Procuradoria da Fazenda Nacional, sem prejuízos de suas atribuições institucionais anteriores, vem representando judicialmente a União desde 6 de outubro de 1988, em causas de natureza fiscal, ex-vi do disposto no art. 29, § 5º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, combinado com o art. 131, § 3º, da Constituição

Tais causas representam 65% da totalidade dos processos judiciais de interesse da União, o que significa dizer que continuam ainda sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da República apenas 35% da representação judicial da União.

Assim, com o apoio à presente Emenda, restaura-se o tratamento isonômico.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1989.



EMENDA Nº 09

Emenda modificativa à Medida Provisória nº 121/89
Substitua-se a Tabela do Anexo VII do artigo 1º da Medida Provisória 121/89 pela tabela a seguir: ANEXO VII

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89
CARRERA: ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

CLASSE	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO
V	15.135,10	5.734,10	20.869,20
IV	13.449,01	5.079,39	18.528,40
III	11.652,54	4.315,56	15.968,10
II	10.209,73	3.551,84	13.761,59
I	9.102,68	3.115,35	12.218,03

JUSTIFICATIVA:

A Tabela que propomos foi arranjada de maneira a corrigir uma distorção sem que se alterasse, entretanto, o valor global da remuneração estabelecida na Medida Provisória 121/89, constante da última coluna. Isto foi feito diminuindo-se o valor da gratificação de cada classe da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - EPPGG.

Trata-se, apenas, de sanar uma incorreção, de forma a não haver subversão da hierarquia salarial.

O Executivo, através da Medida Provisória nº 121/89, revelou intenção de tratar isonomicamente as carreiras estruturadas do Serviço Público Federal.

Entretanto, a carreira de EPPGG, vinculada à SEPLAN, teve tratamento diferenciado.

Embora os valores das remunerações das diversas classes desta carreira sejam os mesmos previstos para as demais, sua composição é muito diversa.

A tabela das remunerações referentes à carreira de EPPGG, apresentada na Medida Provisória nº 121, registra, até a classe III, inclusive, vencimento na faixa dos fixados para carreiras de nível médio.

Ors, excetuando-se a carreira de EPPGG, o vencimento inicial das demais carreiras de nível superior (RGCs 9/102,58) ultrapassa o vencimento de todas as de nível médio, e é maior que o vencimento da última classe daquela, situação que corrobora a necessidade de corrigir-se o disposto na Medida.

Por fim, a presente emenda, além de não oferecer adicionalmente o Executivo, promove tratamento isonômico da carreira de EPPGG em relação às demais abrangidas pela MP 121/89.

Pela justiça embutida na emenda, esperamos poder contar com a manifestação favorável dos ilustres para a esta proposição.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1989.

EMENDA Nº 10

A Medida Provisória nº 121 de 11 de dezembro de 1989.

Emenda Aditiva à Tabela do Anexo VIII, da MP nº 121/89.

"Corrija-se a Tabela do Anexo VIII, da Medida Provisória nº 121/89, na forma a seguir":

ANEXO VIII

Art. 1º Medida Provisória nº 121/89

GRATIFICAÇÕES

(Servidores do PCC-Lei nº 5.645/70 e Lei nº 6.550/60)

NÚMERO CIA	Assistente Jurídico, Procurador Autárquico, Procurador e Advogado de Ofício do Tribunal Marítimo	ENGENHEIRO AGRONOMO	DEUTA (IG)
05	7.290,06	7.290,06	1.687,94
06	7.435,00	7.435,00	1.742,29
07	7.599,88	7.599,88	1.796,39
08	7.776,58	7.776,58	1.856,29
09	7.834,52	7.834,52	1.916,06
10	8.036,50	8.036,50	1.977,76
11	8.105,82	8.105,82	2.041,44
12	8.376,39	8.376,39	2.107,17
13	8.423,82	8.423,82	2.175,02
14	8.688,11	8.688,11	2.245,05
15	8.885,07	8.885,07	2.317,34
16	9.093,70	9.093,70	2.391,95
17	9.314,87	9.314,87	2.468,97
18	9.658,01	9.658,01	2.548,47
19	10.028,89	10.028,89	2.712,60
20	10.430,84	10.430,84	2.899,60
21	10.857,96	10.857,96	3.096,08
22	11.321,03	11.321,03	3.306,28
23	11.813,91	11.813,91	3.529,07
24	12.345,41	12.345,41	3.764,31
25	12.915,61	12.915,61	4.013,13

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 121/89, que trata de apoliseioar a Medida Provisória nº 106/89, mantém discriminações salariais injustificáveis, decorrentes de atos casuísticos praticados após o advento da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, em benefício de poucas categorias de nível superior, nomeadamente Assistentes Jurídicos, Auditores do Tesouro Nacional, Finanças e Controle, Orçamento e Planejamento, Procurador da Fazenda Nacional, Procuradores Autárquicos, Procuradores e Advogados de Ofício do Tribunal Marítimo, Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Gestor Governamental (vide Tabela anexo MP-121), em menor grau, Fiscais de Contribuição Previdenciárias, Fiscais do Trabalho, Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Assistente Social do Trabalho, etc..

Esses atos, de que são exemplos as Lei nº 7.787 de 30.06.89, Lei nº 7.855, de 24.10.89, Lei nº 7.834, de 06.10.89 e o Art. 1º, inciso I das tabelas dos anexos II, III, IV, VI, VII e VIII da Medida Provisória nº 121/89, subverteram as regras basilares de Hierarquia e de Isonomia, indispensáveis ao desempenho eficiente da máquina administrativa federal; a tal ponto que, atualmente, muitos, sendo a totalidade, dos ocupantes de Cargos de Chefia de órgãos técnicos federais fazem jus a remuneração inferior àquela percebida por Assistentes Jurídicos, Procuradores, Advogados da Consultoria Geral da União e outras categorias de nível superior que lhes são subordinados. Trata-se de distorção inconcebível e perniciosa, que é parcialmente corrigida pela Medida Provisória nº 121/89.

A emenda ora apresentada objetiva restabelecer, no Serviço Público Federal, os princípios de Hierarquia e Isonomia, conforme consagrados no Plano de Classificação de Cargos e Empregos, objeto de Lei

nº 5.645/70, assegurando-se desse modo, como é de justiça, e se faz necessário, idênticos vencimentos ou salários e vantagens fixas a todos os servidores situados na mesma Referência NS, condição que a Medida Provisória nº 106/89, já estabelece para os servidores de nível médio. A par de não existirem razões objetivas que justifiquem qualquer discriminação entre as remunerações pagas aos Profissionais de Nível Superior, de mesma Referência NS, a medida proposta se insere nos princípios consagrados em nossa Carta Magna para implantar a prática de Isonomia no âmbito do Poder Executivo e facilitar, consequentemente, a implantação da Isonomia Salarial entre os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, determinada no parágrafo 1º, art. 39, da Constituição Federal.

A emenda objetiva finalmente, restabelecer uma Gratificação condigna para os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura a exemplo da extinta Gratificação de Incentivo à Atividade Agronômica, para esses servidores que exercem funções iguais ou semelhantes às de outras carreiras ou categorias funcionais, recolocando-os no mesmo plano dos demais servidores fiscais, tais como: Auditores Fiscais do Tesouro Nacional, Fiscais Previdenciários, Fiscais do Trabalho, Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Assistente Social do Trabalho, etc., gratificação essa considerada um instrumento adequado para estimular o alcance de elevados níveis de eficiência e eficácia no desempenho de ações fiscais relativo às atividades de Inspeção e Fiscalização Agropecuária de competência do Ministério da Agricultura.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1989.

EMENDA Nº 11

EMENDA Nº —, de 1989.

MEIDA PROVISÓRIA Nº 121, de 6-12-1989

São alterados para os seguintes os valores constantes da tabela de gratificações do Anexo VIII, que se refere à DACTA (NS) e DACTA (NH):

REFEREN- CIA	DACTA (NS)
05	2.531,92
06	2.601,44
07	2.697,59
08	2.784,44
09	2.874,10
10	2.966,64
11	3.062,17
12	3.160,76
13	3.262,53
14	3.367,58
15	3.476,01
16	3.587,93
17	3.703,46
18	3.822,71
19	4.027,87
20	4.256,99
21	4.497,41
22	4.752,73
23	5.021,10
24	5.305,41
25	5.605,85

REFEREN- CIA	DACTA (NH)
22	1.758,71
23	1.807,42
24	1.857,48
25	1.908,93
26	1.961,31
27	2.016,14
28	2.071,99
29	2.129,37
30	2.188,36
31	2.248,97
32	2.311,26
33	2.375,28
34	2.441,07
35	2.508,68

J U S T I F I C A Ç Ã O

A tabela proposta faz justiça a limitado, e de

disso grupo de servidores, altamente especializados e que, portanto, faz jus ao benefício postulado pela presente emenda.

Sala da Comissão, 13/12/89

DEPUTADO ROSE DE FREITAS

EMENDA Nº 12

À Medida Provisória nº 121 de 11 de dezembro de 1989.

Emenda Aditiva à Tabela do Anexo VIII, da MP nº 121/89.

"Corrija-se a Tabela do Anexo VIII, da Medida Provisória nº 121/89, na forma a seguir:"

ANEXO VIII

Art. 1º Medida Provisória nº 121/89

GRATIFICAÇÕES

{Servidores do PCC-Lei nº 5.645/70 e Lei 6.550/68}

REFERÊNCIA	ASSISTENTE JURÍDICO, PROCURADOR AUTÁRQUICO, PROCURADOR E ADVOGADO DE OFÍCIO DO TRIBUNAL MARÍTIMO.	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	DACTA (NS)
5	7.290,06	7.290,06	1.687,94
6	7.435,00	7.435,00	1.742,29
7	7.599,88	7.599,88	1.796,39
8	7.776,58	7.776,58	1.856,29
9	7.834,52	7.834,52	1.915,06
10	8.036,50	8.036,50	1.977,76
11	8.105,82	8.105,82	2.041,44
12	8.376,59	8.376,59	2.107,17
13	8.423,82	8.423,82	2.175,02
14	8.688,11	8.688,11	2.245,05
15	8.885,07	8.885,07	2.317,34
16	9.093,70	9.093,70	2.391,95
17	9.314,87	9.314,87	2.468,97
18	9.658,01	9.658,01	2.548,47
19	10.028,89	10.028,89	2.712,60
20	10.430,84	10.430,84	2.899,60
21	10.857,96	10.857,96	3.096,08
22	11.321,03	11.321,03	3.306,28
23	11.813,91	11.813,91	3.528,07
24	12.345,41	12.345,41	3.764,31
25	12.915,61	12.915,61	4.014,13

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 121/89, que trata de aperfeiçoar a Medida Provisória nº 106/89, mantém discriminações salariais injustificáveis, decorrentes de atos casuísticos praticados após o advento da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, em benefício de poucas categorias de nível superior, nomeadamente Assistentes Jurídicos, Auditores do Tesouro Nacional, Finanças e Controle, Orçamento e Programação, Procurador da Fazenda Nacional, Procuradores Autárquicos, Procuradores e Advogados de Ofício do Tribunal Marítimo, Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Gestor Governamental (vide tabelas anexo MP-121) e, em menor grau, Fiscais de Contribuição Previdenciárias, Fiscais do Trabalho, Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Assistente Social do Trabalho, etc..

Esses atos, de que são exemplos as Lei nº 7.787 de 30.06.89, Lei nº 7.855 de 24.10.89, Lei nº 7.834 de 06.10.89 e o art. 1º, inciso I das tabelas dos anexos II, III, IV, VI, VII e VIII da Medida Provisória nº 121/89, subverteram as regras basilares de Hierarquia e de Isonomia, indispensáveis ao desempenho eficiente da máquina administrativa federal; a tal ponto que, atualmente, muitos, senão a totalidade, dos ocupantes de Cargos de Chefia de órgãos técnicos federais fazem jus a remuneração inferior àquela percebida por Assistentes Jurídicos, Procuradores, Advogados da Consultoria Geral da União e outras categorias de nível superior que lhes são subordinados. Trata-se de distorção inconcebível e perniciososa, que é parcialmente corrigida pela Medida Provisória nº 121/89.

A emenda ora apresentada objetiva restabelecer, no Serviço Público Federal, os princípios de Hierarquia e Isonomia, conforme consagrados no Plano de Classificação de Cargos e Empregos, objeto da Lei nº 5.645/70, assegurando-se desse modo, como é de justiça e se faz necessário, idênticos vencimentos ou salários e vantagens fixas a todos os servidores situados na mesma Referência NS,

condição que a Medida Provisória nº 106/89, já estabelece para os servidores de nível médio. A par de não existirem razões objetivas que justifiquem qualquer discriminação entre as remunerações pagas aos Profissionais de Nível Superior, de mesma Referência NS, a medida proposta se inspira nos princípios consagrados em nossa Carta Magna e implantar a prática de Isonomia no âmbito do Poder Executivo e facilitar, consequentemente, a implantação da Isonomia Salarial entre os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, determinada no parágrafo 1º, art. 39, da Constituição Federal.

A emenda objetiva finalmente, restabelecer uma Gratificação condigna para os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura a exemplo da extinta Gratificação de Incentivo à Atividade Agronômica, para esses servidores que exercem funções iguais ou semelhantes às de outras carreiras ou categorias funcionais, recolocando-os no mesmo plano dos demais servidores fiscais, tais como: Auditores Fiscais do Tesouro Nacional, Fiscais Previdenciários, Fiscais do Trabalho, Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Assistente Social do Trabalho, etc., gratificação essa considerada um instrumento adequado para estimular o alcance de elevados níveis de eficiência e eficácia no desempenho de ações fiscais relativo às atividades de Inspeção e Fiscalização e propequiar a competência do Ministério da Agricultura.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1989.

Valdir Colatto
Deputado Federal.

EMENDA Nº 13

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, de 06 de Dezembro de 1989.

Fica alterada a tabela constante do anexo VIII da M.P. nº 121/89, que passa a ser a seguinte:

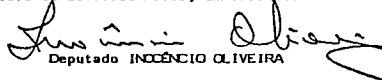
Art. 2.º da Medida provisória nº 121/89 Gratificações		ANEXO VIII
NÍVEL SUPERIOR		
REFERÊNCIA	ASSISTENTE JURÍDICO, PROCURADOR AUTÁRQUICO, PROCURADOR E ADVOGADO DE OFÍCIO DO TRIBUNAL MARÍTIMO E DEMAIS CATEGÓRIAS DE NÍVEL SUPERIOR	DACTA (NS)
5	2.684,99	
6	2.755,22	
7	2.816,32	
8	2.881,80	
9	2.903,27	
10	2.978,12	
11	3.003,61	
12	3.104,15	
13	3.121,65	
14	3.219,59	
15	3.292,58	
16	3.369,89	
17	3.451,85	
18	3.579,01	
19	3.716,45	82,08
20	3.865,40	184,15
21	4.023,68	293,43
22	4.195,28	413,39
23	4.377,93	542,03
24	4.574,89	682,12
25	4.786,19	833,70

OBS: A gratificação a que se refere esta Tabela não pode ser percebida cumulativamente com a de que trata o parágrafo único do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.194 de 26 de Dezembro de 1984.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 121 mantém discriminações salariais injustificáveis, decorrentes de atos casuísticos praticados após o advento da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, em benefício de poucas categorias de nível superior, nomeadamente Assistentes Jurídicos, Procuradores e, em menor grau, Engenheiros Agrônomos. Esses atos, de que são exemplos os Decretos-Lei 2.117 e 2.333, de 2 de maio de 1984 e II de junho de 1987, respectivamente, subverteram as regras basilares de hierarquia e de isonomia, indispensáveis ao desempenho eficiente da máquina administrativa federal; a tal ponto que, atualmente, muitos, senão a totalidade, dos ocupantes de cargos de chefia e de órgãos técnicos federais fazem jus a remuneração inferior àquela percebida por Procuradores, Agrônomos e Médicos Veterinários que lhes são subordinados. Trata-se de distorção inconcebível e perniciososa, que não é corrigida pela Medida Provisória nº 121. A emenda apresentada objetiva restabelecer, no Serviço Público Federal, os princípios de hierarquia e de isonomia, conforme consagrados no Plano de Classificação de Cargos, objeto da Lei nº 5.645, assegurando-se desse modo, como é de justiça e se faz necessário, idênticos vencimentos e vantagens fixas a todos os servidores situados na mesma referência NS, condição que a Medida Provisória nº 121 já estabelece para os servidores de nível médio. A par de não existirem razões objetivas que justifiquem qualquer discriminação entre as remunerações pagas aos profissionais de nível superior, de mesma referência NS, a medida proposta se inspira nos princípios consagrados em nossa Carta Magna para implementar a prática da isonomia no âmbito do Poder Executivo e facilitar, consequentemente, a implantação da isonomia salarial entre os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, determinada no parágrafo 1º, artigo 39, da Constituição.

Sala da Comissão Mista, em 13.12.89


Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA

EMENDA Nº 14

À Medida Provisória nº 121 de 11 de dezembro de 1989 .
Emenda Aditiva à Tabela do Anexo VIII, da MP nº 121/89.
"Corrija-se a Tabela do Anexo VIII, da Medida Provisória nº 121/89, na forma a seguir":

ANEXO VIII

Art. 1º Medida Provisória nº 121/89

GRATIFICAÇÕES

(Servidores do PCC-Lei nº 5.645/70 e Lei nº 6.550/68)

REFEREN- CIA	Assistente Jurídico, Procurador Autárquico, Procurador e Advogado de Ofício do Tribunal Marítimo	ENGENHEIRO AGRONOMO	DACTA(NS)
05	7.290,06	7.290,06	1.687,94
06	7.435,00	7.435,00	1.742,29
07	7.599,88	7.599,88	1.796,39
08	7.776,58	7.776,58	1.856,29
09	7.834,52	7.834,52	1.916,06
10	8.036,50	8.036,50	1.977,76
11	8.105,82	8.105,82	2.041,44
12	8.376,59	8.376,59	2.107,17
13	8.423,82	8.423,82	2.175,02
14	8.688,11	8.688,11	2.245,05
15	8.885,07	8.885,07	2.317,34
16	9.093,70	9.093,70	2.391,95
17	9.314,87	9.314,87	2.468,97
18	9.658,01	9.658,01	2.548,47
19	10.028,89	10.028,89	2.712,60
20	10.430,84	10.430,84	2.899,60
21	10.857,96	10.857,96	3.096,08
22	11.321,03	11.321,03	3.306,28
23	11.813,91	11.813,91	3.528,07
24	12.345,41	12.345,41	3.764,31
25	12.915,61	12.915,61	4.015,13

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 121/89, que trata de aperfeiçoar a Medida Provisória nº 106/89, mantém discriminações salariais injustificáveis, decorrentes de atos casuísticos praticados após o advento da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, em benefício de poucas categorias de nível superior, nomeadamente Assistentes Jurídicos, Auditores do Tesouro Nacional, Finanças e Controle, Orçamento e Programação, Procurador da Fazenda Nacional, Procuradores Autárquicos, Procuradores e Advogados de Ofício do Tribunal Marítimo, Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Gestor Governamental (vide tabelas anexo MP-121) e, em menor grau, Fiscais de Contribuição Previdenciárias, Fiscais do Trabalho, Médico do Trabalho, Médico do Trabalho, Engenheiros de Segurança do Trabalho, Assistente Social do Trabalho, etc.

Esses atos, de que são exemplos as Lei nº 7.787 de 30/06/89, Lei nº 7.855 de 24/10/89, Lei nº 7.834 de 06/10/89 e o Art. 1º, inciso I das Tabelas dos anexos II, III, IV, VI, VII e VIII da Medida Provisória nº 121/89, subverteram as regras basilares de Hierarquias e de Isonomia, indispensáveis ao desempenho eficiente da máquina administrativa Federal; a tal ponto que, atualmente, muitos, senão a totalidade, dos ocupantes de Cargos de Chefia de órgãos técnicos federais fazem jus a remuneração inferior àquela percebida por Assistentes jurídicos, Procuradores, Advogados da Consultoria Geral da União e out.as categorias de nível superior que lhes são subordinados. Trata-se de distorção inconcebível e perniciososa, que é parcialmente corrigida pela Medida Provisória nº 121/89.

A emenda ora apresentada objetiva restabelecer, no Serviço Público Federal, os princípios de Hierarquia e Isonomia, conforme consagrados no Plano de Classificação de Cargos e Empregos, objeto de Lei nº 5.645/70, assegurando-se desse modo, como é de justiça, e se faz necessário, idênticos vencimentos ou salários e vantagens fixas a todos os servidores situados na mesma Referência NS, condição que a Medida Provisória nº 106/89, já estabelece para os servidores de nível médio. A par de não existirem razões objetivas que justifiquem qualquer discriminação entre as remunerações pagas aos Profissionais de Nível Superior, da mesma Referência NS, a medida proposta se inspira nos princípios consagrados em nossa Carta Magna para implantar a prática de Isonomia no âmbito do Poder Executivo e facilitar, consequentemente, a implantação da Isonomia Salarial entre os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, determinada no parágrafo 1º, art. 39, da Constituição Federal.

A emenda objetiva finalmente, restabelecer uma Gratificação condizente para os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura a exemplo da extinta Gratificação de Incentivo à Atividade Agronômica, para esses servidores que exercem funções iguais ou semelhantes à de outras carreiras ou categorias funcionais, recolocando-os no mesmo plano dos demais servidores fiscais, tais como: Auditores Fiscais do Tesouro Nacional, Fiscais Previdenciários, Fiscais do Trabalho, Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Assistente Social do Trabalho, etc., gratificação essa considerada um instrumento adequado para estimular o alcance de elevados níveis de eficiência e eficácia no desempenho de ações fiscais relativas às atividades de Inspeção e Fiscalização Agropecuária de competência do Ministério da Agricultura.

Sala das Comissões, 13/12/1989.


Dep. Florêncio Faixão

EMENDA Nº 15

À Medida Provisória nº 121 de 11 de dezembro de 1989.
Emenda Aditiva à Tabela do Anexo VIII, da MP nº 121/89.
"Corrija-se a Tabela do Anexo VIII, da Medida Provisória nº 121/89, na forma a seguir":

ANEXO VIII

Art. 1º Medida Provisória nº 121/89

GRATIFICAÇÕES
(Servidores do PCC-Lei nº 5.645/70 e Lei nº 6.350/68)

REFEREN- CIA	Assistente Jurídico, Procurador Autárquico, Procurador e Advogado de Ofício do Tribunal Marítimo.	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	DATA (MS)
05	7.290,06	7.290,06	1.687,94
06	7.435,00	7.435,00	1.742,29
07	7.599,88	7.599,88	1.796,39
08	7.776,58	7.776,58	1.856,29
09	7.834,52	7.834,52	1.916,06
10	8.036,50	8.036,50	1.977,76
11	8.105,82	8.105,82	2.041,44
12	8.376,39	8.376,39	2.107,17
13	8.423,82	8.423,82	2.175,02
14	8.688,11	8.688,11	2.245,05
15	8.885,07	8.885,07	2.317,34
16	9.093,70	9.093,70	2.391,95
17	9.314,87	9.314,87	2.468,97
18	9.658,01	9.658,01	2.548,47
19	10.028,89	10.028,89	2.712,60
20	10.430,84	10.430,84	2.899,60
21	10.857,96	10.857,96	3.096,08
22	11.321,03	11.321,03	3.306,28
23	11.813,91	11.813,91	3.528,07
24	12.345,41	12.345,41	3.764,31
25	12.915,61	12.915,61	4.015,13

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 121/89, que trata de aperfeiçoar a Medida Provisória nº 106/89, mantém discriminações salariais injustificáveis; decorrentes de atos casuísticos praticados após o advento da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, em benefício de poucas categorias de nível superior, nomeadamente Assistentes Jurídicos, Auditores do Tesouro Nacional, Finanças e Controle, Orçamento e Programa, Procurador da Fazenda Nacional, Procuradores Autárquicos, Procuradores e Advogados de Ofício do Tribunal Marítimo, Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Gestor Governamental (vide tabelas anexo MP-121)e, em menor grau, Fiscais de Contribuição Previdenciárias, Fiscais do Trabalho, Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Assistente Social do Trabalho, etc..

Esses atos, de que são exemplos as Lei nº 7.787 de 30.06.89, Lei nº 7.855, de 24.10.89, Lei nº 7.834, de 06.10.89 e o Art. 1º, inciso I das tabelas dos anexos II, III, IV, VI, VII e VIII da Medida Provisória nº 121/89, subverteram as regras basilares de Hierarquias e de Isonomia, indispensáveis ao desempenho eficiente da máquina administrativa Federal; a tal ponto que, atualmente, muitos, senão a totalidade, dos ocupantes de Cargos de Chefia de órgãos técnicos federais fazem jus a remuneração inferior àquela percebida por Assistentes Jurídicos, Procuradores, Advogados da Consultoria Geral da União e outras categorias de nível superior que lhes são subordinados. Trata-se de distorção inconcebível e perniciosa, que é parcialmente corrigida pela Medida Provisória nº 121/89.

A emenda ora apresentada objetiva restabelecer, no Serviço Público Federal, os princípios de Hierarquia e Isonomia, conforme consagrados no Plano de Classificação de Cargos e Empregos, objeto de Lei nº 5.645/70, assegurando-se desse modo, como é de justiça, e se faz necessário, idênticos vencimentos ou salários e vantagens fixas a todos os servidores situados na mesma Referência NS, condição que a Medida Provisória nº 106/89, já estabelece para os servidores de nível médio. A par de não existirem razões objetivas que justifiquem qualquer discriminação entre as remunerações pagas aos Profissionais de Nível Superior, de mesma Referência NS, a medida proposta se insere nos princípios consagrados em nossa Carta Magna para implantar a prática de Isonomia no âmbito do Poder Executivo e facilitar, conseqüentemente, a implantação da Isonomia Salarial entre os servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, determinado no Parágrafo 1º, art. 39, da Constituição Federal.

A emenda objetiva finalmente, restabelecer uma Gratificação condigna para os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura a exemplo da extinta Gratificação de Incentivo à Atividade Agronômica, para esses servidores que exercem funções iguais ou semelhantes às de outras carreiras ou categorias funcionais, recolocando-os no mesmo plano dos demais servidores Fiscais, tais como: Auditores

Fiscais do Tesouro Nacional, Fiscais Previdenciários, Fiscais do Trabalho, Médico do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho, Assistente Social do Trabalho, etc., gratificação essa considerada um instrumento adequado para estimular o alcance de elevados níveis de eficiência e eficácia no desempenho de ações fiscais relativo às atividades de Inspeção e Fiscalização Agropecuária de competência do Ministério da Agricultura.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1989.

DEPUTADO GERALDO CAMPOS

EMENDA Nº 16

A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 06/12/89

Suprima-se do Anexo XI da Medida Provisória Nº 121, de 06 de dezembro de 1989, a expressão "Motorista Oficial".

Incluindo-a no Anexo X do mesmo diploma legal.

DEPUTADO GERALDO CAMPOS

SALA DAS COMISSÕES, 13 de dezembro de 1989.

JUSTIFICAÇÃO

Esta correção impõe-se para atender o § 1º do art. 39, da Constituição, que estabeleceu a isonomia de vencimentos, para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, porque a própria SIPEC já posicionou o Motorista Oficial, do quadro da Universidade Federal de Roraima, no Nível Médio publicado no DOU de 16 de novembro de 1989, à página 20.715 e, no mesmo DOU, à página 20.722 posicionou a mesma profissão no Nível Auxiliar. E obvio que as atribuições são iguais, nem se falando em semelhantes, como justificar essa situação.

Reforça nosso pleito o governo do DF que também posicionou no novo Plano de cargos os Motoristas Oficiais, no Nível Médio.

Os Motoristas Oficiais são profissionais que lidam diretamente com autoridades de alto escalão, desempenhando, não raro, a função de recepcionar e conduzir dignitários a eventos oficiais.

DEPUTADO GERALDO CAMPOS

EMENDA Nº 17

A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89

O § 2º do Art. 1º, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se aos advogados e procuradores pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, instituído pelo artigo 3º da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987."

O quadro do Anexo VIII da Medida Provisória nº 121/89, passa a ter a composição do Anexo à esta Emenda.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 121, contemplou os assistentes jurídicos, procuradores autárquicos e advogados de ofício do Tribunal Marítimo com a isonomia de vencimentos com os Procuradores da Fazenda Nacional.

Referida medida estaria realizando plena justiça não fosse o contido no parágrafo segundo do artigo 1º, in verbis:

"Art. 1º. São fixados, nas tabelas dos Anexos I e IX desta Medida Provisória, os vencimentos ou gratificações:

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica aos servidores pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, instituído pelo Art. 3º da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987" (grifo nosso)

E, por servidores do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), entende-se servidores de Instituições Federais de Ensino Superior (autárquicas e fundacionais).

ADVOCACIA CONSULTIVA DA UNIÃO

Os advogados e procuradores de universidades fundacionais públicas e autárquicas, desde a edição do Decreto nº 93.237/86, são advogados consultivos da União.

Tal atribuição foi ainda confirmada por decisão do TRT-10ª Região, quando da solicitação do pagamento da gratificação de 30% prevista no Decreto-lei nº 2.365/87 para os membros da Advocacia Consultiva da União.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Promulgada a nova Carta Magna em 05 de outubro de 1988, criou-se a Advocacia Geral da União, a ser regulamentada por lei complementar.

Observa-se, então, que não só o artigo 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como também o Projeto de Lei e respectiva Exposição de Motivos tratam dos membros das Procuradorias das Universidades como integrantes da Advocacia Geral da União; além do princípio da isonomia a ser aplicado aos advogados da União, mesmo que não integrem a nova Advocacia Geral da União.

EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

Os advogados/procuradores têm suas atividades descritas no PUCRCE, onde se verifica que exercem não apenas atividades jurídico-administrativas, próprias dos assistentes jurídicos beneficiados pela Medida Provisória 121, mas também representam a Instituição em Juízo, na sua defesa.

DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS

O Art. 39, § 1º, da Constituição Federal prevê a isonomia de vencimentos para cargos iguais ou semelhantes. Este foi o fundamento básico que levou a edição da Medida Provisória 121, concedendo dita isonomia aos assistentes jurídicos, procuradores autárquicos, e advogados de ofício do Tribunal Marítimo.

Qual seria a diferença de atribuições entre os procuradores autárquicos e procuradores de universidades autárquicas e fundacionais? A semelhança é bem maior do que com os assistentes jurídicos que não defendem a União em Juízo.

Isonomia parcial não é isonomia, é discriminação. É inconstitucional. É antidemocrático.

Reforça tal entendimento o comando do Art. 29 das Disposições Transitórias que ao arrolar os futuros integrantes da Advocacia Geral da União dispõe, verbis:

"Art. 29. Enquanto não aprovadas as leis complementares relativas ao Ministério Público e à Advocacia Geral da União, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais com representação própria e os membros das Procuradorias das Universidades fundacionais públicas continuarão a exercer suas atividades na área das respectivas atribuições."

A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121

Quando da discussão administrativa da Medida Provisória nº 95 que foi corrigida com a publicação da Medida Provisória nº 106, a Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos-ANA JUR apresentou formalmente à SEPLAN o seu pedido de isonomia. Na mesma oportunidade, o Conselho dos Serviços Jurídicos das Universidades Brasileiras-COSJUB, fundamentando a igualdade de atribuições, requereu o mesmo tratamento aos das Procuradorias das Universidades.

Parece, no entanto, que o pleito dos primeiros teve mais peso, não valendo, para a edição da Medida Provisória 121 nem os dispositivos constitucionais, nem os argumentos do COSJUB, -e muito menos a JUSTIÇA.

CONCLUSÃO

Isto posto, merece ser emendada a Medida Provisória 121, por discriminar os procuradores e advogados das Instituições Federais de Ensino Superior (autárquicas e fundacionais), não lhes concedendo o princípio da isonomia de vencimentos, dando-se, pois, nova redação ao § 2º, do Art. 1º, da referida Medida Provisória, nos termos ora apresentados.

Brasília, 14 de dezembro de 1989
JOSE FRANCISCO PAES LANDIM
Deputado

ANEXO III

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89
GRATIFICAÇÕES
(SCAVIDUPES DO PCL-LEI Nº 5.455/78; LEI Nº 6558/78
E DA LFI Nº 7.596/87)

REFERÊNCIA	ASSISTENTE JURÍDICO, PROCURADOR AUTÁRQUICO, PROCURADOR DE OFÍCIO DO TRIBUNAL MARÍTIMO	ADVOCADO/PROCURADOR DE UNIVERSIDADES E FUNDAÇÕES PÚBLICAS	UNICENHIO ATRIBUÍDO	DATA (R\$)
05	7.559,00	7.937,03	722,04	1.497,94
06	7.535,00	7.913,03	715,11	1.742,10
07	7.509,00	7.889,03	708,18	1.789,35
08	7.476,00	7.865,03	701,26	1.836,29
09	7.452,00	7.841,03	694,33	1.883,06
10	7.428,00	7.817,03	687,41	1.929,74
11	7.404,00	7.793,03	680,48	2.011,44
12	7.380,00	7.769,03	673,56	2.107,17
13	7.356,00	7.745,03	666,63	2.197,22
14	7.332,00	7.721,03	659,71	2.291,01
15	7.308,00	7.697,03	652,78	2.387,34
16	7.284,00	7.673,03	645,86	2.486,97
17	7.260,00	7.649,03	638,93	2.589,37
18	7.236,00	7.625,03	632,01	2.694,22
19	7.212,00	7.601,03	625,08	2.799,35
20	7.188,00	7.577,03	618,16	2.906,29
21	7.164,00	7.553,03	611,23	3.014,44
22	7.140,00	7.529,03	604,31	3.124,22
23	7.116,00	7.505,03	597,38	3.235,22
24	7.092,00	7.481,03	590,46	3.346,94
25	7.068,00	7.457,03	583,53	3.459,89
26	7.044,00	7.433,03	576,61	3.573,51
27	7.020,00	7.409,03	569,68	3.687,27
28	6.996,00	7.385,03	562,76	3.801,53

CLASSIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
1.172,47	
1.204,96	
1.338,31	
1.372,67	
1.387,81	
1.344,96	
1.361,22	
1.419,88	
1.433,98	
1.499,26	
1.518,88	
1.583,59	
1.627,32	
1.672,48	

EMENDA Nº 18

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, de 06.12.89

O § 2º do Art. 1º, passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se aos advogados e procuradores pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, instituído pelo artigo 3º da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987."

O quadro do Anexo VIII, da Medida Provisória nº 121/89, passa a ter a composição do anexo à esta Emenda.

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 121, contemplou os assistentes jurídicos, procuradores autárquicos e advogados de ofício do Tribunal Marítimo com a isonomia de vencimentos com os Procuradores da Fazenda Nacional.

Referida medida estaria realizando plena justiça não fosse o contido no parágrafo segundo do artigo 1º in verbis:

"Art. 1º. São fixados, nas tabelas dos Anexos I e IX desta Medida Provisória, os vencimentos ou gratificações:

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica aos servidores pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, instituído pelo art. 3º da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987" (grifo nosso)

E, por servidores do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), entende-se servidores de Instituições Federais de Ensino Superior (autárquicas e fundacionais).

ADVOCACIA CONSULTIVA DA UNIÃO

Os advogados e procuradores de universidades fundacionais públicas e autárquicas, desde a edição do Decreto nº 93.237/86, são advogados consultivos da União.

Tal atribuição foi ainda confirmada por decisão do TRT-1ua. Regiço, quando da solicitação do pagamento da gratificação de 30% prevista no Decreto-lei nº 2.365/87 para os membros da Advocacia Consultiva da União.

ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

Promulgada a nova Carta Magna, em 05 de outubro de 1988, criou-se a Advocacia Geral da União, a ser regulamentada por lei complementar.

Observa-se, então que não só o Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, como também o Projeto de Lei e respectiva Exposição de Motivos tratam dos membros das Procuradorias das Universidades como integrantes da Advocacia Geral da União; além do princípio da isonomia a ser aplicado aos advogados da União, mesmo que não integrem a nova Advocacia Geral da União.

EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

Os advogados /procuradores têm suas atividades descritas no PUCRCE, onde se verifica que exercem não apenas atividades jurídico-administrativas (pareceres, consultas), que são próprias dos assistentes jurídicos beneficiados na M.P.121, mas, também, representam a Instituição em Juízo, na sua defesa.

DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS

O Art. 39, parágrafo primeiro da Constituição /Federal prevê a isonomia de vencimentos para cargos iguais ou semelhantes. Este foi o fundamento básico que levou à edição da M.P. 121, concedendo dita isonomia aos assistentes jurídicos, procuradores autárquicos, procuradores e advogados de ofício do Tribunal Marítimo.

Qual seria a diferença de atribuições entre os procuradores autárquicos e procuradores de Universidades autárquicas e fundacionais? A semelhança é bem maior do que com os assistentes jurídicos que não defendem a União em juízo.

Isonomia parcial não é isonomia, é discriminação e é inconstitucional.

Reforça tal entendimento o comando do Art. 29 do ADCT, que ao arrolar os futuros integrantes da Advocacia Geral da União, dispõe, verbis:

"Art.29. Enquanto não aprovadas as leis complementares relativas ao Ministério Público e à Advocacia Geral da União, o Ministério Público, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais com representação própria e os membros das Procuradorias das Universidades fundacionais públicas continuarão a exercer suas atividades na área das respectivas atribuições."

A EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121

Quando da discussão administrativa da Medida Provisória nº 95 que foi corrigida com a publicação da Medida Provisória nº 106, a Associação Nacional dos Assistentes Jurídicos (ANAJUR) apresentou formalmente à SEPLAN o seu pedido de isonomia. Na mesma oportunidade, o Conselho dos Serviços Jurídicos das Universidades Brasileiras (COSJUB), fundamentando a igualdade de atribuições, requereu o mesmo tratamento aos das Procuradorias das Universidades.

Parece, no entanto, que o pleito dos primeiros teve mais peso, não valendo, para a edição da M.P. 121 nem os dispositivos constitucionais, nem os argumentos do COSJUB, e muito menos a JUSTIÇA.

CONCLUSÃO

Isto posto, merece ser emendada a Medida Provisória 121, por discriminar os Procuradores e Advogados das Instituições Federais de Ensino Superior (Autárquicas e Fundacionais), não lhes concedendo o princípio da isonomia de vencimentos, dando-se, pois, nova redação ao parágrafo 2º do artigo 1º da referida Medida Provisória nos termos ora apresentados.

DEPUTADO RONARO CORREA

Brasília, 13 de dezembro de 1989.

ANEXO - VIII

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89
GRATIFICAÇÕES
(SERVIDORES DO PCC-LEI Nº 5.445/70, LEI Nº 6.650/78
E DA LEI Nº 7.374/87)

REFEREN- CIA	ASSISTENTE MÉDICO PROCU- RAM 1. INQUILITO PESSOAL DE E ADVOGADO DO PCC-LEI Nº 5.445/70 E DA LEI Nº 7.374/87	ADVOGADO/PROCU- RAM 2. INQUILITO PESSOAL DE E ADVOGADO DO PCC-LEI Nº 5.445/70 E DA LEI Nº 7.374/87	AGENCIÁRIO AGIÇÃO	DATA (M)
06	7.290,00	7.290,00	722,00	1.687,94
07	7.530,00	7.530,00	722,00	1.722,20
08	7.590,00	7.590,00	722,00	1.790,30
09	7.770,00	7.770,00	722,00	1.854,20
10	7.870,00	7.870,00	722,00	1.910,00
11	8.105,00	8.105,00	722,00	2.041,44
12	8.370,00	8.370,00	722,00	2.187,17
13	8.425,00	8.425,00	722,00	2.175,02
14	8.680,00	8.680,00	722,00	2.245,00
15	8.880,00	8.880,00	722,00	2.317,34
16	9.090,00	9.090,00	722,00	2.391,85
17	9.310,00	9.310,00	722,00	2.468,97
18	9.540,00	9.540,00	722,00	2.548,47
19	9.790,00	9.790,00	722,00	2.630,00
20	10.050,00	10.050,00	722,00	2.713,27
21	10.320,00	10.320,00	722,00	2.800,00
22	10.600,00	10.600,00	722,00	2.890,00
23	10.890,00	10.890,00	722,00	2.983,33
24	11.190,00	11.190,00	722,00	3.080,00
25	11.500,00	11.500,00	722,00	3.180,00
26	11.820,00	11.820,00	722,00	3.283,33
27	12.150,00	12.150,00	722,00	3.390,00
28	12.490,00	12.490,00	722,00	3.500,00
29	12.840,00	12.840,00	722,00	3.613,33
30	13.200,00	13.200,00	722,00	3.730,00
31	13.570,00	13.570,00	722,00	3.850,00
32	13.950,00	13.950,00	722,00	3.973,33
33	14.340,00	14.340,00	722,00	4.100,00
34	14.740,00	14.740,00	722,00	4.230,00
35	15.150,00	15.150,00	722,00	4.363,33
36	15.570,00	15.570,00	722,00	4.500,00
37	16.000,00	16.000,00	722,00	4.640,00
38	16.440,00	16.440,00	722,00	4.783,33
39	16.890,00	16.890,00	722,00	4.930,00
40	17.350,00	17.350,00	722,00	5.080,00
41	17.820,00	17.820,00	722,00	5.233,33
42	18.300,00	18.300,00	722,00	5.390,00
43	18.790,00	18.790,00	722,00	5.550,00
44	19.290,00	19.290,00	722,00	5.713,33
45	19.800,00	19.800,00	722,00	5.880,00
46	20.320,00	20.320,00	722,00	6.050,00
47	20.850,00	20.850,00	722,00	6.223,33
48	21.390,00	21.390,00	722,00	6.400,00
49	21.940,00	21.940,00	722,00	6.580,00
50	22.500,00	22.500,00	722,00	6.763,33
51	23.070,00	23.070,00	722,00	6.950,00
52	23.650,00	23.650,00	722,00	7.140,00
53	24.240,00	24.240,00	722,00	7.333,33
54	24.840,00	24.840,00	722,00	7.530,00
55	25.450,00	25.450,00	722,00	7.730,00
56	26.070,00	26.070,00	722,00	7.933,33
57	26.700,00	26.700,00	722,00	8.140,00
58	27.340,00	27.340,00	722,00	8.350,00
59	27.990,00	27.990,00	722,00	8.563,33
60	28.650,00	28.650,00	722,00	8.780,00
61	29.320,00	29.320,00	722,00	9.000,00
62	30.000,00	30.000,00	722,00	9.223,33
63	30.690,00	30.690,00	722,00	9.450,00
64	31.390,00	31.390,00	722,00	9.680,00
65	32.100,00	32.100,00	722,00	9.913,33
66	32.820,00	32.820,00	722,00	10.150,00
67	33.550,00	33.550,00	722,00	10.390,00
68	34.290,00	34.290,00	722,00	10.633,33
69	35.040,00	35.040,00	722,00	10.880,00
70	35.800,00	35.800,00	722,00	11.130,00
71	36.570,00	36.570,00	722,00	11.383,33
72	37.350,00	37.350,00	722,00	11.640,00
73	38.140,00	38.140,00	722,00	11.900,00
74	38.940,00	38.940,00	722,00	12.163,33
75	39.750,00	39.750,00	722,00	12.430,00
76	40.570,00	40.570,00	722,00	12.700,00
77	41.400,00	41.400,00	722,00	12.973,33
78	42.240,00	42.240,00	722,00	13.250,00
79	43.090,00	43.090,00	722,00	13.530,00
80	43.950,00	43.950,00	722,00	13.813,33
81	44.820,00	44.820,00	722,00	14.100,00
82	45.700,00	45.700,00	722,00	14.390,00
83	46.590,00	46.590,00	722,00	14.683,33
84	47.490,00	47.490,00	722,00	14.980,00
85	48.400,00	48.400,00	722,00	15.280,00
86	49.320,00	49.320,00	722,00	15.583,33
87	50.250,00	50.250,00	722,00	15.890,00
88	51.190,00	51.190,00	722,00	16.200,00
89	52.140,00	52.140,00	722,00	16.513,33
90	53.100,00	53.100,00	722,00	16.830,00
91	54.070,00	54.070,00	722,00	17.150,00
92	55.050,00	55.050,00	722,00	17.473,33
93	56.040,00	56.040,00	722,00	17.800,00
94	57.040,00	57.040,00	722,00	18.130,00
95	58.050,00	58.050,00	722,00	18.463,33
96	59.070,00	59.070,00	722,00	18.800,00
97	60.100,00	60.100,00	722,00	19.140,00
98	61.140,00	61.140,00	722,00	19.483,33
99	62.190,00	62.190,00	722,00	19.830,00
100	63.250,00	63.250,00	722,00	20.180,00
101	64.320,00	64.320,00	722,00	20.533,33
102	65.400,00	65.400,00	722,00	20.890,00
103	66.490,00	66.490,00	722,00	21.250,00
104	67.590,00	67.590,00	722,00	21.613,33
105	68.700,00	68.700,00	722,00	21.980,00
106	69.820,00	69.820,00	722,00	22.350,00
107	70.950,00	70.950,00	722,00	22.723,33
108	72.090,00	72.090,00	722,00	23.100,00
109	73.240,00	73.240,00	722,00	23.480,00
110	74.400,00	74.400,00	722,00	23.863,33
111	75.570,00	75.570,00	722,00	24.250,00
112	76.750,00	76.750,00	722,00	24.640,00
113	77.940,00	77.940,00	722,00	25.033,33
114	79.140,00	79.140,00	722,00	25.430,00
115	80.350,00	80.350,00	722,00	25.830,00
116	81.570,00	81.570,00	722,00	26.233,33
117	82.800,00	82.800,00	722,00	26.640,00
118	84.040,00	84.040,00	722,00	27.050,00
119	85.290,00	85.290,00	722,00	27.463,33
120	86.550,00	86.550,00	722,00	27.880,00
121	87.820,00	87.820,00	722,00	28.300,00
122	89.100,00	89.100,00	722,00	28.723,33
123	90.390,00	90.390,00	722,00	29.150,00
124	91.690,00	91.690,00	722,00	29.580,00
125	93.000,00	93.000,00	722,00	30.013,33
126	94.320,00	94.320,00	722,00	30.450,00
127	95.650,00	95.650,00	722,00	30.890,00
128	97.000,00	97.000,00	722,00	31.333,33
129	98.360,00	98.360,00	722,00	31.780,00
130	99.730,00	99.730,00	722,00	32.230,00
131	101.110,00	101.110,00	722,00	32.683,33
132	102.500,00	102.500,00	722,00	33.140,00
133	103.900,00	103.900,00	722,00	33.600,00
134	105.310,00	105.310,00	722,00	34.063,33
135	106.730,00	106.730,00	722,00	34.530,00
136	108.160,00	108.160,00	722,00	35.000,00
137	109.600,00	109.600,00	722,00	35.473,33
138	111.050,00	111.050,00	722,00	35.950,00
139	112.510,00	112.510,00	722,00	36.430,00
140	113.980,00	113.980,00	722,00	36.913,33
141	115.460,00	115.460,00	722,00	37.400,00
142	116.950,00	116.950,00	722,00	37.890,00
143	118.450,00	118.450,00	722,00	38.383,33
144	120.000,00	120.000,00	722,00	38.880,00
145	121.560,00	121.560,00	722,00	39.380,00
146	123.130,00	123.130,00	722,00	39.883,33
147	124.710,00	124.710,00	722,00	40.390,00
148	126.300,00	126.300,00	722,00	40.900,00
149	127.900,00	127.900,00	722,00	41.413,33
150	129.510,00	129.510,00	722,00	41.930,00
151	131.130,00	131.130,00	722,00	42.450,00
152	132.760,00	132.760,00	722,00	42.973,33
153	134.400,00	134.400,00	722,00	43.500,00
154	136.050,00	136.050,00	722,00	44.030,00
155	137.710,00	137.710,00	722,00	44.563,33
156	139.380,00	139.380,00	722,00	45.100,00
157	141.060,00	141.060,00	722,00	45.640,00
158	142.750,00	142.750,00	722,00	46.183,33
159	144.450,00	144.450,00	722,00	46.730,00
160	146.160,00	146.160,00	722,00	47.280,00
161	147.880,00	147.880,00	722,00	47.833,33
162	149.610,00	149.610,00	722,00	48.390,00
163	151.350,00	151.350,00	722,00	48.950,00
164	153.100,00	153.100,00	722,00	49.513,33
165	154.860,00	154.860,00	722,00	50.080,00
166	156.630,00	156.630,00	722,00	50.650,00
167	158.410,00	158.410,00	722,00	51.223,33
168	160.200,00	160.200,00	722,00	51.800,00
169	162.000,00	162.000,00	722,00	52.380,00
170	163.810,00	163.810,00	722,00	52.963,33
171	165.630,00	165.630,00	722,00	53.550,00
172	167.460,00	167.460,00	722,00	54.140,00
173	169.300,00	169.300,00	722,00	54.733,33
174	171.150,00	171.150,00	722,00	55.330,00
175	173.010,00	173.010,00	722,00	55.930,00
176	174.880,00	174.880,00	722,00	56.533,33
177	176.760,00	176.760,00	722,00	57.140,00
178	178.650,00	178.650,00	722,00	57.750,00
179	180.560,00	180.560,00	722,00	58.363,33
180	182.480,00	182.480,00	722,00	58.980,00
181	184.410,00	184.410,00	722,00	59.600,00
182	186.350,00	186.350,00	722,00	60.223,33
183	188.300,00	188.300,00	722,00	60.850,00
184	190.260,00	190.260,00	722,00	61.480

EMENDA Nº 21

Inclui as categorias funcionais de medicina específica, médico do trabalho, médico veterinário e médico de saúde pública no Anexo I do Art. 2º da Medida Nº 106 de 16 de novembro de 1989.

JUSTIFICATIVA

As categorias funcionais de medicina específica assim nominadas no Anexo XVIII da Medida Provisória Nº 106, que rege os vencimentos e salários aplicáveis aos cargos e empregos do servidor público federal, recebiam, até o mês de outubro decorrente, seus vencimentos ombreados com as demais categorias de nível superior, especialmente com os médicos generalistas enquadrados no Anexo I da referida Medida.

No bojo desta proposta governamental, as categorias do médico do trabalho, médico veterinário e médico de saúde pública foram, inexplicavelmente, aliadas do Anexo I e colocadas no Anexo XVIII, com vencimentos flagrantemente inferior ao do médico generalista.

Este procedimento consagra um tratamento desigual para profissionais que realizam tarefas assemelhadas, tem a mesma carga horária e estão incluídos na mesma linha de atividades.

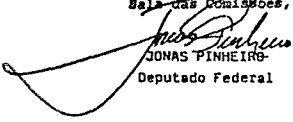
O Decreto Lei 1445 de 13/02/76 inclui os médicos veterinários na categoria médica, fixa a jornada de 4 (quatro) horas de trabalho e permite a acumulação de dois cargos ou empregos, com base na Constituição.

Em acórdão do Tribunal Federal de Recursos ficou consagrada a inclusão do médico veterinário na classe médica, confirmando tratamento que já vinha dispensado pelo Governo Federal, com base legal.

Estabelecer uma tabela de vencimentos aos referidos profissionais (Anexo XVIII) sensivelmente inferior a dos demais profissionais, médicos, enquadrados no Anexo I e que tem a mesma jornada de trabalho, configura-se uma discriminação odiosa que exige reparação imediata.

O Anexo XVIII cristaliza ainda uma desobediência ao parágrafo 1º - Art. 39 seção 11 da Constituição, que prevê tratamento isonômico para a classe assemelhadas. Note-se que este tratamento já vinha sendo praticado até o advento desta Medida Provisória, reconhecendo portanto, a legitimidade do preceito.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1989


JONAS PINHEIRO
Deputado Federal

EMENDA Nº 22

A Medida Provisória nº 121, de 11 de dezembro de 1989.

Inclua-se, como art. 4º da Medida Provisória nº 121/89, renumerando-se os demais:

"Art. 4º - Aplicam-se os Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior do Plano de Cargos e Empregos, instituído na conformidade da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o parágrafo 1º do artigo 39 da Constituição Federal".

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta se inspira nos princípios consagrados em nossa Carta Magna para implantar a prática de Isonomia no âmbito do Poder Executivo conforme determina o parágrafo 1º, do artigo 39 da Constituição Federal. Aliás, há um precedente que se enquadra perfeitamente no caso em foco. Trata-se da Justificação feita pelo Mi-

nistro Marcelo Pimentel, em 01.12.88, sobre o reajuste de proventos dos servidores da Justiça do Trabalho, quando afirmou, textualmente:

"A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 estipula, no § 1º do art. 39, que a Lei assegurará aos servidores da administração direta, Isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, obviamente, ante os grandes encargos prioritários que o Congresso Nacional tem de enfrentar após o advento da nova Carta Magna, não se poderá exigir que se dê rápido e exato cumprimento ao § 1º do art. 39, através da aprovação de um novo e complexo Plano de Classificação de Cargos. No entanto, torna-se indispensável que de forma urgente se procure compensar os vencimentos atualmente existentes, enquanto não se regularizar o § 1º do art. 39 da Constituição Federal".

A emenda ora apresentada tem como princípio fundamental, estabelecer a equivalência de remuneração salarial entre o Médico Veterinário e o Engenheiro Agrônomo do Ministério da Agricultura, tendo em vista, sobretudo, o fato desses servidores estarem vinculados à mesma Pasta e a complementariedade das atividades por eles desempenhadas no Ministério da Agricultura serem as mesmas.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1989.


DEP. EDUARDO HOLANDA

EMENDA Nº 23

A Medida Provisória nº 121, de 11 de dezembro de 1989.

Inclua-se, como art. 4º da Medida Provisória nº 121/89, renumerando-se os demais:

"Art. 4º - Aplicam-se aos Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior do Plano de Cargos e Empregos, instituído na conformidade da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o parágrafo 1º do artigo 39 da Constituição Federal."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta se inspira nos princípios consagrados em nossa Carta Magna para implantar a prática de Isonomia no âmbito do Poder Executivo conforme determina o parágrafo 1º, do artigo 39 da Constituição Federal. Aliás, há um precedente que se enquadra perfeitamente no caso em foco. Trata-se da Justificação feita pelo Ministro Marcelo Pimentel em 01.12.88, sobre o reajuste de proventos dos servidores da Justiça do Trabalho, quando afirmou, textualmente:

"A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 estipula, no § 1º do art. 39, que a Lei assegurará aos servidores da administração direta Isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, obviamente, ante os grandes encargos prioritários que, o Congresso Nacional tem de enfrentar após o advento

to da nova Carta Magna, não se poderá exigir que se dê rápido e exato cumprimento ao § 1º do art. 39 através da aprovação de um novo e complexo Plano de Classificação de Cargos. No entanto, torna-se indispensável que de forma urgente se procure compensar os desníveis atualmente existentes, enquanto não se regulamentar o § 1º do art. 39 da Constituição Federal."

A emenda ora apresentada tem como princípio fundamental manter a equivalência de remuneração salarial entre o Médico Veterinário e o Engenheiro Agrônomo do Ministério da Agricultura, tendo em vista, sobretudo, o fato desses servidores estarem vinculados à mesma Pasta e a complementariedade das atividades por eles desenvolvidas no Ministério da Agricultura serem as mesmas.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1989.


VALDIR COLATTO —
Deputado Federal

EMENDA Nº 24

A Medida Provisória nº 121, de 11 de dezembro de 1989.

Inclua-se, como art. 4º da Medida Provisória nº 121/89, renumerando-se os demais:

"Art. 4º - Aplicam-se os Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior do Plano de Cargos e Empregos, instituída na conformidade da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o parágrafo 1º do artigo 39 da Constituição Federal".

JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta se inspira nos princípios consagrados em nossa Carta Magna para implantar a prática de Isonomia no âmbito do Poder Executivo, conforme determina o parágrafo 1º, do artigo 39, da Constituição Federal. Aliás, há um precedente que se enquadra perfeitamente no caso em foco. Trata-se da Justificação feita pelo Ministro Marcelo Pimentel, em 01.12.88, sobre o reajuste de proventos dos servidores da Justiça do Trabalho, quando afirmou, textualmente:

"A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 estipula, no § 1º do art. 39, que a Lei assegurará aos servidores da administração direta, Isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, obviamente, ante os grandes encargos prioritários que o Congresso Nacional tem de enfrentar após o advento da nova Carta Magna, não se poderá exigir que se dê rápido e exato cumprimento ao § 1º do art. 39, através da aprovação de um novo e complexo Plano de Classificação de Cargos. No entanto, torna-se indispensável que de forma urgente se procure os desníveis atualmente existentes, enquanto não se regulamentar o § 1º do art. 39 da Constituição Federal".

A emenda ora apresentada tem como princípio fundamental manter a equivalência de remuneração salarial entre o Médico Veterinário e o Engenheiro Agrônomo do Ministério da Agricultura, tendo em vista, sobretudo, o fato desses servidores estarem vinculados à mesma Pasta e

a complementariedade das atividades por eles desenvolvidas no Ministério da Agricultura serem as mesmas.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 1989


Dep. Floriciano Faixão

EMENDA Nº 25

A Medida Provisória nº 121, de 11 de dezembro de 1989.

Inclua-se, como art. 4º da Medida Provisória nº 121/89, renumerando-se os demais:

"Art. 4º - Aplicam-se os Médicos Veterinários e Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura, do Grupo Outras Atividades de Nível Superior do Plano de Cargos e Empregos, instituído na conformidade da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o parágrafo 1º do artigo 39 da Constituição Federal".

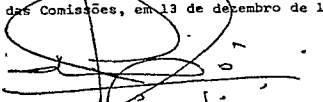
JUSTIFICAÇÃO

A emenda proposta se inspira nos princípios consagrados em nossa Carta Magna para implantar a prática de Isonomia no âmbito do Poder Executivo conforme determina o parágrafo 1º, do artigo 39 da Constituição Federal. Aliás, há um precedente que se enquadra perfeitamente no caso em foco. Trata-se da Justificação feita pelo Ministro Marcelo Pimentel, em 01.12.88, sobre o reajuste de proventos dos servidores da Justiça do Trabalho, quando afirmou, textualmente:

"A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988 estipula, no § 1º do art. 39, que a Lei assegurará aos servidores da administração direta, Isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, obviamente, ante os grandes encargos prioritários que o Congresso Nacional tem de enfrentar após o advento da nova Carta Magna, não se poderá exigir que se dê rápido e exato cumprimento ao § 1º do art. 39, através da aprovação de um novo e complexo Plano de Classificação de Cargos. No entanto, torna-se indispensável que de forma urgente se procure compensar os desníveis atualmente existentes, enquanto não se regulamentar o § 1º do art. 39 da Constituição Federal".

A emenda ora apresentada tem como princípio fundamental, manter a equivalência de remuneração salarial entre o Médico Veterinário e o Engenheiro Agrônomo do Ministério da Agricultura, tendo em vista, sobretudo, o fato desses servidores estarem vinculados à mesma Pasta e a complementariedade das atividades por eles desenvolvidas no Ministério da Agricultura serem as mesmas.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1989.


A. L. Deslauriers
DEPUTADO FEDERAL (PFL)

EMENDA Nº 26

A Medida Provisória nº 121, de 11 de dezembro de 1989.
Exclua-se do art. 5º a expressão:

"... desde que não ocupem cargos ou empregos efetivos na Administração Pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios"

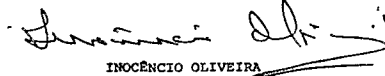
JUSTIFICATIVA

Tal como está redigido, o art. 59 estabelece odiosa discriminação contra os membros da Advocacia Consultiva da União originários dos Quadros da Administração Direta, Indireta e Fundacional, ao limitar o pagamento da gratificação de produtividade a apenas aqueles provenientes das atividades privadas.

Além da discriminação apontada, o artigo, tal como está, é flagrantemente inconstitucional, porque promove redução de remuneração de servidor público, em afronta ao preceito constitucional do art. 37, inciso XV, que assegura a irredutibilidade dos vencimentos.

O acolhimento desta Emenda promoverá o reestabelecimento da justiça e da equidade de tratamento para os membros da Advocacia Consultiva da União.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1989.


INOCÊNCIO OLIVEIRA

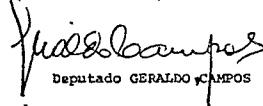
EMENDA Nº 27

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1989.

Acrescenta-se ao artigo 5º da Medida Provisória nº 121, de 06 de dezembro de 1989, parágrafo único, com a seguinte redação:

Parágrafo único - Fica instituída gratificação a ser concedida aos ocupantes de cargos ou empregos, de nível superior, integrantes do grupo NS - 900, não beneficiados pelo artigo 1º desta Medida Provisória, no percentual de 100% sobre a referência NS - 25.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1989.


Deputado GERALDO CAMPOS

JUSTIFICATIVA

À luz dos dispositivos constitucionais expostos, principalmente, no artigo 39 e no 24, do Ato das Disposições Transitorias da Constituição Federal, entendo que a implantação do Regime Jurídico Único, do Sistema de Carreiras e da consequente Isonomia Salarial, são procedimentos que devem ocorrer concomitantemente e obedecer aos princípios comuns à sociedade democrática.

Ao mesmo tempo, reconheço que a estrutura salarial da Administração Pública Federal encontra-se totalmente desorganizada, à medida em que as categorias são diferenciadas por gratificações diversas, muitas das quais, ligadas ao casuísmo; e equiparadas no vencimento básico, que é o salário propriamente dito, vilipendiado ao longo do tempo e que representa uma parcela ínfima da remuneração do servidor.

A Medida Provisória nº 95, após um exame apurado, revela que o objetivo principal da sua edição, prendeu-se à necessidade de se dar o primeiro passo para a reorganização da estrutura salarial da Administração Pública Federal, eliminando o conjunto de gratificações que deformavam todo o sistema e, consequentemente, resgatando o poder aquisitivo de um número considerável de servidores, que se encontravam numa situação de penúria absoluta.

O passo seguinte, pela lógica, seria, após a aprovação e implantação da Lei que trata do Sistema de Carreiras, a adoção de Isonomia Salarial enunciada na Carta Magna.

No entanto, a edição da M.P. 106 de 14/11/89, revelou um desvio do objetivo inicial, proposto na M.P. 95, inserido no artigo 3º e seu parágrafo.

Não bastasse esse desvio, a edição da M.P. nº 109 de 10/11/89 revelou uma ampliação das excepcionalidades, de modo a recuperar gratificações que haviam sido incorporadas pela M.P. nº 95, discriminando significativamente os servidores de nível superior, integrantes do Grupo N.S. 900, dentre os quais: Administradores, Economistas, Técnicos de Planejamento, Assistentes Sociais, Médicos, Engenheiros, Estatísticos, Arquivistas, Bibliotecários, Analistas de Sistemas, etc.

Com a edição da MPV nº 121, de 06/12/89, os integrantes do Grupo NS 900 foram penalizados com um desnivelamento salarial que varia de 189,5% a 162,3% em relação às carreiras beneficiadas com esse diploma legal, conforme demonstrativo anexo.

Em vista do exposto e não concordando com os desvios apontados e suas consequentes discriminações, principalmente o que distingue os servidores da Administração como se existissem os de 1ª e 2ª categorias; e partindo da premissa de que prevalece o disposto nas Medidas Provisórias 106, 109 e 121, apresento a emenda anexa como forma de evitar uma disparidade ainda maior nos níveis de remuneração dos servidores públicos.

DEMONSTRATIVO DA DIFERENÇA SALARIAL EXISTENTE ENTRE AS CARREIRAS QUE OBTIVERAM "ISONOMIA" E AS DEMAIS DE NÍVEL SUPERIOR (Lei 5645) AINDA NÃO CONTEMPLADAS. (Em 11.12.89)

SISTEMA DE REFERÊNCIAS	MED. 106/89 REMUNERAÇÃO	SISTEMA DE CARREIRAS	MED. 121/89 REMUNERAÇÃO	DIFERENÇA CONSTATA	PERCENTUAL
Nível Superior		Nível Superior			
Administrador - Ecq nomista - Contador - etc.		Auditor do Tesouro - Analista de Orçamento Analista de Finanças Gestor Governamental			
Classe "A" NS - 05	4.219,86	Classe "A" - Padrão I	12.218,01	7.998,17	189,5%
Classe "S" - NS - 25	7.993,59	Classe Especial Padrão III	20.869,20	12.915,61	162,3%

EMENDA Nº 28MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 1989

Dispõe sobre a remuneração dos servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências.

Acrescenta-se ao artigo 59, à Medida Provisória nº 121, de 1989, o seguinte:

Parágrafo Único. A gratificação de Desempenho de Atividade Mineral, de que trata o Decreto-lei nº 2.385, de 18 de dezembro de 1987, e na conformidade da EM nº 86/88, de 04 de outubro de 1988 (D.O.U. de 07.10.88), continuará a ser paga aos servidores do Ministério das Minas e Energia - DNPM, CNP, DNAEE e Núcleo Central.

JUSTIFICATIVA

01 - A presente emenda visa corrigir uma injustiça cometida aos servidores públicos civis da União com respeito ao benefício já instituído pelo Decreto-lei nº 2.385/87 e E.M. nº 86/88, de 04/10/88.

02 - O Poder Executivo ao editar a Medida Provisória nº 121/89, cujo fundamento é o de conceder isonomia de vencimentos, aproveita para deixar de fora novamente os servidores do Ministério das Minas e Energia, ferindo uma direito por eles adquirido e assegurado pela Constituição (art. 39 parágrafo 1º), aos servidores do DNPM, CNP, DNAEE e Núcleo Central, e aumentando os vantagens de carreiras já bastante beneficiadas.

03 - Tal procedimento faz, por outro lado, uma clara discriminação aos servidores públicos do Ministério das Minas e Energia - DNPM, CNP, DNAEE e Núcleo Central, uma vez que outros órgãos da mesma administração direta tiveram suas gratificações mantidas dentro das excepcionalidades.

Diante do exposto e, considerando que os servidores públicos não devem "ipso facto" sofrer discriminações de quais quer ordem, temos a certeza que a presente EMENDA encontrará apoio em nossos eminentes pares para sua aprovação.

Valmir Campos
PTB-DF
Deputado VALMIR CAMPELO

EMENDA Nº 29

À Medida Provisória nº 121, de 6 de dezembro de 1989, inclua-se no art. 59, o seguinte parágrafo único:

"Parágrafo Único. A gratificação de que trata o art. 4º do Decreto-lei nº 2.117, de 2 de maio de 1984, mantida, para o Consultor-Geral da República, Consultores da República e Consultores Jurídicos pelo inciso XVII do art. 29 da Medida Provisória nº 106, de 14 de novembro de 1989, e devida aos titulares dos demais cargos em comissão a que se refere o inciso II do Decreto-lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987".

JUSTIFICATIVA

A Emenda objetiva sanar o privilégio deferido, pela Medida Provisória nº 106, apenas aos titulares dos cargos em comissão de Consultor-Geral da República, Consultores da República e Consultores Jurídicos dos Ministérios, excluindo, sem qualquer justificativa, os Procuradores-Gerais das Autarquias federais e da Fazenda Nacional, os Procuradores-Regionais, os Procuradores - Chefes nos Estados e demais cargos em comissão reservados aos Procuradores Autárquicos e da Fazenda.

Para exemplificar, os titulares de cargos privilegiados pela Medida Provisória passaram a perceber, além da retribuição, própria da função de confiança (DAS-5, DAS-4, etc), mais 70% a título de gratificação de prestação jurisdicional, a qual, entretanto, não foi concedida aos Procuradores-Gerais e Procuradores-Chefes do IAPAS, DNER, SUNAB e outras autarquias e os da Fazenda.

A Emenda ora proposta elimina esse tratamento discriminatório injustificável e evita que os prejudicados se vejam compelidos a buscar a correção pela via judicial, com base no princípio constitucional da isonomia.

Sala das sessões, em 13 de dezembro de 1989.

Inocêncio Oliveira
INOCÊNCIO OLIVEIRA

EMENDA Nº 30

A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1989.

"Dispõe sobre a remuneração dos servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências."

Dê-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 121, de 6 de dezembro de 1989, a redação que se segue:

"Art. 6º - Fica excluído o Anexo XVIII da Medida Provisória nº 106, de 1989, ficando a remuneração dos servidores das categorias funcionais nele referidas regulada pelo disposto na Tabela para o Nível Superior do Anexo I, substituídos os Anexos XX e XXI pelos Anexos X e XI desta Medida Provisória."

JUSTIFICAÇÃO

As categorias funcionais de medicina específica, assim nominadas no Anexo XVIII da Medida Provisória nº 106, que rege os vencimentos e salários aplicáveis aos cargos e empregos do servidor público federal, recebiam, até o mês de outubro do corrente ano, seus vencimentos onerados com as demais categorias de nível superior, especialmente com os médicos generalistas enquadrados no Anexo I da referida Medida.

No bojo desta proposta governamental, as categorias de médico do trabalho, médico veterinário e médico de saúde pública foram, inexplicavelmente, aliadas do Anexo I e colocados no Anexo XVIII, com vencimento flagrantemente inferior ao do médico generalista.

Este procedimento consagra um tratamento desigual para profissionais que realizam tarefas semelhantes, têm a mesma carga horária e estão incluídos na mesma de atividades.

O Decreto-Lei 1445, de 13 de dezembro de 1976, incluí os médicos veterinários na categoria médica, fixa a jornada de 04 (quatro) horas de trabalho e permite a acumulação de dois cargos ou empregos, com base na Constituição.

Estabelecer uma tabela de vencimentos aos referidos profissionais (Anexo XVIII) sensivelmente inferior a dos demais profissionais médicos, enquadrados no Anexo I e que têm a mesma

jornada de trabalho, configura-se uma discriminação odiosa, que, exige reparação imediata.

O Anexo XVIII, cristaliza, ainda, uma desobediência ao parágrafo 1º - Art. 39 - Seção II, da Constituição, que prevê tratamento isonômico para classes semelhantes. Note-se que este tratamento já vinha sendo praticado até o advento desta Medida Provisória (nº 106), reconhecendo, portanto, a legitimidade do preceito.

Sala das Comissões, em de dezembro de 1989.

Deputado VALMIR CAMPELO

EMENDA Nº 31

A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121 DE 11 DE DEZEMBRO DE 1989

Incluir, no Art. 6º da Medida Provisória nº 121/89, disposição legal, renumerando o atual e os demais artigos:

"Art. 6º - A gratificação a que se refere o § 2º do Art. 7º da Lei nº 7.855 de 24 de outubro de 1989, será atribuída aos integrantes da carreira abrangida pela Lei nº 7.623, de 09 de outubro de 1987."

JUSTIFICATIVA

A Categoria Funcional de Fiscal de Derivados de Petróleo e Outros Combustíveis, que integra o Grupo - Atividades de Fiscalização de Combustíveis, foi criada com fundamento no art. 4º da Lei nº 5.645 de 1º de dezembro de 1970, e teve seus valores de retribuição e providências pertinentes estabelecidos na Lei número 7.623, de 9 de outubro de 1987.

A atividade dos integrantes dessa categoria consiste na fiscalização de empresas que operam no comércio, transporte e distribuição de derivados do petróleo.

A atribuição da gratificação a que se refere o § 2º do art. 7º da Lei nº 7.855 de 24 de outubro de 1989 atende ao princípio constitucional de isonomia salarial entre as funções iguais ou semelhantes, conforme, aliás, já determina o art. 39, § 1º, ao dispor que a Lei

"assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes."

O próprio Governo Federal, no Projeto de Lei número 4.059, de 1989, consagra esse princípio ao estabelecer, no Parágrafo Único de seu art. 1º que

"aos funcionários abrangidos por esta Lei é assegurada isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo poder ou entre funcionários dos três poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho."

Nada mais igual, especialmente quanto à natureza e complexidade, que as atribuições conferidas ao Fiscal de Derivados de Petróleo e Outros Combustíveis, cuja atividade propicia e carrega volumosa receita para os cofres públicos, decorrente da aplicação de multas a infratores da legislação própria.

Assim, não implicando aumento de despesa, a inclusão proposta, sobre ser de inquestionável justiça, atende ao interesse da própria administração pública federal - carente de instrumentos estimuladores ao carregamento de recursos financeiros adicionais, não penalizando, por outro lado, a sociedade com aumento da carga tributária ou contributiva.

Sala das Comissões, 13 de Dezembro de 1989.

Dep. FARAGULINE JUNIOR
PTB/SP

EMENDA Nº 32

A Medida Provisória nº 121/89

O artigo 7º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º - A Secretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, no prazo de vinte dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, fará publicar, no Diário Oficial da União, as tabelas de remuneração dos servidores das Campanhas de Saúde Pública, instituídas de conformidade com a Lei nº 5.026, de 14 de julho de 1966, nos valores vigentes no mês de outubro de 1989, reajustados em 31,07%, bem como as relativas aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (TAF-605) em decorrência das atividades isonômicas previstas no Art. 2º da Lei nº 6.185/74, correspondente à tabela constante do Anexo II (Auditor do Tesouro Nacional), respeitada a correlação entre a referência e o padrão de maior valor, adaptando-se as demais de forma equivalente."

JUSTIFICATIVA

A omissão do Poder Executivo, deixando de incluir a categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias (TAF-605) na abrangência desta Medida Provisória, fere dispositivos constitucionais e estabelece um tratamento altamente discriminatório e sobremaneira injusto, que cumpre reparar com a devida urgência.

Os Auditores do Tesouro Nacional, justa e corretamente aquinhoados com a tabela de remuneração do Anexo II, e os Fiscais de Contribuições Previdenciárias, omitidos na Medida Provisória, são cargos de atribuições iguais, passíveis, portanto, de isonomia de vencimentos, em cumprimento à Constituição Federal.

A identidade de atribuições entre esses grupamentos fiscais pode ser assim sintetizada:

a) a relação de atividades de um e de outro dos grupos, discriminada em atos próprios do Poder Executivo, guarda entre si absoluta pertinência e semelhança;

b) são equivalentes, igualmente, a complexidade e a responsabilidade das tarefas atribuídas aos integrantes da categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias e da carreira Auditor Fiscal do Tesouro Nacional;

c) as receitas fiscais e de contribuições previdenciárias, afetas, respectivamente, a cada um dos grupos, equivalem-se, em valor;

d) a Lei nº 6.185/74, ao definir as funções típicas do Estado, isto é, aquelas que não têm correspondência na iniciativa privada, incluiu, no mesmo plano, em igualdade de condições, como exercidas dessas funções, os fiscais de tributos e de contribuições previdenciárias. Cabe esclarecer que os servidores responsáveis pelas funções elencadas no referido diploma legal todos estão abrangidos nesta Medida Provisória, exceto os Fiscais de Contribuições Previdenciárias, o que caracteriza uma omissão imperdoável;

e) a isonomia salarial entre esses dois grupamentos fiscais já foi reconhecida pela Justiça Federal que, em histórica decisão, já transitada em julgado, deu ganho de causa a centenas de Fiscais de Contribuições Previdenciárias que, hoje, têm sua remuneração equivalente à do Auditor Fiscal de mesmo nível.

Esses fatos, tão-somente, justificariam à larga a justiça e propriedade desta Emenda, reparadora de uma discriminação que não pode e não deve subsistir no regime democrático, sob pena de maculá-lo em seus princípios e fundamentos.

Mas, sobretudo, é de se destacar o merecimento de que se reveste a proposta: a categoria dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, embora o insuficiente quantitativo de seus quadros, vem dando provas de eficiência e eficácia notáveis, conforme atestam os indicadores da receita previdenciária que, desde 1985, apresentam crescimento real, apesar da conjuntura desfavorável, ensejando, em que pese

a reiterada inadimplência da União para com o SINPAS, a manutenção dos benefícios e serviços previdenciários, e, até, mesmo, sua expansão.

A proposta de se atribuir aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias a remuneração do Auditor Fiscal, constante do Anexo II, a partir dos respectivos tetos, encontra perfeita guarida na Lei e justificação ampla nos mais comzeinhos princípios de Justiça.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1989

[Assinatura]
RODOLFO J. XIANG
DEPUTADO FEDERAL

LEI Nº 6.185 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974

Dispõe sobre os servidores públicos civis da Administração Federal direta e autárquica, segundo a natureza jurídica do vínculo empregatício, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os servidores públicos civis da Administração Federal direta e autárquica reger-se-ão por disposições estatutárias ou pela legislação trabalhista em vigor.

Art. 2º Para as atividades inerentes ao Estado como Poder Público sem correspondência no Setor privado, compreendidas nas áreas de Segurança Pública, Diplomacia, Tributação, arrecadação e fiscalização de Tributos Federais e contribuições previdenciárias e no Ministério Público, so se nomearão servidores cujos deveres, direitos e vantagens sejam os definidos em Estatuto próprio, na forma do Art. 109 da Constituição Federal.

Art. 3º Para as atividades não compreendidas no artigo precedente, so se admitirão servidores regidos pela legislação trabalhista, sem os efeitos de greve e sindicalização, aplicando-se-lhes as normas que disciplinam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão admitidos para cargos integrantes do Plano de Classificação, com a correspondente remuneração.

Art. 4º A julgo do Poder Executivo, nos casos e condições que especificar, inclusive quanto à fonte de custeio, os funcionários públicos estatutários poderão optar pelo regime do artigo 3º.

§ 1º Será computado, para o gozo dos direitos assegurados na legislação trabalhista e de previdência social, inclusive para efeito de carência, o tempo de serviço anteriormente prestado à Administração Pública pelo funcionário que fizer a opção referida neste artigo.

§ 2º A contagem do tempo de serviço de que trata o parágrafo anterior far-se-á segundo as normas pertinentes ao regime estatutário, computando-se em dobro, para fins de aposentadoria, os períodos de licença especial não gozada, cujo direito haja sido adquirido sob o mesmo regime.

Art. 5º Os encargos sociais de natureza contributiva, da União e das respectivas autarquias, em relação ao pessoal regido pela legislação trabalhista, restringir-se-ão às contribuições para o Instituto Nacional de Previdência Social, inclusive as incidentes sobre o 13º (décimo-terceiro) salário, às cotas do salário-família e aos depósitos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos termos das respectivas legislações.

Parágrafo único. Dos orçamentos da União e das autarquias deverão constar, as dotações necessárias ao custeio dos encargos de que trata este artigo.

Art. 6º Os atuais funcionários que não fizerem a opção prevista no artigo 4º serão mantidos no regime estatutário.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas os §§ 1º e 2º do artigo 3º, da Lei número 5.886, de 31 de maio de 1973; o parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 5.914, de 31 de agosto de 1973, o parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 5.321, de 19 de setembro de 1973; o parágrafo único, do artigo 4º da Lei nº 5.968, de 11 de dezembro de 1973; o parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 5.990, de 17 de dezembro de 1973, e demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1974; 153ª da Independência e 86ª da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Geraldo Azevedo Renning

Sylvio Frota

Antônio Francisco Azêvedo da Silva

Mário Henrique Simonsen

Dyrcen Araújo Nogueira

Alysson Paulinelli

Ney Braga

Arnaldo Prieto

J. Araripê Macedo

Paulo de Almeida Macnado

Severo Façundes Gomes

Shigeaki Ueki

Jodo Paulo dos Reis Velloso

Maurício Rangel Reis

Euclides Quandt de Oliveira

Hugo de Andrade Abreu

Golbery do Couto e Silva

João Baptista de Oliveira

Figueiredo

Antônio Jorge Correa

L. G. do Nascimento e Silva

EMENDA Nº 33

À Medida Provisória nº 121/89

O artigo 79 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 79 - A Secretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, no prazo de vinte dias, contado da data de publicação desta Medida Provisória, fará publicar, no Diário Oficial da União, as tabelas de remuneração dos servidores das Campanhas de Saúde Pública, instituídas de conformidade com a Lei nº 5.026, de 14 de julho de 1966, nos valores vigentes no mês de outubro de 1989, reajustados em 31,07%, bem como as relativas aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (TAF-604) em decorrência das atividades isonômicas previstas no Art. 29 da Lei nº 6.185/74, correspondente à tabela constante do Anexo II (Auditor do Tesouro Nacional), respeitada a correlação entre a referência e o padrão de maior valor, adaptando-se as demais de forma equivalente."

JUSTIFICATIVA

A omissão do Poder Executivo, deixando de incluir a categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias (TAF-605) na abrangência desta Medida Provisória, fere dispositivos constitucionais e estabelece um tratamento altamente discriminatório e sobremaneira injusto, que cumpre reparar com a devida urgência.

Os Auditores do Tesouro Nacional, justa e corretamente aquinhoados com a tabela de remuneração do Anexo II, e os Fiscais de Contribuições Previdenciárias, omitidos na Medida Provisória, são cargos de atribuições iguais, passíveis, portanto, de isonomia de vencimentos, em cumprimento à Constituição Federal.

A identidade de atribuições entre esses grupamentos fiscais pode ser assim sintetizada:

- a) a relação de atividades de um e de outro dos grupos, discriminada em atos próprios do Poder Executivo, guarda entre si absoluta pertinência e semelhança,
- b) são equivalentes, igualmente, a complexidade e a responsabilidade das tarefas atribuídas aos integrantes da categoria funcional de Fiscal de Contribuições Previdenciárias e da carreira Auditor Fiscal do Tesouro Nacional,
- c) as receitas fiscais e de contribuições previdenciárias, afetas, respectivamente, a cada um dos grupos, equivalem-se em valor;
- d) a Lei nº 6.185/74, ao definir as funções típicas do Estado, isto é, aquelas que não têm correspondência na iniciativa privada, incluiu, no mesmo plano, em igualdade de condições, como exercentes dessas funções, os fiscais de tributos e de contribuições previdenciárias. Cabe esclarecer que os servidores responsáveis pelas funções elencadas no referido diploma legal todos estão abrangidos nesta Medida Provisória, exceto os Fiscais de Contribuições Previdenciárias, o que caracteriza uma omissão imperdoável;
- e) a isonomia salarial entre esses dois grupamentos fiscais já foi reconhecida pela Justiça Federal que, em histórica decisão, já transitada em julgado, deu ganho de causa a centenas de Fiscais de Contribuições Previdenciárias que, hoje, têm sua remuneração equivalente à do Auditor Fiscal de mesmo nível.

Esses fatos, tão somente, justificariam à larga a justiça e propriedade desta Emenda, reparadora de uma discriminação que não pode e não deve subsistir no regime democrático, sob pena de maculá-lo em seus princípios e fundamentos.

Mas, sobretudo, é de se destacar o merecimento de que se reveste a proposta: a categoria dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias, embora o insuficiente quantitativo de seus quadros, vem dando provas de eficiência e eficácia notáveis, conforme atestam os

Indicadores da receita previdenciária que, desde 1985, apresentam crescimento real, apesar da conjuntura desfavorável, ensejando, em que pese a reiterada inadimplência da União para com o SINPAS, a manutenção dos benefícios e serviços previdenciários, e, até mesmo, sua expansão.

A proposta de se atribuir aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias a remuneração do Auditor Fiscal, constante do Anexo II, a partir dos respectivos tetos, encontra perfeita guarida na Lei e justificação ampla nos mais consesquinos princípios de Justiça.

Sala das Comissões,

Brasília, 12 de dezembro de 1989


Dep. Floriceno Paixão

EMENDA Nº 34

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1989.

Acrescente-se o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Art. 7º O inciso VII do art. 6º da Medida Provisória nº 106, de 1989, passa a vigorar com a redação seguinte:

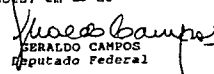
"Art. 6º

VII - indicação para ministrar aulas, submeter-se a treinamento ou aperfeiçoamento relacionados com o cargo ou emprego, e licença para o desempenho de mandato classista."

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal no seu art. 8º garante a livre associação profissional ou sindical, protegendo o direito de exercício de mandato classista, fortificando a sindicalização como instrumento de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. Portanto, o servidor eleito para o exercício de mandato classista não pode ser penalizado por representar a sua categoria.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1989.


GERALDO CAMPOS
Deputado Federal

EMENDA Nº 35

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 1989.

Inclua-se no texto da Medida Provisória nº 121, de 1989, o seguinte, art. 79, renumerando-se os demais:

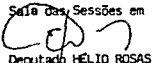
"Art. 79 Aplica-se aos integrantes da Categoria Funcional de Fiscais de Tributos de Açúcar e Alcool, TAF-604, do Grupo - Tributação, Arrecadação e Fiscalização, TAF-60C, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o sig

posto no artigo 11 da Lei nº 7.787, de 30 de junho de 1989,
e no art. 5º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988."

JUSTIFICAÇÃO

A medida proposta estende aos Fiscais de Tributos de Açúcar e Alcool, do Grupo TAF - 604, o disposto no art. 11 da Lei nº 7.787, de 30 de junho de 1989, e no art. 5º da Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio salarial existente entre os integrantes da referida categoria funcional e os demais servidores do Grupo - Tributação, Arrecadação e Fiscalização, quando da implantação do plano de classificação de cargos da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970.

Sala das Sessões em 12 de dezembro de 1989.


Deputado HELIO ROSAS


EMENDA Nº 36

Suprima-se do art. 9º da Medida Provisória nº 121/89, a expressão " e o art. 5º da Medida Provisória nº 109, de 20 de novembro de 1989"

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1989.

JUSTIFICATIVA

A gratificação prevista no art. 5º da Medida Provisória nº 109/89, foi conquistada pelos integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, após um longo período de negociação com as autoridades públicas federais, com o objetivo de melhorar a remuneração dos integrantes da mencionada carreira e fornecer à Secretaria da Receita Federal um instrumento de administração com vistas a uma melhor produtividade do órgão.


Mussa Dómes
Deputado Federal

EMENDA Nº 37

À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1989.

"Dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências"

Dê-se ao art. 9º da Medida Provisória nº 121, de 06 de dezembro de 1989, a redação que se segue:

"Art. 9º - É mantida a gratificação de que tratam os artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 2.385, de 18 de dezembro de 1987, e ficam revogados o § 4º do art. 2º da Medida Provisória nº 106, de 1989, e o art. 5º da Medida Provisória nº 109, de 20 de novembro de 1989."

JUSTIFICAÇÃO

A gratificação de desempenho de atividade mineral foi instituída pelo Decreto-Lei nº 2.385/87 e constitui direito adquirido, assegurado pelo parágrafo 1º do art. 3º da Constituição.

A Medida Provisória nº 106/89, ao extinguir a gratificação de Desempenho Mineral, faz uma injustificada discriminação aos servidores do DNPM, órgão da administração direta, vez que outros órgãos da mesma administração direta e com a mesma especificidade de gratificações não tiveram tais benefícios extintos.

Sala das Comissões, em de dezembro de 1989.


Deputado VALMIR CAMPELE

EMENDA Nº 38

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89

O art. 9º da Medida Provisória nº 121/89 passa a ter a seguinte redação:

Art. 9º - Ficam revogados o § 4º do art. 2º e os incisos V, VII e VIII do § 5º do mesmo artigo 2º, todos da Medida Provisória nº 106, de 1989, e o art. 5º da Medida Provisória nº 109, de 20 de novembro de 1989.

JUSTIFICATIVA

Várias foram as injustiças cometidas na edição da Medida Provisória nº 106, mas na questão das gratificações o fato torna-se particularmente grave.

Gratificações foram reduzidas, inclusive aquelas que já se incorporaram à remuneração e aos proventos dos aposentados.

Observa-se que até os adicionais que envolvem risco de vida e insalubridade sofreram com esta medida desumana e inconstitucional. Foram ignoradas as condições perigosas e insalubres nas quais os aposentados, por exemplo, exercem sua atividade.

O governo ao propor um ligeiro aumento do vencimento ou do salário, mistifica seu propósito quando reduz os percentuais de insalubridade em até 30%.

Houve, é certo, algum reconhecimento desta situação, quando o Poder Executivo propôs, nesta Medida 121 (art. 9º) a correção parcial desta injustiça. Mas as dúvidas serão afastadas, se ocorrer modificação do pré-citado art. 9º, da Medida Provisória nº 121, conforme propomos.

Revogando-se os incisos e parágrafos citados, se restabelece a situação vigente mantidos os percentuais dos que trabalham com Raio X e não reduzindo o adicional de periculosidade.

É justa a providência uma vez que uma medida legal apressada não tem o condão de diminuir o grau de contaminação por substância radioativa.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1989.


Deputado LYSÂNIAS MACIEL

EMENDA Nº 39**A Medida Provisória 121/89**

Inclui-se no Artigo 1, inciso II " dos Engenheiros Agrônomos e Florestais, ..."

JUSTIFICAÇÃO

O Engenheiro Florestal, assim como o Engenheiro Agrônomo (regidos pela mesma legislação profissional - Lei nº 5.904) têm na natureza específica das atividades desempenhadas os mesmos ônus devido ao permanente deslocamento às regiões rurais e sobretudo às áreas florestais.

Todas as demais razões da E.M. nº 19 são válidas ao caso do engenheiro florestal que, se excluído será injustificado por desempenhar atividades semelhantes em instituições governamentais.

Sala das Comissões, 13 dezembro de 1989


ROSA PRATA

Deputado Federal

EMENDA Nº 40**MEDEIA PROVISÓRIA Nº 121, DE 1989**

Dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências.

EMENDA Nº /89

Acrescente-se, onde couber, ao Artigo 10, a Medida Provisória nº 121, de 1989, o seguinte item:

Item - Dos Engenheiros de Minas, Geólogos, Economistas, Técnicos em Mineração, e demais servidores do Departamento Nacional da Produção Mineral, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, excluindo-se as categorias funcionais incluídas no item I do Art. 19 desta Medida Provisória (Anexo.....).

JUSTIFICATIVA

01. Através do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, parágrafo único do Art. 30, foi determinada a compo-

tência do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM para a aplicação do Código de Mineração e dos diplomas legais complementares. Com o advento da Constituição Federal, promulgada em 1988, a responsabilidade e o volume de serviços do DNPM assumiram proporções incomensuráveis. Art. 20 que define os bens da União, Art. 21 que trata da competência da União; Art. 22 que estabelece a competência privativa da União para legislar, Art. 174 que aborda a organização da atividade garimpeira em cooperativas, Art. 176 que trata da autorização e concessão de lavras de recursos minerais; Arts. 43 e 44 das Disposições Transitorias que tratam da inatividade de títulos minerários, de prazo para empresas se tornarem brasileiras de capital nacional e da verticalização de empresas.

02. As atribuições específicas do DNPM exigiram a implantação do Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - PLANFAP, através de estrutura própria criada para esse fim denominada Centro de Estudos e Conferências - CENFECOM, em Itaipava - RJ, além de convênios com a Fundação Getúlio Vargas e Universidades.

03. A política salarial dos servidores públicos nos últimos anos quase levou o DNPM a uma situação de destruturação pela evasão de grande parte de seu corpo técnico para outras atividades melhor remuneradas, malgrado a reconhecida dedicação de seus servidores, pondo em sérios riscos o desempenho funcional do referido órgão. As atribuições específicas do órgão exigem uma capacitação profissional especializada.

04. A gratificação ora proposta aos servidores públicos civis do DNPM, abrangendo cerca de 1.300 (hum mil e trezentos) servidores, é baseada na especificidade do DNPM, com dotações orçamentárias próprias do Ministério das Minas e Energia - MME (Código 3111.01) não havendo, portanto, aumento de despesas, e ressaltando-se o limite máximo (R\$ 20.869,20) instituído pela própria Medida Provisória nº 121/89.

Diante do exposto e, considerando a relevância dos serviços prestados pelos servidores do DNPM na administração do subsolo brasileiro, temos convicção que a presente emenda encontrará apoio em nossos eminentes pares para sua aprovação.

Brasília-DF, de dezembro de 1989


Dep. José de Freitas

ANEXO
ART. 1 DA MEDIDA PROVISÓRIA 121/89
CLASSIFICAÇÃO
SERVIDORES DO PCC-LEI Nº 5.904/70

NÍVEL SUPERIOR		NÍVEL INTERMEDIÁRIO		NÍVEL AUXILIAR	
REFERÊNCIA	GRATIFICAÇÃO	REFERÊNCIA	GRATIFICAÇÃO	REFERÊNCIA	GRATIFICAÇÃO
03	-	03	-	03	1.207,40
04	-	04	-	04	1.235,48
05	3.375,58	05	-	05	1.263,56
06	3.437,58	06	-	06	1.291,60
07	3.596,72	07	-	07	1.319,64
08	3.712,57	08	-	08	1.347,74
09	3.832,13	09	-	09	1.375,78
10	3.952,52	10	-	10	1.403,80
11	4.082,88	11	-	11	1.431,82
12	4.216,25	12	1.784,32	12	1.459,84
13	4.350,44	13	1.833,79	13	1.501,89
14	4.490,10	14	1.884,56	14	1.544,78
15	4.634,44	15	1.934,75	15	1.588,42
16	4.783,91	16	1.979,42	16	1.602,73
17	4.937,74	17	2.044,50	17	1.657,24
18	5.096,94	18	2.102,25	18	1.673,70
19	5.261,04	19	2.160,42	19	1.719,35
20	5.430,44	20	2.220,26	20	1.747,84
21	5.605,10	21	2.281,75	21	1.784,44
22	5.785,79	22	2.344,84	22	1.822,24
23	5.972,08	23	2.409,09	23	1.861,24
24	6.164,38	24	2.476,94	24	1.901,59
25	6.362,47	25	2.545,24	25	1.943,72
26	-	26	2.615,74	26	1.987,34
27	-	27	2.688,19	27	2.032,94
28	-	28	2.762,44	28	2.079,13
29	-	29	2.828,13	29	2.126,38
30	-	30	2.877,53	30	2.174,22
31	-	31	2.929,62	31	2.223,12
32	-	32	2.984,41	32	2.272,44
33	-	33	3.041,44	33	-
34	-	34	3.099,74	34	-
35	-	35	3.159,49	35	-

EMENDA Nº 41

Inclua-se onde couber a seguinte emenda na Medida Provisória nº 121/89:

Art. Fica criada, no Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal, a Carreira de Delegado de Polícia Federal, compreendendo as Categorias de Delegado de Polícia Federal de Segun-

da Categoria, Delegado de Polícia Federal da Primeira Categoria e Delegado de Polícia Federal da Categoria Especial.

§ 1º - Fica extinta para a Categoria Funcional de Delegado de Polícia Federal a estrutura em padrões de vencimentos estabelecida no Decreto-lei 2.251, de 26 de fevereiro de 1985.

§ 2º - Os atuais cargos da Segunda Classe, da Primeira Classe e da Classe Especial, da Categoria de Delegado de Polícia Federal, da Carreira Policial Federal, de que trata o Decreto-lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, ficam transformados, respectivamente, em cargos de Segunda Categoria, Primeira Categoria e Categoria Especial da Carreira de Delegado de Polícia Federal e a remuneração é a constante do Anexo I, aplicando-se o disposto no inciso I, do art. 8º, desta Medida Provisória (Artigo 241 da Constituição Federal).

ANEXO

Art. da Lei nº , de 1989.
CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL

CATEGORIA	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO MENSAL
ESPECIAL	12.667,29	190%
PRIMEIRA	11.901,21	180%
SEGUNDA	11.390,52	175%

JUSTIFICATIVA

O objetivo da emenda ora proposta é conferir ao Delegado de Polícia Federal adequada remuneração, em cumprimento ao preceito decorrente do art. 241, combinado com o art. 135 da Constituição observados, porém, e rigorosamente, os demais comandos constitucionais aplicáveis à espécie.

As carreiras a que se refere o artigo 135 da Constituição não têm, entre elas próprias, atribuições assemelhadas, posto que não há similitude entre a Magistratura, o Ministério Público, a Advocacia Geral da União e a Defensoria Pública.

Poder-se-ia vislumbrar algumas semelhanças nas funções das duas últimas, mas a isonomia constitucional do § 1º do artigo 39 fala em cargos de atribuições iguais ou assemelhadas. Seria, pois, igual a função de advogado, mas o advogado da União tem a atribuição de defender e representar a União, judicial ou extrajudicialmente, enquanto a Defensoria Pública tem a atribuição de orientar e defender os necessitados.

Precisamente por não haver semelhança nas atribuições de tais carreiras, o legislador constituinte resolveu ordenar, no artigo 135, a expressa aplicação do princípio assegurado no § 1º do artigo 39 da Carta Política.

Assemelhou-se para efeito de vencimentos e através de ordem constitucional expressa, já que a simples interpretação da isonomia do artigo 39, § 1º, não lhes reconheceria similitude de atribuições.

Situação idêntica verifica-se no comando do artigo 241, que aplica aos delegados de polícia federal a situação do artigo 135, fazendo remissão expressa ao § 1º do artigo 39.

Evidentemente as atribuições de delegado de polícia federal de carreira não têm semelhança com as atribuições da Magis-

tratura, do Ministério Público, dos Advogados da União e da Defensoria Pública. Igualmente por isto houve o comando constitucional mandando aplicar igualdade de tratamento a despeito da desigualdade de atribuições.

Diante do comando constitucional explícito, claro, definindo e definitivo, não cabe ao intérprete discutir.

O sistema de remuneração para a Carreira de Delegado de Polícia Federal passa a compor-se, exclusivamente, do vencimento e da representação mensal, ressalvadas, apenas, as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou local de trabalho.

É bom que se diga que há relevantes razões de Estado para o urgente cumprimento do art. 241 da Constituição, não logrou ser aprovado, até esta data, o projeto de lei nº 3531/89 pelo Congresso Nacional.

Aprovado foi apenas pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

Como falta poucas horas para o encerramento do período legislativo deste ano, impõe-se agilização imediata do processo legislativo neste particular, o que somente pode ser obtido através desta emenda.

Não pode o Estado fugir e muito menos o Congresso Nacional, por omissão ou descaso, à prestação constitucional devida a um dos setores mais importantes para a segurança da sociedade, deixando sem norma de concreção o direito constitucional assegurado aos Delegados de Polícia da Carreira Policial Federal. 12/12/89

FARFUGUEIRI JÚNIOR - Deputado Federal

EMENDA Nº 42

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, de 11/12/1989

Inclua-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 121, de 11 de dezembro de 1989:

"Art. - Fica criada a Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, compreendendo as Categorias de Delegado de Polícia do Segunda Categoria, Delegado de Polícia de Primeira Categoria e Delegado de Polícia de Categoria Especial, cuja remuneração constitui-se de vencimento e de representação mensal do Anexo I, aplicando-se o disposto no inciso I do artigo 8º desta Medida Provisória (art. 241 da Constituição Federal).

§ 1º Fica extinta a Categoria Funcional de Delegado de Polícia da Carreira Policial (Civil do Distrito Federal de que trata o Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1985).

§ 2º Os atuais cargos da Segunda Classe, da Primeira Classe e da Classe Especial da Categoria Funcional de Delegado de Polícia da Carreira Policial (Civil do Distrito Federal de que trata o Decreto-lei nº 2.266, de 1985, ficam transformados, respectivamente, em cargos de Segunda Categoria, Primeira Categoria e Categoria Especial da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal.

ANEXO

(Art. da Lei nº , de 1989)

CARREIRA DE DELEGADO DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

CATEGORIA	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO MENSAL
ESPECIAL	12.767,29	200 %
PRIMEIRA	12.001,21	190 %
SEGUNDA	11.490,52	185 %

(Obs.: Valores da Tabela do Anexo I do Projeto de Lei nº 3.607/89, atualizados pelos índices do Governo para vigência em 1º de Novembro de 1989).

J U S T I F I C A T I V A

A presente emenda tem o objetivo de consolidar a isonomia de vencimentos devida aos Delegados de Polícia, nos termos do artigo 241 da Constituição.

Efetivamente, o comando do artigo 241 é inquestionável ao determinar a aplicação do princípio do artigo 39 § 1º da Carta em relação às carreiras a que se refere o seu artigo 135, isto é, isonomia de vencimentos entre as intituladas carreiras jurídicas. Trata-se da isonomia concreta ordenada pela Constituição, não cabendo aqui qualquer interpretação diversa, apenas o seu cumprimento.

A proposta não acarretará aumento de despesa porque já há previsão da mesma desde agosto do ano em curso, quando o Governo encaminhou ao Legislativo os Projetos de Lei nº 3.531 e 3.607, já arquivados na Comissão de Constituição e Justiça e Redação e com parecer favorável do Relator na Comissão de Serviços Públicos. Os autos do ANEXO são os dos Projetos supra, atualizados.

Ocorre que já não haverá tempo hábil para a votação dos projetos, prejudicando sobremaneira o direito dos Delegados de Polícia, cabendo ao Congresso Nacional, por dever de justiça, através desta emenda, proposta em Medida Provisória que dispõe sobre o mesmo assunto, conceder o que é devido aos delegados e tão apenas isto.

Sala das Comissões, 13 de Dezembro de 1989.

FARAUJO JUNIOR
Deputado Federal

PROJETO DE LEI Nº 3.607, DE 1989

(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 498/89

Dispõe sobre a criação da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, sobre a remuneração dos Carregos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, e dá outras providências.

(AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO;
DE SERVIÇO PÚBLICO; E DE FINANÇAS).

© CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criada a Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal, compreendendo as Categorias de Delegado de Polícia da Segunda Categoria, Delegado de Polícia da Primeira Categoria e Delegado de Polícia da Categoria Especial.

Parágrafo Único. Os atuais cargos da Segunda Classe, da Primeira Classe e da Classe Especial, da Categoria Funcional de Delegado de Polícia, da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, de que trata o Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1965, ficam transformados, respectivamente, em cargos de Segunda Categoria, Primeira Categoria e Categoria Especial da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal.

Art. 2º O ingresso na Carreira de Delegado de Polícia far-se-á na Categoria Inicial, mediante concurso público, observadas as normas estabelecidas para admissão nas Categorias Funcionais da Carreira Policial Civil do Distrito Federal.

Parágrafo Único. Aos integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, de que trata o Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1965, será facultado o acesso à Carreira de Delegado de Polícia, mediante atestação funcional, observada a legislação pertinente, na percentual de cinquenta por cento das vagas existentes.

Art. 3º Os atuais ocupantes dos cargos de Delegado de Polícia passarão a integrar as correspondentes Categorias da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal.

Art. 4º Faltou o posicionamento de que trata o artigo anterior, a Carreira será ajustada de modo que os cargos que vagarem na Categoria mais elevada passem a integrar a Categoria inicial, até que se observe os requisitos percentuais em relação ao quantitativo global dos cargos da Carreira.

I - Categoria Especial: quinze por cento;

II - Primeira Categoria: trinta por cento;

III - Segunda Categoria: cinquenta por cento;

Art. 5º A remuneração dos cargos integrantes da Carreira de Delegado de Polícia constituir-se-á de vencimento e de representação mensal.

§ 1º Os valores dos vencimentos dos cargos de que trata este artigo são os constantes do Anexo I.

§ 2º A representação mensal será concedida nos percentuais de cento e cinquenta por cento, cento e noventa por cento e duzentos por cento do valor do vencimento, respectivamente, da Segunda Categoria, da Primeira Categoria e da Categoria Especial.

§ 3º A concessão de gratificação adicional por tempo de serviço terá por base de cálculo o vencimento de cada Categoria.

Art. 6º Fica extinta a Categoria Funcional de Delegado de Polícia, da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, de que trata o Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1965.

Art. 7º Ficam extintas, para os Delegados de Polícia do Distrito Federal, as seguintes vantagens:

I - Gratificação por Operações Especiais, instituída pelo Decreto-lei nº 1.727, de 10 de dezembro de 1979, alterada pelo Decreto-lei nº 2.266, de 12 de dezembro de 1985;

II - Gratificação de Nível Superior, instituída pelo Decreto-lei nº 1.831, de 25 de dezembro de 1980;

III - Gratificação de Função Policial, instituída pelo Decreto-lei nº 2.124, de 19 de junho de 1984, alterado pelo Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985;

IV - Indenização de Habilitação Policial Civil, instituída pelo Decreto-lei nº 2.166, de 12 de março de 1985;

V - Indenização Mensal para Moradia, instituída pela Lei nº 7.782, de 21 de dezembro de 1988;

VI - Gratificação instituída pelo Decreto-lei nº 2.267, de 5 de novembro de 1987.

Art. 8º A promoção dos ocupantes dos cargos da Carreira de Delegado de Polícia e da Carreira Policial Civil do Distrito Federal obedecerá aos critérios de merecimento e antiguidade, segundo o que for estabelecido em regulamento.

Art. 9º O disposto nesta Lei aplica-se aos Delegados de Polícia e aos integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal aposentados.

Art. 10. Os atuais cargos da Classe Especial, da Primeira Classe e da Segunda Classe das Categorias Funcionais da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, de que trata o Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1965, ficam transformados, respectivamente, em cargos de Categoria Especial, Primeira Categoria e Segunda Categoria.

§ 1º Fica extinta a estrutura em padrões, estabelecidas no Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1965, para as Categorias Funcionais integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal passam a integrar as correspondentes Categorias de que trata este artigo.

Art. 11. Cumprido o interstício, é assegurada aos integrantes da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal e da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, posicionados na data desta Lei no último padrão da Segunda e da Primeira Classes de que trata o Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1965, promoção ao próximo nível funcional, conforme o caso, a categoria imediatamente superior.

Art. 12. Aplicam-se, na que couber, ao aluno do Curso de Formação Policial Profissional, ministrado pela Academia de Polícia Civil do Distrito Federal, as disposições do Decreto-lei nº 2.179, de 4 de dezembro de 1984, observado o percentual de oitenta por cento do vencimento fixado para a Segunda Categoria da Categoria Funcional a que concorre o aluno.

Art. 13. As atuais categorias funcionais de Médico-Legista e de Perito Criminal Policial passam a denominar-se, respectivamente, Perito Médico-Legista e Perito Criminal Policial.

Art. 14. O valor do vencimento da Segunda Categoria da Categoria Funcional de Agente de Polícia é de R\$ 475,00 (quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros novos).

Art. 15. O valor dos vencimentos fixados nesta Lei será reajustado na mesma data e nos mesmos percentuais que forem fixados para os servidores da União, a partir de 1º de setembro de 1989.

Art. 16. A remuneração dos cargos da Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal e da Carreira Policial Civil do Distrito Federal respeitará o disposto no art. 37, XI, da Constituição, tendo como limite máximo os valores percebidos como remuneração, em qualquer título, pelos Ministros de Estado, aplicando-se as relações de valores constantes dos Anexos I e II, a partir daquele limite.

Art. 17. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações consignadas ao Distrito Federal no Orçamento da União.

Art. 18. O art. 3º do Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O valor do vencimento da Segunda Categoria, da Categoria Funcional de Agente de Polícia servirá como base para a fixação do valor do vencimento dos demais integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, observados os índices estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical, Anexo III, deste Decreto-lei."

Art. 19. O Anexo III do Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1965, passa a vigorar com a redação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogado o art. 1º da Lei nº 7.782, de 21 de dezembro de 1988.

Brasília,

ANEXO I

Artigo da Lei nº	de	de	de 1 989)
Denominação	Categoria	Vencimentos	Percentual de Representação Mensal
Delegado de Polícia	Especial	4.185,55	200%
do Distrito Federal	Primeira	3.934,41	190%
	Segunda	3.766,99	185%

ANEXO II

(Art. 4º da Lei nº

Categoria Funcional	Categoria	Índice
Perito Criminal	Especial	290
Perito Médico-Legista	Primeira	245
	Segunda	220
Agente de Polícia	Especial	155
Escrivão de Polícia	Primeira	125
Policial de Polícia	Segunda	100
Agente Penitenciário		

EMENDA Nº 43

Acrescentar, na Medida Provisória 121/89, onde couber, o seguinte artigo:

"Artigo - Fica revogado o anexo XVIII do art. 2º da Medida Provisória nº 106/89 - Categorias Funcionais de Medicina Específica".

JUSTIFICATIVA

Os profissionais pertencentes às categorias funcionais de medicina específica, como foram chamados no Anexo XVIII Medida Provisória nº 106/89, são também médicos, portanto de nível superior, que historicamente no Serviço Público Federal sempre tiveram seus vencimentos iguais aos demais médicos, inclusive com a mesma carga horária por jornada de trabalho (isonomia); até então sempre receberam seus vencimentos segundo a tabela de vencimento prevista para o nível superior - "outras categorias de nível superior : NS 900".

No que se refere à Medicina do Trabalho e de Saúde Pública, elas se assemelham e se identificam em suas atividades básicas em relação ao ser humano, à categoria profissional de médicos, da qual fazem parte. O próprio órgão de Recursos Humanos do Poder Executivo (o ex-DASP) assim reconheceu através da Portaria DASP nº 146, de 07/08/73 (Plano de Classificação de Cargos do Grupo de Nível Superior), ainda vigente, onde são elencadas todas as atividades típicas a elas inerentes.

Cada contrato de trabalho do Médico do Trabalho (NS 903) e do Médico de Saúde Pública (NS 902) equivale à jornada diária de trabalho de 04 (quatro) horas, a mesma jornada estabelecida para o Médico NS 901, com o mesmo valor de vencimento conforme está previsto no Decreto-Lei nº 1445, de 13/02/76 - artigo 14, e seus parágrafos 1º e 2º.

Esta ordem legal, contida no Decreto Lei 1445/76 foi ratificada por parecer nº R 003 de 21/09/84 da Consultoria Geral da República, aprovado pelo Exmo Sr. Presidente da República em 24/9/84 (D.O.U. parte I, nº 187, de 26/9/84, págs. na 14.017) e, mais recentemente por parecer da Consultoria Jurídica da SEPLAN nº 087/89 aprovado pelo Exmo Sr. Ministro da Pasta, em 19/6/89, o que criou jurisprudência com a aquisição de direitos.

Ora, o quadro anexo XVIII do artigo 2º da Medida Provisória 106/89 prevê, para a chamada "categoria de Medicina Específica", para jornada de trabalho diária de 04 (quatro horas), vencimento no valor da metade do que foi previsto no Anexo I para os profissionais de nível superior para a mesma jornada de trabalho. É importante salientar que sobre este vencimento incidirá todas as vantagens a que fazem jus os profissionais das referidas categorias, em nítida desigualdade de com os demais médicos em Serviço Público Federal.

Estabelecer tabela de vencimentos aos referidos profissionais (de medicina específica - anexo XVIII) equivalente do à metade do valor dos demais profissionais médicos (anexo I - nível superior) que têm a mesma jornada de trabalho é estabelecer tratamento discriminado e odioso que a própria categoria profissional de médicos condena e, por outro lado é estabelecer um desestímulo à formação e ingresso no serviço público daqueles profissionais, com grande repercussão social negativa, em prejuízo dos trabalhadores, pela importância das atividades que a eles são inerentes.

A Constituição Federal em seu artigo 39 parágrafo 1º estabelece a isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais ou assemelhadas no mesmo Poder ou entre servidores do Poder Executivo. A persistência do Anexo XVIII no projeto que foi aprovado (M. Provisória nº 106/89) equivale à patente inconstitucionalidade que o Legislativo não pode acolher.

A própria justiça, em seus princípios mais sagrados de hermenêutica, consagrado pela Constituição em seu inciso

XXXVI do artigo 5º estabelece que "a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada". E o Anexo XVIII proposto representa claro prejuízo aos profissionais especializados (chamados medicina específica) que ao longo do tempo prestam seu trabalho ao Poder Executivo, nas condições previstas para as respectivas categorias funcionais.

Cabe considerar que a não revogação do referido anexo da Medida Provisória já aprovada pelo Congresso Nacional gerará natural e evidente fluxo dos prejudicados às portas da Justiça, clamando pela reparação a que têm direito, com base na Constituição Federal e demais Leis vigentes.

Finalmente cumpre estabelecer que a revogação do referido anexo ora proposto, determina tratamento igualitário e isonômico dos profissionais ali mencionados com os demais médicos, através da tabela de vencimentos para o nível superior, de que trata o anexo I do artigo 2º da Medida Provisória 106/89, tratamento este previsto na Constituição Federal e que tanto o Governo proclama.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1989


Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Federal

EMENDA Nº 44MEIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 1989.

Acrescente-se, onde couber, o seguinte:


"Art. - Os dias em que ocorreu paralisação no serviço público federal, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1989, serão considerados como normalmente trabalhados, não ocasionando, para todos os efeitos, qualquer tipo de punição, como garantia do pagamento dos dias parados.

Parágrafo Único - Na hipótese de terem ocorrido quaisquer descontos na remuneração global dos servidores públicos federais em função da paralisação, esses valores serão integralmente restituídos respectivamente pelo IPC de novembro e dezembro".

J U S T I F I C A Ç Ã O

A alteração se impõe, inelutavelmente, e, a fim de que prevaleçam os entendimentos que resultaram na cessação da greve e culminaram no acordo firmado com a Ministra do Trabalho.

Sala da Comissão, em 13 de dezembro de 1989.


Deputado PSE DE FREITAS

EMENDA Nº 45

Acrescentar, na Medida Provisória 121/89, onde couber, o seguinte artigo:

"Artigo A gratificação a que se refere o parágrafo 2º do artigo 7º da lei nº 7.855/89 alterada pelo artigo 12 da Medida Provisória 106/89, será atribuída em 280 pontos, por servidor, correspondente cada ponto a 0,285% do respectivo vencimento, nos termos das normas expedidas em decreto.

§ 1º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a elevar o nº de pontos previstos neste artigo para até o máximo de 678 pontos, de modo a compatibilizar a remuneração dos servidores beneficiados pela gratificação com a remuneração dos que exercem atividades iguais ou semelhantes."

JUSTIFICATIVA

Lei nº 7.855 de 24.10.89 (D.O.U. 25/10/89) em seu artigo 7º § 2º e § 3º, instituiu o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho, destinado a promover e desenvolver as atividades da inspeção das normas de proteção, segurança e medicina do trabalho, estabelecendo o deferimento da gratificação a que se refere o Decreto-Lei nº 2357, de 28 de agosto de 1987, com as alterações introduzidas pelos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 2365 de 27 de outubro de 1987 e estendendo aos servidores pertencentes às categorias funcionais de Fiscal do Trabalho - Códigos: NS 933 e LTNS 933; Médico do Trabalho - Códigos NS 903 e LTNS 903, quando no efetivo exercício de funções de inspeção de medicina do trabalho; Engenheiro - Código NS 916 e LTNS 916, quando no efetivo exercício de funções de inspeção da segurança do trabalho; e Assistente Social - Códigos NS 930 e LTNS 930, quando no efetivo exercício de funções de inspeção do trabalho das mulheres e menores; atribuída até o máximo de 2.800 pontos por servidor, correspondendo cada ponto a 0,285% do respectivo vencimento básico, que à época, em outubro de 1989, o maior valor correspondia a NCZ\$ 1.166,94 - NS 25: valor da gratificação de estímulo = NS X 2.800 X 0,285% = NCZ\$ 9.312,26.

A pretensão contida no artigo 12 da Medida Provisória nº 106/89 de fixar a referida gratificação até o máximo de 280 pontos por servidor, correspondente cada ponto a 0,285% do respectivo vencimento básico, equivale a sensível redução nos valores da referida gratificação que este Congresso votou e aprovou e o Presidente da República sancionou no mês de outubro próximo passado - Lei 7855/89 - evidenciando desde logo, em agressão à Constituição Federal em seu artigo 37 inciso XV e em seu artigo 5º inciso XXXVI.

Por isso, utilizando-se cálculos aritméticos simples, referidos ao mês de outubro, em sua nova base de cálculo do valor da referência - NCZ\$ 4.813,94, evidencia-se que a adição de no máximo 678 pontos por servidor, correspondendo cada ponto a 0,285% do vencimento básico, agora com a absorção das gratificações do que determina o artigo 2º § 2º da Medida Provisória nº 106/89 é o parâmetro mais justo a fim de restabelecer o teto máximo da referida gratificação recém deferida:

nº de pontos = valor da gratificação de estímulo - NCZ\$9.312,26

NS X 0,285% = 678,75 pontos

Cumprindo observar que a instituição do Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho tem como objetivo imprimir maior racionalização e modernização das ações fiscalizadoras, na busca de metas específicas a serem atingidas, de forma conjunta e articulada com as entidades sindicais e ainda, que no elenco de competências do exercício de suas atividades, os Agentes da Inspeção do Trabalho tiveram incluída, a de fiscalizar o recolhimento da contribuição do FGTS e os direitos dela decorrentes.

Finalmente, é importante salientar que o limite de pontos aqui proposto tem como objetivo fazer cumprir a Norma Constitucional, principalmente em seus artigos 37 - XV e 5º - XXXVI e também informar que o mesmo não produz qualquer aumento de despesas além daquele já previsto na Medida Provisória 89/89, votada e aprovada por este Congresso e transformada em lei por sanção presidencial, que tomou o nº 7855/89.

Sala da Comissão, 12 dezembro de 1989

Antonio Carlos Mendes Thame
Deputado Federal

EMENDA Nº 46

Incluir, onde couber na Medida Provisória nº 121/89, disposição legal, renumerando os demais artigos

Art. - A gratificação a que se refere o § 2º do Art. 7º da Lei nº 7.855 de 24 de outubro de 1989, será atribuída aos integrantes da categoria abrangida pela Lei nº 7.623, de 9 de outubro de 1987.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 1989.

Deputado EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

J U S T I F I C A T I V A

A Categoria Funcional de Fiscal de Derivados de Petróleo e Outros Combustíveis, que integra o Grupo - Atividade de Fiscalização de Combustíveis, foi criado com fundamento no art. 4º da Lei nº 5.645 de 19 de dezembro de 1970, e teve seus valores de retribuição e providências pertinentes estabelecidos na Lei nº 7.623, de 9 de outubro de 1987.

2. A Atividade dos integrantes dessa categoria consiste na fiscalização de empresas que operam no comércio, transporte e distribuição de derivados do petróleo.

3. A atribuição da gratificação a que se refere o § 2º do art. 7º da Lei nº 7.855 de 24 de outubro de 1989 atende ao princípio constitucional de isonomia salarial entre as funções iguais ou semelhantes, conforme, aliás, já determina o art. 39, § 1º, ao dispor que a Lei

"assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes."

4. Nada mais igual, especialmente quanto à natureza e complexidade, que as atribuições conferidas ao Fiscal de Derivados de Petróleo e Outros Combustíveis, cuja atividade propicia e carrega volumosa receita para os cofres públicos, decorrente da aplicação de multas a infratores da legislação própria.

5. Assim, não implicando aumento de despesa, a inclusão proposta, sobre ser de inquestionável justiça, atende ao interesse da própria administração pública federal - carente de instrumentos estimuladores ao carregamento de recursos financeiros adicionais não penalizando, por outro lado, a sociedade com aumento da carga tributária ou contributiva.

6. Apesar de a categoria propiciar e carrear para os cofres públicos volumosa receita provenientes da aplicação de multas a infratores da legislação sobre combustíveis, ela não chegou a ser contemplada com a Gratificação de Produtividade, assegurada à Categoria de Fiscal do Trabalho, que, por força da Medida Provisória nº 106 de 1989, foi incorporada ao vencimento-base dessa categoria.

7. Essa mesma medida provisória, aprovada pelo Congresso Nacional, em seu art. 29, § 3º, item XV, contempla a Categoria de Fiscal do Trabalho com a Gratificação de Estímulo à Fiscalização e a Arrecadação de Tributos Federais.

8. Assim, considerando que ambas as categorias, regidas pelo Plano de Classificação de Cargos, criado pela Lei número 5.645, de 10.12.70, e com atividades semelhantes no tocante à fiscalização e à arrecadação provenientes de multas, entendemos ser de inquestionável justiça dar tratamento igualitário às duas Categorias Fiscal de Derivados de Petróleo e Outros Combustíveis e Fiscal do Trabalho.

Salas das Comissões,


Deputado EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS

EMENDA Nº 47

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 1989

Dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências.

EMENDA Nº /89

Acrescenta-se, onde couber, ao Artigo 1º, à Medida Provisória nº 121, de 1989, o seguinte item:

Item - Dos Engenheiros de Minas, Geólogos, Economistas, Técnicos em Mineração, e demais servidores do Departamento Nacional da Produção Mineral, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, excluindo-se as categorias funcionais incluídas no item I do Art. 1º desta Medida Provisória (Anexo.....).

JUSTIFICATIVA

01. Através do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, parágrafo único do Art. 3º, foi determinada a competência do Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM para a aplicação do Código de Mineração e dos diplomas legais complementares. Com o advento da Constituição Federal, promulgada em 1988, a responsabilidade e o volume dos serviços do DNPM assumiram proporções incalculáveis: Art. 20 que define os bens da União; Art. 21 que trata da competência da União; Art. 22 que estabelece a competência privativa da União para legislar; Art. 176 que aborda a organização da atividade garimpeira em cooperativa; Art. 176 que trata da autorização e concessão de lavras de recursos minerais; Art. 43 e 44 das Disposições Transitórias que tratam da inatividade de títulos minerais, de prazo para empresas se tornarem brasileiras de capital nacional e da verticalização de empresas.

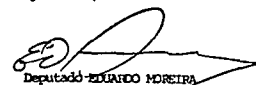
02. As atribuições específicas do DNPM exigiram a implantação do Plano de Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - PLANFAP, através de estrutura própria criada para esse fim denominada Centro de Estudos e Conferências - CENTREC, em Itaipava - RJ, além de convênios com a Fundação Getúlio Vargas e Universidades.

03. A política salarial dos servidores públicos nos últimos anos quase levou o DNPM a uma situação de precarização pela evasão de grande parte de seu corpo técnico para outras atividades melhor remuneradas, malgrado a reconhecida dedicação de seus servidores, pondo em sérios riscos o desempenho funcional do órgão. As atribuições específicas do órgão exigem uma capacidade profissional especializada.

04. A gratificação ora proposta aos servidores públicos do DNPM, abrangendo cerca de 1.300 (hum mil e trezentos) servidores, é baseada na especificidade do DNPM, com dotação orçamentária própria do Ministério das Minas e Energia - MME (CÓDIGO 311-01) não havendo, portanto, aumento de despesas e respectante-se o limite máximo (NC23 20.889,20) instituído pela própria Medida Provisória nº 121/89.

Diante do exposto e, considerando a relevância dos serviços prestados pelos servidores do DNPM na administração do subsolo brasileiro, temos convicção que a presente emenda encontrará apoio em nossos eminentes pares para sua aprovação.

Brasília-DF, 13 de dezembro de 1989


Deputado EDUARDO MOREIRA

ANEXO
ART. 1 DA MEDIDA PROVISÓRIA 121/89,
GRATIFICAÇÕES
(SERVIDORES DO PCC-LEI Nº 5.645/70)

NIVEL SUPERIOR			NIVEL INTERMEDIÁRIO			NIVEL AUXILIAR		
REFERENCIA	GRATIFICACAO		REFERENCIA	GRATIFICACAO		REFERENCIA	GRATIFICACAO	
03	-		03	-		03	1.299,40	
04	-		04	-		04	1.375,85	
05	3.375,88	05	-	05	-	05	1.582,95	
06	3.487,59	06	-	06	-	06	1.700,40	
07	3.598,78	07	-	07	-	07	1.818,45	
08	3.712,59	08	-	08	-	08	1.947,24	
09	3.822,13	09	-	09	-	09	2.077,25	
10	3.955,22	10	-	10	-	10	2.217,46	
11	4.092,58	11	-	11	-	11	2.368,23	
12	4.234,35	12	-	12	-	12	2.449,71	
13	4.380,64	13	-	13	-	13	2.591,67	
14	4.490,10	14	-	14	-	14	2.534,78	
15	4.631,68	15	-	15	-	15	2.710,75	
16	4.783,91	16	-	16	-	16	2.847,23	
17	4.937,94	17	-	17	-	17	2.871,14	
18	5.074,94	18	-	18	-	18	2.973,70	
19	5.241,64	19	-	19	-	19	3.071,25	
20	5.436,14	20	-	20	-	20	3.177,83	
21	5.655,30	21	-	21	-	21	3.271,52	
22	5.782,79	22	-	22	-	22	3.225,16	
23	5.972,03	23	-	23	-	23	3.246,14	
24	6.184,34	24	-	24	-	24	3.105,92	
25	6.362,37	25	-	25	-	25	3.196,72	
26	-	26	-	26	-	26	3.033,14	
27	-	27	-	27	-	27	2.978,50	
28	-	28	-	28	-	28	2.924,09	
29	-	29	-	29	-	29	2.870,24	
30	-	30	-	30	-	30	2.790,92	
31	-	31	-	31	-	31	2.688,05	
32	-	32	-	32	-	32	2.248,41	
33	-	33	-	33	-	33	-	
34	-	34	-	34	-	34	-	
35	-	35	-	35	-	35	-	

EMENDA Nº 48

À Medida Provisória nº 121, de 6 de dezembro de 1989, incluía-se o seguinte artigo:

"Art. É limitado em 568 cargos o Quadro da Carreira de que trata o Decreto-lei nº 2.192, de 26 de novembro de 1974, distribuídos em categorias em razão da proporcionalidade estabelecida em seu artigo 1º.

Parágrafo Único. O ingresso no início da Carreira far-se-á exclusivamente mediante Concurso Público de provas e títulos.

JUSTIFICATIVA

Com a promulgação da Constituição de 1988, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, sem prejuízo de suas atribuições institucionais, recebeu o elevado encargo de representar judicialmente a União nas causas de natureza Fiscal, nos termos do art. 1º, § 3º, combinado com o art. 2º, § 5º, do Ato das Disposições Constitucionais.

tucionais Transitórias. Tal responsabilidade, na vigência do ordenamento constitucional anterior, era de competência da Procuradoria-Geral da República e alcançava cerca de 65% da totalidade dos processos judiciais de interesse da União.

A inadiável necessidade de incrementar a cobrança judicial da Dívida Ativa da União recomenda o apoio à Emenda ora apresentada, pois o Quadro de Procuradores da Fazenda Nacional, ainda é o mesmo estabelecido em 1984, pelo Decreto-lei nº 2.192, de 26 de dezembro de 1984.

A fixação do Quadro da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos propostos, resguarda o interesse público, ao tempo em que propicia a esse órgão os indispensáveis meios de melhor desincumbir-se de suas elevadas atribuições.

Sala dos Sessos, 13 de dezembro de 1989
Inocencio Oliveira
 INOCÊNCIO OLIVEIRA

EMENDA Nº 49

A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 126, de 6 de dezembro de 1989.

Acrescentem-se os seguintes artigos, remunerando-se os demais:

"Art. Aplica-se aos servidores civis do Poder Executivo, na Administração direta, nas autarquias, inclusive as especiais, nas fundações públicas criadas por lei e nos extintos Territórios, até que seja instituído o regime jurídico único de que trata o art. 39 da Constituição Federal, o regime dos funcionários públicos previsto na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e legislação complementar.

Art. São submetidos ao regime jurídico a que se refere o artigo anterior os atuais servidores:

I - portantes às Tabelas Permanentes a que se referem as Leis nºs 5.645, de 10 de dezembro de 1970, 6.550, de 5 de julho de 1978, 7.231, de 23 de outubro de 1984, 7.388, de 23 de outubro de 1985 e 7.596, de 10 de abril de 1987;

II - efetivos contratados pela União, autarquias, extintos Territórios Federais ou pelas Fundações Públicas criadas por lei por prazo indeterminado, para desempenho de atividades de caráter permanente e retribuídos por dotações orçamentárias de pessoal.

Art. A mudança do regime jurídico ocorrerá a par-vigência desta Lei, vigorando os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1990.

Parágrafo único. Os servidores abrangidos pelo artigo anterior poderão, até 31 de janeiro de 1990, optar pela permanência em sua situação atual.

Art. Na mudança do regime jurídico, serão assegurados exclusivamente os direitos e vantagens inerentes ao regime estatutário.

§ 1º O disposto neste artigo não implicará decurso de remuneração.

§ 2º A partir da data de vigência desta Lei, as entidades a que se refere o art. 1º:

I - não contribuirão como patrocinadores, para entidade de previdência privada complementar, fechada ou aberta, a qual terão sua situação regulamentada no prazo de 30 dias;

II - não concederão quaisquer parcelas remuneratórias ou indenizações sem previsão legal.

Art. 11. Em 1º de janeiro de 1990, os empregos ocupados pelos servidores alcançados pelo disposto no art. 1º serão considerados automaticamente transformados em cargos.

Art. 12. Na data fixada no artigo anterior, as funções de confiança de direção e assessoramento superiores dos órgãos e entidades do Poder Executivo alcançados por esta Lei serão considerados automaticamente transformados em cargos em comissão, providos no regime a que se refere o art. 9º.

Parágrafo único. Serão providos no regime a que se refere este artigo as funções de confiança de direção, chefia e assistência de nível médio dos mesmos órgãos e entidades.

Art. Nenhuma redução da remuneração poderá resultar da aplicação do disposto no art. 1º, assegurando-se a diferença no valor vantagem pessoal, sobre a qual incidirão os reajustes gerais de vencimentos e salários.

Art. A transformação prevista nesta Lei aplica-se às funções de confiança de assessoramento superior a que se refere o art. 122, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que serão exercidos em comissão e mantidos até a implantação do plano de carreira.

Art. O tempo de serviço prestado sob o regime da legislação trabalhista aos órgãos e entidades abrangidas pelo art. 1º desta Lei será computado para todos os efeitos, no regime estatutário, e nas demais normas legais e regulamentares pertinentes à contagem de tempo de serviço.

Art. A Previdência Social contribuirá, para a União, conforme se dispuser em regulamento, com a parcela dos proventos de aposentadoria correspondente ao período de contribuição realizada sob o regime da legislação trabalhista, pelos servidores de que trata o art. 1º desta Lei.

Art. Os saldos das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, em nome dos servidores optantes regidos pela CLT, submetidos ao regime estatutário, serão transferidos para conta de poupança aberta em nome do funcionário, na Caixa Econômica Federal, cujo saque poderá ser processar:

I - integralmente, nas hipóteses de aposentadoria, aquisição de casa própria, exoneração, demissão ou falecimento e, ainda, para redução do valor das prestações de financiamento de casa própria; ou

II - parceladamente, no decorrer dos primeiros três anos de vigência desta Lei, observado o seguinte critério:

- trinta e três por cento, no primeiro ano;
- cinquenta por cento, no segundo ano; e
- cem por cento, a partir do terceiro ano.

§ 1º Na hipótese do inciso II deste artigo, os percentuais ali indicados incidirão sobre o saldo da conta, e o saque do montante poderá ocorrer no mês do aniversário do funcionário.

§ 2º Para abertura da conta de poupança de que trata este artigo, o banco depositário do FGTS deverá transferir, para a Caixa Econômica Federal, os saldos das contas dos servidores optantes, no primeiro dia útil do mês subsequente à vigência desta Lei, devidamente corrigidos de acordo com a legislação do FUGS.

§ 3º Havendo pedido de saque em tramitação, quando da publicação desta Lei, prevaleça o direito de o optante de utilizar os cursos, desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação.

§ 4º Havendo servidores não optantes, a União fará jus ao saque dos saldos das contas do FGTS relativos àqueles servidores, observando o mesmo parcelamento previsto no inciso II deste artigo, adotando-se, como mês de aniversário, a vigência desta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal preconiza, no seu art. 39, a adoção de regime jurídico único no âmbito da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelecendo, ainda, no Ato das Disposições Transitórias, o prazo de dezoito meses para a edição das leis pertinentes.

Ocorre que apenas há poucas semanas o Poder Executivo enviou à deliberação do Congresso Nacional o projeto do novo estatuto, no qual se procede a unificação dos regimes, praticamente inviabilizando sua aprovação ainda no ano em curso, visto tratar-se de diploma legal extenso e complexo, a merecer estudo mais aprofundado.

Considerando, de um lado a necessidade de dar cumprimento o mais brevemente possível aos ditames constitucionais, e, de outro, a urgência da adoção do regime único no serviço público federal, para por fim a um sem número de distorções ora verificadas, estamos propondo, ao ensejo, da apreciação da Medida Provisória nº 121, de 1989, que trata matéria relativa aos servidores do Poder Executivo Federal, emenda no sentido de que se adote, imediatamente, a unificação dos regimes através da aplicação da Lei nº 1.711, de 1952, a todos os atuais servidores regidos pela CLT, até que seja aprovado o novo Estatuto.

Além de definir o universo de servidores abrangidos pela medida, o conjunto de artigos propostos disciplina as questões decorrentes da mudança de regime refletindo entendimento firmado com ampla representação dos servidores e com técnicos do governo.

Finalmente, a presente proposição não implica qualquer aumento de despesa para a União.

Sala das Sessões, em _____ de 1989.


Dep. GERALDO CAMPOS

EMENDA Nº 50

(à Medida Provisória nº 121, de 06 de dezembro de 1989)

Acrescente-se, onde couber, à Medida Provisória nº 121, de 1989, o seguinte artigo:

"Art. ... - A gratificação por trabalho com raio X ou substância radioativa é de 40% (quarenta por cento)".

JUSTIFICAÇÃO

A gratificação por trabalho com raio X ou substância radioativa está fixada atualmente em 10%.

A legislação anterior, num reconhecimento de que este tipo de atividade deve ter um adicional de retribuição mais elevado, que corresponda efetivamente ao alto grau de insalubridade a que está sujeito quem exerce tais funções, estipulava uma gratificação de 40%.

Visando devolver aos profissionais da área essa conquista alcançada após intensa e longa luta de classe, propomos a presente emenda, esperando contar com a solidariedade de nossos Pares.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1989


LUIZ HENRIQUE

Deputado Federal

EMENDA Nº 51

A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121 DE 06/12/89

Inscriva-se no lugar oportuno o seguinte artigo:

Art. A Secretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Coordenação, da Presidência da República, no prazo de até trinta dias, contado da data de publicação desta Lei, fará publicar, no diário Oficial da União, as tabelas constantes desta Medida Provisória, de modo que sejam incorporadas, nos respectivos vencimentos, todas as gratificações nelas previstas.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 1989.

DEPUTADO FLORICENO PAIXÃO

JUSTIFICAÇÃO

O Poder Executivo, manteve no § 3º do Art. 2º da Medida Provisória nº 106, 33 (trinta e três) das 70 (setenta) gratificações que existam, gratificações essas percentuais.

A seguir, criou, nas tabelas, 217 (duzentas e dezessete) gratificações inviabilizando a administração de pessoal e o cumprimento do § 1º do Art. 39 da Constituição que estabeleceu a isonomia de vencimentos, para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder.

Além disso, não existe em país algum, esse tipo de remuneração com 217 gratificações, de percentuais fracionários e diferentes.


DEPUTADO FLORICENO PAIXÃO

EMENDA Nº 52

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121, DE 11/12/1989

Inclua-se o seguinte artigo à Medida Provisória nº 121, de 11 de dezembro de 1989.

"Art. - Aplica-se aos integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal o disposto no artigo 4º, § único da Lei nº 7702/88, de 21 de dezembro de 1988, bem assim os artigos 1º, 2º, §§ 2º, 3º, 5º, inciso II, e 6º, 14 e 20 da Medida Provisória nº 106, de 14 de novembro de 1989, nos termos do anexo __, in fine".

JUSTIFICATIVA

Entendemos que a função policial, por sua natureza, é intrinsecamente interligada em seu contexto laboral, constitui-se em um grupo de cargos com atribuições que se assemelham na essência de suas tarefas, todos relacionados com o Poder de Polícia Judiciária e Administrativa do Estado. A medida em questão, insere-se em contexto de valorização profissional dos servidores atuantes em um dos mais importantes segmentos da ação estatal, a serviço permanente da sociedade e dos seus altos interesses.

Nessa linha de raciocínio, é de se questionar qualquer fórmula que o Congresso Nacional venha a escolher, que modifique o tratamento retributivo entre os cargos da Carreira Policial Civil do Distrito Federal. Ademais, a lei nº 7.702/88 é posterior à promulgação da Constituição Federal e consagra, expressamente, tais direitos, pois, mesmo tendo sido beneficiados pelo artigo 241 da atual Constituição Federal, os Delegados de Polícia do Distrito Federal, que como os seus pares, cuidam da prova subjetiva, encerram a sua participação com o relatório enquanto os outros profissionais de nível superior (Peritos Criminais e Médicos Legistas) trabalham com a prova objetiva, material e inquestionável, responsabilizando-se pelo laudo até o trânsito em julgado. Entretanto, não se pode esquecer a participação de todos os policiais, sejam eles

de nível médio ou superior, é de grande importância devido à peculiaridade da atividade policial que se complementa, formando um todo indivisível e assemelhando as categorias que dela participam.

ANEXO

NÍVEL SUPERIOR			
DENOMINAÇÃO	CATEGORIA	VERGIMENTOS	REPRESENTAÇÃO MENSAL
PERITO CRIMINAL	ESPECIAL	12.767,29	200%
MÉDICO LEGISTA	PRIMEIRA	12.001,21	190%
	SEGUNDA	11.490,52	185%
NÍVEL MÉDIO			
AGENTE DE POLÍCIA	ESPECIAL	6.713,66	200%
ESCR. DE POLÍCIA	PRIMEIRA	6.307,64	190%
DÁTILOSC. POLICIAL	SEGUNDA	6.036,97	185%
AG. PENITENCIÁRIO			

Sala dos Senadores, em 13 de Dezembro 1989

SEN MAURO BENEDES

SEN CIO CARVALHO

Emendas a serem publicadas

no DCN

EMENDAS OFERECIDAS, PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA
A ELABORAR PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR -
(Art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Parlamentares	Emendas Nº
Deputado Adolfo Oliveira.....	33
Deputado Ângelo Magalhães.....	119, 130
Deputado Aristides Cunha.....	128
Deputado Arnaldo Prieto.....	16, 29, 31, 37, 40, 45, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 97, 99, 125, 132, 144, 154, 160, 168, 174, 241, 243, 249, 262
Deputado Geraldo Alckmin Filho.....	73
Deputado Gerson Peres.....	19, 47, 57, 63
Senador Gomes Carvalho.....	9, 20, 113, 115, 126, 172, 245
Deputado João Agripino.....	7, 25, 26, 42, 46, 67, 72, 88, 100, 102, 106, 118, 120, 124, 131, 156, 167, 177, 245, 252
Deputado José Maria Eymael.....	4, 5, 11, 90, 155, 181, 185
Senador Leopoldo Peres.....	21, 38
Deputado Marcos Furmiga.....	180, 186, 188, 191, 195, 200, 201, 205, 206, 209, 213, 218, 219
Deputada Maria de Lourdes Abadia.....	62, 87, 129, 255, 256, 257, 258
Deputado Max Rosenmann.....	44
Deputado Mendes Ribeiro.....	30, 93, 95, 162, 194
Deputado Mendes Thame.....	15
Deputado Messias Góis.....	23, 84
Senador Odacir Soares.....	3, 14, 35, 50, 53, 60, 66, 75, 83, 86, 92, 98, 103, 105, 111, 117, 134, 141, 143, 171, 176, 183, 187, 190, 193, 198, 240, 242, 247, 260, 261
Deputado Ralbh Biasi.....	27
Deputado Renato Vianna.....	196, 199, 202, 203, 204
Deputado Roberto Balestra.....	173
Senador Roberto Campos.....	1, 12, 51, 58, 104, 109, 121, 135, 139, 146, 149, 157, 164, 214, 220, 230, 250, 251, 253
Deputado Samir Achoa.....	6, 17, 18, 24, 28, 32, 36, 41, 48, 55, 61, 70, 94, 96, 108, 112, 114, 123, 138, 145, 151, 152, 161, 166, 169, 178, 179, 184, 217, 223, 228, 233, 237, 244, 246, 248, 263, 264, 265, 266, 267
Deputado Sandra Cavalcante.....	2, 13, 22, 34, 39, 43, 49, 52, 59, 71, 74, 76, 85, 91, 101, 107, 110, 116, 122, 127, 133, 136, 140, 142, 147, 150, 158, 165, 170, 175, 182, 189, 192, 197, 207, 210, 215, 221, 224, 227, 229, 231, 234, 238, 259
Deputado Tito Costa.....	54
Deputado Ubiratan Spinelli.....	64, 69, 137, 148, 153, 159, 163, 208, 211, 212, 216, 222, 225, 226, 232, 235, 236, 239
Deputado Victor Faccioni.....	8, 10, 56, 65, 68

EMENDA Nº 1

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 2º

NATUREZA DA EMENDA : SUBSTITUTIVA

Substitua-se o artigo 2º do texto e suprima-se o seu parágrafo único, nos seguintes termos:

Artigo 2º - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

JUSTIFICAÇÃO

Não pode a lei equiparar a consumidor a pessoa que não praticar nenhum ato jurídico destinado à aquisição de bem ou à utilização de serviço, pois o relacionamento jurídico não se compreende de por simples cogitação ou intenção, mas por vontade expressa ou tacitamente manifestada.

A equiparação de comunidade a consumidor é desnecessária e injustificável, pois os consumidores, no código, podem organizar-se em associações para a defesa de interesses comuns.

Por esses motivos, a emenda propõe a exclusão da equiparação a consumidor da pessoa que está propensa a adquirir o a do parágrafo, que equipara comunidade a consumidor.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.


Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 2

Emenda substitutiva ao Projeto Consolidado da Comissão Mista sobre a proteção e defesa do consumidor.

Substitua-se o artigo 2 do P.C.C.M. e suprima-se o seu parágrafo único, nos seguintes termos:

Art. 2 - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Justificação

Não pode a lei equiparar a consumidor a pessoa que não praticar nenhum ato jurídico destinado à aquisição de bem ou à utilização de serviço, pois o relacionamento jurídico não se compreende por simples cogitação ou intenção, mas por vontade expressa ou tacitamente manifestada.

A equiparação de comunidade a consumidor é desnecessária e injustificável, pois os consumidores, no código, podem organizar-se em associações para a defesa de interesses comuns.

Por esse motivo, a emenda propõe a exclusão da equiparação a consumidor da pessoa que está propensa a adquirir e a do parágrafo, que equipara a comunidade a consumidor.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Deputada Sandra Cavalcante

Código de Defesa do Consumidor - Emenda 01

fl. 1

EMENDAS Nº 3 EMENDA SUPRESSIVA

Ao substitutivo do Relator ao do Projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se a parte final do art. 2º e o seu parágrafo único, passando a redação do artigo a ser a seguinte:

Art. 2 - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

JUSTIFICATIVA

Não pode a lei equiparar o consumidor a pessoa que não praticar nenhum ato jurídico destinado à aquisição de bem ou à utilização de serviço, pois o relacionamento jurídico não se compreende por simples cogitação ou intenção, mas por vontade expressa ou tacitamente manifestada.

A equiparação da comunidade a consumidor é desnecessária e injustificável, pois os consumidores, no código, podem organizar-se em associações para a defesa de interesses comuns.

Por esses motivos, a emenda propõe a exclusão da equiparação a consumidor da pessoa que está propensa a adquirir, e, a do parágrafo, que equipara a comunidade a consumidor.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Senador Osácar Soares

PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº 4

SUPRIMA-SE DO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 2º DO PROJETO PLANOHAIXO PELA COMISSÃO MISTA A EXPRESSÃO "OU SE ENCONTRE SUJEITA OU PROPENSA A INTERVIR", PASSANDO O REFERIDO PARÁGRAFO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

Parágrafo único - Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

JUSTIFICATIVA: Pela mesma razão que se defende a supressão dessa expressão do artigo 2º, se justifica a supressão proposta nesse parágrafo único, isto é, necessário se faz que para haver a equiparação a consumidor, a coletividade de pessoas tenha consumido o produto ou serviço, pois, no máximo haverá uma simples expectativa de consumo ou intervenção, que poderá ou não se concretizar.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1989.

JOSÉ MARIA EYMAEL
Deputado Federal

*** Parágrafo Único - Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo ou se encontro sujeita ou propensa a intervir nas relações de consumo.

PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº 5

SUPRIMA-SE DO ARTIGO 2º DO PROJETO ELABORADO PELA COMISSÃO MISTA A EXPRESSÃO " BEM COMO A QUE SE ENCONTRE SUJEITA OU PROPENSA A INTERVIR NAS RELAÇÕES DE CONSUMO ", PASSANDO O REFERIDO ARTIGO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

Art. 2º - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

JUSTIFICATIVA: A nosso ver aquele que se encontra sujeito ou propenso a intervir nas relações de consumo, não é consumidor, nem tampouco, consumiu qualquer produto ou serviço nos termos e no espírito do projeto elaborado. No máximo, aquele que se encontra sujeito ou propenso a intervir, encerra uma expectativa que pode ou não se concretizar, motivo pelo qual, necessário se faz caracterizar precisamente quem é o consumidor, ou seja, consumidor é aquele que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

SALA DAS COMISSÕES, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1989.

JOSÉ MARIA EYMAEL
Deputado Federal

***Artigo 2º - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que - adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, bem como a que se encontra sujeita ou propensa a intervir nas relações de consumo.

EMENDA Nº 6

AO Projeto de Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achóa

De-se ao artigo 2º, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor, a seguinte redação:

"Art. 2º - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final."

JUSTIFICAÇÃO

Não pode a lei equiparar a consumidor pessoa que não praticar nenhum ato jurídico destinado à aquisição de bem ou à utilização de serviço, pois o relacionamento jurídico não se compreende por simples expectativa ou intenção, mas por vontade expressa ou tacitamente manifestada.

A equiparação de comunidade a consumidor é desnecessária e injustificável, pois os consumidores, no Código, podem organizar-se em associações para a defesa de interesses comuns.

Por esses motivos, a emenda propõe a exclusão da equiparação a consumidor de pessoa que está propensa a adquirir e a do parágrafo, que equipara comunidade a consumidor.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.
DEP. SAMIR ACHÓA

EMENDA Nº 7

~~Art. 2º~~

INIMDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A ELABORAR O "PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR".

De-se ao artigo 2º e seu parágrafo único esta redação:

"Art. 2º - Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço."

"Parágrafo único - Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas que haja intervindo nas relações de consumo."

JUSTIFICAÇÃO

A redação apresentada pelo caput do artigo, cuja alteração se propõe, leva ao entendimento de que a proteção ao consumidor não se estende ao produtor industrial. Este, no entanto, adquire, via de regra, imensa quantidade de produtos para seus empregos. Deixá-lo à margem, portanto, da proteção devida ao consumidor não industrial constitui discriminação não tolerada pelo princípio da igualdade. Por outro lado, o consumidor industrial adquire, por igual, imensa quantidade de produtos para aplicá-los na finalidade industrial, determinando da sua aquisição, devendo, por isso, a aquisição desses bens ou produtos ficar sob a proteção das normas que regulam as relações de consumo.

Quanto ao parágrafo único, impõe-se restringir a equiparação, que nele se estabelece, à coletividade de pessoas que haja intervindo nas relações de consumo. Equiparar ao consumidor a coletividade de pessoas indetermináveis que se acham sujeitas ou propensas a intervir nas relações de consumo redundaria em conferir essa qualidade - a de consumidor - a todas as pessoas, sejam ou não intervindo nas relações de consumo, o que é inaceitável, por contrariar até o senso comum.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDA Nº 8

AO PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
(COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL)

EMENDA SUBSTITUTIVA

AUTOR: DEPUTADO VICTOR FACCIONI

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 4º, II

Substitua-se o inciso II, do art. 4º, pela seguinte redação:

"Art. 4º -

II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

- a) por iniciativas diretas;
- b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;
- c) pela presença do Estado no mercado de consumo;
- d) pela garantia de produtos e serviços de padrões adequados pela qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

JUSTIFICAÇÃO

Nossa proposta, na realidade, não altera o conteúdo do inciso II do art. 4º; procura, apenas, dar-lhe uma redação mais clara e consentânea com a técnica legislativa.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1989.

Victor Faccioni
Deputado VICTOR FACCIONI

EMENDA Nº 9EMENDA MODIFICATIVA

(PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)

Dê-se ao inciso V do Art. 5º a seguinte redação:

"Art. 5º - ...

V - Concessão de estímulos à criação e desenvolvimento das Associações de Defesa do Consumidor, que só poderão ser formadas e compostas por pessoas que atendam a requisitos de moralidade e capacidade e demais condições previstas neste Código.

JUSTIFICATIVA

O acréscimo feito ao dispositivo original, relativo a requisitos para a composição de Associações de Defesa do Consumidor, constitui condições mínimas necessárias para que as mesmas tenham sólido embasamento, evitando-se que a formação indiscriminada de tais Entidades possa propiciar finalidades inautênticas, com aparência de legítimas, e culminar até numa dissimulada exploração da proteção ao consumidor.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador GOMES CARVALHO

EMENDA Nº 10

AO PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
(COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL)

EMENDA SUBSTITUTIVA

AUTOR: DEPUTADO VICTOR FACCIONI

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 5º, § 1º

Dê-se ao § 1º, do art. 5º, a seguinte redação:

"Art. 5º -

§ 1º - Os Estados, Distrito Federal e os Municípios manterão órgãos de atendimento gratuito para orientação dos consumidores.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda refere-se apenas à redação. Os órgãos são de atendimento gratuito, não órgãos gratuitos, porque certamente serão custeados pelo próprio consumidor pela via da tributação.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1989.

Victor Faccioni
Deputado VICTOR FACCIONI

EMENDAS Nº 11

EMENDA SUPRESSIVA AO INC. IV DO ART. 6º

Suprima-se a expressão "abusiva", ficando o referido inciso com a seguinte redação:

art. 6º

IV - "A proteção contra a publicidade enganosa, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços."

JUSTIFICATIVA

A relatividade e abrangência do conceito "abusivo" pode comprometer a intenção do legislador. Ninguém em sã consciência é a favor da propaganda discriminatória de qualquer natureza ou daquela que incute ao medo, à violência, etc...

Mas a amplitude e vagueza do conceito certamente pode levar ao território de "tudo que é possível ser anunciado é passível de ser denunciado", que não pode nem deve ser o espírito da lei.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Jose Maria Esmail
Deputado Federal
PDC - SP.

EMENDA Nº 12

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 6º, inciso V.

NATUREZA DA EMENDA : SUPRESSIVA

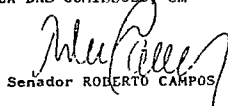
Suprima-se o inciso V, do art. 6º.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso que se pretende suprimir estabelece dentre os direitos básicos do consumidor a possibilidade de "...modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão por fato superveniente que as tornem excessivamente onerosas". A legislação relativa aos contratos, de natureza civil, comercial ou administrativa, oferece os mecanismos próprios para suas revisões e alterações. As chamadas "cláusulas leoninas" podem ser contestadas a qualquer tempo, conforme jurisprudência firmada em nossos Tribunais. Somente estes, em cada caso, podem determinar o significado de "prestações desproporcionais" e a relevância dos "fatos supervenientes" modificadores do conteúdo econômico dos contratos, o que já fazem, com base na cláusula "rebus sic stantibus".

A inserção do inciso tornaria inseguras as relações contratuais.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.


Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 13

Emenda supressiva ao P.C.C.M. que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se o inciso V, do art. 4º.

Justificação

O inciso que se pretende suprimir estabelece dentre os direitos básicos do consumidor a possibilidade de "... modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão por fato superveniente que as tornem excessivamente onerosas". A legislação relativa aos contratos, de natureza civil, comercial ou administrativa, oferece os mecanismos próprios para suas revisões e alterações. As chamadas "cláusulas leoninas" podem ser contestadas a qualquer tempo, conforme jurisprudência firmada em nossos Tribunais. Somente estes, em cada caso, podem determinar o significado de "prestações desproporcionais" e a relevância dos "fatos supervenientes" modificadores do conteúdo econômico dos contratos, o que já fazem, com base na cláusula "rebus sic stantibus".

A inserção do inciso tornaria inseguras as relações contratuais.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Deputada Sandra Cavalcante

EMENDAS Nº 14

EMENDA SUPRESSIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

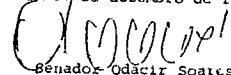
Suprima-se o inciso V, do art. 6º.

JUSTIFICATIVA

O inciso que se pretende suprimir estabelece dentre os direitos básicos do consumidor a possibilidade de "... modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão por fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas". A legislação relativa aos contratos, de natureza civil, comercial ou administrativa, oferece os mecanismos próprios para suas revisões e alterações. As chamadas "cláusulas leoninas" podem ser contestadas a qualquer tempo, conforme jurisprudência firmada em nossos Tribunais. Somente estes, em cada caso, podem determinar o significado de "prestações desproporcionais" e a relevância dos fatos supervenientes modificadores do conteúdo econômico dos contratos, o que já fazem, com base na cláusula "rebus sic stantibus".

A inserção do inciso tornaria inseguras as relações contratuais, razão pela qual propõe-se a sua supressão.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Senador Odacir Soares

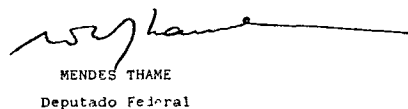
PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - (Código de Defesa do Consumidor)
CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº 15

SUPRIMA-SE O INCISO "V", DO ARTIGO 6º DO PROJETO ELABORADO PELA COMISSÃO MISTA:

JUSTIFICATIVA: É regra de direito que o contrato juridicamente obriga as partes, por se tratar de vontade entre elas estabelecidas. Por sua vez, o artigo 193, do Código Civil Brasileiro estabelece que o contrato se desfaz pela mesma forma como fora firmado, isto é, pela vontade das partes. Assim sendo, não se pode admitir a modificação das cláusulas contratuais por fatos supervenientes, ou seja, fatos desproporcionais, principalmente, quando se constatar que tais ocorrências não se originaram pelo fornecedor, que assumirá todos os ônus, por exemplo, de uma conjuntura da economia provocada pelo política governamental.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


MENDES THAME
Deputado Federal

*** V - A modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas;

EMENDA Nº 16 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMAM-SE OS INCISOS V E VIII DO ART. 6º.

JUSTIFICATIVA

INCISO V Contrato juridicamente obriga as Partes, por se tratar de vontade entre elas estabelecidas. Diz o art. 1093, do Código Civil Brasileiro, que o Contrato se desfaz pela mesma forma como é estabelecido. Ora, se as proposições são expostas e debatidas por duas ou mais partes, não se pode admitir modificações, em sua essência, de forma unilateral. Trata-se, na verdade, de uma aberração jurídica, em que contratos livremente ajustados ficam sujeitos a modificações unilaterais, inclusive no caso de prestações desproporcionais (a que?) e fatos supervenientes não causados, muitas vezes, pelo Fornecedor, que, assim, assumirá todos os ônus, por exemplo, de uma conjuntura da economia provocada pela política governamental.

INCISO VIII...O Projeto do Código ora examinado, na forma como dispõe a respeito, fere as determinações emanadas do artigo 5º (caput), de nossa Carta Magna, qual seja, a de vigilar o princípio da igualdade de todos "perante a lei, sem distinção de qualquer espécie...". A aludida inversão, ainda que sua aplicação se restrinja ao campo das relações civis e comerciais, está marcada no documento, pelo exagero com que se deseja imputá-la, de forma generalizada e indiscriminada.

Assim, produtores, prestadores de serviços e comerciantes, diante da simples alegação de que tentaram lesar os direitos do consumidor, terão de provar, na Justiça, que não cometeram a infração de que foram acusados.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deo. Arnaldo Prieto

Emenda nº 17

ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

Suprima-se o inciso V, do artigo 6º.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo cuja extinção é preconizada estabelece dentro os direitos básicos do consumidor a possibilidade de "...modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão por fato superveniente que as tornem excessivamente onerosas".

A legislação relativa aos contratos, de natureza civil, comercial ou administrati-

va, oferece os mecanismos próprios para sua revisão e alterações. As denominadas cláusulas leoninas podem ser contestadas a qualquer tempo, conforme jurisprudência firmada em nossos tribunais. Somente estes, em cada caso, podem determinar o significado de "prestações desproporcionais" e a relevância dos "fatos supervenientes" modificadores do conteúdo econômico dos contratos, o que já fazem, com fundamento na cláusula rebus sic stantibus.

A manutenção do inciso questionado tornaria extremamente inseguras as relações contratuais.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEPUTADO SAMIR ACHÔA

Emenda nº 18

ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado SAMIR ACHÔA

Inciso V do Artigo 6º - Redija-se da seguinte forma:

V - A revisão de cláusulas contratuais, sempre que signifiquem lesão enorme, ainda que em razão de fatos imprevisíveis supervenientes

JUSTIFICATIVA

O direito moderno suprime, nos contratos, o Instituto da "lesão enorme", característico do direito anterior à era em que passaram a prevalecer instituições do liberalismo.

O texto proposto, ao revés, ultrapassa os limites da lesão enorme. Por sua extensão poderia gerar intolerável debate quanto a proporcionalidade das prestações, em qualquer contrato.

A redação proposta regressa ao instituto da "lesão enorme", de forma a fastar o debate quanto a diferenciais da avaliação da proporcionalidade das cláusulas. E, em relação ao superveniente, acrescenta o elemento de imprevisibilidade, como o faz a doutrina jurídica em todos os juízos.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

Deputado SAMIR ACHÔA

PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº 19

SUPRIMA-SE DO INCISO VIII, DO ARTIGO 6º DO PROJETO ELABORADO PELA COMISSÃO MISTA A SEGUINTE EXPRESSÃO: inclusive com a in-

versão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando a verossimilhança da alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;"

JUSTIFICATIVA - O artigo 5º da Constituição Federal, estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Não obstante, o artigo 6º, deste projeto dispõe que os direitos previstos na constituição, não excluem os princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade. Assim, a equidade caracteriza-se como o conjunto de princípios imutáveis de justiça que elvam o juiz a um critério de moderação e igualdade, mesmo com prejuízo do direito objetivo, sentimento de justiça que se opõe a um critério de julgamento ou tratamento rigoroso e estritamente legalista. Ora, já é princípio do direito processual civil que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; e, ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Se não bastasse isso, o art. 335 do mesmo código processual, estabelece que em falta de normas jurídicas particulares, o juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e ainda as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a esta, o exame pericial.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

GERSON PERES

Deputado Federal

*** VIII - A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando verossimilhança a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;

EMENDA Nº 20

EMENDA MODIFICATIVA

(PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)

Dê-se ao inciso VIII do Art. 6º a seguinte redação:

"Art. 6º - ...

VIII - A facilitação da defesa dos seus direitos,"

JUSTIFICATIVA

O texto proposto assegura ao consumidor amplitude de meios, por mais inexpressivos que sejam, para realizar a defesa de seus direitos, de tal modo que a coloca em posição favorável no exercício dos mesmos. Suprime a redação do texto original, dado que este ingressa em detalhamentos de ordem processual, se mostram contraproducentes a relação de consumidor, pois que não devem ser a priori previstos mas devem ficar adstrito ao controle judicial. Entre esses detalhamentos, figura a inversão do ônus da prova erigida em princípio geral, quando a sabedoria mundial não admite essa generalização desordenadora e desestabilizadora da segurança jurídica, estimulando, inclusive, demandas temerárias e abusivas, com as suas nefastas consequências para a sociedade civil e a realização da justiça.

Ora, mantida pelo nosso texto a regra de facilitação da defesa dos direitos ao consumidor e já previstas na lei processual - à qual cabe cuidar da matéria - as exceções daquela inversão, é evidente que terá o consumidor assegurado o pleno exercício dos seus direitos sem se provocar a subversão do sistema jurídico consagrado e assecuratório da defesa dos direitos do cidadão.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador GOMES CARVALHO

EMENDA Nº 21

EMENDA MODIFICATIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto do Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao inciso VIII do art. 6º a seguinte redação:

"VIII - Sendo o consumidor pessoa física, pessoa jurídica sem fins lucrativos ou micro-empresa, poderá o juiz inverter o ônus da prova, no processo civil, quando verossimilhança a alegação, segundo as regras ordinárias de experiência.

JUSTIFICATIVA

A inversão do ônus da prova, como consequência das presunções de fato (regras ordinárias de experiência), enquanto possa resultar de decisão judicial (arts. 131 e 335 do Código de Processo Civil), não deve converter-se em norma absoluta, o que violaria o princípio da igualdade das partes no processo (Código de Processo Civil, art. 1º, II).

Em tais condições, a emenda propõe a adoção da redação do substitutivo do Deputado Geraldo Alcântara, deixando porém ao prudente arbítrio do juiz a decisão sobre a inversão da prova em cada caso, segundo as regras de experiência e os conceitos juridicamente indeterminados.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador GOMES CARVALHO

EMENDA Nº 22

Emenda modificativa ao inciso VIII do art. 6º do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Dê-se ao inciso VIII do art. 6º a seguinte redação:

VIII - Sendo o consumidor pessoa física, pessoa jurídica sem fins lucrativos ou micro-empresa, poderá o juiz inverter o ônus da prova, no processo civil, quando verossimilhança a alegação, segundo as regras ordinárias de experiência.

Justificação

A inversão do ônus da prova, como consequência das presunções de fato, conquanto possa resultar de decisão judicial (Arts. 131 e 335 do Código de Processo Civil), não deve converter-se em norma absoluta, o que violaria o princípio da igualdade das partes no processo (Código de Processo Civil, art. 125, I).

Em tais condições, a emenda propõe a adoção da redação do substitutivo do Deputado Geraldo Alickin, deixando porém ao prudente arbtrio do juiz a decisão sobre a inversão do ônus da prova em cada caso, segundo as regras de experiência e os conceitos juridicamente indeterminados.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante
Deputada Sandra Cavalcante

Código de Defesa do Consumidor - Emenda 03 fl. 1

EMENDA Nº 23

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO CONSOLIDADO DA COMISSÃO MISTA SOBRE A PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Dê-se a seguinte redação ao inciso VIII do art. 6º:

Art. 6º ...

VIII - "A facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência".

Justificação

O acréscimo das palavras "a critério do juiz" dá melhor caracterização aos propósitos da norma, uma vez que somente o juiz poderá avaliar, caso a caso, a possibilidade da inversão do ônus da prova, nas hipóteses previstas na texto.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989

Deputado MESSIAS GÓIS

Emenda nº 24

ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado SAMIR ACHOA

Inciso VIII do Artigo 6º - Redija-se da seguinte forma:

"VIII - A facilitação da defesa de direitos, no processo civil, accolhendo-se as alegações do consumidor nos pontos em que houver dúvida fundada".

JUSTIFICATIVA

Não seria adequado inverter-se ônus de prova, uma vez que a negação dos fatos, em regra, não pode ser provada.

A redação sugerida concede ao consumidor situação semelhante às que prevalecem nos brocardos "na dúvida, a favor do réu" ou "na dúvida, à favor da sociedade".

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO SAMIR ACHOA

EMENDA Nº 25

DO PROJETO CONSOLIDADO

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A ELABORAR O PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Redija-se assim o Artigo 6º, inciso VIII:

"Art. 6º - São direitos do consumidor:

VIII - A facilitação da defesa dos seus direitos.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto estabelece a regra da inversão do ônus da prova em favor do consumidor. No direito brasileiro, domina no entanto, o princípio, que lhe é tradicional, de que o ônus da prova incumbe a quem alega. O princípio - onus probandi incumbit ei qui dicit - impera, em geral, no direito romano germanista, onde se preceitua, em regra, como em nosso ordenamento jurídico, que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito. Como a existência desse é pressuposto da procedência de sua pretensão, é natural que se lhe atribua a prova dele.

Argumenta-se, todavia, que a inversão do ônus da prova, no campo da proteção do consumidor, é estabelecida em outras ordens jurídicas. Isso não significa, porém, que essa forma de proteção ao consumidor se faz indispensável para que essa proteção se torne efetiva. Se isso fosse, para tanto, requisito impreterível, todos os diplomas legais que tutelam, por lei especial, o interesse do consumidor adotariam esse mesmo critério quanto à produção da prova. O direito comparado revela, contudo, que só certos ordenamentos jurídicos, que protegem, em diploma legal específico, o direito do consumidor, perfilham a inversão, em favor dele, do ônus da prova.

A questão está, por isso, em saber se essa medida, além de dispensável, não agrava, injustamente, a posição do produtor. Como é isso que acontece, dadas as distorções jurídicas a que dá lugar a aplicação dessa regra, com prejuízo da justiça e da equidade, esse princípio não merece acolhida, diante da generalidade que se lhe imprime, em nosso direito, no tocante à proteção do consumidor.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AZEVEDO

EMENDA Nº 26



EMENDA OFERECE-SE PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A ELABORAR O PROJETO DE CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Suprima-se o parágrafo único do Artigo 6º, assim redi-
gido:

"Parágrafo único" - Fica assegurada aos consumidores,
com necessidades específicas de consumo, o fornecimento de produ-
tos e serviços, entre outros o de saúde e dietéticos em geral, nos
termos dos respectivos registros, regulamentação e legislação.

JUSTIFICAÇÃO

Cria-se, nesse parágrafo, em favor dos consumidores,
um direito - aliás vagamente definido -, porém não se determina o
sujeito passivo da obrigação daí resultante.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.



DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

COMISSÃO MISTA

EMENDAS Nº 27

EMENDA

ao
Substitutivo do Relator ao
PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Autor: Deputado RALPH BIASI

Dê-se ao parágrafo único do art. 6º do Substitutivo
a seguinte redação:

"Art. 6º

Parágrafo único. Fica assegurada a
livre comercialização de produtos dietéti-
cos para fornecimento aos consumidores com
necessidades fisiológicas específicas".

JUSTIFICATIVA

É importante lembrarmos que uma pessoa com neces-
sidades específicas de consumo é, antes de tudo, um consumidor normal.

Entre estes, podemos citar o grupo de diabéticos,
cardíacos e obesos, que estão sujeitos a regimes especiais.

Para facilitar o acesso a este tipo de alimentação
a milhões de consumidores, adicionamos a este dispositivo a livre
comercialização de dietéticos.

Uma vez que todos os produtos comercializados no
País devem estar devidamente registrados e submetidos a legislação
específica, é suficiente, no presente Código, assegurar ao consu-
midor a livre comercialização dos produtos acima.

Sala da Comissão Mista, em 11 de dezembro de 1989



EMENDA Nº 28

ao Projeto do Código de Defesa do
Consumidor, elaborada pela Comis-
são Mista do Congresso Nacional.

(Do Sr. Samir Achor)

Acrescente-se ao art. 6º do Projeto (Ca-
pítulo III - DOS DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR), reterado
o Parágrafo único para § 1º, o parágrafo seguinte:

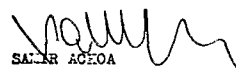
"§ 2º. É direito do consumidor, por oca-
sião da compra ou estudo de compra de uma
mercadoria, na venda a varejo, de exigir do
fornecedor a exibição de nota fiscal, ou da
respectiva fotocópia, que lhe foi emitida pe-
lo fabricante. O não cumprimento da exigência
resultará na aplicação de multa contra o in-
frator, em favor da União, equivalente a cin-
vezes o valor do produto.

JUSTIFICAÇÃO

Em tempos de alta inflação, co-
mo viveres no momento, o consumidor não tem noção exata dos
preços dos produtos, podendo ser explorado de maneira irre-
parável. É comum o cidadão adquirir determinado produto, em
uma loja e, logo a seguir, encontrar espécime idêntico, em
outra loja, de valor menor e, não raro, muito menor.

Nos Estados Unidos da América do Norte e
em países europeus, o consumidor tem direito de devolver a mer-
cadoria até 7 sete dias após a aquisição, no caso de se sentir
prejudicado. Todavia, como seria muito difícil instituir tal
direito no Brasil, opto pela adoção da regra constante desta
Emenda, válido instrumento de defesa do consumidor.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



SAMIR ACHOR

EMENDA Nº 29 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR,
DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA
DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA ADITIVA

ACRESCENTE-SE UM PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 8º, COMO SE SEGUE:

PARÁGRAFO ÚNICO - Em se tratando de
produto industri-
lizado, ao produtor cabe prestar as
informações a que se refere este ar-
tigo, através de impressos apropria-
dos, que deverão acompanhar o bem.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a inclusão deste Parágrafo, ante o fato de que, quem detém a tecnologia e o processo de produção é o produtor e/ou o fabricante, que, assim, é o único fornecedor capacitado a prestar as informações necessárias e adequadas a respeito do bem. O comércio, apesar de estar mais próximo do consumidor, não possui, na maioria das vezes, as informações necessárias e pertinentes sobre os milhares de produtos que coloca à sua disposição (do consumidor). Ele, fornecedor, se baseia, como os demais consumidores, nas informações que, pelos fabricantes, lhe são passadas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deu. Arnaldo Prieto

te nocivos à saúde, ou perigosos, deverá, nos rótulos, bulas, manuais e mensagens publicitárias que acompanhar o produto, informar, de maneira ostensiva, a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas de segurança cabíveis em cada caso concreto.

JUSTIFICATIVA

A proposta se justifica pelas mesmas razões expostas na justificativa imediatamente anterior. O comerciante (fornecedor) não é obrigado a saber sobre a composição de certos produtos por ele colocados à venda. Sua função final é colocar o produto, produzido ou fabricado, à disposição do consumidor.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado Arnaldo Prieto

À Sala de Comissões

EMENDA Nº 30

Comissão Mista do Código de Defesa do Consumidor

EMENDA SUPRESSIVA AO ART. 36 e PARÁGRAFOS

Suprima-se o art. 36 e seus parágrafos

Emenda nº 30

ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 9º

Dê-se ao art. 9º a seguinte redação:

* O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou segurança deverá nos rótulos, bulas e manuais, e quando obrigatório nas mensagens publicitárias, informar de maneira ostensiva e adequada a respeito da sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo de adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto.

JUSTIFICATIVA

Há produtos que pela sua própria natureza trazem embutidos riscos à saúde e segurança, seja pela sua fruição inadequada.

Assim sendo, justifica-se a exposição em rótulos, bulas e manuais de todos os cuidados que consumidores devam adotar para fruí-los com a maior margem de segurança.

Há outros produtos, já objetos de disposição legal (fumo, agrotóxicos, etc) cuja publicidade comercial também deve alertar sobre esses riscos.

A emenda proposta aperfeiçoa a redação original, incluindo bulas e manuais, não dispensando advertências, também na propaganda comercial, sempre que o legislador entendê-las necessárias.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

Deputado SAMIR ACHÔA

JUSTIFICATIVA

O artigo 220 da C.F. garante que "a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição". Mesmo quando trata da propaganda de fumo, álcool, agrotóxicos, medicamentos e terapias, a Carta Magna estabelece que haverá restrições, mas de forma alguma veda, censura ou proíbe. Assim, a advertência sobre os riscos de determinado produto ou serviço conforma-se ao espírito da Constituição; já sua proibição padece, a nosso ver, do vício de inconstitucionalidade.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) vem obtendo excelentes resultados ao controlar e coibir a propaganda abusiva ou enganosa.

Por esses motivos recomendamos a exclusão do dispositivo em questão do Código de Defesa do Consumidor.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DLP. MENDES RIBULHO

EMENDA Nº 31 / 89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA MODIFICATIVA

MODIFIQUE-SE A REDAÇÃO DO ART 9º, PARA:

Art. 9º - O produtor e o fabricante de bens e serviços potencialmen

EMENDA Nº 33

Emenda ao Projeto de Código de Defesa do
Consumidor
(Art. 48 do A.D.C.T.)

Ao Art. 10 - "caput"

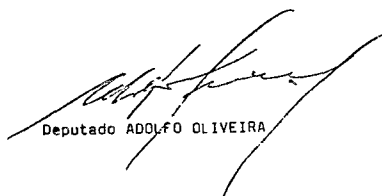
Suprima-se a expressão "ou deveria saber"

JUSTIFICAÇÃO

Se o fornecedor não dispuser de informações do produtor ou fabricante a respeito da nocividade ou periculosidade do produto ou serviço, como penalizá-lo por ou que "deveria saber"?

De mais a mais, o legítimo interesse dos consumidores está acautelado pelos §§ 1º e 2º.

Sala das Comissões, em 11 de
dezembro de 1989.



Deputado ADOLFO OLIVEIRA

EMENDA Nº 34

Emenda substitutiva ao artigo 10 e seus parágrafos 1º e 2º do
P.C.C.M. que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Dê-se ao artigo 10 a seguinte redação:

Art. 10 - O produtor, o importador e o prestador de serviços não poderão colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabem apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde e segurança, sem as precauções previstas na legislação específica.

Parágrafo 1.º - O produtor, o importador e o prestador de serviços que posteriormente à introdução no mercado de consumo de produto ou serviço tiverem conhecimento da sua periculosidade, deverão comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

Parágrafo 2.º - Os anúncios publicitários a que se refere o parágrafo anterior serão veiculados na imprensa, rádio e televisão e televisão às expensas do produtor ou importador do produto ou do prestador do serviço.

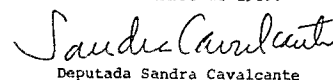
Código de Defesa do Consumidor - Emenda 04 fl. 1

Justificativa

A palavra "fornecedor" foi retirada do caput e dos parágrafos 1º e 2º e substituída por "produtor, importador e prestador de serviços", para manter a coerência com o disposto no artigo 12, que distingue os diversos agentes econômicos.

A expressão "ou deveria saber" foi suprimida devido a sua subjetividade.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Deputada Sandra Cavalcante

EMENDAS Nº 35EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao artigo 10 e seus parágrafos 1º e 2º a seguinte redação:

Art. 10 - O produtor, o importador e o prestador de serviços não poderão colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sa bem apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde e segurança, sem as precauções previstas na legislação específica

Parágrafo 1º - O produtor, o importador e o prestador de serviços que posteriormente à introdução no mercado de consumo de produto ou serviço tiverem conhecimento da sua periculosidade, deverão comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

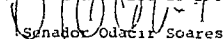
Parágrafo 2º - Os anúncios publicitários a que se refere o parágrafo anterior serão veiculados na imprensa escrita, fã lada e televisada às expensas, do produtor, do importador, do prã duto ou do prestador do serviço.

JUSTIFICATIVA

A palavra "fornecedor" foi retirada do caput e dos parágrafos 1º e 2º e substituída por "produtor, importador e prestador de serviços", para manter a coerência com o disposto no artigo 12, que distingue os diversos agentes econômicos.

A expressão "ou deveria saber" foi suprimida devido a sua subjetividade.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 36

Ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Redija-se o art. 10, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor, na seguinte forma:

" Art. 10 - O produtor, o importador e o prestador de serviços não poderão colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabem apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde e segurança, sem as precauções previstas na legislação específica.

§ 1º - O produtor, o importador e o prestador de serviços que posteriormente à introdução no mercado de consumo de produto ou serviço, tiverem conhecimento de sua periculosidade, deverão comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

§ 2º - Os anúncios publicitários a que se refere o parágrafo anterior serão veiculados na imprensa, rádio e televisão às expensas do produtor, importador do produto ou do prestador do serviço."

JUSTIFICAÇÃO

A palavra "fornecedor" foi retirada do "caput" e dos parágrafos 1º e 2º e substituída por "produtor, importador e prestador de serviços", para manter a coerência com o disposto no artigo 12, que distingue os diversos agentes econômicos.

A expressão "ou deveria saber" foi suprimida devido a sua subjetividade.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.
DEP. SAMIR ACHÔA



EMENDA Nº 37 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

MODIFIQUE-SE A REDAÇÃO DO § 1º, DO ART. 10, PARA:

ART. 10 -

§ 1º - O produtor ou fabricante de bens e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da nocividade, periculosidade ou riscos que apresentem, deverá comunicar o fato, imediatamente, às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.

JUSTIFICATIVA

Pelas mesmas razões antes expandidas, o comerciante (fornecedor) não é obrigado a saber sobre a composição de certos produtos por ele colocados à venda. Sua função final é colocar o produto, produzido ou fabricado, à disposição do consumidor.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 38

EMENDA MODIFICATIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se no art. 11 a palavra "fornecedor" por "produtor, importador ou prestador de serviços".

JUSTIFICATIVA

Visa a presente emenda garantir a coerência deste artigo com o artigo 12, que estabelece a distinção sugerida.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador LOPOLDO PERES

EMENDA Nº 39

Emenda modificativa do art. 11 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Substitua-se a palavra "fornecedor" por "produtor, importador ou prestador de serviço".

Justificativa

Visa a presente emenda garantir a coerência deste com os artigos 10 e 12, que estabelecem a distinção sugerida.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcanti
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 40 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR,
DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA
DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA ADITIVA

ACRESCENTE-SE AO ART. 11, O PARÁGRAFO ÚNICO QUE SE SEGUE:

PARÁGRAFO ÚNICO - Se o bem ou serviço
a ser retirado tiver
sido introduzido no mercado, mediante
prévia permissão da autoridade compe-
tente, a esta caberá o ônus da retira-
da, e a responsabilidade pela repara-
ção de eventuais danos

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a pretensão deste Parágrafo Úni-
co, pelo fato de que certos bens apontados no
caput do artigo, se postos no mercado, foram,
assim, porque os autorizou a autoridade públi-
ca competente, não cabendo ao fornecedor a res-
ponsabilidade, o ônus e os reparos de danos re-
lativos a bens comercializados sob a autoriza-
ção do Poder Público.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Dep. Arnaldo Prieto

Emenda nº 41,
ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA
DO CONSUMIDOR, elaborado pela
Comissão Mista do Congresso Na-
cional.

Do Deputado Samir Achia

No artigo 11, do Projeto de Có-
digo de Defesa do Consumidor, substitua-se a expres-
são "fornecedor" por "produtor, importador ou presta-
dor de serviço".

JUSTIFICAÇÃO

Não há, no caso, nexo causal
que justifique a responsabilidade do comerciante.

Na verdade, o produtor, o im-
portador ou o prestador de serviços é que são res-
ponsáveis pela introdução dos produtos no mercado.

Dá a preconizada substituição
alvitrada nesta emenda.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEPUTADO SAMIR ACHIA

EMENDA Nº 42

Gabinete do Senador José Agripino

EMENDA OFERECIDA PIRANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A ELABORAR O "PROJETO DE CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR".

Rê-se ao Artigo 12, caput, a seguinte redação.

"Art. 12 - O fabricante, o produtor, o construtor na-
cional ou estrangeiro e o importador respondem pela reparação dos
danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de proje-
tos, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apre-
sentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por infor-
mações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

JUSTIFICAÇÃO

Prescreve-se, na redação do art. 12 do Projeto, como
sucede também nos artigos 13, 14, 21 e 103, a culpa de responsabi-
lidade civil sem culpa. A figura não é desconhecida do Direito Po-
lítico Brasileiro, onde é admitida, porém, como exceção. A tradi-
ção do nosso direito é punir apenas aqueles que de fato causaram o da-
no por procedimento culposos. Somente em casos excepcionais se admite
a responsabilidade sem comprovação de culpa (ex. responsabilidade
civil do Estado por ato de seus prepostos e atos omissivos de
transito ou danos causados por transportes, acidentes de trabalho).
O projeto institui, porém, a responsabilidade do produtor ou for-
necedor, sem considerar se este agiu culposamente, ameaçando de
ruína pessoas inocentes.

Sala das Comissões 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDA Nº 43

Emenda modificativa do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e
defesa do consumidor e dá outras providências.

Substitua-se a palavra "vítima", do inciso III do parágrafo 3º.
do art. 12 por "consumidor"

Justificativa

O projeto trata das relações de consumo. Portanto, a palavra
correta a ser usada é consumidor, até porque o artigo 12
disciplina a responsabilidade de certos fornecedores perante o
consumidor, e, nem sempre o consumidor é a vítima.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 44, DE 1989

DE-SE NOVA REDAÇÃO AO INCISO "III", DO PARÁGRAFO 3º, DO ARTIGO 12
DO PROJETO ELABORADO PELA COMISSÃO MISTA, PARA:

III - a culpa da vítima ou de terceiro.

JUSTIFICATIVA: - Justifica-se, a proposta de nova redação para o citado inciso, uma vez que o próprio texto original já consagra a possibilidade do fornecedor se eximir da responsabilidade pelo evento danoso, caso prove a culpa da vítima. Com maior razão se justifica, a inclusão do terceiro responsável, uma vez que a sua omissão ou ação poderá causar o evento danoso. Não nos parece justo, penalizar o fornecedor, em detrimento do terceiro responsável.

*** III - a culpa exclusiva da vítima

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

DEPUTADO MAX ROSENTHAL

EMENDA Nº 45 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA ADITIVA

ACRESCENTE-SE UM § 4º, AO ART. 12, COMO SE SEGUE:

ART. 12 -

§ 4º - Este dispositivo não se aplica ao importador quando os bens e serviços, então importados, forem aprovados pela autoridade pública competente, sem prejuízo, todavia, de sua obrigação de transmitir as informações que, a respeito, forem do seu conhecimento.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a inclusão do Parágrafo sugerido, pelo fato de o importador de bens só os colocar à disposição do consumidor após o exame e a aprovação das Autoridades Públicas competentes.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 46

Cabinete do Senador José Agripino

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ELABORAR O PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dê-se ao art. 14 caput, a seguinte redação:

"Art. 14" - O fornecedor de serviços responde pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O artigo insiste em determinar, no caso que figura, na responsabilidade civil do fornecedor independente de culpa. Inocua-se, para impugnar essa diretriz, a argumentação deduzida como justificativa da nova redação que se propõe ao texto do art. 12, caput.

Sala das Comissões 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPIÑO

PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº 47

Dê-se nova redação ao inciso "III", DO PARÁGRAFO 3º, DO ARTIGO 14 DO PROJETO ELABORADO PELA COMISSÃO MISTA, PARA:

"III - a culpa da vítima ou de terceiro.

JUSTIFICATIVA: - Justifica-se, a proposta de nova redação para o citado inciso, uma vez que o próprio texto original já consagra a possibilidade do fornecedor se eximir da responsabilidade pelo evento danoso, caso prove a culpa da vítima. Com maior razão se justifica, por conseguinte, a inclusão do terceiro responsável, uma vez que com sua omissão ou ação poderá causar o evento danoso. Não nos parece justo, penalizar o fornecedor, em detrimento do terceiro responsável.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

DEPUTADO GERSÔN PERES

Deputado Federal

*** III - a culpa exclusiva da vítima.

Emenda nº 48,
ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa.

Artigo 14 - § 3º - Suprima-se o inciso I do § 3º do Artigo 14, renumerando-se os incisos seguintes.

J U S T I F I C A T I V A

A hipótese de não ter sido prestado o serviço é incompatível com o caput do § 3º - que aos fornecedores de serviço se refere e ao caput do próprio Artigo 14, igualmente dirigido ao fornecedor de serviços.

Naturalmente, só o fornecedor de serviços pode ser responsabilizado e é desnecessário prever a prova de que houve serviços.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 49

Emenda substitutiva ao artigo 15 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Dê-se ao artigo 15 a seguinte redação:

Artigo 15 - Quando a utilização do produto ou a prestação do serviço causar dano irreparável ao consumidor a indenização corresponderá ao valor integral dos bens danificados.

Justificativa

Tendo em vista que o Código pretende proteger o consumidor do modo mais amplo e claro possível, a redação proposta parece mais adequada do que a do P.C.C.M., inclusive pelo uso do verbo corresponder em substituição ao verbo compreender.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante
Deputada Sandra Cavalcante

Código de Defesa do Consumidor - Emenda 07 fl. 1

EMENDAS Nº 50

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao artigo 15 a seguinte redação:

"Art. 15 - Quando a utilização do produto ou a prestação do serviço causar dano irreparável ao consumidor a indenização corresponderá ao valor integral dos bens danificados.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que o Código protege o consumidor do modo mais amplo e claro possível, a redação proposta parece mais adequada, inclusive pelo uso do verbo corresponder em substituição ao verbo compreender.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 51

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 16

NATUREZA DA EMENDA : SUBSTITUTIVA

Dê-se ao artigo 16 a seguinte redação:

Art. 16 - Comprovada a alta periculosidade do produto ou serviço que provocou o dano e que este tenha decorrido de grave

imprudência, negligência ou imperícia do produtor, importador ou prestador de serviço, será devida multa civil de até 1.000.000 (um milhão) de BTNs, a critério do juiz, de acordo com a gravidade do dano e a situação econômica do responsável.

JUSTIFICAÇÃO

A primeira substituição feita no texto - troca da conjunção "ou" pelas expressões "e que este tenha decorrido de" - destina-se a evitar que a mera comprovação de periculosidade enseje a aplicação de multa. Ora, produtos perigosos existem aos milhares e são vendidos livremente por só serem perigosos se inadequadamente utilizados. Além disso, mesmo produtos não-perigosos podem sê-lo, se utilizados de forma inadequada.

A segunda modificação - retirada da palavra fornecedor e sua substituição por "produtor, importador e prestador de serviços", destina-se a manter a coerência com as disposições do artigo 12 do projeto.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.

Roberto Campos
Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 52

Emenda substitutiva ao artigo 16 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Dê-se ao artigo 16 a seguinte redação:

Art. 16 - Comprovada a alta periculosidade do produto ou serviço que provocou o dano e que este tenha decorrido de grave imprudência, negligência ou imperícia do produtor, importador ou prestador de serviço, será devida multa civil de até 1.000.000 (um milhão) de BTN's, a critério do Juiz, de acordo com a gravidade do dano e a situação econômica do responsável.

Justificativa

A primeira substituição feita no texto - troca da conjunção "ou" pelas expressões "e que este tenha decorrido de" - destina-se a evitar que a mera comprovação de periculosidade enseje a aplicação da multa. Ora, produtos perigosos existem aos milhares e são vendidos livremente por só serem perigosos se inadequadamente utilizados. Além disso, mesmo produtos não-perigosos podem sê-lo, se utilizados de forma inadequada.

A segunda modificação - retirada da palavra fornecedor e sua substituição por "produtor, importador e prestador de serviços", destina-se a manter a coerência com as disposições do artigo 12 do projeto.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante
Deputada Sandra Cavalcante
Código de Defesa do Consumidor - Emenda 08 fl. 1

EMENDA Nº 53

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao substitutivo do Relator ao
 ao projeto de Código de Defesa
 do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao artigo 16 a seguinte redação:

Art. 16 - Comprovada a alta periculosidade do produto ou serviço que provocou o dano e que este tenha ocorrido de grave imprudência, negligência ou imperícia do produtor, importador ou prestador de serviço, será devida multa civil de até 1.000.000 (um milhão de BTN's), a critério do juiz, de acordo com a gravidade do dano e a situação econômica do responsável.

JUSTIFICATIVA

A primeira substituição feita no texto - troca da conjunção "ou" pela expressão "e que este tenha decorrido de" - destina-se a evitar que a mera comprovação da periculosidade enseje a aplicação da multa. Ora, produtos perigosos existem, são milhares e são vendidos livremente por só serem perigosos se inadequadamente utilizados. Além disso, mesmo produtos não-perigosos podem sê-lo, se utilizados de forma inadequada.

A segunda modificação - retirada da palavra "fornecedor" e sua substituição por "produtor, importador e prestador de serviços", destina-se a manter a coerência com as disposições do artigo 12 do projeto.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989

Senador Odacir Soares

PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº 54

REDUZIR O VALOR DA MULTA CIVIL ESTABELECIDADA NO ARTIGO 16 DO PROJETO ELABORADO PELA COMISSÃO MISTA, PASSANDO O ARTIGO A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

Art. 16 - Se comprovada a alta periculosidade do produto ou do serviço que provocou o dano, ou grave imprudência, negligência ou imperícia do fornecedor será devida multa civil de até 200.000 (duzentas mil) de vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), a critério do juiz, de acordo com a gravidade e proporção do dano, bem como a situação econômica do responsável.

JUSTIFICATIVA: Não nos parece coerente nem justo, uma multa tão elevada como a de 1.000.000 (um milhão) de vezes o Bônus do Tesouro Nacional como vem estabelecida no texto original do projeto, em se considerando as demais sanções administrativas e as penas privativas de liberdade impostas aos infratores desta futura lei. Por outro lado, a nossa proposta pretende encontrar um ponto de equilíbrio, objetivando, assim, evitar uma grande quebra e insolvência

das empresas, sem mencionarmos que em nada contribui para a defesa do consumidor a imposição de tão elevadas multas.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989
 DEPUTADO TITO COSTA
 Câmara dos Deputados
 Anexo IV - Gob 203
 70.160 - Brasília - DF

***Art. 16 - Se comprovada a alta periculosidade do produto ou do serviço que provocou o dano, ou grave imprudência, negligência ou imperícia do fornecedor será devida multa civil de até 1.000.000 (um milhão) de vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), a critério do juiz, de acordo com a gravidade e proporção do dano, bem como a situação econômica do responsável.

EMENDA Nº 55

Ao Projeto de Código de Defesa
 do Consumidor, elaborada pela
 Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Redija-se o art. 16, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor, na forma seguinte:

"Art. 16 - Comprovada a alta periculosidade do produto ou serviço que provocou o dano e que este tenha decorrido de grave imprudência, negligência ou imperícia do produtor, importador ou prestador de serviço, será devida multa civil de até 1.000.000 (um milhão) de BTN's, a critério do juiz, de acordo com a gravidade do dano e a situação econômica do responsável."

JUSTIFICAÇÃO

A primeira substituição proposta ao texto original do Projeto - troca da conjunção "ou" pelas expressões "e que este tenha decorrido de" - destina-se a evitar que a mera comprovação de periculosidade enseje a aplicação da multa. Ora, produtos perigosos existem aos milhares e são vendidos livremente por só serem perigosos se inadequadamente utilizados. Além disso, mesmo produtos não-perigosos podem sê-lo, se utilizados de forma inadequada.

A segunda modificação proposta pela presente emenda - retirada do vocábulo "fornecedor" e sua substituição por "produtor, importador ou prestador de serviços" - destina-se a manter a coerência com as disposições do art. 12 do Projeto.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.
 DEP. SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 56

AO PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
 (COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL)

EMENDA SUBSTITUTIVA

AUTOR: DEPUTADO VICTOR FACCIONI

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 16

Substituam-se as expressões "será devida multa civil de até 1.000.000 (um milhão) de vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), a critério

tério do juiz, de acordo com a gravidade e proporção do dano, bem como a situação econômica do responsável", pelo seguinte teor:

"será devida multa civil cominada pelo juiz na ação proposta por qualquer dos legitimados à defesa do consumidor em juízo, proporcional à gravidade e proporção do dano, bem como à situação econômica do responsável".

Assim:

"Art. 16 - Se comprovada a alta periculosidade do produto ou do serviço que provocou o dano, ou grave imprudência, negligência ou imperícia do fornecedor será devida multa civil cominada pelo juiz na ação proposta por qualquer dos legitimados à defesa do consumidor em juízo, proporcional à gravidade e proporção do dano, bem como à situação econômica do responsável."

JUSTIFICAÇÃO

Somos de opinião que o legislador deveria evitar, principalmente em códigos, que tem caráter permanente, o uso de cifras e valores monetários face a possíveis oscilações de seu significado econômico no tempo e no espaço. Mais evitável seria ainda adotar-se uma expressão defensiva dessas oscilações relativas à inflação, que é um defeito do sistema que se há de combater e não "adotar" como permanente.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1.989.


Deputado VÍCTOR FACCIÓNI

PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº 57

ACRESCE UM PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 16 DO PROJETO ELABORADO PELA COMISSÃO MISTA, COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

Parágrafo único - Pelo micro e pequeno fornecedor, para os fins deste artigo, a multa civil devida, será de até 10.000 (dez mil) de vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), a critério do juiz, de acordo com a gravidade e proporção do dano bem como a situação do responsável.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a presente proposta uma vez que a micro e pequena empresa é uma categoria empresarial diferenciada, com garantia constitucional nesse sentido. Dessa forma, o presente projeto de lei deve tratar a micro e pequena empresa também diferentemente das demais, pois não se concebe aplicar a esse segmento as mesmas regras aplicáveis às outras empresas. Como se tem conhecimento, a micro e pequena empresa não possui estrutura de pessoal e administrativo nos moldes dos grandes conglomerados, como também, sua receita bruta anual obedece os parâmetros da legislação federal, tendo dessa forma tratamento tributário, previdenciário e trabalhista, totalmente simplificados.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


GERSON PERES
Deputado Federal

** sem correspondente

EMENDA Nº 58

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 18.

NATUREZA DA EMENDA : SUBSTITUTIVA

Dê-se ao caput do artigo 18 do texto em epígrafe a seguinte redação:

Artigo 18 - O produtor e o importador de produtos de consumo duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes de disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

JUSTIFICAÇÃO

A modificação introduzida visa adaptar o dispositivo à técnica adotada na Seção anterior (Art.12).

No caput, propõe-se a substituição da palavra "fornecedor" por "produtor" e "importador", pois são eles os responsáveis pela introdução dos produtos no mercado. Não há nexo causal que justifique a responsabilidade do comerciante, salvo a hipótese do parágrafo 5º.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.


Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 59

Emenda substitutiva ao caput artigo 18 do P.C.C.H., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Dê-se ao caput do artigo 18 do PC em epígrafe a seguinte redação:

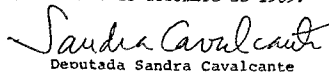
Artigo 18 - O produtor e o importador de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes de disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

Justificativa

A modificação introduzida visa adaptar o dispositivo à técnica adotada na Seção anterior (art. 12).

No caput, propõe-se a substituição da palavra "fornecedor" por "produtor" e "importador", pois são eles os responsáveis pela introdução dos produtos no mercado. Não há nexo causal que justifique a responsabilidade do comerciante, salvo a hipótese do parágrafo 5º..

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 60

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao artigo 18 a seguinte redação:

Art. 18 - O produtor e o importador de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade e ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

- I - abatimento proporcional do preço;
 - II - a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, em perfeitas condições de uso, sempre que o vício não for sanado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
 - III - a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada, contra a devolução do bem.
- Parágrafo 1º - Tendo o consumidor optado pela alternativa do inciso III e não sendo possível a substituição do bem, poderá haver a substituição por outro de espécie, marca ou modelo diversos, mediante complementação ou restituição imediata de eventual diferença de preço.

Parágrafo 2º - No caso de fornecimento in natura será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando este provar que o fornecedor original:

- I - está claramente identificado, e a causa do dano a este for imputável.

Parágrafo 3º - São impróprios ao uso e consumo os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação.

JUSTIFICATIVA

As modificações introduzidas visam adaptar o dispositivo à realidade quotidiana e sintonizá-lo com a técnica adotada no artigo 12

No caput foi substituída a palavra "fornecedor" por "produtor e importador", pois são eles os responsáveis pela introdução no mercado dos produtos. Foi também incluída a palavra "quantidade" para incluir tais vícios. Além disso, foi incluída a expressão "respeitadas as variações decorrentes de sua natureza", pois diversos produtos, como os sabonetes e a farinha de trigo, perdem naturalmente peso devido à desidratação.

Os incisos tiveram a redação ligeiramente alterada para que se guiassem os passos normais quando há reclamação relativa a algum produto. Primeiro a complementação do peso e o abatimento do preço e só em último caso a restituição da quantia paga.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador Basílio Soares

Emenda nº 61,

ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achê

Dê-se ao caput do art. 18, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor a seguinte redação:

"Art. 18 - O produtor e o importador de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

....."

JUSTIFICAÇÃO

A expressão "fornecedor" foi substituída por "produtor e importador de produtos de consumo" para manter coerência com o disposto no art. 12, que distingue os diversos agentes econômicos.

No caput, portanto, são utilizados os vocábulos "produtor" e "importador" pois são eles os responsáveis pela introdução dos produtos no mercado.

Não há nem causal que justifique a responsabilidade do comerciante, salvo a hipótese do § 5º.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

Deputado Samir Achê

COMISSÃO MISTA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.149, DE 1988

Institui o Código de Defesa do Consumidor, e dá outras providências.

EMENDA Nº 62

Acrescente-se ao caput do art. 18 do Substitutivo ao Código de Defesa do Consumidor a seguinte expressão após "vícios de qualidade":

"... adquiridos desde a produção até o transporte, armazenagem e a comercialização".

JUSTIFICAÇÃO

O controle de qualidade dos produtos não duráveis, como a carne, laticínios, frutas, verduras e legumes tem que ser rigoroso e deve ser feito desde a produção até a comercialização.

Dá a nossa preocupação em inserir no caput do art. 18 a expressão proposta, destinada a aclarar o assunto.

Sala da Comissão, em de de 1989.

Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA

PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº 63

DE-SE NOVA REDAÇÃO AO INCISO "I", DO PARÁGRAFO 6º, DO ARTIGO 18 DO PROJETO ELABORADO PELA COMISSÃO MISTA, PARA:

I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos na data de sua aquisição;

JUSTIFICATIVA: - A redação proposta tem por objetivo determinar, exatamente, o momento em que o produto deve ser considerado impróprio para o uso ou consumo, pois, pode ocorrer que por ocasião de sua aquisição, o seu prazo de validade não tenha expirado. Procuramos, ainda, prevenir possíveis armadilhas que podem ser utilizadas pelos consumidores, imbuídos de espírito de vingança ou partidários da tese de que todos os fornecedores são desonestos, procurando auferir alguma vantagem da relação de consumo, vez que mencionado dispositivo, em sua forma original encerra uma hipótese vaga demais.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

GERSON PERES
Deputado Federal

*** I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos

EMENDA Nº 64

EMENDA MODIFICATIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao inc. I, parágrafo 6º do art. 18 a redação abaixo, e, por conseguinte, inclua-se novo parágrafo que será o 7º.

§ 6º -

I - Os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos, observado o disposto no parágrafo 7º deste artigo.

§ 7º - Para designar o período de validade do bem ou serviço, deverá ser utilizada uma das expressões abaixo, dependendo da categoria do bem em questão:

- . "prazo de validade ____/____/____"
(dia) (mês) (ano)
- . "melhor se consumido até ____/____/____"
(dia) (mês) (ano)
- . "não consumir após ____/____/____"
(dia) (mês) (ano)

Justificativa

Tão importante quanto considerar impróprio para o consumo os bens cujo prazo de validade estejam vencidos, é padronizar as expressões que serão utilizadas para indicá-lo, de forma a facilitar a identificação pelo consumidor.

Muitas vezes o fato de um produto estar fora do prazo de validade, pode não implicar em dizer que esteja impróprio para o consumo, porém um produto perecível cuja validade esteja mal identificada pelo consumidor poderá induzi-lo a erros mais graves, razão pela qual propomos a emenda acima.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 65

EMENDA Nº

AO PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
(COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL)

EMENDA SUPRESSIVA

AUTOR: DEPUTADO VICTOR FACCIONI

DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 18, inciso I

Suprimam-se, do art. 18, inciso I, as expressões "marca ou modelo".

JUSTIFICAÇÃO

O assunto fica mais claro no § 4º do mesmo artigo, não cabendo no inciso do § 1º uma alusão não explícita, que tornaria o dispositivo confuso, porque mesma espécie não quer dizer nem mesmo modelo, nem mesma marca.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1989.

Vitor Faccioni
Deputado VICTOR FACCIONI

EMENDAS Nº 66 EMENDA MODIFICATIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao art. 19 e seus incisos a seguinte redação:

Art. 19 - Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

- I - complementação do peso ou medida;
- II - abatimento proporcional do preço;
- III - a substituição proporcional do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, em perfeitas condições de uso, sempre que o vício não for sanado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;
- IV - a restituição da quantia paga, monetariamente atualizada, contra a devolução do bem.

Parágrafo 1º - Aplica-se a este artigo o disposto no Parágrafo 1º do artigo anterior.

Parágrafo 2º - O fornecedor imediato será responsável quando fizer a pesagem ou a medição e o instrumento utilizado não estiver aferido segundo os padrões oficiais.

Justificativa

Visa a presente emenda adequar o projeto de Código à realidade quotidiana.

Os incisos tiveram a sua ordem invertida, introduzindo-se também a possibilidade de complementação de peso ou medida, dando-se prioridade às composições mais justas e frequentes (primeiro a complementação do peso de medida, depois o abatimento proporcional do preço, em seguida a substituição do bem e, finalmente, a resilição do negócio jurídico.)

Quanto à responsabilidade do comerciante este só pode ser responsável pela diferença de peso ou medida se houver efetuado a pesagem ou medição e o instrumento utilizado não tiver aferido segundo os padrões oficiais.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 67

EMENDA OBRIGADA PERANTE A COMISSÃO INCUMBIDA
DE ELABORAR O PROJETO DO CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dê-se ao Artigo 19 a seguinte redação:

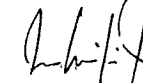
"Art. 19" - Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, incumbindo-lhes o abatimento proporcional do preço.

J U S T I F I C A Ç ã o

Aplicam-se, como fundamentação do novo teor que se propõe para o presente artigo, os argumentos deduzidos, nos termos abaixo transcritos, como justificativa da nova redação sugerida.

da para o art. 18: "Não existe razão para que se faculte ao consumidor, alternativamente, uma de três formas para se lhe compor o dano por vício do produto, não sanado em trinta dias. Deixa-se, ao consumidor o arbítrio de impor ao fornecedor a forma, que se lhe afigurar mais conveniente, para satisfazer a sua pretensão indenizatória. Todavia, como se reputam, em princípio, equiparados entre si esses modos de reparação do dano, a determinação somente de um deles como capaz de atender à pretensão indenizatória do consumidor lhe faz perfeita justiça. Tanto mais quanto esse modo de composição do dano, consistente em dinheiro, monetariamente atualizado, é o usual no comércio jurídico, e tanto mais ainda, quanto a restituição da quantia em dinheiro não exclui a garantia, ao consumidor, se for o caso, de perdas e danos.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.


DEPUTADO JOÃO AGRIPIANO

E M E N D A Nº 68

AO PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

(COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL)

EMENDA SUPRESSIVA

AUTOR: DEPUTADO VÍCTOR FACCIÓNI

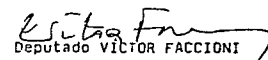
DISPOSITIVO EMENDADO: Art. 19, inciso I

Suprimam-se, do inciso I, do art. 19, as palavras "marca ou modelo"

JUSTIFICAÇÃO

O assunto fica mais claro no § 4º, do art. 18, não cabendo no inciso I, do art. 19, assim como no inciso I, do art. 18, uma alusão não explícita, que tornaria os dispositivos confusos, porque mesma espécie não quer dizer nem mesmo modelo, nem mesma marca.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 1989.


Deputado VÍCTOR FACCIÓNI

EMENDA Nº 69

EMENDA SUBSTITUTIVA
Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao art. 19 a seguinte redação:

"Art. 19 - O fabricante e o comerciante respondem solidariamente desde que comprovada responsabilidade pelos vícios que afetem o produto quando seu conteúdo líquido ou quantidade sejam inferiores às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, excetuando-se aqueles cuja natureza ou composição acarretam perda da característica, inclusive peso, perfume, volume, sabor, sem entretanto ocorrer perda de suas propriedades.

Portanto, esta emenda visa somente acrescentar à expressão "adequados e novos" a exigência de que os componentes sejam "originais ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante", isto por acreditar-se ser tecnicamente de maior interesse aos consumidores, ao determinar que se mantenham as características técnicas dos bens, o que venham a ser realizados.

Sala das Comissões em,
11 de dezembro de 1989

Deputado GERALDO ALCKMIN FILHO

EMENDA Nº 74

Emenda substitutiva ao P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Substitue-se o art. 23, pelo seguinte:

Art. 23 - "O comerciante que tiver intermediado o fornecimento do produto ou serviço, interpondo-se entre fornecedor e consumidor, somente responderá se provada a sua culpa."

Como ninguém ignora, o comércio nos dias atuais compreende a interposição não para a prestação de serviços, mas para a aproximação do prestador de serviços e do consumidor. Nesses casos, é injustificável a responsabilização do intermediário, salvo se demonstrada a sua culpa.

Com tal emenda, suprime-se o art. 23 na redação do Projeto, absolutamente desnecessário em face dos artigos 1.101 a 1.105 do Código Civil.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcanti
Deputada Sandra Cavalcanti

EMENDA Nº 75

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se o art. 23, pelo seguinte:

"Art. 23 - O comerciante que tiver intermediado o fornecimento do serviço, interpondo-se entre fornecedor e consumidor, somente responderá se provada a sua culpa."

Justificativa

Como ninguém ignora, o comércio nos dias atuais compreende a interposição não para a prestação de serviços, mas para a aproximação do prestador de serviços e do consumidor. Nesses casos, é injustificável a responsabilização do intermediário, salvo se demonstrada a sua culpa.

Com tal emenda, suprimo-se o art. 23 na redação do projeto, absolutamente desnecessário em face dos artigos 1.101 a 1.105 do Código Civil.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 76

PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 26 a seguinte redação:

Art. 26 - O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, de bens ou serviços, caduca em 30 (trinta) dias, contados da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

§ 1º - Obstat a decadência:

I - A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor do produto ou serviço até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;

II - A reclamação formalizada perante os órgãos ou entidades com atribuições de defesa do Consumidor, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III - A instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

JUSTIFICATIVA

O Projeto prevê que o direito de reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em 30 dias para produtos e serviços, não duráveis e 90 dias para os produtos e serviços duráveis, estipulando, ainda, que este prazo inicia-se com a entrega do produto ou término da execução dos serviços.

A nossa emenda pretende conferir um tratamento homogêneo para ambos os tipos de produtos, pois o importante é a fixação do prazo para se reclamar de vícios aparentes ou de fácil constatação que, pelo seu próprio entendimento, devem ser constatados imediatamente após a aquisição. Não há por que conferir prazo de três meses para reclamar daquilo que é visível de imediato. O prazo mais exíguo, de trinta dias, a partir da aquisição do produto ou término da execução dos serviços, parece mais lógico. A enumeração dos motivos que obstat a decadência, também é oportuna.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcanti
SANDRA CAVALCANTI
DEPUTADA FEDERAL

EMENDA Nº 77 / 89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA MODIFICATIVA

MODIFIQUE-SE A REDAÇÃO DO ART. 26, PARA A QUE SE SEQUE:

Art. 26 - O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação prescreve em 7 (sete) dias.

JUSTIFICATIVA

Os prazos especificados nesse Projeto de Código são inconcebíveis. Reportando-nos ao nosso Código Civil (artigos 1101 a 1106 e 178-§ 2º), a coisa recebida pode ser rejeitada se os defeitos apresentados a tornem imprópria ao uso a que se destina, ou lhe diminuam o valor. Admitindo-se a rejeição, pode o adquirente, ainda, reclamar o abatimento do preço. O prazo previsto no CCB, no entanto, para reclamar vícios ocultos é de 15 (quinze) dias. Não se pode pretender, em consequência, para vícios ocultos e de fácil constatação, os prazos declinados pelos incisos I e II, do aludido art. 26.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 78 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA MODIFICATIVA

MODIFIQUE-SE A REDAÇÃO DO § 1º, DO ART. 26, PARA A QUE SE SE GUE:

ART. 26 -

§ 1º - Inicia-se a contagem do prazo prescricional a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

JUSTIFICATIVA

Como o nosso Código Civil, ao se reportar aos vícios redibitórios, invoca a PRESCRIÇÃO, e não a Decadência, é de ser mantida nessa disposição a expressão então codificada; qual seja, a de Prescrição.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 79 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA MODIFICATIVA

MODIFIQUE-SE A REDAÇÃO DO § 2º, DO ART. 26, PARA:

ART. 26 -

§ 2º - Obstam a prescrição

JUSTIFICATIVA

Como o nosso Código Civil, ao se reportar aos vícios redibitórios, invoca a PRESCRIÇÃO, e não a Decadência, é de ser mantida no parágrafo ora arguido a expressão então codificada; qual seja, a de Prescrição.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 80 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA MODIFICATIVA

MODIFIQUE-SE A REDAÇÃO DO § 3º, DO ART. 26, PARA:

ART. 26 -

§ 3º - Tratando-se de vício oculto, aplica-se o prazo prescricional previsto em nosso Código Civil.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a modificação proposta em coerência jurídica e com a técnica legislativa, além de ser a matéria devidamente regulada pelo nosso Código Civil.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Dep. Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 81 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O ART. 27.

JUSTIFICATIVA

O nosso Código Civil já estabelece, em seu artigo 178, os prazos de prescrição aplicáveis a cada caso concreto.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Dep. Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 82 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE A SEÇÃO V (ART. 28 E SEUS PARÁGRAFOS).

JUSTIFICATIVA

Esta Seção (artigo e parágrafos) deflagra enorme absurdo. O Judiciário poderá, a pedido da parte interessada, responsabilizar, indiscriminadamente, o acionista controlador e sócios, quando estes, nem sempre, têm ingerência ou participação na vida administrativa da empresa.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Dep. Arnaldo Prieto

EMENDA SUBSTITUTIVA

EMENDA Nº 83

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao artigo 28 a seguinte redação, suprimindo-se seu parágrafo segundo:

Art. 28 - Nos casos previstos nas Seções II e III deste Capítulo, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade limitada causadora do dano, se ficar provada a sua insolvência e que seus sócios, administradores ou controladores dela abusaram, praticaram ilícito ou violaram o contrato social ou os estatutos. Nestes casos, o juiz decidirá sobre qual ou quais patrimônios particulares dos sócios, administradores ou controladores recairá a execução das perdas e danos.

Justificativa

No estágio atual do direito, a desconsideração da personalidade é exceção admissível somente nos casos de abuso, de ilícito e de infração ao contrato ou estatutos. A amplitude que se lhe dá teria o efeito radical de, em face de dano ao consumidor, converter todas as sociedades em mistas, com responsabilidade solidária de sócios e administradores, e que configura um retrocesso na evolução do direito societário.

A supressão do parágrafo segundo se impõe pois a responsabilidade dos "grupos" é inócua, eis que não têm personalidade nem patrimônio, as sociedades controladoras já está regulada nos arts. 117 e 110 da Lei das S.A., e das coligadas não se justifica, pois o fenômeno se dá em participações minoritárias (Lei das S.A., art. 243, parágrafo 1º) que seriam inibidas em detrimento do mercado de capitais e, consequentemente, da capitalização das empresas, indispensáveis ao desenvolvimento econômico.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 84

Deputado MESSIAS GÓIS

Deputado MESSIAS GÓIS

"Art. 28 - Nos casos previstos nas Seções II e III deste Capítulo, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade limitada causadora do dano, se ficar provada a sua insolvência e que seus sócios, administradores ou controladores dela abusaram, praticaram ilícito ou violaram o contrato social. A desconsideração poderá recair sobre os patrimônios particulares dos sócios, administradores ou controladores, e que configura um retrocesso na evolução do direito societário."

Justificativa

O verbo "desconsiderará" trazia uma obrigação ao juiz, mas a ele porém avaliar as circunstâncias do caso e decidir se sim ou não tal postura. Por isso, optou-se por alterar a frase para "poderá desconsiderar", no sentido de preservar-se a autonomia do legislador ao estudar o caso concreto.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado MESSIAS GÓIS

EMENDA Nº 85

Emenda supressiva do artigo 30 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se da parte final do artigo 30 o seguinte trecho: "qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como os riscos que apresentem à saúde e segurança dos consumidores".

Justificativa

A persistir a atual redação estaria inviabilizada a própria publicidade. Anúncios na imprensa falada, escrita e televisada necessitariam de tamanho espaço e tempo que acabariam encarecendo de modo absurdo os próprios produtos.

Além disso, o artigo tem disposições que não se sabe sequer se são exemplificativas ou exaustivas, pois fala em características, preço, qualidade, "entre outros dados".

A forma mais adequada é a manutenção da primeira parte do artigo, exigindo-se informações corretas sobre as características dos produtos.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 86

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se da parte final do artigo 30 o seguinte texto "qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como os riscos que apresentem à saúde e segurança dos consumidores".

Justificativa

A persistir a atual redação estaria inviabilizada a própria publicidade. Anúncios na imprensa falada, escrita e televisada necessitariam de tamanho, espaço e tempo que acabariam encarecendo de modo absurdo os próprios produtos.

Além disso, o artigo tem disposições que não se sabe sequer se são exemplificativas ou exaustivas, pois fala em características, preço, qualidade, "entre outros dados".

A forma mais adequada parece ser manter a primeira parte do artigo, exigindo-se informações corretas sobre as características dos produtos.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 87

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.149, DE 1988

Institui o Código de Defesa do Consumidor, e dá outras providências.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao Substitutivo ao Código de Defesa do Consumidor, artigo 31, renumerando-se os seguintes:

"Art. 31 As embalagens de produtos alimentícios estão sujeitas ao controle de qualidade pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO".

JUSTIFICATIVA

A matéria prima usada nas embalagens tem sido de péssima qualidade.

A que é usada em enlatados, por exemplo, é frágil, o que permite o seu amassamento e, conseqüentemente, a contaminação do alimento, tornando-o impróprio para o consumo. Além de prejudicar a saúde do consumidor, quando é apreendida pela fiscalização, se converte em desperdício.

Essas as razões da nossa emenda.

Sala da Comissão, em 07 de dezembro de 1989.

Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA

EMENDA Nº 88

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ELABORAR O PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dê-se ao Artigo 31 esta redação:

"Artigo 31 - Será assegurada a oferta de componentes e peças de reposição, pelos respectivos fabricantes ou importadores, enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto a que tais componentes e peças se destinam".

JUSTIFICATIVA

É natural que o fabricante seja obrigado a oferecer peças e componentes de reposição do produto por ele fabricado, enquanto durar a fabricação. Não se justifica, porém, impor-lhe a obrigação de fornecer essas peças ou componentes, quando não fabricadas por ele, mormente quando importadas. Equivale isso a obrigá-lo a prestar fato de terceiro, isto é, a impor-lhe dever que não está em suas forças cumprir, se o fabricante ou exportador se recusar a atender a seu pedido. Ademais, pede o fornecedor até ter deixado de produzir essas peças ou componentes, o que torna de todo impossível a sua oferta pelo produtor.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDA Nº 89 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMAM-SE OS ARTS. 32, 33 e 34 E SEUS INCISOS DE I a III.

JUSTIFICATIVA

Os dispositivos citados atentam contra a segurança dos contratos, tornando-o suscetível a fraudes e a imposições de ordem unilateral de uma das partes.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Den. Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 90

EMENDA SUPRESSIVA AO ART. 32, "in fine"

Suprima-se a frase final do art. 32, ficando com a seguinte redação:

art. 32 - "Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal deve constar o nome do fabricante e endereço na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial".

JUSTIFICATIVA

Há um princípio, unanimemente aceito entre nós, que estabelece ser de exclusiva responsabilidade do anunciante tanto a elaboração como a veiculação da propaganda. Tal princípio é inclusive consagrado em lei (4.680/65) que disciplina a propaganda no país.

Dá a sugestão de que se exclua a solidariedade do veículo ou mídia para que não se contrarie a legislação que vigora há mais de duas décadas e em torno da qual existe consenso.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

JOSE MARIA EYRAEL
Deputado Federal
POC - SP.

EMENDAS Nº 91

Emenda substitutiva ao artigo 32 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Dê-se ao artigo 32 do PL em epígrafe a seguinte redação:

Art. 32 - Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal deve constar o nome do fabricante e número de sua inscrição no C.G.C. do Ministério da Fazenda na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados.

Justificativa

O número do CGC/MF é aceito pela legislação como identificador das empresas, não havendo necessidade de também informar-se o endereço, pois acabaria por inviabilizar a publicidade e a embalagem de certos produtos muito pequenos.

Quanto à responsabilidade do veículo ou mídia, é bom lembrar que somente pode ensejá-lo a existência de um dano, jamais a mera insatisfação. Por outro lado, a ação danosa no caso de fraude não pode ser imputada ao veículo, mas, apenas, a quem dolosamente encomendou a publicidade.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Deputada Sandra Cavalcanti

EMENDA Nº 92

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao artigo 32 a seguinte redação:

Art. 32 - Em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal deve constar o nome do fabricante e número de sua inscrição no Ministério da Fazenda na embalagem, publicidade e em todos os impressos utilizados.

Justificativa

O número do CGC/MF é aceito pela legislação como o identificador das empresas, não havendo necessidade de também informar-se o endereço, pois acabaria por inviabilizar a publicidade e a embalagem de certos produtos muito pequenos.

Quanto à responsabilidade do veículo ou mídia, é bom lembrar que somente pode ensej-lo a existência de um dano, jamais a mera insatisfação. Por outro lado, a ação danosa no caso de fraude não pode ser imputada ao veículo, mas, apenas, a quem, dolosamente, encomendou a publicidade.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 93

À Sala de Comissões - Comissão Mista do Código de Defesa do Consumidor

EMENDA MODIFICATIVA AO § ÚNICO DO ART. 35

Dê-se ao § único do art. 35 a seguinte redação:

Art. 35

§ Único - "O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem."

JUSTIFICATIVA

O fornecedor a quem incumbe o ônus da prova da veracidade das informações, deverá estar sempre apto a provar as características que atribue aos seus produtos e serviços.

O consumidor que se sentir enganado poderá sempre recorrer ao juízo competente na defesa de seus direitos. É junto ao Poder Judiciário que a veracidade das afirmações deve ser provada, não se compreendendo porque deixar dados fáticos, técnicos e científicos à disposição dos consumidores.

Além do mais, não podemos ter em mente apenas o segredo industrial, mas também os comerciais, tecnológicos, mercadológicos, etc...

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

Mendes Ribeiro
DEP. MENDES RIBEIRO

Emenda nº 94

ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

EMENDA MODIFICATIVA AO § ÚNICO DO ART. 35

Dê-se ao § único do art. 35 a seguinte

redação:

Art. 35

§ único - "O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem..."

JUSTIFICATIVA

O fornecedor a quem incumbe o ônus da prova de veracidade das informações, deverá estar sempre apto a provar as características que atribue aos seus produtos e serviços.

O consumidor que se sentir enganado poderá sempre recorrer ao juízo competente na defesa de seus direitos. É junto ao Poder Judiciário que a veracidade das informações deve ser provada, não se compreendendo porque deixar dados fáticos, técnicos e científicos dos consumidores.

Sala das Comissões, em 11 de

dezembro de 1989.

Deputado Samir Achôa

EMENDA Nº 95

À Sala de Comissões - Comissão Mista do Código de Defesa do Consumidor

EMENDA ADITIVA DO ART. 99

Acrescente-se ao art. 99 a expressão "que acompanhem o produto". A redação passa ser a seguinte:

Art. 99 - "O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos à saúde ou perigosos deverá, nos rótulos e mensagens publicitárias que acompanhem o produto, informar, de maneira ostensiva, a respeito de sua nocividade ou periculosidade, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis em cada caso concreto".

JUSTIFICATIVA

O art. 82 do projeto obriga o fornecedor a dar as informações necessárias e adequadas a respeito dos riscos à saúde e segurança de bens ou serviços colocados no mercado.

Da propaganda a respeito desses produtos, espere-se que comunique sua existência e inspire a motivação da compra, sempre com argumentos lícitos e honestos. É necessário, também, que no ponto de venda ou através das mensagens publicitárias que acompanhem o produto o consumidor seja inteiramente informado sobre aquilo que está comprando.

Exigir, porém, que toda e qualquer mensagem publicitária informe de maneira ostensiva a respeito dessa nocividade ou periculosidade é desconhecer a realidade da prática e o universo da propaganda.

Se o intuito do legislador é proteger a saúde e segurança dos consumidores, as providências adotadas são mais do que suficientes para levar a cabo tal intenção.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

Mendes Ribeiro
DEP. MENDES RIBEIRO

Emenda nº 96

ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

Inciso VIII do Artigo 36 - Redija -

se da seguinte forma:

VIII - Colocar no mercado de consumo, qualquer produto ou serviços, em

desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, ou, se essas normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

JUSTIFICATIVA

A referência, no dispositivo às normas expedidas por outros órgãos oficiais e pela Associação Brasileira de Normas Técnicas precisa ser compatibilizada.

Parece preferencial generalizar, em relação aos órgãos oficiais, excluindo a menção à "órgãos oficiais de normatização" e substituindo-a pela referência a "órgãos oficiais competentes".

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas devem reservar-se para a hipótese de não existirem normas específicas do autor.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.



DEPUTADO SAMIR ACHOUA

EMENDA Nº 97 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA MODIFICATIVA

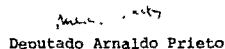
ALTERE-SE A REDAÇÃO DO ART. 37, PARA:

Art.37 - O ônus da prova da veracidade e correção de informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.

JUSTIFICATIVA

O comerciante não pode ser o responsável por propaganda feita pelo produtor ou fabricante do bem colocado à venda, ou pela informação que, na propaganda, lhe foi passada pelo produtor ou fabricante.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.


Deputado Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 98

EMENDA SUPRESSIVA

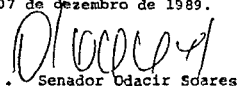
Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se as palavras "bem como, sem justa causa, a limites quantitativos" do inciso I do art. 38.

Justificativa

A falta de gêneros por vezes obriga o comerciante a limitar suas vendas, para que possa atender a um número maior de consumidores. O disposto no presente inciso é conduta já reprimida pela Lei Belgada nº 4 e pela lei 1521/51. Desnecessária, portanto, a sua repetição, eis que aqueles diplomas legais já foram devidamente atualizados.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 99 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

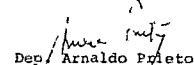
EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O INCISO IV, DO ART. 38.

JUSTIFICATIVA

A avaliação implícita no dispositivo (inciso IV) implica em uma dose excessiva de subjetivismo. Além do mais, se a pessoa é juridicamente capaz e não interdito, não há o que se ressaltar quanto aos atos por ela praticados.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.


Dep. Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 100

EMENDA OFERECIDA PLRANTE A COMISSÃO MISTA INCLUIDA DE ELABORAR O PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dá nova redação ao item VIII do art. 38.

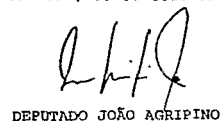
"Art. 38" - É vedado ao fornecedor de produtos e serviços:

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas legais em vigor.

JUSTIFICATIVA

A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - é entidade civil. A obrigatoriedade das normas por ela emanadas diz respeito às relações entre essa entidade e os seus associados, nos termos dos estatutos da mesma corporação. O projeto atribui a tais normas, porém, força de lei, delegando, pois, a sociedade civil, competência que é privativa do legislativo. A emenda, em obediência ao princípio da reserva da lei, restaura, no projeto, o império do direito.

Sala das Comissões 11 de dezembro de 1989.


DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDA Nº 101

Emenda aditiva ao artigo 38 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Inclua-se no inciso IX do artigo 38 do PL, em epígrafe, in fine, a seguinte expressão: "definidas em lei".

A redação do inciso passa, portanto, a ser a seguinte:

IX - praticar outras condutas abusivas definidas em lei.

Justificativa

A atual redação deixa ao arbítrio não se sabe de quem definir o que seriam essas outras condutas abusivas. Tal disposição daria margem ao cometimento das mais diversas irregularidades, o que iria absolutamente contra as tradições não só do Direito, mas contra a ordem jurídica de qualquer Estado democrático.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 102

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A ELABORAR O PROJETO DE CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Suprima-se o inciso X do Artigo 38, assim redigido:

"Art. 38, X - praticar outras condutas abusivas

J U S T I F I C A T I V A

A Seção III do Capítulo IX cuida do que aí se denomina Práticas Abusivas. Essas condutas são desdobradas, minuciosamente, em incisos, onde se especificam os comportamentos reprovados. Depois de arrolar, com os seus característicos próprios, as nove práticas que lhe pareceram abusivas, o projeto, certamente por não lhe ocorrer nenhuma outra prática, que tivesse por abusiva, resolveu formular conceito indeterminado, capaz de abarcar todo e qualquer outro comportamento que possa ser considerado ilícito. Desenha-se aí, pois, noíma em branco, que, de um lado, abre espaço para o arbítrio do aplicador da lei e, de outro, cria situação de perigosa insegurança jurídica para os produtores ou fornecedores de serviço.

Sala das Comissões 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDAS Nº 103EMENDA ADITIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Inclua-se no inciso X do artigo 38, in fine, a seguinte expressão: "de finidas em lei".

A redação do inciso passa, portanto, a ser a seguinte:

IX - praticar outras condutas abusivas definidas em lei.

Justificativa

A atual redação deixa ao arbítrio não se sabe de quem definir o que seriam essas outras condutas abusivas. Tal disposição daria margem ao cometimento das mais diversas irregularidades, o que iria absolutamente contra as tradições não só do nosso Direito, mas contra a ordem jurídica de qualquer Estado democrático.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 104

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Artigo 40.

NATUREZA DA EMENDA - SUPRESSIVA

Suprima-se integralmente o artigo 40 do texto em epígrafe.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A Constituição Federal, em seu artigo 174, determina que, "como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado

exercerá, na forma de lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado".

Portanto, qualquer tentativa de controle de preços de produtos ou serviços é ilegal, por ser inconstitucional, razão pela qual propunhamos pela exclusão do projeto da disposição do artigo 40, eis que contrária à atual ordem jurídica.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.

Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 105EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se integralmente o art. 40.

Justificativa

A Constituição Federal, em seu art. 174, determina que, "como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado".

Portanto, qualquer tentativa de controle de preços de produtos ou serviços é ilegal, por ser inconstitucional, razão pela qual propunhamos pela exclusão do projeto da disposição do art. 40, eis que contrária à atual ordem jurídica.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 106

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A ELABORAR O PROJETO DO CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Suprima-se o Artigo 40, assim redigido:

"Art. 40" - No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais sob pena de, não o fazendo, responderem pela restituição da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada, podendo o consumidor exigir, à sua escolha, o desfazimento do negócio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

J U S T I F I C A T I V A

A Constituição vigente estabelece como um dos princípios em que se deve fundar a ordem econômica o da livre concorrência. Postulado constitucional, esse dogma não se concilia com tabelamento de preços, que é a própria negação da liberdade que, pela livre concorrência, se quer impere no mercado. O projeto, no art. 40, no entanto, institui regras, cuja aplicabilidade pressupõe a existência de tabelamento. Donde a inconstitucionalidade desse dispositivo.

Sala das COMISSÕES, 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDA Nº 107

Emenda modificativa do artigo 40 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Altera-se o artigo 40 do P.C. em epígrafe, para excluir a expressão "controle" ficando o mesmo assim redigido:

"...regime de tabelamento de preços..."

Justificativa

A Constituição Federal, em seu artigo 174, determina que, "como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado".

Portanto, qualquer tentativa de controle de preços de produtos ou serviços é ilegal, por ser inconstitucional, razão pela qual propugnamos pela exclusão do projeto da menção a controle de preços no artigo 40, eis que contrária à atual ordem jurídica.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcanti
Deputada Sandra Cavalcante

Emenda nº 108,
ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

No art. 40, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor, substitua-se a expressão: "controle" por "regime de tabelamento de preços".

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, em seu artigo 174, determina que, "como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado".

Por conseguinte, qualquer tentativa de controle de preços de produtos ou serviços é ilegal, por ser inconstitucional, razão

pela qual propugnamos pela exclusão da menção de controle de preços no art. 40, eis que é contrária à atual ordem jurídico-constitucional.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

Samir Achôa
DEPUTADO SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 109

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 41.
NATUREZA DA EMENDA: SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 41 do texto.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 159 do Código Civil obriga aquele que causar dano, por ação ou omissão, a repará-lo. Além disso, o próprio projeto ora mencionado prevê diversas penas. Desnecessária, portanto, a repetição dessas sanções, que serão, sem dúvida, aplicadas pela autoridade competente. Ademais disso, um tão grande elenco de sanções não guarda conexão com a pequena gravidade da infração, ainda mais quando se prevê a restituição do excesso devidamente corrigido.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.

Roberto Campos
Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDAS Nº 110

Emenda supressiva ao P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se o artigo 41 do P.C.

Justificativa

O art. 159 do Código Civil obriga aquele que causar dano, por ação ou omissão, a repará-lo. Além disso, o próprio projeto ora mencionado prevê diversas penas. Desnecessária, portanto, a repetição dessas sanções, que serão, sem dúvida, aplicadas pela autoridade competente. Ademais disso, um tão grande elenco de sanções não guarda conexão com a pequena gravidade da infração, ainda mais quando se prevê a restituição do excesso devidamente corrigido.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcanti
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDAS Nº 111

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se o artigo 41.

Justificativa

O art. 159 do Código Civil obriga aquele que causar dano, por ação ou omissão a repará-lo. Além disso, o próprio projeto ora mencionado prevê diversas penas. Desnecessária, portanto, a repetição dessas sanções, que serão, sem dúvida, aplicadas pela autoridade competente. Ademais disso, tão grande elenco de sanções não guarda conexão com a pequena gravidade da infração, ainda mais quando se prevê a restituição do excesso devidamente corrigido.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 112

Ao Projeto do Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Suprima-se o art. 41, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor, renumerando-se os subsequentes.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 159, do Código Civil, obriga aquele que causar dano, por ação ou omissão, a repará-lo. Além disso, o próprio Projeto ora em exame prevê diversas penas. Desnecessária, portanto, a repetição dessas sanções, que serão, sem dúvida, aplicadas pelas autoridades competentes. Ademais disso, um tão grande elenco de sanções não guarda conexão com a pequena gravidade da infração, ainda mais quando se prevê a restituição do excesso devidamente corrigido.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEP. SAMIR ACHÔA



EMENDA Nº 113

EMENDA SUPRESSIVA

(PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)

Suprima-se o parágrafo 2º do Art. 42:

"Art. 42 - ...

Parágrafo 2º - suprimir

JUSTIFICATIVA

Propomos a supressão deste Parágrafo 2º porque a questão da reparação de danos morais ainda não encontrou definição na legislação brasileira e é assunto que vem sendo discutido na esfera judicial; por outro lado, a definição e normas desta matéria são estranhas à natureza deste Projeto; sua inclusão aqui certamente acarretará desfigurações indesejáveis e até arbitrárias; é de todo necessário, portanto, que esta matéria seja suprimida, dando-lhe o Poder Judiciário as soluções cabíveis em cada caso, até que lei própria venha a regular a questão. As demais cominações previstas neste dispositivo do Projeto foram suprimidas por já se encontrarem previstas no seu texto.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Senador GOMES CARVALHO

Emenda nº 114
ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

Artigo 42, § 1º - Redija-se da seguinte forma o § 1º do Artigo 42.

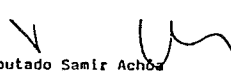
"Artigo 42 - § 1º - O consumidor cobrado em quantia indevida, tem direito à repetição de indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável."

JUSTIFICATIVA

A Inserção da expressão "em excesso" tem por finalidade delimitar com precisão a quantia a que o consumidor terá o direito de pleitear em dobro.

Com efeito, a pena a ser aplicada deve ser proporcional à infração cometida.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.


Deputado Samir Achôa

EMENDA Nº 115

EMENDA MODIFICATIVA

(PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)

Dê-se ao Art. 43 a seguinte redação:

"Art. 43 - Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será submetido a situação vexatória nem a constrangimento ou ameaça de caráter físico, ressalva do exercício regular de direito pelo crédito."

JUSTIFICATIVA

A nova redação enfoca a situação em seus exatos termos, considerado que o dispositivo emendado cria obstáculos ao exercício regular de direito.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador GOMES CARVALHO

EMENDA Nº 116

Emenda substitutiva ao P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Substitua-se no parágrafo 1º do artigo 43 a palavra CONTER pela palavra FORNECER, passando o texto a ter a seguinte redação:

Parágrafo 1º. - Os cadastros e dados de consumidores devem ser redigidos em linguagem de fácil compreensão, não podendo fornecer informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

Justificativa

A finalidade dos Bancos de Dados e Cadastros de consumidores é servirem de fonte de informação. Na medida em que não se fornecem dados além do termo legal fixado, tem o consumidor resguardado seus direitos e evita o trabalho diário da revisão com a finalidade de exclusão de itens o que, na prática, considerado o volume de informações, acabaria por se tornar inviável. É uma questão de adequar a legislação à realidade viabilizando assim a aplicação da lei.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 117

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se no parágrafo 1º do art. 43 a palavra CONTER pela palavra FORNECER, passando o texto a ter a seguinte redação:

Parágrafo 1º - Os cadastros e dados de consumidores devem ser redigidos em linguagem de fácil compreensão, não podendo fornecer informação relativa a período superior a cinco anos.

Justificativa

A finalidade dos Bancos de Dados e Cadastros de consumidores é servir de fonte de informação. Na medida em que não se fornecem dados dentro do prazo legal fixado, tem o consumidor resguardados seus direitos, e evita-se o trabalho diário da revisão com a finalidade de exclusão de itens o que, na prática, considerado o volume de informações, acabaria por ser inviável. É uma questão de adequar a legislação à realidade, viabilizando, assim, a aplicação da lei.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 118

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A ELABORAR O "PROJETO DO CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR"

Suprima-se o parágrafo 4º do art. 43, assim concebido:

"Parágrafo 4º - Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público para os fins do art. 5º, LXXII da Constituição Federal.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Estatui a Constituição atual, no art. 5º LXXII:

"Conceder-se-á habeas-data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público".

A impetração de habeas-data constitui direito subjetivo público do cidadão. Esse direito visa a obrigar o Estado a fazer ou não fazer alguma coisa. O seu sujeito passivo só pode ser entidade de direito público. Não é lícito, por via oblíqua, equivar para entidade privada a pessoa de direito público, mormente quando isso se faz exclusivamente para obrigar o particular a praticar ato somente exigível do Estado - juízo: entidades governamentais ou de caráter público. Artificio dessa natureza invade a esfera da liberdade individual, que o sistema constitucional tutela. Infringe, pois, a Constituição a cláusula do projeto que autoriza a concessão de habeas-data para assegurar ao impetrante informações, a ele relativas, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDA Nº 119

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A ELABORAR O "PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR"

Dê-se ao § 4º do art. 43 a seguinte redação.

"Art. 43 ...

§ 4º - Os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público para os fins do art. 5º, LXXII da Constituição Federal"

Justificação

A redação proposta visa retirar do § 4º a menção "bancos de dados e cadastros relativos a consumidores" por ser demasiadamente arrastada e poder dar margem à invasão da esfera privada, o que não se coaduna com o espírito do texto constitucional, cujo objetivo, cor, está ele próprio a indicar, se restringe a "entidades governamentais ou de caráter público". Cadastros ou bancos de dados particulares não devem ser abrangidos.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989

Deputado ANGELO MAGALHÃES

EMENDA Nº 120

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A ELABORAR O PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dê ao Artigo 45 a seguinte redação.

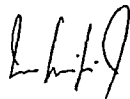
"Art. 45º - Os contratos que regulam as relações de consumo não obrigam os consumidores se os respectivos instrumentos

tos forem redigidos de modo a dificultar a compreensão do seu sentido e alcance.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O dispositivo, cuja redação se pretende alterar, não se refere a contratos verbais ou não escritos. Refere-se a contratos escritos, assinados pelo consumidor ou a seu rogo. A assinatura desse instrumento significa que se deu ao contratante a oportunidade de tomar conhecimento prévio do seu conteúdo. Não se pode dizer, assim, que, tendo assinado o contrato, por si mesmo, ou por quem, a seu pedido, lhe faça as vezes, não teve oportunidade de tomar conhecimento dos termos do mesmo contrato.

Sala das Comissões, 11 de Dezembro de 1989.



DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDA Nº 121

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 46.

NATUREZA DA EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se a seguinte redação ao art. 46 do texto:

Artigo 46 - As cláusulas contratuais duvidosas estipuladas pelo fornecedor e relativas a obrigações do consumidor serão interpretadas a favor deste.

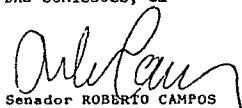
J U S T I F I C A Ç Ã O

A interpretação tem a finalidade de investigar o verdadeiro conteúdo do contrato, reconstruindo a vontade das partes, segundo a regra do art. 85 do Código Civil.

A norma jurídica que ordenasse a interpretação sempre a favor de uma das partes seria iníqua.

A comissão certamente quis converter em norma a regra de interpretação consagrada na doutrina para apuração do sentido das cláusulas duvidosas, que devem ser entendidas a favor do que não foi o autor da estipulação e contraiu a obrigação. Contudo, a sua fórmula foi demasiado ampla, razão por que se propõe a emenda substitutiva.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.



Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 122

Emenda substitutiva ao art. 46 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Art. 46 - As cláusulas contratuais duvidosas estipuladas pelo fornecedor e relativas a obrigações do consumidor serão interpretadas a favor deste.

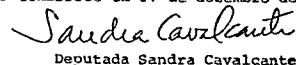
Justificativa

A interpretação tem a finalidade de investigar o verdadeiro conteúdo do contrato, reconstruindo a vontade das partes, segundo a regra do art. 85 do Código Civil.

A norma jurídica que ordenasse a interpretação sempre a favor de uma das partes seria iníqua.

A comissão certamente quis converter em norma a regra de interpretação consagrada na doutrina para apuração do sentido das cláusulas duvidosas, que devem ser entendidas a favor do que não foi o autor da estipulação e contraiu a obrigação. Contudo, a sua fórmula foi demasiado ampla, razão por que se propõe a emenda substitutiva.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Deputada Sandra Cavalcante

Emenda nº 123,

ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Sanir Achôa

Dê-se ao art. 46, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor, a seguinte redação:

"Art. 46 - As cláusulas contratuais duvidosas estipuladas pelo fornecedor e relativas a obrigações do consumidor serão interpretadas a favor deste."

J U S T I F I C A Ç Ã O

A interpretação tem a finalidade de investigar o verdadeiro conteúdo do contrato, reconstruindo a vontade das partes, consoante a regra do art. 85, do Código Civil.

A norma jurídica que ordenasse a interpretação sempre a favor de uma das partes seria iníqua.

A dita Comissão certamente quis converter em norma a regra de interpretação consagrada na doutrina para apuração do sentido das cláusulas duvidosas, que devem ser entendidas a favor do que não foi o autor da estipulação e contraiu

a obrigação. Contudo, a sua fórmula foi excessivamente ampla, razão porque se propõe nova redação o que explicita melhor a situação.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEPUTADO SAMIR ACHOUA

EMENDA Nº 124

EMENDA OPERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A ELABORAR O PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Suprima-se o Artigo 48, assim redigido.

"Art. 48" - O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 (sete) dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

"Parágrafo único" - Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato monetariamente atualizados.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Esse dispositivo abala a estabilidade das relações contratuais, pois faculta ao consumidor, assinado o contrato ou recebido o produto ou o serviço, desistir do negócio jurídico que concluiu, sem que argua vício de qualquer natureza relativamente ao mesmo contrato. O direito admite cláusula de arrependimento, porém livremente pactuada pelas partes. Na espécie, institui-se negócio de compra e venda sujeito a reflexão. Introduz-se, com isso, fator de insegurança nas relações contratuais, cuja estabilidade interessa à normalidade do tráfico jurídico. Além de constituir anomalia nas relações contratuais, não se vislumbra razão ponderável para que se acolha, em nosso ordenamento comercial, esse fator de perturbação.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIFINO

EMENDA Nº 125 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O ART. 48 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo ora arguido atenta contra a segurança dos contratos, tornando-os suscetíveis a fraudes e a imposições de ordem unilateral de uma das partes.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Dep. Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 126

EMENDA ADITIVA/MODIFICATIVA

(PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)

Dê-se ao caput do art. 48 a seguinte redação, acrescentando-se os Incisos I e II:

"Art. 48 - O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 2 (dois) dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio, sendo que:

I - no caso de fornecimento de produtos nas aquisições não à vista da mercadoria;

II - no caso de contratação de serviços ou de seu modo de prestação e execução.

Parágrafo único - Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos, de imediato, monetariamente atualizados.

J U S T I F I C A T I V A

O prazo de sete dias previstos, configura excesso prejudicial à relação de consumo e contrária à dinâmica contemporânea de tal relação, sendo que prazo de dois dias é suficiente para que o consumidor faça a avaliação cabível e se manifeste.

O texto proposto respeita a finalidade do legislador e reproduz a redação original acrescentando-lhe os incisos I e II, que consubstanciam esclarecimentos indispensáveis à distinção entre fornecimento de produtos e prestação de serviços.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador CONES CARVALHO

EMENDA Nº 127

Emenda aditiva ao P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Inclua-se no parágrafo único do art. 48 a expressão "descontadas as despesas efetuadas pelo fornecedor, produtor ou prestador de serviços".

A redação do parágrafo passa a ser a seguinte:

Parágrafo Único - Se o consumidor exercitar o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos de imediato, monetariamente atualizados, descontadas as despesas efetuadas pelo fornecedor.

Justificativa

O pedido realizado junto ao fornecedor implica uma série de despesas, como o pagamento de impostos, frete e armazenagens, entre outras. Se o texto legal tem como objetivo proteger o consumidor, não pode, por outro lado, punir o fornecedor com os prejuízos decorrentes da desistência do consumidor.

Sala Das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 128

EMENDA ADITIVA

Ao Substitutivo do Relator ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Inclua-se no parágrafo único do art. 48 a expressão "descontadas as despesas efetuadas e comprovadas, pelo fornecedor, produtor ou prestador de serviços".

A redação do parágrafo passa a ser a seguinte:

§ único : Se o consumidor exercer o direito de arrependimento previsto neste artigo, os valores eventualmente pagos, a qualquer título, durante o prazo de reflexão, serão devolvidos de imediato, monetariamente atualizados, descontadas as despesas efetuadas e comprovadas, pelo fornecedor.

Justificativa

O pedido realizado junto ao fornecedor implica uma série de despesas, como o pagamento de imposto, frete e armazenamento, entre outras. Se o texto legal tem como objetivo proteger o consumidor, não pode, por outro lado, punir o fornecedor com os prejuízos decorrentes da desistência do consumidor.

/Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado ARISTIDES CUNHA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.149, DE 1988

Institui o Código de Defesa do Consumidor, e dá outras providências.

EMENDA Nº 129

Dê-se ao parágrafo único do art. 49 do Substitutivo ao Código de Defesa do Consumidor a seguinte redação:

"Art. 49

Parágrafo único. O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer, de maneira adequada, em que consiste a mesma garantia, bem como a forma, o prazo, o lugar em que pode ser exercitada e os ônus a cargo do consumidor, de venda por-lhe entregue, devidamente preenchido pelo fornecedor no ato do fornecimento, acompanhado de manual de instrução, de instalação e uso do produto em linguagem didática com ilustrações".

JUSTIFICATIVA

Grande parte da população brasileira é analfabeta ou semi-analfabeta, daí a nossa preocupação em oferecer emenda que facilite o manuseio do manual de instrução, instalação e uso de produtos duráveis.

Sala da Comissão, em 07 de dezembro de 1989.

Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA

EMENDA Nº 130

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO CONSOLIDADO DA COMISSÃO MISTA SOBRE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Dê-se ao inciso I do art. 50 a seguinte redação.

"Art. 50 ...

- I - impossibilitar ou exonerar o fornecedor de responsabilidade decorrente de danos causados por vícios de qualquer natureza dos produtos ou serviços ou implicar renúncia de direito.

Justificação

Trata-se da questão da limitação da responsabilidade por danos causados por bens ou serviços. A modificação proposta se impõe porque, em vários segmentos industriais, a adoção contratual de limitação de responsabilidade não pode ser vedada, porque contraria aos interesses do próprio consumidor. Exemplo disso são aquisições de bens de grande porte, sob encomenda, em que os riscos por eventuais defeitos em seu funcionamento são partilhados entre compradores e vendedores, que pactuam contratualmente tais eventos. Na compra de turbinas geradoras de energia elétrica, por exemplo, o vendedor/fabricante estipula uma limitação à sua responsabilidade por perdas e danos, uma vez, se ocorrido o evento, (paralisação da turbina por x dias) o montante a ser ressarcido seria de tal magnitude, que o próprio negócio se inviabilizaria.

Assim, em todo o mundo, os grandes contratos de compra e venda de equipamentos pesados ou de produtos de alta tecnologia, que envolvam riscos múltiplos, contêm cláusulas limitativas da responsabilidade por perdas e danos. Daí porque a nova redação acima.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989

Deputado ANGELO MAGALHÃES

EMENDA Nº 131

"EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A ELABORAR O "PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR"

Suprima-se o inciso V do Artigo 50, assim redigido:

"Art. 50 - São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas aos fornecimentos de produtos ou serviços que: item 5 - segundo as circunstâncias, e em particular, segundo a aparência global do contrato, venham, após a sua conclusão, a surpreender o consumidor".

JUSTIFICATIVA

O parágrafo V do art. 50 repisa preceito já contido, com maior propriedade, no item IV do mesmo artigo, onde se diz: "que são nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: estabelecem obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade". Não se justifica, pois, a manutenção do inciso V, onde se pronuncia nulidade das cláusulas que, "segundo as circunstâncias, e em particular, segundo a aparência global do contrato, venham, após a sua conclusão, a surpreender o consumidor". Diz-se "aqui", com menos elegância, aquilo que está dito no inciso precedente.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDA Nº 132 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO UOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O INCISO VI, DO ART. 50.

JUSTIFICATIVA

Em coerência com a nossa sugestão oferecida ao inciso VIII, do art. 50, anterior (inversão do ônus da prova). A aludida inversão, ainda que sua aplicação se restrinja ao campo das relações civis e comerciais, está marcada no Documento, pelo exagero com que se deseja imputá-la, de forma generalizada e indiscriminada.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO ARNALDO PRIETO

EMENDA Nº 133

Emenda substitutiva ao art. 50 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Dê-se ao inciso XV do artigo 50 do P.C. em epígrafe a seguinte redação:

XV - estejam em desacordo com as disposições deste Código.

Justificativa

Aprovado o Código de Defesa do Consumidor, ele será o instrumento a ser utilizado para reger as relações com o fornecedor, uma vez que uma de suas finalidades é justamente reunir, em um único instrumento, todas as disposições relativas à matéria.

Além disso, a proteção ao consumidor está confiada a vários órgãos, inclusive os privados, constituídos pelos próprios consumidores. Portanto, é necessário limitar o sistema de proteção ao comando do próprio Código, para garantia das partes interessadas nas relações de consumo.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 134

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao inciso XV do artigo 50 a seguinte redação:

XV - estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor.

Justificativa

Aprovado o Código de Defesa do Consumidor, ele será o instrumento a ser utilizado para reger as relações com o fornecedor, uma vez que uma das finalidades da sua criação é justamente reunir, em um único instrumento, todas as disposições relativas à matéria.

Além disso, a proteção ao consumidor está confiada a vários órgãos, inclusive os privados, constituídos pelos próprios consumidores. Portanto, é necessário limitar o sistema de proteção ao comando do próprio Código, para garantia das partes interessadas nas relações de consumo.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 135

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 51, inciso V.

NATUREZA DA EMENDA : SUBSTITUTIVA

Dê-se ao inciso V do artigo 51 do texto em epígrafe a seguinte redação:

V - soma total a pagar, na data da compra, com e sem financiamento, em moeda corrente, e qual o índice oficial de reajuste estabelecido pelas partes.

JUSTIFICAÇÃO

No caso de financiamento com prestações pós-fixada é impossível informar previamente o valor total, em cruzados, a pagar com financiamento, uma vez que existe a dependência da variação dos índices de correção, a serem fixados pelo governo.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.

Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 136

Emenda substitutiva ao artigo 51 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Dê-se ao inciso V do artigo 51 do P.C. em epígrafe a seguinte redação:

V - soma total a pagar, na data da compra, com e sem financiamento, em moeda corrente, e qual o índice oficial de reajuste estabelecido pelas partes.

Justificativa

No caso de financiamento com prestações pós-fixadas é impossível informar previamente o valor total, em cruzados, a pagar com financiamento, uma vez que existe a dependência da variação dos índices de correção, a serem fixados pelo governo.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 137

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

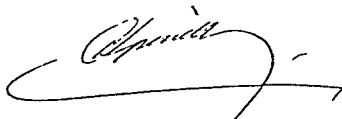
Dê-se ao inciso V do artigo 51 a seguinte redação:

V - soma total a pagar, na data da compra, com e sem financiamento, em moeda corrente e qual o índice oficial de reajuste estabelecido pelas partes.

Justificativa

No caso de financiamento com prestações pós-fixadas é impossível informar previamente o valor total, em cruzados, a pagar com financiamento, uma vez que existe a dependência da variação dos índices de correção, a serem fixados pelo governo.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 138

Ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Dê-se ao inciso V, do art. 51, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor, a redação seguinte:

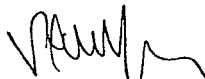
"V - soma total a pagar, na data da compra, com e sem financiamento, em moeda corrente, e qual o índice oficial de reajuste estabelecido pelas partes."

J U S T I F I C A Ç Ã O

No caso de financiamento com prestações pós-fixadas é impossível informar previamente o valor total, em cruzados, a pagar com financiamento, uma vez que existe a dependência da variação dos índices de correção, a serem fixados pelo Governo.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEP. SAMIR ACHÔA



EMENDA Nº 139

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 51, § 3º.

NATUREZA DA EMENDA : SUPRESSIVA

Suprima-se do parágrafo 3º do artigo 51 do texto a expressão "além de outras sanções cabíveis".

J U S T I F I C A Ç Ã O

Uma vez que em caso de descumprimento do disposto neste artigo o financiador ficará sujeito a multa e perda dos juros, a sanção já existe. Descabem, portanto, outras formas de punição além das já previstas. A persistir a atual redação estará caracterizado excesso de punição.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.



Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 140

Emenda supressiva ao artigo 51 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se do parágrafo 3º. do artigo 51 do P.C. a expressão "além de outras sanções cabíveis".

Justificativa

Uma vez que em caso de descumprimento do disposto neste artigo o financiador ficará sujeito a multa e perda dos juros, a sanção já existe. Descabem, portanto, outras formas de punição além das já previstas. A persistir a atual redação estará caracterizado excesso de punição.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 141

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se do parágrafo 3º do artigo 51 a expressão "além de outras sanções cabíveis".

Justificativa

Uma vez que em caso de descumprimento do disposto neste artigo o financiador ficará sujeito a multa e perda dos juros, a sanção já existe. Descabem, portanto, outras formas de punição além das já previstas. A persistir a atual redação estará caracterizada excesso de punição.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989



Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 142

Emenda supressiva do artigo 52 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprimam-se do texto do artigo 52 as expressões "bem como nas alienações fiduciárias em garantia" e "a retomada do bem alienado", que passará a ter a seguinte redação:

Art. 52 - Nos contratos de compra e venda de móveis e imóveis mediante o pagamento em prestações, consideram-se não escritas as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a rescisão do contrato.

Justificativa

A alienação fiduciária tem legislação própria que a disciplina. A sua modificação, pelo Código de Defesa do Consumidor, terá efeito provavelmente contrário ao pretendido, pois poderá inviabilizar a concessão do crédito ao consumidor, ou a certos consumidores. Na alienação fiduciária, não há perda do sinal e prestações pagas, pois, vendido o bem alienado e paga a dívida garantida, o credor devolve o saldo ao devedor, se houver.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra C. Valcante
Deputada Sandra C. Valcante

EMENDA Nº 143

EMENDA SUPRESSIVA

AO Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se do art. 52 as expressões "bem como nas alienações fiduciárias em garantia", que passará a ter a seguinte redação:

Art. 52 - Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante o pagamento em prestações, consideram-se não escritas as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a rescisão do contrato.

Justificativa

A alienação fiduciária tem legislação própria que a disciplina. A sua modificação, pelo Código de Defesa do Consumidor, terá efeito provavelmente contrário ao pretendido, pois poderá inviabilizar a concessão de crédito ao consumidor, ou a certos consumidores. Na alienação fiduciária, não há perda do sinal e prestações pagas, pois, vendido o bem alienado e paga a dívida garantida, o credor devolve o saldo ao devedor, se houver.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.
Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 184 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O ART. 52 E SEU PARÁGRAFO ÚNICO.

JUSTIFICATIVA

É uma porta aberta para que o consumidor possa, a qualquer momento, e inotivadamente, romper o contrato, pois cria a garantia de que, em razão do inadimplemento, os pagamentos efetuados lhe sejam integralmente restituídos.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Arnaldo Prieto
Dep. Arnaldo Prieto

Emenda nº 145,

ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

Artigo 52 - Suprima-se o § único do Artigo 52

JUSTIFICATIVA

Este dispositivo pune o contratante que não inadimpliu, obrigando-o a desembolso, eventualmente incompatível com sua situação econômica, por fato de responsabilidade do comprador que se arrepende.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

Samir Achôa
DEPUTADO SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 146

DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 52, § 2º.

NATUREZA DA EMENDA : ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 52, o seguinte parágrafo 2º, renumerando-se o seu parágrafo único para § 1º.

Artigo 52 -

§ 1º -

§ 2º - Os contratos de que trata o caput deste artigo serão expressos em moeda corrente nacional.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Da mesma forma que está previsto no art. 51, no fornecimento de produtos ou serviços somos de opinião que o mesmo critério seja adotado no caso de móveis ou imóveis.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.


Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 147

Emenda supressiva do parágrafo 4o. do artigo 53 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

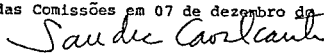
Suprima-se integralmente o parágrafo 4.o do artigo 53 do P.C. em epígrafe.

Justificativa

O dispositivo dá ao Ministério Público poder que a Constituição não lhe outorga, qual seja, o de interferir na formação e controle dos contratos, com decisão que terá força normativa (caráter geral), eficácia que o nosso sistema sequer confere à sentença, salvo a proferida no dissídio coletivo (sentença normativa).

O controle da existência, validade e eficácia dos contratos somente pode ser exercido no processo judicial e em cada caso, entre as partes interessadas no litígio, certo que a função do Ministério Público, no inquérito civil e na ação civil pública, restringe-se à proteção do patrimônio público e civil, do meio ambiente e de interesses difusos ou coletivos. (Constituição, art. 129, III).

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 148

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

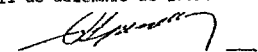
Suprima-se integralmente o parágrafo 4º do artigo 53.

Justificativa

O dispositivo dá ao Ministério Público poder que a Constituição não lhe outorga, qual seja, o de interferir na formação e controle dos contratos. Quanto à decisão, terá força normativa (caráter geral), eficácia que o nosso sistema sequer confere à sentença, salvo a proferida no dissídio coletivo (sentença normativa).

O controle da existência, validade e eficácia dos contratos somente pode ser exercido no processo judicial e em cada caso, entre as partes interessadas no litígio, certo que a função do Ministério Público, no inquérito civil e na ação civil pública, restringe-se à proteção do patrimônio público e civil, do meio ambiente e de interesses difusos ou coletivos. (Constituição, art. 129, III).

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.


Deputado UBIRAYN SPINELLI

EMENDA Nº 149

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 53- §§ 4º e 5º

NATUREZA DA EMENDA: SUPRESSIVA

Suprima-se os parágrafos 4º e 5º do artigo 53 do Projeto em epígrafe.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Não é função do Ministério Público a de intervir nas relações de direito privado, menos ainda como condicionante da eficácia dos contratos.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.


Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 150

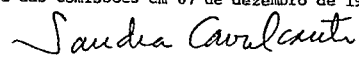
Emenda supressiva ao artigo 53 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se o parágrafo 5.o do P.C. em epígrafe.

Justificativa

Não é função do Ministério Público a de intervir nas relações de direito privado, menos ainda como condicionante da eficácia dos contratos.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Deputada Sandra Cavalcante

Emenda nº 151,

ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

Suprimam-se os §§ 4º e 5º do

artigo 53, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Não é função do Ministério Público a de intervir nas relações de direito privado, menos ainda como condicionante da eficácia dos contratos.

Dal a necessidade do supres

ção dos §§ 4º e 5º do art. 53, do projetado.

Sala das Comissões, em 11 de
de dezembro de 1989

DEPUTADO SAMIR ACHÔA

Emenda nº 152,
ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR, elaborado pela Comis
são Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa.

Artigo 53 - Suprime-se o § 5º do

Artigo 53.

JUSTIFICACÃO

O Ministério Público não pode nem
deve receber a carga de apreciar todas as contratações no
país.

Se dependessem todas as contratações
de apreciação prévia de formulários padrão pelo Ministério
Público, iria paralisar-se toda a vida econômica Nacional.

A faculdade dada ao consumidor de
inovar em sua defesa, vícios dos contratos de adesão, e o
poder-dever de controle preventivo do Ministério Público as
cláusulas gerais desses contratos parecem adequadas e su
ficientes à boa utilização dos contratos da espécie.

Sala das Comissões, em 11 de
dezembro de 1989.

Deputado SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 153

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao pro
jeto de Código de Defesa do Consumi
dor, da Comissão Mista.

Suprime-se o parágrafo 5º do artigo 53.

Justificativa

Não é função do Ministério Público a de intervir nas relações de di
reito privado, menos ainda como condicionante da eficácia dos contra
tos.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 154 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR,
DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA
DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMAM-SE O ART. 54 E SEUS PARÁGRAFOS DE 1º ao 4º.

JUSTIFICATIVA

O dispositivo aqui mencionado (art.54 e seus
parágrafos) configura um grau de intervenção na
economia, incompatível, portanto, com o princí
pio da livre iniciativa já consagrada constitu
cionalmente.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deo. Arnalço Prieto

EMENDAS Nº 155

EMENDA SUPRESSIVA AO § 1º DO ART. 54

Suprime-se a expressão "a publicidade" do § 1º do art. 54 que passa a ter a
seguinte redação:

"A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e con
trolarão a produção, industrialização e distribuição de produtos e serviços
e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da se
gurança, da informação e do bem estar do consumidor, baixando as normas que
se fizerem necessárias."

JUSTIFICATIVA

Legislar sobre propaganda comercial é competência exclusiva da União, confor
me estabelecido no art. 22, inc. XXIX da C.F.

Para que os Estados pudessem legislar sobre a matéria seria necessário que lei
complementar os autorizasse, mas isso só seria possível em questões específi
cas, conforme determina o § único do referido artigo.

Já o Distrito Federal e os Municípios não poderiam, em hipótese alguma, legis
lar sobre a publicidade, A não ser que se passe por cima da norma constitucio
nal.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

JOSE MARIA EVANIEL
Deputado Federal
POC - SP.

EMENDA Nº 156

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A ELABORAR O "PROJETO DE CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dê-se a seguinte redação ao Artigo 55:

"Art. 55" - As infrações das normas de defesa do con
sumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções ad
ministrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das de
finidas em normas específicas:

- I - multa;
- II - apreensão do produto;
- III - inutilização do produto;
- IV - suspensão de fornecimento de produto ou serviço;
- V - revogação de concessão ou permissão de uso;
- VI - intervenção administrativa;
- VII - imposição de contra-propaganda.

"Parágrafo único" - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

J U S T I F I C A Ç Ã O

As sanções administrativas que figuram na nova redação, dada ao art. 55, armam o poder público de meios prontos e eficazes para obstar, desde logo, os danos sociais acaso resultantes de infrações às normas de defesa do consumidor. Embora possam dar lugar a injustiças, se impostas, pelos agentes administrativos, de modo arbitrário ou equivocado, a urgência da medida justifica a assunção desse risco.

A mesma urgência não se corporifica em relação às seguintes penas previstas na redação do artigo cuja alteração se propõe: cassação do registro do produto junto ao órgão competente, proibição de fabricação do produto, suspensão de fornecimento de produto ou serviço, suspensão temporária de atividade, cassação de licença do estabelecimento ou de atividade, interdição, total parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade.

A gravidade dessas medidas, dadas as consequências desastrosas que podem acarretar, tanto para os produtores e fornecedores de serviço, como para a própria sociedade, aconselha-se reverter a imposição dessas providências ao poder judiciário, que melhor avaliará a necessidade de pronunciar essas interdições de direito.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

EMENDA Nº 157

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 53, inciso XI.

NATUREZA DA EMENDA : SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso XI do artigo 55.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O projeto instituiu pena de intervenção administrativa, sem nenhuma limitação.

À luz da constituição e dos princípios nela consagrados da livre iniciativa e da não intervenção do Estado no domínio econômico (arts. 1º, inciso IV, 170, incisos II e IV, 173 e 174), a sanção proposta entra em manifesto conflito com a Carta Magna.

Não se alegue que a existência da intervenção em certas atividades econômicas pode ser invocada como exemplo de constitucionalidade.

A intervenção administrativa entre nós tem lugar como um procedimento cautelar, para evitar, se possível, ou assegurar a boa liquidação coacta de empresa que tenha relevo na economia geral, isto é, daquela empresa cujo fracasso, pela vastidão e profundidade dos interesses em jogo, pode perturbar a economia e se trate de atividade dependente de autorização que o Estado pode cassar.

Limitada tal intervenção às instituições financeiras e companhias de seguro, a que agora se pretende para os fornecedores

em geral não tem aquele pressuposto, mas outro, o de assegurar a incidência da lei por ser necessário o funcionamento da empresa.

Ora, para esse fim, o Estado não pode intervir na empresa, salvo com as limitações do art. 174 da Constituição.

Por esses motivos, é de aconselhável prudência a supressão do inciso.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.

Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 158

Emenda supressiva do inciso XI do artigo 55 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se o inciso XI do artigo 55.

Justificativa

O projeto institui a pena de intervenção administrativa, sem nenhuma limitação.

À luz da Constituição e dos princípios nela consagrados da livre iniciativa e da não intervenção do Estado no domínio econômico (arts. 1º, inciso IV, 170, incisos II e IV, 173 e 174), a sanção proposta entra em manifesto conflito com a Carta Magna.

Não se alegue que a existência da intervenção em certas atividades econômicas pode ser invocada como exemplo de constitucionalidade.

A intervenção administrativa entre nós tem lugar como um procedimento cautelar, para evitar, se possível, ou assegurar a boa liquidação coacta de empresa que tenha relevo na economia geral, isto é, daquela empresa cujo fracasso, pela vastidão e profundidade dos interesses em jogo, pode perturbar a economia e se trate de atividade dependente de autorização que o Estado pode cassar.

Limitada tal intervenção às instituições financeiras e companhias de seguro, a que agora se pretende para os fornecedores em geral não tem aquele pressuposto, mas outro, o de assegurar a incidência da lei por ser necessário o funcionamento da empresa.

Ora, para esse fim, o Estado não pode intervir na empresa, salvo com as limitações do art. 174 da Constituição.

Por esses motivos, é de aconselhável prudência a supressão do inciso.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 159

EMENDA SUPRESSIVA

AO Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se o inciso XI do artigo 55.

Justificativa

O projeto institui a pena de intervenção administrativa, sem nenhuma limitação.

À luz da Constituição e dos princípios nela consagrados da livre iniciativa, da propriedade privada, da livre concorrência e da não intervenção do Estado no domínio econômico (art. 1º, inciso IV; 170, incisos II e IV; 173 e 174), a sanção proposta entra em manifesto conflito com a Carta Magna.

Não se pense que a existência da intervenção em certas atividades econômicas possa ser invocada como exemplo de constitucionalidade.

A intervenção administrativa entre nós tem lugar como um procedimento cautelar, para evitar, se possível, ou assegurar a boa liquidação coacta de empresa que tenha relevo na economia geral ou sua produção, isto é, daquela empresa cujo fracasso, pela vastidão e profundidade dos interesses em jogo, pode perturbar a economia, e se trate de atividade dependente de autorização, que o Estado pode cassar.

Limitada tal intervenção às instituições financeiras e companhias de seguro, a que agora se pretende para os fornecedores em geral não tem aquele pressuposto, mas outro, o de assegurar a incidência da lei por ser necessário o funcionamento da empresa.

Ora, para esse fim, o Estado não pode intervir na empresa salvo com as limitações do art. 174 da Constituição.

Por esses motivos, é de aconselhável prudência a supressão do inciso.

Dep. Ubiratan E. F. Pinelli

EMENDA Nº 160/89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O INCISO XI, DO ART. 55.

JUSTIFICATIVA

Trata-se do verdadeiro atentado contra a liberdade de iniciativa privada prevista na Constituição Federal promulgada aos 05 de outubro de 1988, e porta aberta para ampliação da ingerência estatal na economia, contrariando, assim, princípios já estabelecidos.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO ARNALDO PIETRO

EMENDA Nº 161

AO Projeto de Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Suprima-se o inciso XI, do art. 55, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto institui a pena de intervenção administrativa, sem nenhuma limitação.

À luz da Constituição e dos princípios nela consagrados da livre iniciativa e da não intervenção do Estado no domínio econômico (arts. 1.º, inciso IV, 170, incisos II e IV, 173 e 174), a sanção proposta entra em manifesto conflito com a Carta Magna.

Não se alegue que a existência da intervenção em certas atividades econômicas pode ser invocada como exemplo de constitucionalidade.

A intervenção administrativa entre nós tem lugar como um procedimento cautelar, para evitar, se possível, ou assegurar a boa liquidação coacta de empresa que tenha relevo na economia geral, isto é, daquela empresa cujo fracasso, pela vastidão e profundidade dos interesses em jogo, pode perturbar a economia e se trate de atividade dependente de autorização que o Estado pode cassar.

Limitada tal intervenção às instituições financeiras e companhias de seguro, a que agora se pretende para os fornecedores em geral não tem aquele pressuposto, mas outro, o de assegurar a incidência da lei por ser necessário o funcionamento da empresa.

Ora, para esse fim, o Estado não pode intervir na empresa, salvo com as limitações do art. 174 da Constituição.

Por esses motivos, é de aconselhável prudência a supressão do inciso.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEP. SAMIR ACHÔA

À Sala de Comissões

EMENDA Nº 162

Comissão Mista do Código de Defesa do Consumidor

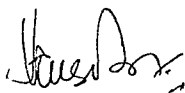
EMENDA SUPRESSIVA AO INC. XII DO ART. 55

Suprima-se o inc. XII do art. 55, em virtude da supressão do art. 36 e seus parágrafos.

EMENDA SUPRESSIVA AO ART. 59 E PARÁGRAFOS

Suprima-se o art. 59 e seus parágrafos em virtude da supressão do art. 36 e seus parágrafos.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



DEP. MENDES RIBEIRO

EMENDA Nº 163

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa Consumidor, da Comissão Mista

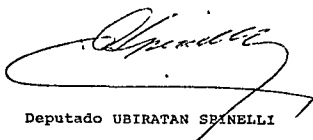
Dê-se ao inciso XI do artigo 55 a seguinte redação:

Inciso XI - Intervenção administrativa, no âmbito interno da empresa, sem afastamento de seus administradores, limitada a atos que tenham a finalidade de garantir o cumprimento da obrigação legal, e por prazo não superior dez dias.

JUSTIFICATIVA

Se se admitir a duvidosa constitucionalidade da sanção proposta (intervenção administrativa), é de toda conveniência estabelecer limites, para evitar abusos. O afastamento dos administradores, da empresa próspera e a substituição deles pelo Estado, que nem sempre está habilitado para a função do empresário, com seu envolvimento em graves responsabilidades perante a própria empresa objeto da intervenção e terceiros que com ela se relacionam, recomenda a limitação dos poderes do interventor e o não afastamento dos administradores.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 164

DISPOSITIVO ALTERADO: Parágrafo único do Art. 55 do PCCM

NATUREZA DA EMENDA: SUPRESSIVA

Suprima-se o Parágrafo único do art. 55, que tem a seguinte redação:

"As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo."

JUSTIFICATIVA

A cumulação das penas viola o princípio de que a falta mais grave absorve a menos grave, impondo-se a pena cominada a esta: ubi major, minor cessat.

Além disso, as penas previstas nos doze incisos do art. 55, na sua grande maioria, não podem ser convertidas em medidas cautelares, de natureza preventiva, tendo em vista o seu caráter dos incisos I, III, IV, V, VIII, IX, X, XI e XII.

Tais circunstâncias recomendam a supressão do aludido parágrafo.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.



Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 165

Emenda supressiva do Parágrafo Único do art. 55 do Projeto Consolidado da Comissão Mista sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se o Parágrafo Único do art. 55 do P.C.C.M., que tem a seguinte redação:

"As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo."

Justificativa

A cumulação das penas viola o princípio de que a falta mais grave absorve a menos grave, impondo-se a pena cominada a esta: ubi major, minor cessat.

Além disso, as penas previstas nos doze incisos do art. 55, na sua grande maioria, não podem ser convertidas em medidas cautelares, de natureza preventiva, tendo em vista o seu caráter congenitamente satisfativo, como é o caso das constantes dos incisos I, III, IV, V, VIII, IX, X, XI e XII.

Tais circunstâncias recomendam a supressão do aludido parágrafo.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989. Deputada Sandra Cavalcante
Codigo de Defesa do Consumidor - Emenda 24 A

EMENDA Nº 166

Ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Suprima-se o Parágrafo único, do art. 55, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor.

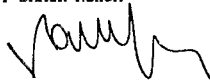
JUSTIFICATIVA

A cumulação das penas viola o princípio do que a falta mais grave absorve a menor grave, impondo-se a pena codificada a esta: ubi maior, minor cessat.

Além disso, as penas previstas nos doze incisos do art. 55, na sua grande maioria, não podem ser convertidas em medidas cautelares, de natureza preventiva, tendo em vista o seu caráter concretamente satisfativo, como é o caso das constantes dos incisos I, III, IV, V, VIII, IX, X, XI e XII.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEP. SAMIR ACHÔA


EMENDA Nº

EMENDA OFERECIDA PELA COMISSÃO MISTA
DESTINADA A ELABORAR O PROJETO DE CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Dê-se a seguinte redação ao art. 57.

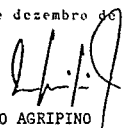
"Art. 57" - As penas de apreensão, de inutilização de produto de suspensão de fornecimento de produto ou serviço e de revogação de concessão ou de permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando forem constatados vícios de quantidade ou de qualidade por inadequação ou insegurança do produto ou serviço.

JUSTIFICATIVA

A alteração do texto proposta na presente emenda decorre da modificação sugerida no tocante ao teor do artigo 55.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO JOÃO AGRIPINO



EMENDA Nº 168 /89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

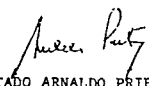
SUPRIMA-SE O ART. 58.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a SUPRESSÃO aqui sugerida, em conformância com a sugestão oferecida ao Inciso XI, do art. 55, anterior.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEPUTADO ARNALDO PRIETO



Emenda nº 169

ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

EMENDA MODIFICATIVA AO § 3º DO ART. 59.

Dê-se ao § 3º do art. 59 a seguinte redação:

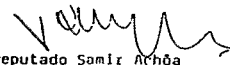
"Caracterizada a possibilidade de inserção da contra-propaganda, o fornecedor faltoso, além da multa diária e outras sanções, ficará impedido de efetuar, por qualquer meio, publicidade dos produtos e serviços objetos da mensagem imputada".

JUSTIFICATIVA

O próprio § 1º deste artigo estabelece que a contra-propaganda será divulgada, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário. São inúmeras as localidades brasileiras com um ou dois veículos de comunicação apenas. Desta forma, é de justiça caracterizar-se previamente que o fornecedor teve possibilidade de cumprir a pena imposta (de contra-propaganda) para, a partir daí então, na desídia, puni-lo com as penas acessórias (multa, etc.). A respeito destas, caracterizou-se, ainda, a impossibilidade de divulgação comercial para o objeto da mensagem enganosa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

Deputado Samir Achôa



EMENDA Nº 170

Emenda substitutiva do "caput" do artigo 60 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Substitua-se a redação do "caput" do artigo 60 do P.C.C.M., pela seguinte:

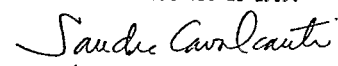
Art. 60 - Constituem crimes contra o consumidor, sem prejuízo do disposto no Código Penal e Leis Especiais, as condutas tipificadas nos artigos seguintes.

Justificativa

É uma impropriedade falar-se em crimes contra as "relações de consumo", razão por que as referidas expressões devem ser substituídas por "crimes contra o consumidor".

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Deputada Sandra Cavalcante



EMENDAS Nº 174

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se a redação do art. 60, pela seguinte:

Art. 60 - Constituem crimes contra o consumidor sem prejuízo do disposto no Código Penal e Leis Especiais, as condutas tipificadas nos artigos seguintes, desde que o agente da prática mencionada na queixa não se disponha, de imediato, a promover a reparação do dano invocado pelo queixoso.

JUSTIFICATIVA

O presente Código é destinado a regular as relações entre as partes, no processo de consumo, não devendo se transformar em instrumento penal, mesmo porque já existe legislação própria para cobrir as infrações que atendem contra a saúde, o patrimônio e a propriedade do cidadão.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odaçir Soares
Senador Odaçir Soares

EMENDA Nº 172

EMENDA SUPRESSIVA

(PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)

Suprima-se os artigos 60 a 79 - Título II.

JUSTIFICATIVA

Propomos a supressão do Título II, Das Infrações Penais, compreendendo os artigos de números 60 a 79. Como é cediço, e se tornou do conhecimento vulgar, o Projeto de Código de Defesa do Consumidor, pela própria experiência dos países mais adiantados tem o seu plano normativo protegido por penalidades de caráter administrativo e civil. Longe está a fase odiosa das penas privativas da liberdade, que se divorciou inteiramente das relações de consumo, em que todos são a um só tempo fornecedores e consumidores. O projeto em pauta já contém pesadas sanções de ordem administrativa e civil e estabelece um sistema amplo e rigoroso de garantias e de proteção do consumidor, dando a este, portanto, o respeito e o "status" que lhe são devidos. Agora, ir além disto, punir a produção e o fornecimento com dispositivos de caráter criminal, além do mais redigidos de modo genérico, vago e ambíguo, submetendo aos cidadãos prestantes os elementos de segurança e certeza para o exercício das suas atividades, a criar um ambiente de pânico e, mais do que isto, é gerar o desestímulo e a angústia para os que trabalham produzindo e fornecendo, com riscos de comprometimento do desenvolvimento econômico e social do País.

Nem a prudência indica esse caminho na primeira experiência que a Nação fará em termos de uma legislação codificadora de defesa do consumidor, pois esta manda que se progrida nas coisas e, no caso, que se colham os frutos dessa legislação para, de pois disto, analisar-se a grave e profunda questão das penas privativas da liberdade, mesmo que esta análise já tenha a lição das nações que contam com legislações desta natureza há dezenas de anos.

As penas privativas de liberdade vão certamente desmoronar a produção e o fornecimento, vão gerar injustiças calamitosas e vão comprometer o desenvolvimento nacional. O projeto do Código, como se disse, já cobriu amplamente a defesa e proteção do consumidor, com severas penas administrativas e civis, num sistema amplo a que se integram múltiplos organismos em prol do consumidor.

Não pode a Nação aceitar o excesso que, a pretexto de realização de justiça, cometa uma imensa injustiça, como era a lição do direito romano "summum Jus, summa Injuria".

Por isto, pelo próprio bem da Nação entendemos que devam ser eliminadas do Código as penas privativas da liberdade.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Gomes Carvalho
Senador GOMES CARVALHO

PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº 173

SUPRIMIR POR INTEIRO O TÍTULO II (ARTIGOS 60 a 79), DAS INFRAÇÕES PENAIS DO PROJETO ELABORADO PELA COMISSÃO MISTA.

JUSTIFICATIVA: Não se pode conceber que os integrantes das relações de consumo sejam tratados do mesmo modo que se deve tratar os criminosos de alta periculosidade. Não obstante isso, cabe-nos, ressaltar que o Código Penal Brasileiro, deve ser aplicado subsidiariamente às infrações decorrentes das relações de consumo; que venham a ocorrer no mercado. Soma-se, a esse fato que hoje em dia a tendência mundial, em matéria penal, é no sentido de se humanizar as penas privativas de liberdade, dando prioridade à aplicação de multas e prestação de serviços à sociedade, abandonando-se, nesses casos a imposição de penas de detenção ou reclusão, cujo efeito reeducador produz melhores resultados do que a segregação do infrator nos estabelecimentos penais. Afora tudo isso, há de se considerar, o alto custo social em permanecendo referido título no projeto, em se sabendo que nos dias atuais o nosso sistema penitenciário, além de ser oneroso, é totalmente ineficiente, ou seja, encontra-se falido, pois, em quase todos os Estados, milhares de mandados de prisão expedidos contra criminosos de alta periculosidade, não são cumpridos por falta de alojamento de tais criminosos, nos estabelecimentos penais. Por último, vale mencionar a posição do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que atendendo solicitação do CNDC - Conselho Nacional de Defesa do Consumidor, manifestou-se da seguinte maneira: "... a matéria deveria ser examinada em conjunto com o anteprojeto da Parte Especial do Código Penal, bem como, concomitantemente, com a revisão da Lei de Crimes Contra a Economia Popular, e apresentação em plenário de emenda criando o Tribunal de Defesa dos Direitos do Consumidor, que substituirá o presente título.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado
Deputado FREDERICO BALESTRA
Lima de LDC

EMENDA Nº 174 / 89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÖES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUBSTITUTIVA

SUBSTITUAM-SE OS ARTIGOS DE 60 a 79, PELO SEGUINTE ARTIGO, COMO SE SEQUE, REMUNERANDO-SE OS DEMAIS:

Art. 60 - As infrações previstas neste Código, aplicam-se os dispositivos existentes e vigentes nos Códigos Penal e Civil, no que couberem.

JUSTIFICATIVA

A atual legislação brasileira já possui suficientes normas para coibir práticas danosas ao Consumidor tornando desnecessária a excessiva intimidação, inclusive com penas de detenção de até dois (2) anos, que se aplicariam de forma cumulativa a outras sanções previstas no aludido Projeto, em clamorosa desproporção às pequenas e eventuais falhas cometidas.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

DEPUTADO ARNALDO PRIETO

EMENDA Nº 175

Emenda supressiva do artigo 61 do P.C.C.M. que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se integralmente o artigo em epígrafe.

Justificativa

Certamente, punir um comerciante que vende geladeira defeituosa - como pretende, para exemplificar o rigor do Anteprojeto, o art. 61, que prevê o crime de "colocar no mercado, fornecer ou expor para fornecimento bens impróprios ao consumo" - com penas privativa da liberdade e de multa, causará fortes resistências nos aplicadores da lei, em razão da severidade punitiva, que contraria todas as tendências recentes da reforma penal no Brasil.

A opção doutrinária moderna à descriminalização das condutas e ao tratamento administrativo e/ou civil das infrações parece não ter sido considerada, com a necessária ênfase, no P.C., que optou pela criminalização e pela pena privativa de liberdade.

As infrações referentes à comercialização de bens impróprios, conforme definidos no art. 18, parágrafo 3º., incisos I a III, devem ser mantidas na órbita do tratamento cível, não cabendo estender a tutela penal, em razão de sua maior gravidade, que deve ser reservada para as infrações referentes a bens nocivos à saúde.

Nesse sentido, é aconselhável a supressão desse artigo, uma vez que esta conduta delituosa, quando referente à nocividade à saúde, já se encontra prevista no art. 278 do Código Penal.

Além disso, o núcleo do tipo previsto no art. 61 - colocar no mercado - é impreciso. Também o termo "impróprios" é incompatível com o princípio da legalidade: o fabricante e o vendedor de armas impróprias (navalhas, tesouras, etc.) comete o crime? E os de armas próprias (revólveres, por exemplo) fecham as portas no dia da promulgação da Lei.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante

Deputada Sandra Cavalcante

EMENDAS Nº 176

EMENDA SUPRESSIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se integralmente o artigo 61.

JUSTIFICATIVA

Certamente, punir um comerciante que vende geladeira defeituosa com apenas privativa da liberdade e de multa, causará fortes resistências nos aplicadores da lei, em razão da severidade punitiva, que contraria todas as tendências recentes da reforma penal no Brasil.

A opção doutrinária moderna à descriminalização das condutas e ao tratamento administrativo e/ou civil das infrações parece não ter sido considerada, com a necessária ênfase, que optou pela criminalização e pela pena privativa de liberdade.

As infrações referentes à comercialização de bens impróprios, conforme definidos no art. 18, devem ser mantidas na órbita do tratamento cível, não cabendo estender a tutela penal a esses fatos.

Em verdade, a tutela penal, em razão de sua maior gravidade, deve ser reservada para as infrações referentes a bens nocivos à saúde.

Nesse sentido, é aconselhável a supressão desse artigo, uma vez que esta conduta delituosa, quando referente à nocividade à saúde, já se encontra prevista no art. 278 do Código Penal.

Além disso, o núcleo do tipo previsto no art. 61 - colocar no mercado - é impreciso. Também o termo "impróprios" é incompatível com o princípio da legalidade: o fabricante e o vendedor de armas próprias (navalhas, tesouras, etc.) comete o crime? E os de armas próprias (revólveres, por exemplo) fecham as portas no dia da promulgação da Lei?

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares

EMENDA Nº 177

"EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA
DESTINADA A ELABORAR O "PROJETO DE CÓDIGO
DE DEFESA DO CONSUMIDOR"

Suprima-se o Artigo 61, assim redigido:

"Art. 61 - Colocar no mercado, fornecer ou expor para fornecimento produtos ou serviços impróprios.

Pena - Detenção de seis meses a dois anos e multa.

§ 1º - Se o crime é culposos;

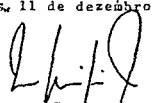
Pena - Detenção de três meses a um ano ou multa;

§ 2º - As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à lesão corporal e à morte.

J U S T I F I C A Ç Ã O

Constitui crime, segundo o art. 61, tal como está no Projeto, colocar no mercado, fornecer ou expor para fornecimento produtos ou serviços impróprios. Não indica, esse artigo, porém, qualquer traço que sirva para definir o que se entende por serviço impróprio. Estatui, porém, a Constituição não haver crime sem lei anterior que o defina. Inexistindo, pois, definição, que tipifique o ilícito penal, previsto no art. 61, esse dispositivo deve ser dado como inconstituinte.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.


DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

Emenda nº 178,
ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA
DO CONSUMIDOR, elaborado pela
Comissão Mista do Congresso Na-
cional.

Do Deputado Samir Achôa

Suprima-se o artigo 61, do Pro-
jeto de Código de Defesa do Consumidor.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O art. 61 do projeto, ao pre-
ver o crime de "colocar no mercado, fornecer ou ex-
por para fornecimento bens impróprios ao consumo" com
penas privativas da liberdade e de multa, causará
fortes resistências nos aplicadores da lei, em
razão da severidade punitiva, que contraria to-
das as tendências recentes da reforma penal no -
País.

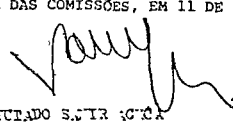
A opção doutrinária moder-
na à descriminalização das condutas e ao trata-
mento administrativo ou civil das infrações pa-
rece não ter sido considerada com a necessária -
ênfase, no projeto, que optou pela criminalização
e pela pena privativa da liberdade.

As infrações referentes à
comercialização de bens impróprios, conforme da
finalidade constante do art. 18, devem ser mantidas
na órbita do tratamento civil, não cabendo es-
tender a tutela penal, em razão de sua maior gra-
vidade, que deve ser reservada para as infrações
referentes aos bens nocivos à saúde.

Por todas essas razões, é
aconselhável a supressão do artigo 61 do Projeto,
uma vez que essa conduta delituosa, quando refe-
rente à nocividade à saúde, já se encontra pre-
vista no art. 278 do Código Penal.

Além disso, o núcleo do ti-
po previsto no art. 61 - colocar no mercado - é
impreciso. Também o termo "impróprios" é incompatí-
vel com o princípio da legalidade: o fabricante
e o vendedor de armas impróprias (navalhas,
tesouras, etc.) comete crime? e os de armas pró-
prias (revólveres, por exemplo) fecham as portas -
no dia da promulgação da lei.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.


DEPUTADO SAMIR ACHÔA

Emenda nº 179
ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR, elaborado pela Comis-
são Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

Artigo 61 - Redija-se da seguinte
forma:

"Artigo 61 - Colocar no mercado
ou expor para fornecimento, produ-
tos ou serviços impróprios aos con-
sumidores, ou fornecê-los a determi-
nado consumidor a quem saiba se-
rem danosos".

JUSTIFICATIVA

O conceito "de serviço impróprio" ou "de produto impróprio" é exatamente impreciso".


Serviços ou produtos impróprios para determinados fins ou para determinados consumidores, podem ser próprios para outro consumidor.

Considerem-se, por exemplo, os medicamentos dedicados à cura de doentes de câncer, frequentemente causadores de extremo dano a outros indivíduos.

De outro ângulo, a situação de colocar no mercado ou expor para fornecimento determinados produtos ou serviços, é marcadamente diversa daquela caracterizada quando se fornece determinado produto a determinado consumidor.

A emenda oferecida visa a adaptar o texto do artigo às suas motivações e objetivos.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.



DEPUTADO SAMIR ACHOA

EMENDA Nº 180

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 61 e seu § 1º, a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 61 a

Pena: detenção de seis meses a dois anos ou multa.


§ 1º -

Pena: detenção de três meses a um ano ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 181

EMENDA ADITIVA AO ART. 62

Inclua-se no "caput" do art. 62 o vocábulo "obrigatórios". A redação passa a ser a seguinte:

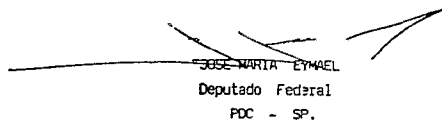
Art. 62 "Omitir dizeres ou sinais ostensivos obrigatórios sobre a nocividade ou periculosidade de bens, nas embalagens, nos invólucros ou publicidade.

PENA - Detenção de seis meses a dois anos e multa.

JUSTIFICATIVA

A omissão de dizeres e sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de bens só pode constituir-se em infração penal se sua divulgação for obrigatória.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



JOSE MARIA CYRAEL
Deputado Federal
PDC - SP.

EMENDA Nº 182

Emenda substitutiva ao artigo 62 do P.C.C.H., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Substitua-se o artigo 62 pelo seguinte:

Art. 62 - Deixar de advertir, quando devido, sobre a nocividade de bens ou serviços.

PENA: Detenção de seis meses a dois anos ou multa.

Parágrafo 1.º - Se o crime é culposos:

PENA: Detenção de um a seis meses ou multa.

Justificativa

O P.C. previu aqui o crime de ocultação de informações sobre a nocividade ou periculosidade de um bem ou serviço, para cuja característica os consumidores devem ser alertados em razão de representarem estes bens ou serviços um risco real ou potencial.

Tendo em vista uma melhor técnica jurídica, a redação deste artigo deverá optar por uma forma mais concisa, de modo a tornar dispensável o parágrafo 1.º, cujo conteúdo seria incorporado ao caput do artigo, já que se prevê a mesma pena para a omissão de avisos quanto à nocividade de bens e de serviços.

Em conformidade com as considerações relativas ao artigo anterior, propomos a supressão do termo periculosidade, uma vez que, de acordo com a doutrina dominante, este conceito já se encontra incluído na idéia de nocividade. O perigo, conforme ensina Heleno Fragoso, não deve ser presumido, "devendo sempre constatar-se a nocividade positiva" através de perícia (FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. São Paulo, José Bushatsky, 1959, v.3, p. 696).

Trata-se, portanto, de crime omissivo encartado em norma penal em branco, a ser complementada por legislação referente ao caráter nocivo ou perigoso de determinados bens ou serviços.

O crime do art. 62 só é punível se houver um provimento do órgão fiscalizador. A nocividade é um critério relativo. Portanto, a omissão somente deve constituir crime se os dizeres ou sinais ostensivos forem determinados pela autoridade competente.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcanti
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDAS Nº 183 EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se o artigo 62 pelo seguinte:

Art. 62 - Deixar de advertir, quando devido, sobre a nocividade de bens ou serviços.

PENA: Detenção de seis meses a dois anos ou multa.

Parágrafo 1º - Se o crime é culposo:

PENA: Detenção de uma seis meses ou multa.

JUSTIFICATIVA

O projeto previu aqui o crime de ocultação de informações sobre a a nocividade ou periculosidade de um bem ou serviço, para cuja característica os consumidores devem ser alertados em razão de representarem estes bens ou serviços um risco real ou potencial.

Tendo em vista uma melhor técnica jurídica, a redação deste artigo deve optar por uma forma mais concisa, de modo a tornar dispensável o parágrafo 1º, cujo conteúdo seria incorporado ao caput do artigo, já que se prevê a mesma pena para a omissão de avisos quanto à nocividade de bens e de serviços.

Em conformidade com as considerações relativas ao artigo anterior, suprimimos o termo periculosidade, uma vez que, de acordo com a doutrina dominante, este conceito já se encontra incluído na idéia de nocividade. O perigo, conforme ensina Heleno Fragoso, não deve ser presumido, "devendo sempre constatar-se a nocividade positiva" através de perícia (FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. São Paulo, José Bushatsky, 1959, v. 3, p. 696).

Trata-se, portanto, de crime omissivo encartado em norma penal em branco, a ser completada por legislação referente ao caráter nocivo ou perigoso de determinados bens ou serviços.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989

Odair Soares
Senador Odair Soares

Emenda nº 184,
ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA
DO CONSUMIDOR, elaborado pela
Comissão Mista do Congresso Na-
cional.

Do Deputado Samir Achôa

Dê-se ao artigo 62, a seguinte

redação:

"Art. 62 - Deixar de advertir,
quando devido, sobre a nocividade de bens ou
serviços .

Pena : detenção de seis meses a
dois anos ou multa.

Parágrafo único - Se o crime
é culposos:

Pena : detenção de um a seis
meses ou multa*.

JUSTIFICAÇÃO

O projetado prevê aqui o crime
de ocultação de informações sobre a nocividade ou pe-
riculosidade de um bem ou serviço, para cuja caracte-
rística os consumidores devem ser alertados em ra-
zão de um risco real ou potencial.

Tendo em vista uma melhor técnica
jurídica, a redação deste artigo deverá optar por
uma forma mais concisa, de modo a tornar dispensável
o § 1º, cujo conteúdo será incorporado ao caput do
artigo, já que se prevê a mesma pena para a omissão
de avisos quanto à nocividade de bens e serviços.

Assim, preconizamos a supres-
são do termo "periculosidade", uma vez que, de acor-
do com a doutrina reinante, já se encontra incluído o
na idéia de nocividade. O perigo, conforme ensina -

Helene Fragaço, não deve ser presumido, "devendo se pre constatar-se a nocividade positiva" através de perícia. (FRAGAÇO, Helene Cláudio. Lições de Direito Penal. São Paulo, José Bushatsky, 1959, v.3, p.696)

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEPUTADO SAÍR ACHÓIA

EMENDAS Nº 185

EMENDA ADITIVA AO § 1º, art. 62

Inclua-se a expressão "e quando obrigatório" no § 1º do art. 62. A redação passa a ser a seguinte:

Art. 62

§ 1º - "Incorrerá nas mesmas penas quem deixar de alertar, mediante recomendações escritas ostensivas e quando obrigatório, sobre a periculosidade do serviço a ser prestado".

JUSTIFICATIVA

Só pode constituir infração penal as recomendações que, obrigatórias, não sejam seguidas e respeitadas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

JOSE MARIA EYMEL
Deputado Federal
PDC - SP.

EMENDA Nº 186

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 62 e seu § 2º, a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 62 -

Pena: detenção de seis meses a dois anos ou multa.

§ 2º -

Pena: detenção de um a seis meses ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 187

EMENDA MODIFICATIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Dê-se ao art. 63 a seguinte redação:

Art. 63 - Deixar de advertir, quando devido, sobre a nocividade de bens ou serviços.

parágrafo único - Nas mesmas penas incorre o produtor ou o comerciante que deixar de comunicar à autoridade competente a nocividade de bens e serviços cujo conhecimento seja posterior a seu oferecimento no mercado, ou quem deixar de retirar do mercado, imediatamente, quando determinado pela autoridade competente, bens ou serviços nocivos.

JUSTIFICATIVA

O projeto objetivou neste artigo tornar, através de ameaça penal, obrigatória a imediata comunicação do conhecimento quanto à nocividade de um bem já colocado no mercado.

Trata-se, em verdade, de uma modalidade do tipo penal previsto no art. 62, donde há proposta de uma redação semelhante.

Nesta nova redação, ampliou-se o espaço do artigo, incluindo-se na modalidade do parágrafo 1º também os serviços nocivos.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 188

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 63, a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 63 -

Pena: detenção de seis meses a dois anos ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 189

Emenda Supressiva ao artigo 64 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se inteiramente o artigo 64 do P.C.C.M.

Justificativa

No art. 64, o núcleo está invertido. O correto seria: "Violar determinação de autoridade competente na execução de serviço de alta periculosidade". De todo modo "na execução de serviço" tem nível de indeterminação que conflita com o princípio da legalidade e aconselha a aprovação da emenda.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Deputada Sandra Cavalcante

EMENDAS Nº 190

EMENDA SUPRESSIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se inteiramente o artigo 64.

JUSTIFICATIVA

No art. 64, o núcleo está invertido. O correto seria "Violar de terminação de autoridade competente na execução de serviços de alta periculosidade." De todo modo "na execução de serviço" tem nível de indeterminação que conflita com o princípio da legalidade e aconselha a aprovação da emenda.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Senador Odaécir Soares

EMENDA Nº 191

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 64, a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 64 -

Pena: detenção de seis meses a dois anos ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 192

Emenda Supressiva do art. 65 do P.C.C.M. sobre a proteção e defesa do consumidor.

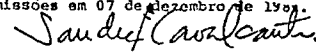
Suprima-se o art. 65 e seus parágrafos.

Justificativa

Quanto ao art. 65, apenas pelo parágrafo se percebe a figura não cogita de uma fraude, e sim de propaganda enganosa. Tal como está, o dispositivo representa um garrote na criatividade publicitária e um tratamento penal excessivamente amplo para a hipótese.

A punição da forma culposa constitui um absurdo jurídico, pois os núcleos do tipo (fazer afirmação falsa ou enganosa ou omitir informação relevante) repelem a ação ou omissão negligente ou imprudente.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 193 EMENDA SUPRESSIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se o art. 65 e seus parágrafos.

JUSTIFICATIVA

Quanto ao art. 65, apenas pelo parágrafo se percebe que a figura não cogita de uma fraude, e sim de propaganda enganosa. Tal como está, o dispositivo representa um garrote na criatividade publicitária e um tratamento penal excessivamente amplo para a hipótese.

A punição da forma culposa constitui um absurdo jurídico, pois os núcleos do tipo (fazer afirmação falsa ou enganosa ou omitir in formação relevante) repelem a ação ou omissão negligente ou imprudente.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Odacir Soares

EMENDA Nº 194

À Sala de Comissões
Comissão Mista do Código de Defesa do Consumidor

EMENDA SUPRESSIVA AO § 1º do art. 65

Suprima-se o § 1º do art. 65

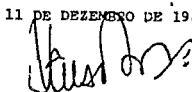
JUSTIFICATIVA

Um anúncio de alguns segundos na TV ou no rádio, ou numa coluna de revista ou jornal, jamais descreverá todas as características de que está sendo divulgado.

Doibir afirmações falsas e enganosas é exigir que aquilo que está sendo divulgado seja verdadeiro.

Erigir a omissão de informações na publicidade a ilícito penal é in viabilizar todo e qualquer tipo de propaganda que, por sua própria natureza, não pode especificar, nos espaços e tempo de que dispõe todas as características (até preço) do produto ou serviço veiculado.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



DEP. MENDES RIBEIRO

EMENDA Nº 195

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 65 e seu § 2º a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 65 -

Pena: detenção de três meses a um ano ou multa.


§ 2º -

Pena: detenção de um a seis meses ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 196

EMENDA SUPRESSIVA AO "CAPUT" DO ART. 66

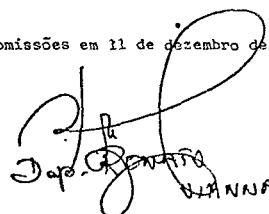
Suprima-se o "caput" do art. 66

JUSTIFICATIVA

A publicidade enganosa ou abusiva não deve integrar o elenco de infrações penais previstas pelo Código de Defesa do Consumidor.

A proteção contra essa espécie de abusos é satisfatoriamente feita pelo CONAR - Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária - que vem obtendo excelentes resultados no desempenho de suas funções, motivo pelo qual desaconselhamos a referida inclusão em lei.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado Renato Vianna

EMENDA Nº 197

Emenda substitutiva aos artigos 66 e 67 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Substitua-se a redação dos artigos em epígrafe, pelo seguinte, e renumere-se os demais:

Art. 66 - Enganar, no exercício de atividade de natureza econômica, o adquirente ou consumidor, sobre qualidade, quantidade, durabilidade, preço ou garantia de bens ou serviços:

Pena - Detenção de três meses a um ano ou multa.

Parágrafo Único - A pena será aumentada até metade se o crime for praticado por publicidade em meios de comunicação de massa.

Justificativa

O crime previsto no artigo 66 constitui o delito de publicidade enganosa.

Nesse sentido, é recomendável que o conteúdo do dispositivo seja circunscrito a casos nos quais a afirmação falsa ou enganosa recaia sobre a qualidade (que, em verdade, já engloba "natureza, características e desempenho"), quantidade, durabilidade, preço ou garantia de bens e serviços. O aspecto da segurança foi tratado na incriminação da venda de bens ou serviços nocivos à saúde.

A definição proposta compreende também a matéria objeto do artigo 67, que, em parte pertence ao direito penal comum.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 198

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se a redação dos artigos 66 e 67, pela seguinte, e renumere-se os demais:

Art. 66 - Enganar, no exercício de atividade de natureza econômica, o adquirente ou consumidor, sobre qualidade, quantidade, durabilidade, preço ou garantia de bens e serviços.

Pena - Detenção de três meses a um ano ou multa.

Parágrafo Único - A pena será aumentada até metade se o crime praticado por publicidade em meios de comunicação de massa.

JUSTIFICATIVA

O crime previsto no artigo 66 constitui o delito de publicidade enganosa.

Nesse sentido, é recomendável que o conteúdo do dispositivo seja circunscrito a casos nos quais a afirmação falsa ou enganosa recaia sobre a qualidade (que, em verdade, já engloba "natureza, características e desempenho"), quantidade, durabilidade, preços ou garantia de bens e serviços. O aspecto da segurança foi tratado na incriminação da venda de bens ou serviços nocivos à saúde.

A definição proposta compreende também a matéria objeto do artigo 67, que, em parte pertence ao direito penal comum.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Senador Otacílio Soares

EMENDA Nº 199

EMENDA SUPRESSIVA AO ÚNICO DO ART. 66

JUSTIFICATIVA

Dificultar a identificação de determinada publicidade não pode ser crime. Conhecemos todos o "teaser", técnica de propaganda largamente utilizada com o objetivo de aguçar a curiosidade do consumidor, criando expectativas.

Erguir essa técnica a crime não nos parece adequado, a não ser que realmente se queira induzir o consumidor em erro. Mas essa última conduta já é convenientemente punida no código.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

DEP. RENATO VIANNA
Deputado Renato Vianna

EMENDA Nº 200

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 67 a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

*Art. 67 -

Pena: detenção de seis meses a dois anos ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 201

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 66 a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 66 -

Pena: detenção de três meses a um ano ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 202

EMENDA SUPRESSIVA NO "CAPUT" DO ART. 67

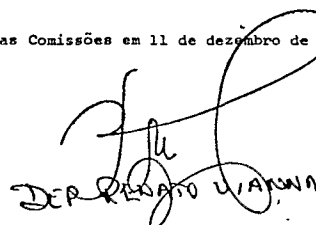
Suprima-se o "caput" do art. 67

JUSTIFICATIVA

O Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária (CONAR) vem obtendo excelentes resultados ao controlar e coibir os abusos praticados na publicidade.

O sistema de auto-regulamentação, que vigora em diversos países, tem-se mostrado adequado e suficiente na defesa do consumidor, motivo pelo qual desaconselhamos a inclusão no Código de ilícitos penais relacionados à publicidade.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado Renato Viana

EMENDA Nº 203

EMENDA SUPRESSIVA AO § ÚNICO DO ART. 67

Suprima-se o § único do art. 67

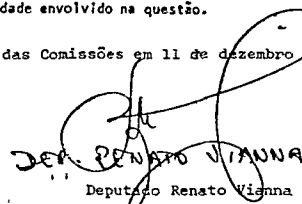
JUSTIFICATIVA

Não existe um critério objetivo para se saber, matematicamente, o retorno que determinada campanha publicitária acarretará.

Algumas iniciativas são bem sucedidas e, em alguns casos, aumenta muito a demanda por determinado bem ou serviço.

Essas iniciativas devem, no mais das vezes, ser aplaudidas pelo êxito apresentado e não criminalizadas. Especialmente pelo alto grau de subjetividade envolvido na questão.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado Renato Viana

EMENDA Nº 204

EMENDA SUPRESSIVA AO ART. 68, "IN FINE"

Suprima-se a parte final do art. 68, que passa a ter a seguinte redação:

"Deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base à publicidade;

Pena: Detenção de um a seis meses e multa".

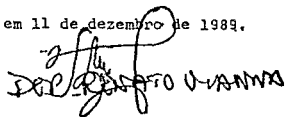
JUSTIFICATIVA

O próprio código estabelece que o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe ao fornecedor. O consumidor que se sentir lesado poderá recorrer ao Poder Judiciário cabendo ao fornecedor provar a veracidade de suas informações, sob pena de ver aplicadas as sanções (inclusive penais) para cada caso concreto.

Não nos parece acertado, portanto, que a população em geral tenha acesso aos dados que embasaram as afirmações, sob pena de estarmos estimulando métodos de concorrência desleal, espionagem industrial, etc.

O acesso às informações pode e deve ser facilitado, mas através do Poder Judiciário.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



EMENDA Nº 205

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 68 a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 68 -

Pena: detenção de um a seis meses ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação da pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 69 a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

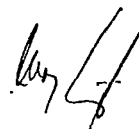
"Art. 69-

Pena: detenção de três meses a um ano ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação da pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 207

Emenda substitutiva ao artigo 70 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Substituir a redação do artigo 70 do P.C.C.M. pela seguinte:

Art. 70 - Empregar meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, na cobrança de dívidas.

Pena - Detenção de 3 meses a um ano e multa.

Justificativa

Com inspiração no artigo 316, parágrafo 1º, do Código Penal, é recomendável uma fórmula mais concisa, técnica, precisa e abrangente, como deve ser a da norma penal.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 208

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substituir a redação do art. 70 pela seguinte:

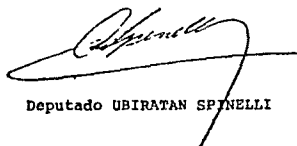
Art. 70 - Empregar meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza, na cobrança de dívidas.

Pena: Detenção de 3 meses a um ano e multa.

Justificativa

Com inspiração no art. 316, parágrafo 1º do Código Penal, é recomendável uma fórmula mais concisa, técnica, precisa e abrangente, como deve ser a da norma penal.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 208

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 70 a conjunção "e" por "ou".
A redação passa a ser:

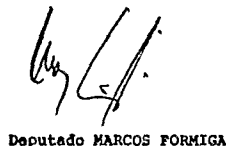
"Art. 70-

Pena: detenção de três meses a um ano ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa de liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 210


Emenda supressiva dos artigos 71 e 72 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprimam-se integralmente os artigos 71 e 72.

Justificativa

Considerando-se que, a partir da Constituição Federal de 05.Out.88, já existe um remédio jurídico específico para estas questões - o habeas data -, o dispositivo deve ser suprimido, deixando-se a matéria para regulamentação do habeas data o que, inclusive, evitaria a sobreposição de normas referentes à mesma questão.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 211

EMENDA SUPRESSIVA

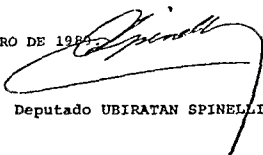
Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se integralmente os artigos 71 e 72.

Justificativa

Considerando-se que, a partir da Constituição Federal de 05.Out.89, já existe um remédio jurídico específico para estas questões - o habeas data -, o dispositivo deveria ser suprimido, deixando-se a matéria para regulamentação do habeas data o que, inclusive, evitaria a sobreposição de normas referentes à mesma questão.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 212

EMENDA SUPRESSIVA

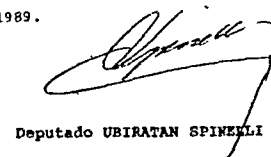
Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se o parágrafo único do art. 71.

Justificativa

O parágrafo único proposto no projeto é contraditório como o "caput" do art. 71, portanto, como consequência, se mantido, anularia o direito que pretende proteger.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 213

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator
ao projeto de Código de Defesa
do Consumidor, da Comissão
Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art. 71 a conjunção
"e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 71-

Pena: detenção de seis meses a um ano ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa
da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do
caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixe alterna-
tivas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar si-
tuações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 214

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DISPOSITIVO ALTERADO: Artigo 72.

NATUREZA DA EMENDA : SUBSTITUTIVA

Substitua-se a redação do "caput" do artigo 72
em epígrafe, pela seguinte:

Artigo 72 - Deixar de corrigir imediatamente in-
formação sobre consumidor, constante de cadastro, banco de dados,
fichas ou registro que sabe ser inexata.

JUSTIFICATIVA

A expressão "deveria saber" somente é admissível
em norma penal acompanhada dos pressupostos de fato que justifi-
quem a presunção, tal como sucede no crime de receptação culpo-
sa definido no parágrafo 1º do artigo 180 do Código Penal. Ten-
do em vista as ponderações acima, a fórmula do texto é extrema-
mente vaga quando, para que haja crime doloso, é imprescindível
que o agente tenha certeza da inexatidão da informação registrada.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.



Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 215

Emenda substitutiva ao "caput" do artigo 72 do P.C.C.M., que
dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

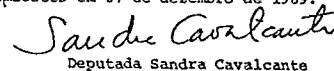
Substitua-se a redação do "caput" do artigo em epígrafe, pela
seguinte:

Art. 72 - Deixar de corrigir imediatamente informação sobre
consumidor constante de cadastro, banco de dados,
fichas ou registro que sabe ser inexata.

Justificativa

A expressão "deveria saber" somente é admissível em norma penal
acompanhada dos pressupostos de fato que justifiquem a
presunção, tal como sucede no crime de receptação culposa
definido no parágrafo 1º do artigo 180 do Código Penal. Tendo em
vista as ponderações acima, a fórmula do P.C.C.M. é extremamente
vaga quando para que haja crime doloso é imprescindível que o
agente tenha certeza da inexatidão da informação registrada.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 216

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao
projeto de Código de Defesa do
Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se a redação do art. 72, pela seguinte:

"Art. 72 - Deixar de corrigir imediatamente informação sobre consu-
midor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registro que
sabe ser inexata.

Justificativa

A expressão "deveria saber" somente é admissível em norma penal a-
companhada dos pressupostos de fato que justifiquem a presunção, tal
como sucede no crime de receptação culposa definido no parágrafo 1º
do artigo 180 do Código Penal. Tendo em vista as ponderações acima,
a fórmula do projeto é extremamente vaga, quando para que haja crime
doloso é imprescindível que o agente tenha certeza da inexatidão da
informação registrada.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 217

Ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Redija-se o Art. 72, "caput", do Projeto do Código de Defesa do Consumidor, na seguinte forma:

"Art. 72 - Deixar de corrigir imediatamente informação sobre consumidor constante de cadastro, banco de dados, fichas ou registro que sabe ser inexata."

JUSTIFICAÇÃO

A expressão "deveria saber" somente é admissível em norma penal acompanhada dos pressupostos de fato que justificam a presunção, tal como sucede no crime de receptação culposa definido no parágrafo 1º, do art. 180, do Código Penal. Tendo em vista tal ponderação, a fórmula do Projeto é extremamente vaga, pois, para que haja crime doloso, é imprescindível que o agente tenha certeza da inexistência da informação registrada.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

DEP. SAMIR ACHÔA

EMENDAS Nº 218

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art.72 a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 72-

Pena: detenção de um a seis meses ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixa alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 219

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se, na pena referente à infração do art.73 a conjunção "e" por "ou".

A redação passa a ser:

"Art. 73-

Pena: detenção de um a seis meses ou multa.

Justificativa

Convém deixarmos a critério do juiz a fixação de pena privativa da liberdade ou pena pecuniária, conforme as circunstâncias do caso, retirando a rigidez de uma previsão que não deixa alternativas e que possa, pela conjugação das hipóteses, configurar situações de penas desproporcionais às infrações cometidas.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.



Deputado MARCOS FORMIGA

EMENDA Nº 220

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DISPOSITIVO ALTERADO: Artigo 74.

NATUREZA DA EMENDA : SUPRESSIVA

Suprima-se integralmente o artigo 74 do Texto.

JUSTIFICAÇÃO

A matéria objeto deste artigo já consta do artigo 29 do Código Penal, que consagra a teoria monista a respeito da pluralidade de agentes ou concurso de autores. A segunda parte do referido artigo entra em conflito com o princípio inserido no artigo 13 e o da culpabilidade pessoal ou da intratranscendência da responsabilidade penal.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.



Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 224

Emenda supressiva do artigo 74 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se integralmente o artigo 74 do P.C.C.M.

Justificativa

A matéria objeto deste artigo já consta do artigo 29 do Código Penal, que consagra a teoria monista à respeito da pluralidade de agentes ou concurso de autores. A segunda parte do referido artigo entra em conflito com o princípio inserido no artigo 13 e o princípio da culpabilidade pessoal ou da intranscendência da responsabilidade penal.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 222

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se integralmente o art. 74.

Justificativa

A matéria objeto deste artigo já consta do art. 29 do Código Penal, que consagra a teoria monista a respeito da pluralidade de agentes ou concurso de autores. A segunda parte do referido artigo entra em conflito com o princípio inserido no art. 13 e o princípio da culpabilidade pessoal ou da intranscendência da responsabilidade penal.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

Ubiratan Spinelli
Deputado UBIRATAN SPINELLI

Emenda nº 223

ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

Suprima-se o artigo 74, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor.

JUSTIFICAÇÃO

A matéria objeto deste artigo já consta do artigo 29, do Código Penal, que consagra a teoria monista a respeito da pluralidade de agentes ou de concurso de autores.

A segunda parte do art. 74 entra em conflito com o princípio inserido no art. 13 e o da culpabilidade pessoal ou da intranscendência da responsabilidade penal.

Dai a necessidade de supressão do referido art. 74.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

Samir Achôa
DEPUTADO SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 224

Emenda supressiva ao artigo 75 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se integralmente o artigo 75 do P.C.C.M.

Justificativa

A matéria já se encontra disciplinada correta e abrangentemente no Código Penal, artigos 41 e 45, além da extravagância de certas agravantes e atenuantes propostas (v.g., art. 75, Inciso IV, letras "a" e "c").

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcante
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 225

EMENDA SUPRESSIVA


Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se integralmente o art. 75.

Justificativa

A matéria já se encontra disciplinada correta e abrangente no Código Penal, artigos 61 a 65, além da extravagância de certas agravantes e atenuantes propostas (v.g, art. 75, inciso IV, letras "a" e "c").

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 226

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se o art. 76.

Justificativa

Os critérios para fixação e aumento da pena de multa estão estabelecidos em caráter geral e em fórmula muito melhor no Código Penal (art. 60 e seu parágrafo 1º). Sobre o tema, CELSO DELMANTO considera que "a única maneira de fixar a multa de modo equânime e correta é pela divisão em duas etapas", acrescentando que, na primeira, o fator econômico não deve influir e, na segunda, o juiz atenderá principalmente, à situação econômica do réu.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



Deputado UBIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 227

Emenda supressiva do Parágrafo 2º. do art. 76 do Projeto Consolidado da Comissão Mista sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se o Parágrafo 2º. do art. 76 do P.C.C.M., que tem a seguinte redação:

A pena de multa, mesmo que imposta isoladamente, será computada para efeito de reincidência (artigo 63, do Código Penal). É vedada a imposição, isoladamente, de sanção da mesma natureza por novo crime."

Justificativa

A primeira parte do dispositivo é inteiramente desnecessária, pois o art. 63 do Código Penal, para efeito de reincidência, não faz qualquer distinção entre pena pecuniária e a privativa da liberdade. Assim, o condenado à pena de multa que vem a cometer novo crime é reincidente qualquer que seja a pena cominada ao novo crime:

"Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior."

No sistema do Código Penal de 1940, a reincidência, quando específica, importava na aplicação da pena mais grave em qualidade e, sendo privativa da liberdade, acima da metade da soma do mínimo com o máximo (redação primitiva do art. 47). Quando genérica, importava em exasperação e na conversão da multa em detenção. Desde a Lei n.º 6.416, de 24/05/77, esses princípios foram abolidos, para permitir ao juiz um maior arbítrio na individualização da pena, na forma do art. 59 do Código Penal.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989



EMENDA Nº 228

Ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Suprima-se o § 2º, do art. 76, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor.

JUSTIFICATIVA

A primeira parte do dispositivo é inteiramente desnecessária, pois, o art. 63 do Código Penal, para o efeito de reincidência, não faz qualquer distinção entre pena pecuniária e a privativa de liberdade. Assim, o condenado à pena de multa - que vem a cometer novo crime é reincidente, qualquer que seja a pena cominada ao novo crime.

"Art. 63 - Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior."

No sistema do Código Penal de 1940, a reincidência, quando específica, importava na aplicação da ~~pena~~ ~~muito~~ ~~grave~~ em qualidade e, sendo privativa de liberdade, acima da metade da soma do mínimo com o máximo (redação primitiva do art. 47). Quando genérica, importava em exasperação e na conversão da multa em detenção. Desde o advento da Lei nº 6.416, de 24 de maio de 1977, esses princípios foram abolidos, para permitir ao juiz um maior arbítrio na individualização da pena, na forma do art. 59 do Código Penal.

O comando que se pretende restaurar constitui, portanto, um retrocesso do nosso Direito Penal, bastando - lembrar que um segundo crime, pela sua natureza e circunstâncias, pode ser melhor penalizado com nova pena de multa. A lei, por conseguinte, não deve constranger o juiz a aplicar a pena privativa de liberdade, que é ao que conduz a segunda parte do dispositivo.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.
DEP. SAMIR ACHÔA



EMENDA Nº 229

Emenda substitutiva do artigo 76 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Substitua-se o art. 76 pelo seguinte:

Art. 76 - A pena pecuniária prevista nesta Seção será fixada em dias multa correspondentes ao mínimo e ao máximo de dias de duração da pena privativa de liberdade cominada ao crime. Na individualização dessa multa o juiz observará o disposto no art. 60 e parágrafo 1º do Código Penal.

Justificativa

A pena de multa tal como estabelecida no projeto poderá ser induzida sempre que do crime não resultar proveito ou dano, o que ocorrerá em grande número deles, o dos crimes de perigo. Ter-se-á então a heresia jurídica do crime sem pena quando o juiz optar pela pecuniária.

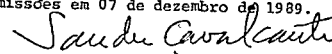
Ademais, para incidência do artigo, o juiz criminal, em cada processo, deverá "liquidação" o quantum da vantagem para aplicar a pena pecuniária.

No caso de dano, o artigo é extremamente vago e incerto quanto à pena (o que será proporcional ao dano causado? Qual a proporção?).

Por tudo isso, esse artigo, a rigor, em tema de pena, conflita com o princípio da reserva legal, sendo de toda conveniência a sua reformulação para ajustá-lo aos princípios gerais do Direito Penal vigente no País e a função da pena, que tem caráter exiatório e não indenizatório.

Quanto aos critérios para fixação e aumento da pena de multa estão estabelecidos em caráter geral e em fórmula muito melhor no Código Penal (art. 60 e seu parágrafo 1º). Sobre o tema, CELSO DELMANTO considera que "a única maneira de fixar a multa de modo equânime e correto é pela divisão em duas etapas", acrescentando que, na primeira, o fator econômico não deve influir e, na segunda, o juiz atenderá, principalmente, à situação econômica do réu.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 230

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DISPOSITIVO ALTERADO: Artigo 77
NATUREZA DA EMENDA : SUPRESSIVA

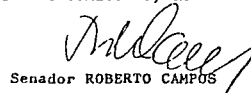
Suprima-se o artigo 77 do Texto.

JUSTIFICAÇÃO

A interdição de direitos, está dentre as penas alternativas do Código Penal (arts. 43, II, 44, 47), onde não se prevê a sua cumulação a pena privativa de liberdade. É com esse caráter que deve ser mantida no nosso direito.

Quanto ao inciso II do artigo 77, a pena de publicação em órgão de grande circulação ou audiência é, seguramente, inconstitucional em razão do seu caráter infamante.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989.


Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 231

Emenda supressiva do artigo 77 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

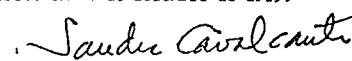
Suprima-se o artigo 77.

Justificativa

A interdição de direitos está dentre as penas alternativas do Código Penal (arts. 43, II, 44, 47), onde não se prevê a sua cumulação a pena privativa de liberdade. É com esse caráter que deve ser mantida no nosso direito.

Quanto ao inciso II do artigo 77, a pena de publicação em órgão de grande circulação na audiência é, seguramente, inconstitucional em razão do seu caráter infamante.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 232

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

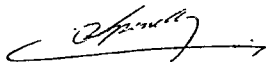
Suprima-se o art. 77 e seus incisos.

Justificativa

A interdição de direitos está dentre as penas alternativas previstas no Código Penal (arts. 43, II, 44, 47), onde não se prevê a sua cumulação com pena privativa de liberdade. E com esse caráter que deve ser mantida no nosso direito.

Quanto ao inciso II do art. 77, a pena de publicação em órgão de grande circulação na audiência é, seguramente, inconstitucional em razão do seu caráter infamante.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



Deputado UIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 233

Ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Suprima-se o art. 77, do Projeto do Código do Consumidor.

JUSTIFICAÇÃO

A interdição de direitos está dentre as penas alternativas do Código Penal (arts. 43, II, 44 e 47), onde não se prevê a sua cumulação à pena privativa de liberdade. E com esse caráter que deve ser mantida no nosso direito.

A pena de publicação em órgão de grande circulação ou audiência (inciso II) é, seguramente, inconstitucional em razão do seu caráter infamante.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



DEP. SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 234

Emenda supressiva do artigo 78 do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se integralmente o artigo 78.

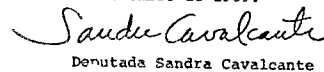
Justificativa

Os crimes definidos no projeto são todos afiançáveis e as regras gerais sobre fixação, aumento e dispensa da fiança estão consagradas no Código de Processo Penal (arts. 325, 326 e 350).

O projeto é falho ao limitar ao poder jurisdicional a fixação da fiança, quando, em se tratando de prisão em flagrante, a autoridade competente para isso é a que presidir ao respectivo auto, conforme art. 332 do Código de Processo Penal.

Finalmente, em relação a este artigo cabe observar apenas que, atualmente, em razão do disposto no art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, a fiança praticamente perdeu seu significado, uma vez que a pertinência da prisão provisória depende da avaliação judicial quanto à existência dos motivos determinantes para sua decretação.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Deputada Sandra Cavalcante

EMENDA Nº 235

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se integralmente o art. 78.

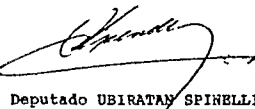
Justificativa

Os crimes definidos no projeto são todos afiançáveis e as regras gerais sobre fixação, aumento e dispensa da fiança estão consagradas no Código de Processo Penal (arts. 325, 326 e 350).

O projeto é falho ao limitar ao poder jurisdicional a fixação da fiança, quando, em se tratando de prisão em flagrante, a autoridade competente para isso é a que presidir ao respectivo auto, conforme art. 332 do Código de Processo Penal.

Finalmente, em relação a este artigo cabe observar apenas que, atualmente, em razão do disposto no art. 310, parágrafo único do Código de Processo Penal, a fiança praticamente perdeu seu significado, uma vez que a pertinência da prisão provisória depende da avaliação judicial quanto à existência dos motivos determinantes para sua decretação.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989



Deputado UIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 236

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se integralmente o artigo 79.

Justificativa

O Código Penal (art. 100) e o de Processo Penal (arts. 24 e segs.), regulam a ação penal que é pública, salvo nos casos em que a lei declara a privativa do ofendido. A assistência é também deferida ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo (Código de Processamento Penal, art. 268). A ação penal subsidiária, cabível quando o órgão do Ministério Público não promove a ação pública no prazo legal, também é confiada ao ofendido ou ao seu representante legal (Código Penal, art. 100, parágrafo 3º).

A legitimação, para a assistência e para a ação penal subsidiária de outras pessoas e entidades é demagógica, quando a tendência moderna é a de restringi-la ao Ministério Público, que não se move sob o impulso das paixões e das conveniências políticas.

A tradição brasileira demonstra a reação do Ministério Público no cumprimento do seu principal dever como dominus litis da ação penal, não se justificando a alteração, nesta parte, do Código Penal e do Código de Processo Penal.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.


Deputado UBIRATAN SPINELLI

Emenda nº 237

ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

Suprima-se o artigo 79 do Projeto do Código de Defesa do Consumidor.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O art. 100, do Código Penal, e o artigo 24 e seguintes do Código de Processo Penal regulam a ação penal que é pública, salvo nos casos em que a lei declara privativa do ofendido. A assistência a

é deferida ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo. A ação penal subsidiária, cabível quando o órgão do Ministério Público não promove a ação pública no prazo legal, também é confiada ao ofendido ou ao seu representante legal.

A legitimação para a assistência e para a ação penal subsidiária de outras pessoas e entidades, prevista no art. 79 do Projeto, é demagógica, quando a tendência moderna é restringi-la ao Ministério Público, que não se move sob o impulso de paixões e das conveniências políticas.

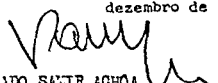
A tradição brasileira demonstra a reação do Ministério Público no cumprimento de seu principal dever como dominus litis da ação penal, não se justificando a alteração, nesta parte, do Código Penal e do C.P.C.

O parágrafo único do referido dispositivo ressuscita o recurso de ofício, que havia no direito processual penal brasileiro em dois casos: na sentença concessiva de habeas-corpus e na absolutoria nos crimes de tráfico de entorpecentes. Esse recurso anômalo está abolido desde 1971, quando a nova Lei de Tóxicos (Lei nº 5 726/71) não o acolheu.

O recurso, sobre ser juridicamente intolerável, ainda mais quando previsto para o despacho de arquivamento do inquérito policial e que só é possível a requerimento do Ministério Público, constituirá mera formalidade que irá sobrecarregar os tribunais com tarefa inútil.

Não é possível que haja desconfiança na Magistratura de Primeiro Grau e no Ministério Público, única razão que justificaria o aludido recurso.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.


DEPUTADO SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 238

Emenda supressiva do artigo 79 e seu parágrafo do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Bisprime-se o artigo 79 e seu parágrafo único.

Justificativa

O Código Penal (art. 100) e o de Processo Penal (arts. 24 e segs.), regulam a ação penal que é pública, salvo nos casos em que a lei declara privativa do ofendido. A assistência é deferida ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo (Código de Processo Penal, art. 268). A ação penal subsidiária, cabível quando o órgão do Ministério Público não promove a ação pública no prazo legal, também é confluída ao ofendido ou ao seu representante legal (Código Penal, art. 100, parágrafo 3o.).

A legitimação para a assistência e para a ação penal subsidiária de outras pessoas e entidades é demagógica, quando a tendência moderna é a de restringi-la ao Ministério Público, que não se move sob o impulso das paixões e das conveniências políticas.

A tradição brasileira demonstra a exação do Ministério Público no cumprimento do seu principal dever como dominus litis da ação penal, não se justificando a alteração, nesta parte, do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Quanto ao parágrafo único, ressuscita o projeto o recurso de ofício, que havia no direito processual penal brasileiro em dois casos: na sentença concessiva de habeas corpus e na absolutória nos crimes de tráfico de tóxicos (Lei n.º 1.521, de 26/12/51). Esse recurso anômalo está abolido do sistema do nosso direito processual penal desde 1971, quando uma nova Lei de Tóxicos (Lei n.º 5.726, de 29/10/71) não o acolheu.

O recurso, sobre ser juridicamente intolerável, ainda mais quando previsto para o despacho de arquivamento do inquérito policial, o que só é possível a requerimento do Ministério Público, constituirá mera formalidade que irá sobrecarregar os tribunais de tarefa inútil.

No caso, a única justificativa que se apresentou nas discussões a que alude o relatório da Comissão Mista foi a desconfiança, totalmente decabida, na Magistratura de primeira grau e, agora, também, no Ministério Público. É essa desconfiança que se quer institucionalizar em crimes de menor gravidade enquanto ela não existe em outros muito mais graves, quando estão em jogo bens jurídicos de maior revelância como a vida, o patrimônio, a fé pública, a liberdade sexual, cada vez mais frequentemente violados.

Por último, convém lembrar, até mesmo em face do inciso LV do artigo 5o. da vigente Constituição, a tese sustentada e aprovada no 1o. Congresso de Alcoolismo e Drogas - Londrina - Paraná - 1975:

"O recurso ex officio é inconstitucional, porque fere frontalmente o princípio inserto no parágrafo 16o. do art. 153 da Emenda Constitucional n.º 1, que

reza: "A instrução criminal será contraditória...". Ora, a contrariedade propõe a existência de partes. E Juiz não é parte. Juiz não tem interesse. Interposto o recurso o réu passaria a ter dois adversários - o Juiz e o Ministério Público (que oficiaria na 2o. instância) e não teria direito a oferecer contra-razões ao recurso de ofício."

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcanti
Deputada Sandra Cavalcanti

EMENDA Nº 239

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se o item III do artigo 81.

Justificativa

Na lição de Hely Lopes Meirelles, no seu já clássico Direito Administrativo Brasileiro (12ª edição), a Administração é o instrumento de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do Governo. Isso não quer dizer que a Administração não tenha poder de decisão. Tem. Mas tem somente na área de suas atribuições e nos limites legais de sua competência executiva (...) sem, qualquer faculdade de opção política sobre a matéria (pág. 39). E mais adiante: "os órgãos não tem personalidade jurídica nem vontade própria, que são atributos do corpo e não das partes". (págs. 42 e 43).

Ao classificar os órgãos, o professor Hely o faz em diversas categorias uma das quais, os órgãos subalternos, que são todos aqueles que se acham hierarquizados a órgãos mais elevados, com reduzido poder decisório e predominância de rotina, tarefas de formalização de atos administrativos, cumprimento de decisões superiores e primeiras soluções em casos individuais...

Assim, entidade - sendo estatais: União, Estados Membros, os Municípios e o Distrito Federal - e "pessoa jurídica, pública ou privada; e órgãos é elemento despersonalizado, incumbido da realização das atividades da entidade a que pertencem"... (pág. 40).

Portanto, mister se faz a supressão do inciso, para que se adeque à melhor doutrina, e não subverta radicalmente os pressupostos da administração pública, internacionalmente reconhecidos.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

Deputado UIRATAN SPINELLI

EMENDA Nº 240

EMENDA MODIFICATIVA

Ao Substitutivo do Relator ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se no inciso III do art. 81 a expressão "ainda que sem personalidade jurídica" pela expressão "com personalidade jurídica", passando o texto a ter a seguinte redação:

"III - As entidades e órgãos da administração pública direta e indireta, com personalidade jurídica, especificamente destinados a defesa dos interesses e direitos protegidos por esta lei.

JUSTIFICATIVA

Na lição de Hely Lopes Meirelles, no seu já clássico Direito Administrativo Brasileiro (12ª edição), a Administração é o instrumento de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do Governo. Isso não quer dizer que a Administração não tenha poder de decisão. Tem. Mas o tem somente na área de suas atribuições e nos limites legais de sua competência executiva (...), sem, qualquer faculdade de opção política sobre a matéria" (pág. 39). E mais adiante: "os órgãos não têm personalidade jurídica nem vontade própria, que são atributos do corpo e não das partes" (págs. 42 e 43).

Ao classificar os órgãos, o professor Hely o faz em diversas categorias, uma das quais os órgãos subalternos, que "são todos aqueles que se acham hierarquizados a órgãos mais elevados, com reduzido poder decisório e predominância de atribuição de execução. Destinam-se à realização de serviços de rotina, tarefas de formalização de atos administrativos, cumprimento de decisões superiores e primeiras soluções em casos individuais..."

Assim, entidade - sendo estatal: União, Estados Membros, os Municípios e o Distrito Federal - é "pessoa jurídica, pública ou privada; e órgão é elemento despersonalizado, incumbido da realização das atividades da entidade a que pertencem..." (pág. 40).

Portanto, mister se faz a alteração da redação do inciso, para que se adeque à melhor doutrina, e não subverta radicalmente os pressupostos da administração pública, internacionalmente reconhecidos.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 241/89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O § 3º, DO ART. 83.

JUSTIFICATIVA

Consideramos temerário possibilitar ao Consumidor, antecipadamente, a possibilidade de ele obter tutela judicial de forma liminar. A concessão de uma liminar, não raro, ganha foros de fato consumado, o que importará, por vezes, na irreversibilidade de uma situação, em detrimento injusto de interesse de produtores e fornecedores.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

Arnaldo Prieto
Deputado ARNALDO PRIETO

EMENDAS Nº 242 EMENDA SUPRESSIVA

AO Substitutivo do Relator ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se do parágrafo 4º do art. 83 a expressão "independentemente de pedido do autor".

Justificativa

Dispensado, à cominação da multa, de pedido, o projeto viola os artigos 294, 459 e 460 do Código de Processo Civil que são decorrentes do princípio da inércia da jurisdição Civil.

Especificamente, na ação de preceito cominatório é obrigatória a referência na inicial da cominação da pena pecuniária. (CP.C. art. 287).

A sentença que concedesse a multa nos termos do Projeto seria nula ou a sanção seria inevitavelmente cassada, nos termos da jurisprudência indiscutível dos tribunais, pois iudex de procedat ex officio.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 243/89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMA-SE O ART. 84.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a SUPRESSÃO ante a força excessiva compreendida no dispositivo arguido (art. 84), ao pretender abranger pessoas físicas de direito privado, quando o Mandado de Segurança (do qual se originou a citada ação mandamental) é de ser impetrado em favor de órgãos públicos.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

Arnaldo Prieto
DEPUTADO ARNALDO PRIETO

Emenda nº 244
ao PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, elaborado pela Comissão Mista do congresso Nacional..

Do Deputado Samir Achôa.

Artigo 85 - Suprima-se ao Artigo 85.

J U S T I F I C A T I V A

Esse dispositivo invade a economia de pessoas físicas e de pessoas jurídicas de direito privado. Há, na origem do dispositivo, nítida vinculação as práticas dos regimes autoritários da Itália e da Alemanha na década de 30.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.



Deputado SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 245

EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A ELABORAR O PROJETO DO CÓDIGO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

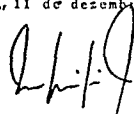
Suprima-se o art. 85, assim redigido:

"Art. 85" - Aplica-se habeas-data à tutela dos direitos e interesses dos consumidores, ainda que o arquivo ou banco de dados pertença a pessoas ou entidades de direito público.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O habeas-data, como já se frisou, é instituto constitucional criado para proteger o cidadão contra o arbítrio estatal. Supõe, como sujeito passivo, entidade pública. Não é possível aplicá-lo, portanto, mesmo por lei, a relações puramente de direito privado.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.



DEPUTADO JOÃO AGRIPINO

Emenda nº 246,
ao PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA
DO CONSUMIDOR, elaborado pela
Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Deputado Samir Achôa

Suprima-se o artigo 87 do Projeto de Código de Defesa do Consumidor.

J U S T I F I C A Ç Ã O

O texto do art. 87 do projeto configura disposição absolutamente incomprensível -

vel, que produz exatamente uma ampliação do conteúdo do processo originário.

A expressão: "facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos", impõe-se a indagação: que autos? Prosseguimento do quê, se o autor da ação só pode satisfazer sua pretensão regressiva através de outro processo!

Por tudo isso, forçoso é concluir-se que o melhor é suprimir o dispositivo em questão, permitindo-se a incidência dos bons princípios do Código de Processo Civil no que concerne à intervenção de terceiros no processo.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.



DEPUTADO SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 247

EMENDA SUPRESSIVA

Ao Substitutivo do Relator ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se do art. 87 a expressão "vedada a denunciação da lide".

Justificativa

O dispositivo que pretende suprimir representa uma limitação intolerável ao direito de defesa. Vedando-se a denunciação da lide estará aberto campo para o cometimento de iniquidades, além de contrariar diversos princípios processuais, como o da economia processual, sendo obrigatória a denunciação pelo artigo 70 do CPC, sob pena de não haver direito de regresso.

Necessária, portanto, a sua exclusão.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.



Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 248

Ao Projeto de Código de Defesa do Consumidor, elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

Do Sr. Samir Achôa

Suprima-se o parágrafo único, do art. 87, do Projeto de Código de Defesa do Consumidor.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único, do art. 97, agride, violentamente, o sistema jurídico de direito material e processual, em sede de responsabilidade civil. Em liquidação de sentença não se prova nem o dano nem o nexo de causalidade. Estes elementos, pressupostos necessários à responsabilização do agente do fato, constituem conteúdo necessário do processo de conhecimento, onde a responsabilidade é fixada (o an debeatur). Não pode haver responsabilização (portanto, condenação) sem a prova da relação de causalidade e do dano. O que pode constituir objeto da liquidação é exclusivamente o quantum debeatur, apurável pelas várias formas de liquidação consagradas no Código de Processo Civil, cuja restrição, no projeto, até conspira contra o próprio consumidor vencedor no processo de cognição.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.


 DEP. SAMIR ACHÔA

EMENDA Nº 249/89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO JOACI GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA SUPRESSIVA

SUPRIMAM-SE OS INCISOS I E II, DO ART. 101.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a SUPRESSÃO do Inciso I, em coerência com a ~~nova~~ sugestão dada ao inciso VIII, do art. 69, antes citado.

Justifica-se a SUPRESSÃO do Inciso II, porque é da tradição jurídica que as ações fundadas em direito pessoal e real sobre bens móveis sejam propostas no domicílio do réu. Sendo imóveis, é competente o foro da situação da coisa (arts. 94 e seguintes, do nosso Código de Processo Civil). Mudar a regra do jogo significaria tirar, ainda mais, o direito consagrado em defesa do réu.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.


 Deputado ARNALDO PRIETO

EMENDA Nº 250

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: inciso II do Art. 101

NATUREZA DA EMENDA: SUPRESSIVA


Suprima-se o inciso II do artigo 101.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso II do art. 101 subverte a relação jurídica do direito material entre segurador e segurado, tornando aquele devedor solidário relativamente ao credor, quando entre ambos não há relação jurídica alguma. Isso decorre da circunstância de a Lei tratar a matéria como chamamento ao processo e não denúnciação à lide, que seria o caso.

Com a supressão do inciso, incidirão as boas normas do Código de Processo Civil, assegurando-se o direito regressivo do segurado contra o segurador pela denúnciação à lide (CPC, art. 70, III).

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989


 Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 251

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

DISPOSITIVO ALTERADO: Art. 102 - § 2


NATUREZA DA EMENDA: SUPRESSIVA

Suprima-se o § 2 do artigo 102 renumerando-se o seguinte.

JUSTIFICAÇÃO

Como se vê contém ele regra procedimental solta no espaço. Aliás, a Lei não sistematiza procedimento ou procedimentos, até porque estão eles disciplinados exaustivamente no Código de Processo Civil.

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989


 Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 252

"EMENDA OFERECIDA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A ELABORAR O 'PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR'"

Suprima-se o art. 103, no qual se manda estender os efeitos de decisão judicial a quem não integrou o processo, nele não tendo, portanto, a possibilidade de defender-se.

JUSTIFICAÇÃO

A simples enunciação do objeto do art. 103 revela a sua inadmissibilidade, por isso que contraria frontalmente o postulado de que ninguém pode ser condenado sem que seja ouvido e possa defender-se. Estabelece a Carta Política em vigor, art. 59, inciso LXV, que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Essa regra se aplica tanto em matéria penal como em matéria civil, visto como tutela assim a liberdade

individual como o direito de propriedade. Desse modo, a prescrição não anada no art. 103, mandando que os efeitos da sentença se estendam a quem não figurou na relação processual, viola a cláusula constitucional que estipula, para que se legitime sentença com danatória, a observância do devido processo legal, do qual faz parte o chamamento do réu a juízo, para que possa defender-se da imputação que lhe haja sido feita.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 1989.


DEPUTADO JOÃO AGRIPIÑO

EMENDA Nº 253

AO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DISPOSITIVO ALTERADO - Art. 103, item I e III

NATUREZA DA EMENDA - MODIFICATIVA

Dê-se aos itens I e III do art. 103, a seguinte redação:

"I - erga omnes, com eficácia restrita aos legitimados ativos em sentido material, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 80."

"III- erga omnes, com eficácia restrita aos legitimados ativos em sentido material, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores na hipótese do inciso III do parágrafo único art.80."

JUSTIFICATIVA

É indispensável explicitar os efeitos subjetivos da coisa julgada, evitando que eles possam ser invocados por quem no plano do direito material, não tenha direito, pretensão e ação

SALA DAS COMISSÕES, em 07 de dezembro de 1989


Senador ROBERTO CAMPOS

EMENDA Nº 254

EMENDA MODIFICATIVA
(PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)

Dê-se ao art. 122 a seguinte redação:

"Art. 122 - Este Código entrará em vigor um ano após publicação, revogadas as disposições em contrário."

JUSTIFICATIVA

A dilação de prazo para o início de vigência do presente projeto, enquanto lei, justifica-se essencialmente pela natureza das regras jurídicas que contém, com a evolução, de forma incisiva, das relações de consumo, quer se considere o produtor, o fornecedor ou o consumidor.

A idéia precípua é, pois, de adaptação da sociedade brasileira como um todo, envolvidos seus segmentos e seus cidadãos. Além disto, os conceitos de defesa do consumidor, com substanciados no projeto de codificação, a par de se constituir em lei, compõe um perfil normativo de caráter cultural que deverá ser, de modo paulatino, assimilado pela Nação.

Este quadro faz com que se necessite da conscientização da existência desta legislação, de modo que se veja gradualmente incorporada pelo comportamento do homem médio brasileiro.

Enfim, um ano é o tempo mínimo para que a consciência nacional assimile o aperfeiçoamento das relações de consumo que se pretende, minimizando-se, assim, efeitos imprevisíveis de um imediatismo da aplicação da lei.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.


Senador GOMES CARVALHO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.149, DE 1988

Institui o Código de Defesa do Consumidor, e dá outras providências.

EMENDA Nº 255

Acrescente-se, onde couber, no Capítulo IV do Título I do Substitutivo ao Código de Defesa do Consumidor o seguinte artigo:

"Art. As lâmpadas elétricas só poderão ser comercializadas com uma garantia mínima de 1 (um) ano de duração, expressa na embalagem e na lâmpada com informações sobre o uso correto, a voltagem e os Watts, compatíveis com as diversas regiões".

JUSTIFICATIVA

As lâmpadas elétricas fabricadas no Brasil têm apresentado curta duração, muitas vezes por manuseio inadequado ou com voltagem imprópria para determinada região.

Para evitar prejuízos ao consumidor, é que estamos propondo a presente emenda.

Sala da Comissão, em 07 de dezembro de 1989.


Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.149, DE 1988

Institui o Código de Defesa do Consumidor, e dá outras providências.

EMENDA Nº 256

Acrescente-se, onde couber, na Seção I do Capítulo IV do Título I do Substitutivo ao Código de Defesa do Consumidor um artigo do seguinte teor:

"Art. É proibida a fabricação e a comercialização de qualquer material escolar, brinquedos, vestuários e calçados com componentes odoríferos ou tóxicos".

JUSTIFICAÇÃO

Diversos produtos têm apresentado componentes químicos de qualidade duvidosa, provocando alergia ou outras agrêsões à saúde do consumidor e outras são capazes de induzir o usuário à sua inspiração.

Viaando solucionar problemas dessa natureza é que estamos apresentando a presente emenda.

Sala da Comissão, em 07 de dezembro de 1989.

Maria de Lourdes Abadia
Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.149, de 1988, que institui o Código de Defesa do Consumidor, e dá outras providências.

EMENDA Nº 257

Inclua-se, onde couber, no Capítulo IV do Título I do Substitutivo ao Código de Defesa do Consumidor o seguinte artigo:

"Art. Os veículos automotores destinados ao consumidor brasileiro deverão oferecer os mesmos padrões de qualidade dos destinados à exportação".

JUSTIFICAÇÃO

Os veículos fabricados no Brasil deixam muito a desejar quanto à qualidade, inclusive em relação à segurança.

Para atender ao mercado externo, as montadoras acrescentam centenas de itens exigidos pelos importadores, o que lhes dá vantagens que não são oferecidas ao consumidor brasileiro.

Com a finalidade de sanar essa injustiça, é que estamos propondo a presente emenda.

Sala da Comissão, em 07 de dezembro de 1989.

Maria de Lourdes Abadia
Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.149, DE 1988

Institui o Código de Defesa do Consumidor, e dá outras providências.

EMENDA Nº 258

Inclua-se, onde couber, na Seção I do Capítulo IV do Título I do Substitutivo ao Código de Defesa do Consumidor o seguinte artigo:

"Art. Os fornecedores de veículos automotores deverão dotá-los no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação desta lei, de equipamento destinado a eliminar os resíduos poluentes expelidos pela descarga".

JUSTIFICAÇÃO

A poluição ambiental, nas principais cidades do País, particularmente devido aos altos índices de monóxido de carbono e outros resíduos poluentes expelidos pelos veículos automotores, vem atingindo níveis quase insuportáveis, prejudicando sensivelmente a saúde dos indivíduos.

Preocupada com essas consequências é que apresentamos a presente emenda.

Sala da Comissão, em 07 de dezembro de 1989.

Maria de Lourdes Abadia
Deputada MARIA DE LOURDES ABADIA

EMENDA Nº 259

Emenda supressiva ao Título II do P.C.C.M., que dispõe sobre a proteção e defesa do consumidor.

Suprima-se integralmente o Título II do projeto apresentado.

Justificativa

Considerando que o Código de Defesa do Consumidor é, basicamente, uma lei que disciplinará as relações de direito privado que envolvem fornecedores e consumidores, não é de boa técnica fazê-lo sede de crimes e de penas que se possam definir nesse setor do relacionamento humano. No Brasil, o exemplo de leis complexas, envolvendo direito civil ou comercial, administrativo e penal não é nada estimulante a novas tentativas (v.g. Lei de Falência, antigo Código de Propriedade Industrial).

Talvez fosse aconselhável a formulação de uma lei especial, definindo e punindo crimes contra a economia popular e contra o consumidor, segundo a ponderação de NILO BATISTA, nos seguintes termos:

"Por último, parece-nos mais prudente a não inclusão das infrações penais no texto deste Código de Defesa do Consumidor, reservando-se a matéria para ser tratada, posteriormente, por uma Lei Criminal de Economia Popular e Defesa do Consumidor que atualizasse os

dispositivos da atual Lei de Economia Popular, elaborada no início da década de cinquenta (Lei n.º 1521, de 26/12/51) e incorporasse os novos delitos contra o consumidor."

A oportunidade para essa tarefa surgiu com o encaminhamento ao Congresso Nacional da Mensagem n.º 179 do Sr. Presidente da República, com o objetivo declarado de dispor sobre crimes contra a economia popular e dispensar efetiva tutela penal ao interesse geral dos consumidores.

Esse projeto, devidamente melhorado, poderá converter-se em excelente lei penal e processual penal, livrando o código de direito privado de matéria estranha ao seu objeto.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Sandra Cavalcanti
Deputada Sandra Cavalcante

EMENDAS Nº 260

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Substitua-se integralmente o Título II pelo seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Título II - DAS PENAS

Art. 60 - Sem prejuízo do disposto no Código Penal e em leis especiais, as infrações às normas de defesa do consumidor ficam sujeitas às seguintes sanções:

- (A) multa
- (B) perda de bens
- (C) prestação social alternativa

Parágrafo 1º - A lei regulará a individualização e a aplicação progressiva das penas inerentes às relações de consumo.

Parágrafo 2º - As penas só poderão ser aplicadas após o trânsito em julgado de sentença final condenatória do acusado."

JUSTIFICATIVA

As infrações às relações de consumo lá tipificadas já têm penalidades previstas no capítulo que trata das sanções administrativas. Além disso, a moderna tendência do Direito Penal é pela substituição das penas de detenção e reclusão de direitos e de multa.

Por outro lado, a repressão aos abusos cometidos contra o consumidor deve ser feita através da legislação penal já existente. (Lei 1521- Crimes contra econ. popular).

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 261

EMENDA SUPRESSIVA

Ao substitutivo do Relator ao projeto de Código de Defesa do Consumidor, da Comissão Mista.

Suprima-se integralmente o Título II

JUSTIFICATIVA

Considerando que o Código de Defesa do Consumidor é, basicamente, uma lei que disciplinará as relações de direito privado que envolvem fornecedores e consumidores, não é boa técnica fazê-lo sede de crimes e penas que se possam definir nesse setor do relacionamento humano. No Brasil, o exemplo de leis complexas, envolvendo direito civil ou comercial, administrativo e penal, não é nada estimulante a novas tentativas (v.g. Lei de falências, antigo Código de Propriedade Industrial).

Talvez fosse aconselhável a formulação de uma lei especial, definindo e punindo crimes contra a economia popular e contra o consumidor, segundo a ponderação de NILO BATISTA, nos seguintes termos:

"Por último, parece-nos mais prudente a não inclusão das infrações penais no texto deste Código de Defesa do Consumidor, reservando-se a matéria para ser tratada, posteriormente, por uma Lei Criminal de Economia Popular e Defesa do Consumidor que atualizasse os dispositivos da atual Lei de Economia Popular, elaborada no início da década de cinquenta (Lei nº 1521 de 26.Dez.51) e incorporasse os novos delitos contra o consumidor."

A oportunidade para essa tarefa surgiu com o encaminhamento ao Congresso Nacional da Mensagem nº 179 do Sr. Presidente da República, com o objetivo declarado de dispor sobre crimes contra a economia popular e dispensar efetiva tutela penal ao interesse geral dos consumidores.

Esse projeto, devidamente melhorado, poderá converter-se em excelente lei penal e processual penal, livrando o código de direito privado de matéria estranha ao seu objeto.

Sala das Comissões em 07 de dezembro de 1989.

Odacir Soares
Senador Odacir Soares

EMENDA Nº 262/89

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO DE CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO RELATOR DEPUTADO ODACIR GÔES, APRESENTADO À COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL.

EMENDA MODIFICATIVA

MODIFIQUE-SE O TÍTULO DA SEÇÃO IV, DO CAPÍTULO IV, COMO SE SE GUE:

SEÇÃO IV

DA PRESCRIÇÃO

JUSTIFICATIVA

Como o Código Civil Brasileiro, ao se reportar aos vícios redibitórios, invoca a PRESCRIÇÃO e não a Decadência, deve-se manter, no dispositivo ora arguido, a expressão então Codificada, qual seja a da PRESCRIÇÃO.

Sala das Comissões em 11 de dezembro de 1989.

Dep. Arnaldo Prieto

EMENDA Nº 263

"Ao Projeto do Código de Defesa do Consumidor elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional."

(Do Sr. Samir Achoa)

Inclua-se no Projeto, onde couber, o dispositivo seguinte:

"Art.... A convenção do condomínio deverá conter determinação no sentido de que, em qualquer tipo de votação, os votos sejam proporcionais ao número de proprietários ou titulares dos direitos respectivos e não ao número de unidades residenciais."

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem objetivo que, com toda certeza, agradará à grande maioria dos condôminos, neste País, principalmente aos proprietários de apartamentos com serviço de hotelaria ("flat service").

Na conformidade da legislação vigente, nas mais variadas votações os votos são sempre proporcionais ao número de unidades, no que se refere a condomínio. Assim, os proprietários, promitentes compradores, cessionários ou promitentes cessionários, terão tantos votos quantas forem as unidades que possuem.

Dessa forma, as decisões são tomadas sempre em benefício do proprietário ou titular de direitos de aquisição que possua mais da metade das unidades, em detrimento dos demais. Não raro, apenas um ou dois proprietários podem convocar assembleias aprovando arbitrariamente medidas de seu exclusivo interesse. Tal critério, adotado pela lei que dispõe sobre condomínio em edificações e incorporações imobiliárias, tem demonstrado, na prática, ser profundamente injusto.

Dada a razão da presente Emenda, no sentido de que, em qualquer votação, os votos sejam proporcionais ao número de proprietários ou titulares de direitos.

A justiça de que se reveste a providência ora preconizada dá a certeza de que nossos ilustres colegas não lhe negarão o necessário apoio.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

SAMIR ACHOA

EMENDA Nº 264

ao Projeto do Código de Defesa do Consumidor, elaborada pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

(Do Sr. Samir Achoa)

Inclua-se no TÍTULO II (DAS INFRAÇÕES PENAIS) do Projeto o dispositivo seguinte:

"Art.... Autorizarem as autoridades competentes a exportação de produtos de primeira necessidade que façam falta ao consumo interno."

Pena - Detenção de um ano e multa.

JUSTIFICAÇÃO

Constantemente vários produtos de primeira necessidade estão em falta no mercado interno e são exportados para outros países. A simples alegação dos exportadores e das autoridades competentes de que essas exportações decorrem de contratos assinados com os importadores não têm o condão de justificar o não suprimento do mercado interno. É inato o que se faz com povo brasileiro. A penalização das autoridades responsáveis é a melhor forma de se coibir semelhante estado de coisas.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1989.

SAMIR ACHOA

EMENDA Nº 265

ao Projeto do Código de Defesa do Consumidor elaborado pela Comissão Mista do Congresso Nacional."

(Do Sr. Samir Achoa)

Inclua-se no Título II - DAS INFRAÇÕES PENAIS - o dispositivo seguinte:

"Art. Exigir do condômino o pagamento de contribuição exorbitante das reais necessidades do condomínio para a conservação, higiene e segurança do prédio respectivo. .

Pena - Detenção de seis meses a dois anos e multa.

JUSTIFICAÇÃO

A cada dia mais se repetem os abusos contra condôminos no que se refere à exigência de pagamento de contribuição para despesas do condomínio. É assim que, não raro, a chamada taxa de condomínio excede o próprio pago por inquilinos. Casos como esse tornam-se mais graves em edifícios ocupados, em grande maioria por inquilinos, onde um pequeno grupo de proprietários de unidades residenciais formam uma verdadeira "societas aculearis" para administrar o condomínio, decidindo, em Assembléias, de maneira arbitrária, quanto ao valor da contribuição, que não corresponde estritamente às necessidades reais de conservação, higiene e segurança do prédio condominial, mas que visam à valorização do imóvel, fraudando, dessa forma, inequivocamente, os objetivos da lei e até mesmo da própria Convenção.

Não é admissível que tal prática prevaleça, especialmente quando se trata da adulteração de orçamentos por parte de administradores ou síndicos, sem a mínima viabilidade de penalização.

Em verdade, no Código Penal já existe cobertura genérica para fato dessa natureza, que está inscrito na figura do estelionato (art.171). Todavia, acreditamos que a edição de norma específica melhor servirá aos desígnios da prevenção e da repressão penal.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1-989.

SAMIR ACHOA

EMENDA Nº 266

ao Projeto do Código de Defesa do Consumidor, elaborada pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

(Do Sr. Samir Achoa)

Inclua-se no Capítulo VI, Seção I, do Título I do Projeto, onde couber, o dispositivo seguinte:

"Art. ... As empresas que exploram a administração de Planos de Saúde ou de Previdência Privada e de Consórcio de bens duráveis deverão, sob pena de nulidade, submeter os modelos de seus contratos com os associados, previamente, ao Ministério da Fazenda, onde haverá uma Comissão para examiná-los, com vista à aprovação ou desaprovação.

Parágrafo único. A Comissão será composta de três membros designados pelo Ministro, com mandato de dois anos, competindo-lhe formular exigências às empresas requerentes quanto a alterações dos termos contratuais."

JUSTIFICAÇÃO

A atividade de empresas como as previstas na Emenda está a exigir uma fiscalização mais eficiente das autoridades responsáveis. Não raro ocorrem casos de abusos, em detrimento do consumidor, especialmente quando se trata de pessoas inexperientes ou com pouco discernimento. E, em geral, quando isso acontece, o abuso acaba se transformando em fato consumado, uma vez que a parte prejudicada, de tanto bater em portas oficiais sem ser atendida em sua reclamação, no final das contas desiste de buscar a proteção do seu direito.

Impõe-se que o legislador institua o controle prévio de contratações em semelhantes ramos de atividade comercial, capaz de conjurar a lesão de direitos do consumidor. É o que propomos na presente Emenda.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1-989.

SAMIR ACHOA

EMENDA Nº 267

ao Projeto do Código de Defesa do Consumidor, elaborada pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

(Do Sr. Samir Achoa)

Inclua-se no Capítulo II do Título I, do Projeto, onde couber, o dispositivo seguinte:

"Art.... É proibida a exportação de produtos de primeira necessidade, desde que resulte em falta no mercado interno.

Parágrafo único. A comprovação da falta ou de possibilidade desta poderá ser feita por qualquer dos órgãos e entidades previstos no art. 81, mediante representação às autoridades competentes."

JUSTIFICAÇÃO

O País não pode continuar exportando produtos que faltam no mercado interno. Compreende-se a necessidade da exportação, tendo em vista colher divisas no exterior, mas não em detrimento do consumidor brasileiro, e a falta de produtos de primeira necessidade.

É preciso dar um basta nesse estado de coisas: exportar para pagar a dívida externa e privar o povo do indispensável abastecimento. Tal a nossa intenção ao oferecer a presente emenda.

SALA DAS COMISSÕES, EM 11 DE DEZEMBRO DE 1989.

SAMIR ACHOA

SUMÁRIO

1 — ATA DA 121ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1989**1.1 — ABERTURA****1.2 — EXPEDIENTE****1.2.1 — Discursos do Expediente**

DEPUTADO ELIAS MURAD — Distribuição de seringas descartáveis estéreis aos usuários de drogas injetáveis pelas Prefeituras de Santos e de São Paulo.

DEPUTADO SILVIO ABREU — Elevação dos índices de violência e criminalidade nas grandes cidades.

DEPUTADO ADROALDO STRECK — Emenda de sua autoria estendendo aos servidores da SUDESUL vantagens preconizadas pela Medida Provisória nº 123/89, que restabelece gratificações e complementação salarial a título de diferença individual a servidores do Poder Executivo.

DEPUTADO CÉSAR MAIA — Combate à inflação no próximo Governo.

DEPUTADO FELIPE MENDES — Projeto de Lei nº 85/89-CN, que destina recursos para o Ministério da Agricultura. Trabalho da Bancada do Piauí no aperfeiçoamento do projeto de lei orçamentária para o próximo exercício.

DEPUTADA IRMA PASSONI Medida Provisória nº 109/89, que fixa o valor do soldo dos postos de Coronel PM da Polícia Militar e Coronel BM, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

DEPUTADO LYSÂNEAS MACIEL — Carta dos trabalhadores da Mafersa, denunciando a situação pré-falimentar da empresa.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Ação da "Mercedes-Benz" para combater a emissão de gases dos motores a diesel.

DEPUTADO DORETO CAMPANARI — Comportamento do eleitorado brasileiro.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — Seminário sobre o carvão nacional, promovido pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO NEUTO DE CONTO — Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, elaborado pela Prefeitura Municipal de Piratuba — SC.

DEPUTADO JORGE UEQUED — Aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei de sua autoria que regula a menta o seguro-desemprego.

DEPUTADO NELTON FRIEDRICH — Tratamento discriminatório do Governo do Paraná aos professores daquele Estado.

1.3 — ORDEM DO DIA**1.3.1 — Requerimento**

— Nº 411/89-CN, de inversão da pauta para apreciação dos itens 1º, 30 e 5 como antepenúltimo, penúltimo e último lugares respectivamente. *Aprovado.*

1.3.2 — Ordem do Dia (continuação)

— Medida Provisória nº 109/89, que fixa

o valor do soldo dos postos de Coronel PM da Polícia Militar e Coronel BM, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. *Aprovada* nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 40/89, oferecido em parecer proferido pelo Sr. Francisco Carneiro. À sanção.

— Medida Provisória nº 112/89, que cria Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. *Aprovada.* À promulgação.

— Medida Provisória nº 116/89, que dispõe sobre o valor das multas por infração à legislação sanitária, altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e dá outras providências. *Aprovada.* À promulgação.

— Medida Provisória nº 119/89, que autoriza a cessão em comodato do grupo turbogerador à República Cooperativista da Guiana e dá outras providências. *Aprovada.* À promulgação.

— Medida Provisória nº 120/89, que autoriza a abertura de crédito extraordinário, em favor da Secretaria Geral do Ministério do Interior, no valor de NCz\$ 15.000.000,00 para as situações que especifica. *Aprovada*, após parecer favorável proferido pelo Sr. José Tavares. À promulgação.

— Medida Provisória nº 121/89, que dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências. *Aprovada*, após parecer favorável proferido pelo Sr. Etevaldo Nogueira, tendo usado a palavra os Srs. Farabulini Júnior, Lysâneas Maciel e Eliel Rodrigues. À Comissão Mista para a redação final.

— Redação final transformando a Medida Provisória nº 121/89, apreciada anteriormente, em Projeto de Lei de Conversão nº 41/89. *Aprovada.* À sanção.

— Medida Provisória nº 122/89, que dispõe sobre as operações de crédito com recursos orçamentários e de fundos e programas de fomento sob administração do Ministério da Fazenda e dá outras providências. *Aprovada*, após parecer favorável proferido pelo Sr. César Maia, tendo usado a palavra a Sra. Irma Passoni. À promulgação.

— Medida Provisória nº 123/89, que reajusta os vencimentos, salários, soldos, proventos e demais retribuições do Poder Executivo, na administração direta, nas autarquias, inclusive as em regime especial, nas fundações públicas e nos extintos Territórios, e dá outras providências. *Aprovada*, após parecer favorável, proferido pelo Sr. Arnaldo Prieto. À promulgação.

— Medida Provisória nº 124/89, que faculta a utilização nos exercícios seguintes, do remanescente de autorizações para operações de créditos. *Aprovada*, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº

42, de 1989, oferecido pelo Relator Sr. César Maia, nesta oportunidade. À sanção.

— Redação final do Projeto de Lei nº 58/89-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União o crédito adicional no valor de NCz\$ 136.600.000,00. *Aprovada.* À sanção.

— Projeto de Lei nº 49/89-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União o crédito suplementar no valor de NCz\$ 200.000.000,00. *Aprovado.* À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei nº 49/89-CN, apreciado anteriormente. *Aprovado.* À sanção.

— Projeto de Lei nº 60/89-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de NCz\$ 8.255.807,00, em favor de encargos financeiros da União — recursos sobre supervisão do Ministério da Fazenda, para os fins que especifica. *Aprovado.* À sanção.

— Projeto de Lei nº 68/89-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, créditos suplementares até o limite de NCz\$ 562.477.000,00. *Aprovado.* À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei nº 68/89-CN, anunciado anteriormente. *Aprovado.* À sanção.

— Projeto de Lei nº 71/89-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 2.303.798,00 para os fins que especifica. *Aprovado.* À sanção.

— Projeto de Lei nº 73/89-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 6.128.835,00, para os fins que especifica. *Aprovado*, após parecer favorável proferido pelo Sr. Genebaldo Correia. À sanção.

— Projeto de Lei nº 74/89-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28.735.088,00, para os fins que especifica. *Aprovado.* À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei nº 74/89-CN, apreciada anteriormente. *Aprovado.* À sanção.

Projeto de Lei nº 76, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares até o limite de NCz\$ 130.627.068,00, para os fins que especifica. *Aprovado.* À sanção.

Projeto de Lei nº 77, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Agricultura, crédito suplementar de NCz\$ 4.029.334,00, para os fins que especifica. *Aprovado.* À sanção.

Projeto de Lei nº 79, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes crédito especial até o limite de NCz\$ 7.681.898,00, para os fins que especifica. *Aprovado*. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei nº 79/89-CN, apreciado anteriormente. *Aprovada*. À sanção.

Projeto de Lei nº 81, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 23.000.000,00, para os fins que especifica. *Aprovado*. À sanção.

Projeto de Lei nº 82, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 510.685.904,00, para os fins que especifica. *Aprovado*. À sanção.

Projeto de Lei nº 83, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura crédito suplementar no valor de NCz\$ 22.341.744,00, para os fins que especifica. *Aprovado*. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei nº 83/89-CN, apreciado anteriormente. *Aprovada*. À sanção.

Projeto de Lei nº 84, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 186.001.017,00, para os fins que especifica. *Aprovado*. À sanção.

Projeto de Lei nº 85, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 647.800.000,00, para os fins que especifica. *Aprovado*. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei nº 85/89-CN, apreciado anteriormente. *Aprovada*. À sanção.

Projeto de Lei nº 86, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 9.377.942.606,00, para os fins que especifica. *Aprovado*, nos termos do substitutivo oferecido pelo Relator Sr. José Geraldo, nesta oportunidade. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei nº 86/89-CN, apreciado anteriormente. *Aprovada*. À sanção.

Projeto de Lei nº 88, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares, até o limite de NCz\$ 6.000.000,00, para os fins que especifica. *Aprovado*, após parecer favorável proferido pelo Sr. Basílio Villani. À sanção.

Projeto de Lei nº 92, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial até o limite de NCz\$ 15.958.214,00, para os fins que especifica. *Aprovado*, após parecer favorável, proferido pelo Sr. José Jorge. À sanção.

Projeto de Lei nº 94, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 1.671.475.732,00, para os fins que especifica. *Aprovado*, após parecer favorável proferido pelo Sr. Levy Dias. À sanção.

Projeto de Lei nº 95, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de NCz\$ 161.091.111,00, para os fins que especifica. *Aprovado*, após parecer favorável, proferido pelo Sr. Marcos Lima. À sanção.

Projeto de Lei nº 96, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 22.190.141,00. *Aprovado*, após parecer favorável, proferido pelo Sr. Darcy Deitos. À sanção.

Projeto de Lei nº 97, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 216.215.654,00. *Aprovado*, após parecer favorável, proferido pelo Sr. João Carlos Bacelar. À sanção.

Projeto de Lei nº 102, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 1.545.244,00, para os fins que especifica. *Aprovado*, após parecer favorável, proferido pelo Sr. Marcos Lima. À sanção.

Projeto de Lei nº 103, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 77.687.275,00, e dá outras providências. *Aprovado*, após parecer favorável, proferido pelo Sr. José Dutra. À sanção.

Projeto de Lei nº 104, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 314.889.973,00, para os fins que especifica. *Aprovado*, após parecer favorável, proferido pelo Sr. Victor Fontana. À sanção.

Projeto de Lei nº 105, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 67.249.720.500,00, para atender despesas com o serviço da dívida de diversos órgãos, e dá outras providências. *Aprovado*, nos termos do parecer do relator Sr. Nyder Barbosa, proferido nesta oportunidade. À Comissão Mista de Orçamento para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei nº 105/89-CN, apreciado anteriormente. *Aprovada*. À sanção.

Projeto de Lei nº 93, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, créditos suplementares até o limite de NCz\$ 771.413.995,00, para os fins que especifica. *Aprovado*, após parecer favorável, proferido pelo Sr. Gercy Dias. À sanção.

Medida Provisória nº 118, de 5 de dezembro de 1989, que estende às medidas cautelares o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964. *Aprovado*, após parecer favorável proferido pelo Sr. Nelson Gibson, tendo usado da palavra o Sr. Farabulini Júnior.

Projeto de Lei de Conversão nº 39, de 1989 (apresentado em Plenário pelo Senador Meira Filho), que dispõe sobre a prisão temporária. (Medida Provisória nº 111/89). *Aprovado*, com alterações sugeridas pelo Sr. José Tavares. À Comissão Mista para redação final.

— Redação final do Projeto de Lei nº 39/89, apreciado anteriormente. *Aprovada*. À sanção.

1.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 121ª SESSÃO, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência do Sr. Iram Saraiva

ÀS 10 HORAS, ACAHM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Aluizio Bezerra — Nabor Júnior — Carlos De'Carli — Olavo Pires — Jarbas Passarinho

— Carlos Patrocínio — Antonio Luiz Maya — Alexandre Costa — Edison Lobão — Hugo Napoleão — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Marcondes Gadelha — Divaldo Suruagy — Lourival Baptista — Jutahy Maga-

lhães — Ruy Bacelar — Gerson Camata — João Calmon — Nelson Carneiro — Hugo Gontijo — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Marcos Mendonça — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior

— Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Mendes Canale — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Gomes Carvalho — Silvio Name — Dirceu Carneiro.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Francisco Diógenes — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Rubem Branquinho — PL.

Amazonas

Eunice Michiles — PFL; Ézio Ferreira — PFL; José Dutra — PMDB; José Fernandes — PDT.

Rondônia

Arnaldo Martins — PSDB; Assis Canuto — PL; José Guedes — PSDB; Moisés Bennesby — PMDB; Raquel Cândido — PDT; Rita Furtado — PFL.

Pará

Aloysio Chaves — PFL; Amílcar Moreira — PMDB; Benedicto Monteiro — PTB; Eliel Rodrigues — PMDB; Fausto Fernandes — PMDB; Gabriel Guerreiro — PSDB; Mário Martins — PMDB.

Tocantins

Alziro Gomes — PFL; Ary Valadão — PDS; Paulo Mourão — PDC; Paulo Sidnei — PMDB.

Maranhão

Albérico Filho — PDC; Antonio Gaspar — PMDB; Cid Carvalho — PMDB; Edivaldo Holanda — PCN; Enoc Vieira — PFL; José Teixeira — PFL; Vieira da Silva — PDS.

Piauí

Átila Lira — PFL; Felipe Mendes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Mussa Demeis — PFL; Myriam Portella — PDS; Paes Landim — PFL.

Ceará

Bezerra de Melo — PMDB; Etevaldo Nogueira — PFL; Expedito Machado — PMDB; Firmo de Castro — PMDB; Furtado Leite — PFL; Gidel Dantas — PDC; Haroldo Sanford — PMDB; José Lins — PFL; Luiz Marques — PFL; Moema São Thiago — PSDB; Moysés Pimentel — PDT; Os mundo Rebouças — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Raimundo Bezerra — PMDB; Ubiratan Aguiar — PMDB.

Rio Grande do Norte

Henrique Eduardo Alves — PMDB; Marcos Formiga — PL.

Paraíba

Agassiz Almeida — PMDB; Edivaldo Motta — PMDB; Edme Tavares — PFL; Evaldo Gonçalves — PFL; Francisco Rolim — PSC; João da Mata — PSDB.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PSDB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Horácio Ferraz — PSDB; Inocência Oliveira — PFL; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Tinoco — PFL; Nilson Gibson — PMDB; Salatiel Carvalho — PFL; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL; Antonio Ferreira — PFL; José Costa — PSDB; Vinicius Cansanção — PFL.

Sergipe

Acival Gomes — PSDB; Cleonânio Fonseca — PFL; José Queiroz — PFL; Lauro Maia — PFL; Leopoldo Souza — PMDB; Messias Góis — PFL.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PL; Ângelo Magalhães — PFL; Celso Dourado — PMDB; Eraldo Tinoco — PFL; França Teixeira — PMDB; Francisco Benjamim — PFL; Genebaldo Correia — PMDB; João Alves — PFL; João Carlos Bacelar — PMDB; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PMDB; Manoel Castro — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PMDB; Waldeck Ornêlas — PFL.

Espírito Santo

Jones Santos Neves — PL; Lezio Sathler — PSDB; Nelson Aguiar — PDT; Nyder Barbosa — PMDB; Rita Camata — PMDB; Rose de Freitas — PSDB; Stélio Dias — PFL.

Rio de Janeiro

Adolfo Oliveira — PL; Amaral Netto — PDS; Anna Maria Rattes — PSDB; Artur da Távola — PSDB; César Maia — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PL; Doutel de Andrade — PDT; Ernani Boldrim — PMDB; Lysâneas Maciel — PDT; Márcio Braga — PMDB; Messias Soares — PMDB; Osmar Leitão — PFL; Roberto Augusto — PL; Sandra Cavalcanti — PFL; Vivaldo Barbosa — PDT.

Minas Gerais

Álvaro Antônio — PMDB; Alysson Paulinelli — PFL; Carlos Mosconi — PSDB; Chico Humberto — PDT; Christóvam Chiaradia — PFL; Dálton Canabrava — PMDB; Elias Murad — PSDB; Genésio Bernardino — PMDB; Hélio Costa — PRN; Humberto Souto — PFL; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Israel Pinheiro — PMDB; João Paulo — PT; José da Conceição — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mauro Campos — PSDB; Melo Freire — PMDB; Mello Reis — PDS; Milton Reis — ; Octávio Elísio — PSDB; Paulo Almada — PMDB; Raimundo Rezende — PMDB; Rosa Prata — PMDB; Saulo Coelho — PFL; Sérgio Werneck — PMDB; Sílvio Abreu — PDT; Ziza Valadares — PSDB.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — PRP; Antônio Perosa — PSDB; Arisitides Cunha — PSC; Bete Mendes — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Delfim Netto — PDS; Doretto Campanari — PMDB; Fábio Feldmann — PSDB; Farabulini Júnior — PTB; Fausto Rocha — PRN; Fernando Gasparian — PMDB; Florestan Fernandes — PT; Francisco Amaral — PMDB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; Jayme Paliarin — PTB; João Cunha — PST; João Rezek — PMDB; José Carlos Grecco — PSDB; José Egreja — PTB; José Maria Eymael — PDC; Maluly Neto — PFL; Manoel Moreira — PMDB; Michel Temmer — PMDB; Nelson Seixas — PDT; Robson Marinho — PSDB; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Tito Costa — PMDB.

Goiás

Délio Braz — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Luiz Soyer — PMDB; Maguito Vilela — PMDB; Mauro Miranda — PMDB; Naphtali Alves de Souza — PMDB; Pedro Canedo — PFL; Roberto Balestra — PDC.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Francisco Carneiro — PMDB; Geraldo Campos — PSDB; Jofran Frejat — PFL; Maria de Lourdes Abadia — PSDB; Valmir Campelo — PTB.

Mato Grosso

Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — PFL; Osvaldo Sobrinho — PTB; Rodrigues Palma — PTB; Ubiratan Spinelli — PLP.

Mato Grosso do Sul

José Elias — PTB; Levy Dias — PFL; Juarez Marques Batista — PSDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Saulo Queiroz — PSDB.

Paraná

Airton Cordeiro — PFL; Alarico Abib — PMDB; Alcení Guerra — PFL; Antônio Ueno — PFL; Basílio Villani — PRN; Borges da Silveira — PDC; Darcy Deitos — PSDB; Dionísio Dal Prá — PFL; Ervin Bonkoski — PTB; Hélio Duque — PMDB; Jacy Scanagatta — PFL; José Tavares — PMDB; Jovanni Masini — PMDB; Mauricio Fruet — PMDB; Mauricio Nasser — PMDB; Max Rosenmann — PL; Nelson Friedrich — PSDB; Nílso Sguarezi — PMDB; Paulo Pimentel — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Sérgio Spada — PMDB; Tadeu França — PDT; Waldyr Pugliesi — PMDB.

Santa Catarina

Alexandre Puzyna — PMDB; Antônio Carlos Konder Reis — PDS; Eduardo Moreira — PMDB; Geovah Amarante — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Neuto de Conto — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Ruberval Pilotto — PDS; Valdir Colatto — PMDB; Victor Fontana — PFL.

Rio Grande do Sul

Adroaldo Streck — PSDB; Adyson Motta — PDS; Arnaldo Prieto — PFL; Carlos Cardinal — PDT; Darcy Pozza — PDS; Erico Pegoraro — PFL; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zanetti — PSDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Ivo Lech — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PTB; Jorge Uequed — PSDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Luis Roberto Ponte — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Rospide Netto — PMDB; Ruy Nedel — PMDB; Telmo Kirst — PDS; Vicente Bogo — PSDB; Victor Facioni — PDS.

Amapá

Annibal Barcellos — PFL.

Roraima

Alcides Lima — PFL; Marluce Pinto — PTB; Ottomar Pinto — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — As listas de presença acusam o comparecimento de 39 Srs. Senadores e 270 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Congressista Elias Murad.

O SR. ELIAS MURAD (PSDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não sabemos se, pelo estigma que envolve o problema ou se por receio, nenhum presidencialível tocou um dos mais graves problemas desta última década do século XX: o problema da droga.

Uma pesquisa feita recentemente por especialistas da Universidade de São Paulo, entre estudantes universitários e secundários, mostrou que eles consideram o abuso de drogas como a segunda ameaça à atual geração de jovens, sendo a primeira o desemprego.

Agora, quando as Prefeituras de Santos e de São Paulo resolvem distribuir seringas descartáveis, estéreis, aos usuários de drogas injetáveis, achamos que chegou o momento de os dois candidatos à Presidência da República trazerem a sua palavra dentro deste problema que está preocupando toda a Humanidade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, houve uma época em que se dizia: "Nem tudo que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil". Concordo com isso, porque acho que cada país tem suas características e cada povo, a sua individualidade. É verdade que há pontos comuns nessa "aldeia global" que é o mundo nos dias de hoje, mas isto não é o usual. Não é comum. Não é regra.

No caso do Brasil, a coisa adquire características especiais pela inclinação do nosso povo à imitação, aliás uma característica não só nossa, mas até, de modo geral, dos países subdesenvolvidos. Agora, quando as Prefeituras de Santos e da Capital do Estado, São

Paulo resolvem distribuir, gratuitamente, seringas descartáveis, estéreis, aos usuários de drogas, a fim de prevenir a propagação do vírus da AIDS que, como se sabe, pode acontecer quando se usam seringas e/ou agulhas contaminadas, o que por sinal é frequente nesse grupo de risco, que é o segundo entre os aidéticos, verifica-se que estamos imitando alguns países desenvolvidos.

Convém salientar que, no caso de Santos, a situação é dramática porque, ultimamente, os usuários de drogas, nessa cidade paulista, ultrapassam os homossexuais, passando a ocupar o primeiro lugar como grupo de risco da AIDS (43%). Na capital, São Paulo, o seu número também tem crescido muito. Chego mesmo a afirmar que, a continuar tal situação, dentro em breve, os usuários de drogas injetáveis vão constituir o primeiro grupo de risco entre os aidéticos do mundo inteiro.

Isso deverá acontecer por várias razões: os homossexuais, apesar do seu problema, são mais receptivos às exortações educativas; recebem melhor as mensagens, principalmente aquelas ligadas aos cuidados de higiene no relacionamento sexual e o combate à promiscuidade. Isto é menos provável com os usuários de drogas injetáveis, porque, geralmente, são dependentes físicos e/ou já com uma enorme compulsão pela droga; geralmente, não conseguem ficar sem usá-la e tudo fazem para obtê-la porque podem até sofrer fisicamente, na sua falta (síndrome da abstinência). Assim, podem cometer crimes a fim de conseguí-la: roubos, agressões e assassinatos. É, o que é extremamente grave no caso, a prostituição. Muitos se prostituem a fim de obter recursos para adquirir a droga. É evidente que isso aumenta os riscos de contágio.

Há também que considerar, em alguns usuários, o ritual da chamada subcultura da droga, onde o uso é feito em grupos, empregando-se, muitas vezes, uma só seringa e uma só agulha, que passa de um a outro, às vezes com restos de sangue, que também costuma servir para diluir a droga. Se um deles é portador do vírus da AIDS, a contaminação do grupo ocorre fatalmente. Isto tudo sem falar que várias dessas drogas afetam o cérebro do indivíduo, às vezes diminuindo o raciocínio, a inteligência, a coordenação das idéias, a crítica da consciência etc. É lógico que um indivíduo, em tais condições, tem menor capacidade de receber e aplicar as medidas profiláticas recomendadas pelas autoridades sanitárias. Assim sendo, se os usuários de drogas não são ainda os primeiros entre os grupos de risco da AIDS — ou de "comportamento de risco", como querem alguns — eles estão, por certo, em primeiro lugar na *situação de risco*.

Destarte, em princípio, compreende-se que se possa pensar na distribuição gratuita de seringas e agulhas descartáveis, estéreis, a fim de se prevenir a contaminação. Além disso, há o argumento de que países altamente desenvolvidos como a Suíça, por exemplo, já fazem tal distribuição. Será que aquilo que é bom para a Suíça é bom também para o Brasil? Nem sempre.

No caso particular da distribuição de seringas e agulhas, não se deve esquecer que tal tipo de material é adquirido na Suíça, com exigência de receita médica, o que dificulta a sua aquisição por um usuário de drogas, por exemplo. Isto não acontece no Brasil, onde qualquer pessoa — qualquer uma — pode facilmente comprar seringas e agulhas descartáveis, estéreis, em qualquer farmácia, a qualquer momento, sem receita alguma. E o preço é também razoavelmente acessível. Ora, pergunta-se: um usuário que tem dinheiro para comprar drogas caras no contrabando — cocaína, por exemplo — será que não o tem para comprar as cartelas de seringas? Duvidamos que não.

Além disso — o que é mais grave — uma pergunta que preocupa a todos nós que trabalhamos principalmente na área da prevenção: até onde a distribuição gratuita de seringas e agulhas descartáveis, estéreis, não estaria colaborando — senão estimulando — o uso de drogas e a manutenção da dependência?

Um dos fatores mais importantes de que dispomos para pressionar os usuários e convencê-los a procurar tratamento e recuperação é exatamente falar-lhes sobre os riscos que correm de contaminação de várias doenças — inclusive a AIDS — quando persistem no uso. Agora, eles podem responder que não há tal receio, uma vez que podem usar seringas descartáveis estéreis fornecidas pelas próprias autoridades.

Além disso, convém lembrar que, na Suíça, as autoridades sanitárias trocam as seringas e agulhas, isto é, para cada cartela descartável que fornecem, exigem que o usuário lhes entregue a cartela usada. Pelo que sei, isto não está ocorrendo nem em Santos, tampouco em São Paulo. Quem garante que as seringas doadas antes não serão usadas por outrem, se elas não são recolhidas?

Pelo que se vê, apesar das boas intenções das Prefeituras de Santos e de São Paulo, a simples distribuição gratuita de seringas estéreis, descartáveis, por certo não irá contribuir muito para diminuir os riscos de contaminação pela AIDS. Pode, talvez, até colaborar para a maior difusão do uso de drogas injetáveis.

Em síntese, é um assunto polemico, extremamente complexo, que necessita, que exige maiores estudos. Temos que ter muito cuidado na imitação de outrem. As vezes, temos melhores soluções do que os alienígenas. Que tal, por exemplo, divulgar aos usuários que eles podem ter acesso às seringas estéreis, descartáveis, em locais próprios onde especialistas estarão a sua disposição para ajudá-los, orientá-los e apoiá-los para tratamento e recuperação? E não simplesmente sair por aí, distribuindo, gratuitamente, seringas e agulhas. Isto pode até mesmo dar ibope na mídia, mas é uma atitude simplista e perigosa e que necessita de maiores estudos e pesquisas. Que tal, pelo menos uma vez na vida, deixar que os países desenvolvidos sirvam de cobaias nesse ensaio e, depois de seus resultados, tomar nossa decisão? Pela primeira vez, na história, pelo que sei tal fato ocorrera. O que seria,

um avanço, sem dúvida alguma, por que eles iriam sentir, na própria pele, aquilo que muitas vezes nos têm impostos. servir de caça, ao invés de caçador. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Sílvio Abreu

O SR. SÍLVIO ABREU (PDT — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, queremos, hoje, abordar um assunto que tem ocupado os primeiros lugares no elenco de preocupações e ansiedades da sociedade brasileira e motivado alguns acalorados debates nesta Casa. Trata-se da elevação dos índices de violência e criminalidade, que estão tornando a questão de segurança pública, nas nossas grandes cidades, um problema de magnitude suficientemente expressiva a ponto de colocar em xeque a própria autoridade do Estado e sua capacidade de garantir um mínimo de ordem e tranquilidade aos cidadãos.

A modernização, o progresso e a sofisticação da vida humana em sociedade não foram, aparentemente, capazes de eliminar esta dimensão do homem — a perpetração de atos deletérios e destrutivos contra seu semelhante — nem mesmo naqueles lugares e momentos históricos em que todas as condicionantes favoráveis a esse fim estavam basicamente presentes; ao contrário, algumas características do *modus vivendi* peculiar das megalópoles hodiernas parecem orientadas num sentido inverso, qual seja o do recrudescimento dos conflitos e a intensificação do apelo a soluções violentas.

A impessoalidade das relações cotidianas, o acirramento da competição econômica na luta pela sobrevivência, o ritmo acelerado de vida, o estresse, etc. são fatores que, indubitavelmente, fomentam os estados psicológicos receptivos às atitudes violentas.

Exemplo incontestável dessa afirmação é a agressividade no trânsito, responsável por 35 em cada 100 mortes violentas no Rio de Janeiro, para citar apenas uma das nossas sinistras estatísticas nesse ramo.

Todavia, num País como o Brasil, a questão da criminalidade assume proporções e complexidade inauditas, não comportando nenhuma abordagem simplista ou reducionista.

Qualquer leitura descuidada, pelas páginas policiais dos grandes jornais, revelará que, no Brasil de hoje se mata por tudo e em todos os níveis sociais, deixando a violência de ser um fenômeno algo patológico, típico de segmentos marginalizados da sociedade, para assumir feição geral, quase banalizada.

Há crimes passionais, crimes fúteis, crimes econômicos, violência doméstica, crime organizado, crimes fortuitos e crimes desesperados.

Há a violência espalhafatosa das chacinas e sequestros e a violência surda e muda perpetrada contra crianças, deficientes e idosos.

Há o crime do indivíduo contra a sociedade — o terrorismo, o banditismo e a quadrilha — e o crime da sociedade contra o indivíduo

— a deseducação, o desemprego, a miséria

Se quisermos empreender uma abordagem séria e pertinente do problema, capaz de, ao final, apontar alguma solução plausível, é preciso, primeiro, vencer o dogmatismo preconceituoso de algumas posições ideologicamente arraigadas no nosso íntimo — por exemplo, a imagem do delinquente associada sempre a determinado grupo étnico ou econômico — e atentarmos para alguns elementos novos que estão a dar contornos diferentes a essa questão nos últimos anos.

Com relação à primeira posição, alguns dogmas têm sido contestados por estudos recentes. O primeiro deles é o que vincula, direta e unicamente, a criminalidade à questão social.

Ninguém, em sã consciência, irá negar que a falta de condições elementares à sobrevivência se constitua causa e estímulo da criminalidade.

Não obstante, estudo recente do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro demonstrou que houve períodos de declínio da criminalidade no Rio e em São Paulo, nos picos da crise econômica, associados ao aumento da eficiência da ação punitiva do Estado vale dizer, fatores outros como a capacidade repressora do Poder Público e a efetiva punição dos delinquentes devem ser considerados.

Em se tratando de injunções novas no problema da criminalidade, vale destacar, para fins de análise, o crescimento e a sofisticação do crime organizado, inclusive a ação de grupos de extermínio, especialmente vinculados ao contrabando e ao narcotráfico, ambos com evidentes conexões internacionais.

Feitas essas observações preliminares, um breve panorama da violência urbana, no Brasil, servirá para nos dar um vislumbre das reais proporções do problema.

As taxas de homicídio, nas grandes cidades brasileiras, crescem, ano a ano, acima da expansão demográfica.

Segundo dados da Divisão de Epidemiologia do Ministério da Saúde, de 1982 a 1986, houve um aumento médio de 36 por cento nas mortes por homicídio, subindo de 16 para 22 mil o número de brasileiros assassinados anualmente.

São Paulo registra uma média de 400 assassinatos por mês, além de 4 mil assaltos a mão armada e 10 mil furtos e roubos diversos.

A televisão mostrou, recentemente, cenas de bandos de punhistas agindo ostensivamente, à luz do dia, nas principais ruas da Capital paulista, que já e, hoje, considerada a quarta cidade mais violenta do mundo.

Os números relativos ao crime do Rio de Janeiro são apenas comparáveis aos de uma guerra civil; somente em abril deste ano, foram registrados quase 500 homicídios no Grande Rio, 121 dos quais entre os dias 5 e 11, numa média macabra de quase um assassinato por hora; entre março de 1987 e fevereiro de 1989, foram registradas mais 220 000 ocorrências policiais nas Delegacias do Rio, o que significa a incidência de um crime a dois minutos.

O Estado tem como agravante, além da elevada concentração de pobres e miseráveis nos morros e favelas, a disputa entre quadrilhas e traficantes, altamente organizados e fortemente armados, que respondem por cerca de 40% dos crimes registrados.

O uso de armas pesadas, privativas das Forças Armadas, e o virtual controle de bairros inteiros, neutralizando a própria ação da Polícia, têm sido acontecimentos frequentes na cidade.

Nas outras capitais brasileiras, guardadas as devidas proporções, a situação também não é nada invejável.

Em Salvador, Capital do Estado mais populoso do Nordeste, ocorrem, em média, dois assassinatos por dia.

No Maranhão, os números iniciais do ano apontam para um crescimento da ordem de 200% das incidências de homicídios em relação aos anos anteriores.

Estatística idêntica é verificada no Piauí, onde apenas nos primeiros três meses do ano foram registradas 108 mortes, número idêntico ao total do ano passado.

No Amazonas, a criminalidade e a corrupção generalizada dos quadros da Polícia levaram o Governo estadual a uma atitude dramática: extinguir a corporação e tentar reorganizar a milícia a partir de um novo começo.

A criminalidade, no Brasil, esta não apenas se expandindo, como revelam os exemplos mencionados, que poderiam incluir praticamente qualquer grande cidade do País, como também se tornando mais sangrenta e feroz.

Crescem os números de crimes cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, como homicídios, latrocínios, chacinas e especialmente sequestros.

Várias famílias brasileiras passaram, nas últimas semanas, por dias de aflição e agonia provocadas pela ação de grupos audaciosos e profissionalizados, cujas vítimas favoritas são as crianças e os jovens — jovens e crianças que, aliás, têm tristemente liderado as estatísticas de mortes violentas no País.

Pesquisa recente realizada pela Fundação Seade revela que, entre os jovens do sexo masculino, a taxa de homicídio praticamente triplicou entre 1970 e 1984, fazendo com que a mortalidade masculina passasse a ser 15 vezes maior do que a feminina.

Quarenta e um por cento das pessoas assassinadas, em São Paulo, são homens entre 20 e 29 anos de idade, ou seja, no vigor de sua idade produtiva.

Embora não haja números precisos a respeito, sabe-se que é extremamente elevada, no Brasil, a incidência da chamada violência doméstica, especialmente contra crianças e adolescentes, vítimas de maus tratos, espancamentos e abusos sexuais perpetrados dentro do próprio lar.

De acordo com dossiê preparado pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, entidade que tem apoio da Unicef, das Nações Unidas, publicado recentemente pela *Folha de S. Paulo*, nada menos do que 82 mortes de crianças e adolescentes, entre janeiro e junho do ano em curso, são atribuídas a grupos

de extermínio, tipo "Esquadrão da Morte", número superior ao total de assassinatos registrados em todo o ano passado.

Todos esses dados, referidos assim em conjunto, mesmo sem uma análise mais profunda de cada um deles, nos fornecem os contornos precisos de um problema não apenas sério, mas que se está configurando numa questão de Estado.

O grau de organização, de poder de fogo e de ascendência de alguns grupos criminosos sobre as comunidades em que se inserem, nos obrigam a reflexões mais profundas.

Antropólogos dedicados ao estudo do banditismo urbano desenvolveram a teoria da "ausência do Estado", segundo a qual, no vácuo das responsabilidades omitidas pelo Estado — saúde, educação, transportes, saneamento, segurança pública — pequenas quadrilhas organizadas, principalmente ligadas ao tráfico de drogas, conseguem controlar grandes comunidades, seja pela prática do clientelismo, pelo auxílio financeiro ou pela intimidação.

Isso explica, por exemplo, a repulsa que esses grupos têm a Polícia, que para eles representa a ponta-de-lança contundente de uma ordem social injusta: o Estado somente sobe o morro armado, atrando a esmo e disseminando violência, jamais para oferecer escola, saúde ou segurança pública.

Assistimos, há poucos dias, a mais uma insurreição de uma dessas comunidades, motivada pela morte de um jovem durante uma batida policial.

Outro fator que coloca em xeque a atuação dos Poderes Públicos é a perda da força intimidatória do Estado, provocada por pelo menos duas condicionantes: a impunidade e o desespero.

Em São Paulo, por exemplo, estima-se que, de cada mil crimes, apenas uma seja efetivamente punido; os demais, por motivos que vão da falta de aparelhamento policial à ausência de uma política racional de execuções penais, passando por filigranas jurídico-processuais e pela falta de vagas nos presídios, simplesmente não experimentam qualquer ação punitiva.

Com as probabilidades todas a seu favor, o agente criminoso sente-se encorajado pela impunidade de uma agressão para perpetrar outra e mais outra, gerando um efeito multiplicador dentro da sociedade.

O outro fator que suprime a força preventiva intimidatória do aparato repressor do Estado, como dissemos, é o desespero.

O homem faminto, desempregado, vítima de discriminações e preconceitos, golpeado constantemente na luta cruel pela sobrevivência, não teme o Estado repressor porque muito mais temível e sua própria condição de vida.

Quando não se tem mais nada a perder, quando todo bem nos tem sido negado, o que resta senão lutar pela própria sobrevivência como um animal, determinado-se pela "lei das selvas"?

O próprio Direito Penal reconhece essa des-criminante, embora não nessa formulação so-

cial, no instituto do estado de necessidade, quando o agente sacrifica direito alheio para preservar o próprio, diante de ameaça por ele não motivada.

Nesse mapeamento superficial da violência urbana, no Brasil, que tentamos traçar, um tópico especial deve ser dedicado a atuação das Polícias civis e militares.

No rescaldo da profunda crise econômica e ética que se abate sobre o País, pululam escândalos e denúncias envolvendo policiais, agentes e delegados, até mesmo da polícia Federal, em práticas de corrupção, de violência e de envolvimento com o crime organizado.

Mesmo abstraindo-se fatos pessoais isolados, condutas individuais que não podem ser objetos de generalizações, é forçoso encarar o fato de que, com uma polícia mal paga, desorganizada, desprofissionalizada e desorientada, não poderemos coibir bandidos que a superam em todos esses itens e, às vezes, até mesmo em armamento e treinamento.

O colapso do nosso sistema policial tem feito com que, de um lado, se abandonem as práticas preventivas e, de outro, se fomente a escalada de violência e a ação de organizações paramilitares.

Como consequência, a Polícia de São Paulo, por exemplo, apontada como uma das mais violentas do mundo — 250 bandidos mortos em 1982, contra 500 em todos os Estados Unidos, no mesmo ano — nem por isso é mais eficiente.

Paralelamente à atuação da polícia, deve ser considerado o seu entrosamento com o Poder Judiciário.

E preciso acabar com o velho refrão "polícia prende, juiz solta", que desmoraliza a ambos perante a opinião pública.

Com os novos preceitos constitucionais de garantia dos direitos individuais e disciplinamento do poder repressor da polícia, impõe-se melhor entendimento com os Juízos Criminais para que os delinquentes não se beneficiem com eventuais desencontros técnicos desses órgãos.

Finalmente, poderíamos completar essa síndrome da violência e da criminalidade, nas grandes cidades brasileiras, mencionando a notória falência, tanto material quanto conceitual, do sistema carcerário brasileiro — falência essa, aliás, que tem sua raiz, talvez, no fracasso de outras instituições que deveriam atuar preventivamente na coibição do crime, notadamente aquelas que se dedicam aos menores infratores.

Cerca de 21% da população carcerária do Rio de Janeiro passaram por esses estabelecimentos, que não conseguiram removê-los de seguir a senda do crime.

Os motins, rebeliões e fugas, em massa, dos presídios têm sido frequentes motivos de inquietação e desassossego da população.

O descrédito generalizado na capacidade dessas instituições de recuperar os delinquentes, tem levado boa parte da sociedade a questionar sua necessidade, aventando soluções mais drásticas e desumanas, provavelmente menos eficientes ainda.

Delineados os contornos gerais da violência urbana no Brasil, queremos, agora, empreender um esforço analítico abrangente para apontarmos algumas das prováveis causas desse fenômeno e, a seguir, linhas possíveis de ações políticas aptas a solucioná-lo ou, pelo menos, reduzi-lo a dimensões mais compatíveis com a vida em sociedade.

Dentre as causas, correndo o risco da falácia reducionista a que nos referimos no início, apontamos quatro fatores, ou melhor, conjunto de fatores, já que cada um encerra uma gama variada de desdobramentos e implicações.

— a concentração de grandes contingentes populacionais vivendo em situação de miséria ou estrita pobreza;

— as desigualdades e injustiças sociais, que fazem com que a pobreza deixe de ser encarada como uma fatalidade e passe a ser sentida como uma agressão da sociedade contra segmentos marginalizados;

— a impunidade em todos os níveis, como o superproduto da ineficiência do aparato repressor do Estado ou de suas práticas corrompidas;

— a omissão do Estado que abandona parte significativa da população a própria sorte, sonogando-lhe serviços essenciais como educação, saúde, segurança etc.

Enquanto que as duas primeiras condicionantes só poderão ser consistentemente minoradas a partir de reestruturações sociais profundas, que devem, evidentemente, ser de imediato iniciadas, principalmente, no que tange à educação e ao emprego, as duas últimas podem ser eficientemente atacadas por políticas de curto e médio prazos.

Poderíamos começar por uma completa revisão de nosso sistema policial, reaparelhando-o, informatizando-o, profissionalizando-o e, acima de tudo, criando uma nova consciência dentro e fora das corporações acerca de sua função social.

Maior ênfase deveria ser dada às práticas preventivas, como o policiamento ostensivo e a criação de canais ágeis de comunicação entre a polícia e a população.

Também o Poder Judiciário merece um reforço institucional e até mesmo funcional, uma vez que deveria atuar mais intensamente, através das Varas de execuções penais.

Embora signatário das Regras Mínimas das Nações Unidas para tratamento dos presos, o Brasil apenas engatinha nessa matéria, tornando suas penitenciárias um fardo social extremamente pesado, improdutivo e incentivador da criminalidade malgrado os esforços já desenvolvidos em sentido contrário.

Nossa Lei de Execução Penal não se coaduna com nossa realidade político-econômica.

É preciso compreender que o investimento num sistema penitenciário moderno, auto-sustentável, que possibilite, de fato a reeducação e recuperação dos detentos, produzirá, com certeza, bons frutos para a sociedade, não apenas reprimindo eficientemente o crime, mas, principalmente, devolvendo ao seu convívio indivíduos produtivos.

Um princípio básico, por exemplo, inserido em nossa Constituição que, se cumprido, revalorizaria nosso sistema carcerário e reduziria, em muito, a reincidência criminal, é o que estabelece que a pena deve ser cumprida em estabelecimentos distintivos, de acordo com a natureza do detido, idade e o sexo do apenado.

Nossas prisões colocam, na mesma cela superlotada e às vezes insalubre, o preso primário, possivelmente vítima de um acontecimento fortuito, facilmente recuperável, e o agente reincidente, perigoso e pernicioso, por falta de estabelecimentos capazes de adotar os diversos regimes prisionais - aberto, semia-aberto, fechado, de segurança máxima.

Outra regra Básica de recuperação, frequentemente violada, é o respeito à integridade física e moral dos detentos.

Se a própria autoridade pública não demonstrar, pelo exemplo, o grau de civilidade que deve reger os relacionamentos sociais, como isso exigir de quem nunca teve, família, professor ou protetor?

Durante o período em que fomos Secretário do Interior e Justiça em Minas Gerais, nos Governos Tancredo Neves e Hélio Garcia, vivenciamos a exequibilidade de uma política penitenciária racional, voltada ao interesse da sociedade e resguardadora da dignidade humana, tendo sido necessário, para isso, apenas determinação administrativa e recursos suficientes, a ponto de, no aludido período, as velhas penitenciárias terem sido transformadas em Centros de Reeducação.

Paralelamente a essa reformulação institucional, é preciso que os Governos de todos os níveis dediquem mais atenção a esses grandes contingentes populacionais que se concentram nas periferias das grandes cidades, oferecendo-lhes aqueles serviços essenciais que lhes garantam condições mínimas de vida.

O favelado, o miserável, o desempregado, o retrante são todos cidadãos brasileiros, iguais em direitos e obrigações diante dos demais e do Estado.

Da visão distorcida que os governantes têm desses grupos é que decorre parcela ponderável da negligência para com seus legítimos direitos - também eles são mandatários do poder - e, via de consequência, sua inevitável reação violenta.

Mais do que nos perdermos em sutilezas dialéticas, ponderando qual a parcela de culpa imputável ao indivíduo e qual à sociedade, o que cumpre é a adoção de medidas efetivas no combate àquelas realidades sócio-institucionais que formam o caldo de cultura propício à proliferação do crime e da violência.

Nesse esforço, estamos todos, necessariamente, incluídos, já que a ninguém é dado ignorar mazela tão letal e virulenta, sob pena de acabar se tornando sua próxima vítima.

Eis o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem.) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Adroaldo Streck.

O SR. ADROALDO STRECK (PSDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Medida Provisória nº 123 restabelece o pagamento de gratificações e complementação salarial a título de diferença individual, nominalmente identificada a servidores da Sudeco e da Suframa.

Esse fato, Srs. Congressistas, animou o Deputado Amaury Muller e a mim próprio; e apresentamos emenda sugerindo a extensão, aos servidores da Sudesul, das gratificações e complementações salariais atribuídas aos servidores das demais Superintendências vinculadas ao Ministério do Interior, tendo em vista objetivos de unificação de remuneração desses servidores. Convém que se diga que o Relator, Deputado Francisco Carneiro, acolheu a nossa emenda.

Entretanto, Sr. Presidente, se observa que Lideranças da Casa, em consonância com o Ministério do Planejamento, decidiram não acolher a emenda do Deputado Amaury Muller e minha, e, da mesma forma, uma pretensão dos funcionários da Sudam, alegando que isso, obviamente, ensejaria a possibilidade de outros setores reivindicarem a mesma coisa.

Sr. Presidente, temos aqui uma questão, na qual se verifica que estamos diante de dois pesos e duas medidas: ou bem todos os funcionários vinculados a essa Superintendência recebem essas gratificações ou vantagens, ou não haverá nenhum motivo para continuarem figurando, como ainda figuram nessa Medida nº 130, funcionários da Suframa e da Sudeco. Entendo que devamos examinar aqui as razões e os motivos de funcionários da Sudene ganharem três vezes e meio mais do que funcionários do mesmo nível da Sudesul, ganhando mais do que os da Sudeco e da Sudam, quer dizer, o que se está tentando aqui, através desta Medida Provisória nº 123 é a antiisonomia, com a qual não podemos concordar.

Este é o alerta que deixo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no sentido de que se faça justiça às demais superintendências. Ou, simplesmente, que, nesta Medida Provisória nº 109, desse projeto de lei de conversão, se retirem também, as vantagens que estão sendo dadas aos funcionários da Suframa e da Sudepe.

É este o registro que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista César Maia.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, entendendo que a experiência da Argentina deve servir, e muito, ao nosso próximo Presidente da República.

O Presidente Menem, ao tomar o conjunto das medidas adotadas no seu pacote antinflacionário, acredito que apontou na direção correta.

No entanto, Sr. Presidente, não há política econômica que se resolva apenas em função

do desenho das mesmas. A política econômica, principalmente em relação a um grave quadro inflacionário, pode ser medida, na sua eficiência, em função da sua gestão e intensidade.

O governo argentino falhou duas vezes. Falhou porque apresentou ao Parlamento medidas autorizativas, cuja gestão foi tibia, e, em segundo lugar, pela intensidade dessas medidas.

Se a próxima equipe de Governo vacilar quanto à intensidade da operação que deverá promover na economia, uma operação profunda de caráter fiscal, monetário e cambial, se tiver medo de aplicar uma inflação corretiva, que, certamente elevará os níveis de inflação do mês de março, que já deverão estar, naquele momento, na casa de 70% a 80%, pelo menos o dobro, se vacilar, repito, uma certeza só teremos: a próxima Administração vai perder o primeiro ano de Governo e vai começar tudo de novo em 1991. Para um País que já vive dez anos de recessão e de incertezas, esse ano vai custar tanto quanto custou o ano de 1989.

São estas precauções e esta disposição que me parece deva ter a próxima Administração. Ela não deverá ter cuidado em excesso. O cirurgião, se demonstrar medo ao operar um paciente, poderá até matá-lo. Ele tem que operar com a dureza e intensidade necessária e com a concentração necessária de medidas. Medidas, num primeiro momento, com o objetivo de conquistar uma deflação rápida, medidas, como eu disse, de caráter fiscal, monetário e cambial, que certamente não significarão um piquenique nem um passeio à Disneyworld.

Eram estas as preocupações, Sr. Presidente, que gostaria de registrar na sessão desta manhã. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Felipe Mendes.

O SR. FELIPE MENDES (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na extensa pauta da sessão de hoje, há um projeto de lei que gostaria de destacar, o de nº 85, que aprova recursos para o Ministério da Agricultura, para a conclusão de importantes projetos e obras em praticamente todos os Estados da Federação.

Destacaria, neste projeto, algumas obras no Nordeste ligadas à área de açudagem, de barragem e projetos de irrigação, inclusive no meu Estado. Espero, confiante, que esta sessão possa aprovar o Projeto de Lei nº 85, de 1989.

Já que se trata de Orçamento, Sr. Presidente, gostaria de dizer algumas palavras a respeito do Orçamento de 1990, aprovado ontem pelo Congresso Nacional.

Destaco, em particular, neste momento, o trabalho da Bancada do meu Estado, o Piauí, que, por iniciativa e ação das comissões setoriais, agiu perante a Comissão Mista de Orçamento, junto aos Relatores setoriais, para a

aceitação de emendas, afinal aprovadas para o meu Estado

O Piauí saiu-se muito bem neste Orçamento de 1990, apesar de pairar sobre a Lei de Meios a grande dúvida relativa à crise que o País atravessa e relativa também a mudança de Governo. Espero que a Bancada do meu Estado continue unida e coesa, defendendo os interesses não só do Piauí, como também os interesses do País como um todo, diante, sobretudo, dessa demonstração que demos de unidade na defesa dos interesses do nosso Estado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista João Paulo. (Pausa.)

O nobre Congressista cedeu a sua inscrição à nobre Congressista Irma Passoni.

Tem a palavra a nobre Congressista

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, serei breve.

Interessa-nos votemos logo, pois temos hoje, na pauta, matérias muito importantes.

Gostaria de deixar registrado, aqui, que ontem houve um equívoco no encaminhamento de todos nós, que era suspender a votação dos créditos, mas votar, ainda ontem, a Medida Provisória n° 109

Lamentavelmente, pela não percepção do momento, pedi somente a suspensão dos créditos e foi entendido que seria o todo da pauta. Por isso, hoje, encaminhei à Mesa o pedido de que se vote, em primeiro lugar, a Medida Provisória n° 109, para que possamos fazer justiça aos setores prejudicados do serviço público, e também, aos funcionários dos Tribunais, do Ministério Público, e possamos, com outras emendas da redação, votar, em primeiro lugar, o item II

Era o que gostaria de deixar registrado. Não houve culpa, por assim dizer, de V. Ex.ª na Presidência, ontem. Penso que não houve culpa explícita por parte desta Deputada e por parte dos Líderes. Houve uma confusão momentânea. Há o interesse de que se vote imediatamente a Medida Provisória n° 109

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência agradece a V. Ex.ª e deseja também prestar um esclarecimento.

Tem a Presidência todo o interesse em decidir esta questão. Claro que estamos aqui, no Congresso Nacional, para que as matérias sejam apreciadas, e a Presidência age como arbitro.

Ontem, antes de encerrar os trabalhos, a Presidência teve duas questões a decidir, ao mesmo tempo

A Câmara dos Deputados havia solicitado a esta Presidência a necessidade de se realizar uma sessão, como realmente aconteceu na Câmara dos Deputados. O mesmo aconteceu: estava ao lado do Sr. Senador Iram Saraiva o Presidente do Congresso Nacional, que solicitava, também, uma sessão do Senado. Por esta razão encerramos aquela sessão e temos

certeza de que, agora, no primeiro item da pauta apreciaremos a Medida Provisória n° 109, porque este é o interesse de todos nós. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Francisco Amaral. (Pausa.)

S. Ex.ª não se encontra em Plenário.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Aloisio Vasconcelos. (Pausa.)

V. Ex.ª não se encontra em Plenário

Concedo a palavra ao nobre Congressista Lysâneas Maciel.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, temos em mãos uma carta que nos foi dirigida pelos trabalhadores da Mafersa, das unidades de São Paulo, Contagem e Caçapava, pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, São José dos Campos e Contagem, fazendo uma denúncia de muita gravidade. Cópias desta carta forma dirigidas aos principais bancos do País, como o BNDES, e ao Senhor Presidente da República

O documento está vazado nos seguintes termos:

"MAFERSA, UMA QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA

Nos, funcionários da Mafersa, dirigimo-nos às autoridades e à população para denunciar a dramática situação financeira a que a empresa foi relegada pelo Governo Federal. Após a suspensão de sua privatização em 12 de outubro passado, a Mafersa ainda permanece presa a Leis e Resoluções Federais que a tornam inviável como empresa sólida e rentável. Estas impedem encomendas e financiamentos de seus produtos, seja por instituições governamentais ou particulares.

A empresa encontra-se em situação pré-falimentar, não dispõe de recursos para saldar suas dívidas junto aos fornecedores e neste mês de dezembro seus empregados provavelmente não receberão seus salários e 13.ª. Concomitantemente, a população anda dependurada para ir ao trabalho, e em nossos pátios temos mais de uma centena de ônibus genuinamente nacionais; os burocratas preferem importar trens, enquanto nossas máquinas e trabalhadores estão parados por falta de encomendas.

A Mafersa é viável e rentável economicamente sim (que o diga o BNDES).

Reconhecida internacionalmente por sua capacidade tecnológica (é só perguntar a clientes europeus, americanos e asiáticos). Atualmente a Mafersa ganhou uma concorrência em Virgínia (28 carros), mais ou menos 25 milhões de dólares. Diante da insistência negativa do Governo Federal em viabilizar estes acordos, nós, funcionários, não vamos assistir impassíveis o desenrolar deste processo ardiloso e escuso, idealizado e realizado por mal-intencionados brasileiros.

Apelamos ao movimento popular, às personalidades democráticas, e ao Congresso Nacional, que lutaram contra a privatização da Mafersa, para que impeçam o seu sucateamento.

Apelamos, enfim, a todo o povo brasileiro para que, junto conosco, leve mais uma vez a vitória esta luta em defesa da soberania nacional

Trabalhadores da Mafersa das Unidades de São Paulo, Contagem e Caçapava
Comissões Sindicais de Fábrica
Sind. dos Metalúrgicos de São Paulo,
S. J. Campos e Contagem

Sr. Presidente, todos tivemos conhecimento da luta contra a privatização dessa empresa. Iam entregar a Mafersa por 1/5 do seu valor. Um patrimônio de mais de cem milhões de dólares ia ser entregue por mais ou menos vinte milhões de dólares. Esse processo continua, Sr. Presidente. Querem fazer com a Mafersa o que pensam em fazer, contando com a insensibilidade e irresponsabilidade dos ministros da área econômica. Com as nossas empresas a serem privatizadas, isto é, entregá-las às multinacionais.

Esse alerta dos funcionários da Mafersa, que já impediram, juntamente com outro partido, que fosse dilapidado esse patrimônio, está em processo, Sr. Presidente. Talvez neste fim de governo, melancólico fim de governo, os instrumentos da corrupção, os instrumentos da entrega da soberania nacional podem ainda fazer com que essa empresa de grande valor, com seus pátios lotados de ônibus, seja sucateada e entregue às multinacionais

Esse brado de alerta, na verdade um protesto dos funcionários da Mafersa, deve encontrar eco no Congresso Nacional

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Francisco Amaral

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como esta Casa sabe, o Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, em setembro, aprovou os limites de emissões gasosas para motores diesel, que irão vigorar no Brasil, a partir de 1992, e que em 1995 permitirão ao País ter os mesmos limites que na Europa serão válidos já em 1990. Ha que aplaudir a resolução, porque algo de realmente importante se faz para defender o meio ambiente, embora se lamente que ainda devamos manter um certo atraso com relação aos países mais desenvolvidos.

Todavia, ha que salientar, ha que aplaudir com ímpeto, um exemplo nascido na iniciativa privada, a demonstrar que se todos desejarem, poderemos ser mais ágeis e mais eficientes na abordagem e na solução do problema. A Mercedes Benz esta preparando todas as versões de seus motores para atender imediatamente os limites de emissões previstas apenas para 1995

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao transmitir essa informação a esta Casa, não creio estar apenas veiculando uma notícia importante para a preservação do meio ambiente e do futuro do homem. Acredito, firmemente, estar transmitindo uma lição ministrada pela Mercedes Benz do Brasil, a respeito de como a empresa privada pode e deve preocupar-se com o interesse coletivo, de como a empresa privada pode contribuir para que as soluções dos magnos problemas nacionais se antecipem até às decisões governamentais, de como a empresa privada pode gerar tecnologias novas com a rapidez necessária.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não é apenas modificando seus motores que a Mercedes Benz do Brasil contribui para combater a poluição. Detentora de modernas tecnologias, ela sugere medidas a serem adotadas por governo e empresas, para a solução do problema, ela coloca seus conhecimentos à disposição de instituições públicas e privadas, visando o bem-estar de todos.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que alguns desses conselhos devem ser anotados por esta Casa, e, principalmente, pelos órgãos executivos envolvidos. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Direto Campanari.

O SR. DORETO CAMPANARI (PMDB — SP Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Lula e a Igreja Progressista devem estar menos surpreendidos com o fato de ter o Partido dos Trabalhadores chegado ao segundo turno do que com a revelação das pesquisas de opinião pública, segundo as quais Collor tem o seu eleitorado predominantemente entre os pobres e os menos instruídos, enquanto os mais ricos e com curso universitário preferem Luiz Ignácio Lula da Silva.

Até agora ninguém esclareceu o mistério dessa identificação. Uns atribuem-na ao fato de Lula, depois de ter abandonado a militância sindical, aprender a mover-se, como peixe na água, no seio das hostes sindicais, capaz de costurar, pessoalmente, os entendimentos com os demais partidos, principalmente com o PDT de Brizola, a quem acusou, certa feita, de ser capaz de "pisar no pescoço da própria mãe para conquistar a Presidência da República".

Na verdade, o fenômeno ocorrente não é novo, no Brasil, podendo ser denominado de "polarização dos antipodas", segundo o qual "os extremos se tocam".

Diz o Joãozinho Trinta, grande carnavalesco carioca, que "quem gosta da pobreza é intelectual".

Isso explica apenas parcialmente o fenômeno de indagar-se porquê o pobre prefere, eleitoralmente, o rico. Talvez se defenda que o pobre é bisonho, facilmente controlável pelos intelectuais e pelos ricos.

O pobre tem o justo desejo de ser rico, fã de Pelé — que não mais joga bola — ou de Xuxa e toda a gente rica que aparece na televisão, como Silvio Santos, por exemplo.

Admira o êxito, aclama o poderoso, confia em quem venceu na vida, principalmente sem fazer força.

Assim se explica, nas eleições, a atração dos contrários. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Victor Faccioni.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tivemos o prazer, nos dias 17 e 18 de outubro de participar, com um dos seus promotores, de importante seminário sobre o carvão nacional, promovido pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, e co-patrocinado pelo Sindicato das Indústrias de Extração do Carvão.

Durante o evento todas as correntes de interesse e opinião sobre o assunto tiveram a oportunidade de manifestação e debate dos prós e contras da expansão da indústria carbonífera e de sua participação progressiva na produção de energia elétrica. Uma de suas conclusões foi a de que ao final do plano energético conhecido pelo título plano 2010, ter-se-á esgotado a possibilidade de exploração econômica do potencial hidrelétrico de grande porte. O carvão poderá ser então a primeira alternativa para a continuidade de desenvolvimento do setor. E agora, o tempo certo para que esta mudança se acelere, aproveitando-se, com ela, ainda e também, uma grande oportunidade de estímulo a várias das atividades que são induzidas a partir da indústria carbonífera.

O grande destaque do produtivo seminário foi o documento sob o título "Plano 2010 e expansão termelétrica a carvão" do grupo de trabalho de usinas termelétricas a carvão, que consumiu o debate dos dois dias, incluindo entre outras conclusões as valiosas informações obtidas da conferência de Sua Excelência o Ministro em exercício das Minas e Energia, Engenheiro Antonio Carlos Tatit Holtz.

Estamos solicitando à Presidência a inserção daqueles documentos nos Anais desta Casa, e gostaria muito de que meus Pares da Câmara e S. Ex.^{as} do Senado Federal pudessem tomar conhecimento dos importantes comentários ali registrados, de que, certamente, irão necessitar no correr dos próximos anos, quando o tema "energia" estará em evidência, em face da perspectiva de crescimento do Brasil, "vis-à-vis" o despreparo do setor energético para responder a essa demanda por crescimento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. VICTOR FACCIONI EM SEU DISCURSO:

Pronunciamento do Exm.^o Sr. Ministro Interino das Minas e Energia, Eng.^o Antonio Carlos Tatit Holtz, na solenidade de apresentação e entrega do documento "o Plano 2010 e a expansão termelétrica a carvão".

Sinto uma grande satisfação em constatar que o aprofundamento do Plano 2010, necessário para confirmar a validade de suas avalia-

ções sobre o potencial e os custos de geração de energia elétrica, a partir do carvão mineral, acaba de consolidar um importante passo. Ele se traduz na garantia, confirmada pelo inventário levado a efeito pelos Setores Elétrico e Carbonífero, da existência de projetos de unidades minerais suficientes para assegurar o pleno atendimento ao que propõe o Plano 2010. E a partir das avaliações econômico-financeiras que foram efetivadas nesta etapa que ora se conclui, passa-se à certeza de que o carvão é o energético mais barato no **ranking** dos energéticos não renováveis para geração de energia elétrica.

Outra satisfação que sinto decorre do fato de que o presente diagnóstico esta acima dos interesses e das necessidades diretas dos que se envolveram em sua elaboração. Isto assegura que é um trabalho maduro e já autodepurado, contendo recomendações que se voltam, em primeiro lugar, ao atendimento ao objetivo de desenvolvimento econômico do País.

Isto realmente se comprova ao se conhecer, como se tornou possível nesta apresentação, que as suas conclusões se voltam para as questões fundamentais que necessitam de instrumentação para que se realizem. Dentre elas, quero salientar aquela que recomenda a continuidade do programa termelétrico a carvão, para que sejam atendidos os objetivos maiores de absorção de tecnologia e de capacitação nacional em projeto, fabricação e construção de centrais termelétricas a carvão. É a partir desse programa que se chegará a 2010 em condições de atender à expansão de geração de energia elétrica, com base em geração termelétrica, uma vez que estarão esgotados os potenciais hidráulicos economicamente aproveitáveis.

Chamou-me a atenção, também, as vantagens de redução de custos e de tempo de execução dos empreendimentos modulares. Os estudos relativos a execução normal e intensiva de obras e os ganhos associados, tornam-se importantes auxiliares nas decisões que poderão ser exigidas por ocasião dos ajustes periódicos do Plano 2010.

A preocupação do grupo de trabalho em procurar identificar alternativas de geração que se associem a outros aproveitamentos do carvão e suas recomendações para que o Setor Elétrico se mantenha participativo nessas definições, constitui outro dos interessantes destaques do relatório. Neste caso se insere o aproveitamento múltiplo do carvão, por exemplo, para siderurgia e termelétricidade. E este aproveitamento é dos mais complexos, uma vez que o planejamento e a execução da produção e do consumo exigem o conhecimento de todas as múltiplas variáveis envolvidas, sem o que poderá haver falta ou excesso de uma dessas frações de carvão.

Finalmente, quero externar a satisfação de sentir que houve também a preocupação em se identificar formas de participação da iniciativa privada na geração de energia elétrica a partir do carvão. Cabe comentar que o Governo já vem preocupando-se, de algum tempo para cá, em dotar a sociedade de normas

que facultem a participação mais intensiva da iniciativa privada nessa importante atividade. E esse esforço irá continuar em busca de cobrir todas as alternativas em que ela seja recomendável. No caso específico dessa produção a partir do carvão parece razoável que esse esforço se concentre inicialmente na implantação da tecnologia de leito fluidizado, para unidades de pequeno porte, tais como as de 50 e de 125 MW.

Parabenizo as empresas e as entidades que elaboraram o presente relatório e recomendo ao Setor Elétrico, sob a coordenação da Eletrobrás, que dê continuidade a esta iniciativa e que efetue o aprofundamento de algumas das questões avaliadas e efetive a sua permanente atualização, nos termos propostos pelo grupo de trabalho.

Pronunciamento do Presidente do Sindicato da Indústria da Extração de Carvão, Engo. César Weinschenk de Faria, na solenidade de apresentação e entrega do relatório "o Plano 2010 e a expansão termelétrica a carvão", ao Exm^o. Sr. Ministro Interino das Minas e Energia, Engo. Antônio Carlos Tatit Holtz.

O Setor Elétrico vem dando demonstração, através de seu planejamento de longo prazo, coordenado pela Eletrobrás, de que preocupa-se em manter a oferta de energia elétrica em quantidade e qualidade adequadas ao desenvolvimento do País. Para tanto lança mão de cenários de crescimento que lhe permita traçar o caminho que assegure o atendimento da demanda. E, ao longo do processo, vai efetuando os ajustes em seu plano de expansão, balizando-se pelo contorno ditado pela realidade vivida pela Nação. São os planos decenais que atualizam o plano mestre, hoje abrangendo até o ano 2010.

O Setor Carbonífero, sensível à evolução do planejamento dos principais segmentos consumidores, acompanha esses planos e busca oferecer condições de produção que possa atendê-los nos prazos estabelecidos.

Os dois Setores reconhecem que, em face da longa maturação dos projetos de implantação de usinas termelétricas a carvão e de unidades mineiras de sustentação do energético, precisam aliar seus esforços em busca de garantir que essa expansão ocorra de forma sincronizada, harmônica e em sequência que beneficie primeiramente os empreendimentos mais econômicos como um todo.

Assim, a partir das avaliações preliminares de que dispôs o Setor Elétrico, quando elaborou seu Plano 2010 chega-se, agora, a um completo inventário, elaborado a quatro mãos com o Setor Carbonífero, que assegura a disponibilidade de recursos carboníferos mais que suficientes para a sustentação das usinas planejadas, ao longo de suas vidas úteis. Esse inventário garante, também, ser verdadeira a premissa de que o carvão e para o Setor Elétrico o energético mais barato, dentre os não renováveis, para geração de energia elétrica.

Alia-se ao fator econômico, as extensas reservas existentes — 66% das reservas de não renováveis do País — que asseguram a validade do esforço de capacitação da engenharia

de projeto, fabricação e construção nacionais de usinas termelétricas a carvão, uma vez que, além do horizonte do ano 2010, a expansão da geração de energia elétrica terá que apoiar-se fundamentalmente no carvão, já que estarão esgotados os recursos hidráulicos economicamente aproveitáveis.

Do referido inventário há que se evoluir para o aprofundamento dos projetos mineiros, tanto daqueles voltados à oferta de produtos exclusivamente para a geração de energia elétrica, quanto dos destinados à extração de duas ou mais frações. Cabe aqui registrar que, neste último caso, o Brasil hoje está buscando no exterior 90% de seu consumo de carvão metalúrgico. Há, portanto, que se passar ao trabalho a seis mãos, ao qual deve-se agregar o Setor Siderúrgico. Estabelecer como meta para a próxima década a implantação de novas usinas capazes de elevar a produção de carvão metalúrgico para 3 milhões de toneladas anuais constitui, no nosso entender, objetivo perfeitamente atingível e que reduzirá a importação desse produto para 80% das necessidades do País.

A preocupação com o meio ambiente envolvendo as etapas de lavra, beneficiamento, transporte e utilização de carvão está inserida no presente relatório e tem sido objeto de esforços de parte a parte. A busca da aplicação das melhores tecnologias disponíveis no País constitui objetivo comum de nossos Setores de produção e de consumo.

O que abordamos até aqui contém os fundamentos para que se identifiquem razões suficientes para a continuidade do trabalho que ora foi concluído e para que se formule proposta de elaboração do Plano Decenal do Carvão, a ser em seguida estabelecido, para que possamos ingressar na próxima década como consumidores mais intensivos de carvão mineral, até como forma de conservação de energia, uma vez que os energéticos não renováveis mais escassos são hoje os mais intensamente utilizados.

— Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — Eletrobrás

— Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. — Eletrosul

— Companhia Estadual de Energia Elétrica — CEEE

— Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. — Celes

— Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras S.A. — CAEEB

— Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul — SEMC/RS

— Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Carvão — SNIIEC

— Associação Catarinense da Indústria da Extração de Carvão — ACIEC

O Plano 2010 e a expansão termelétrica a carvão mineral — grupo de trabalho de usinas termelétricas a carvão — síntese do relatório final

Outubro/89

Apresentação

A partir de iniciativa e convocação da Diretoria de Planejamento e Engenharia — DPE, da Eletrobrás, reuniram-se nos últimos doze meses representantes de empresas e entidades governamentais dos Setores Elétrico e Carbonífero. Ao longo de sucessivas reuniões o grupo de trabalho assim formado procedeu a uma acurada atualização e reavaliação de informações e conceitos relativos ao aproveitamento termelétrico do carvão nacional, dentro da perspectiva do Plano 2010 do Setor Elétrico.

Dessa análise resultou o presente documento, para deliberação por parte da Eletrobrás. É expectativa do grupo ter atendido adequadamente às recomendações recebidas e que as abordagens feitas justifiquem o seu encaminhamento aos segmentos apropriados da esfera de atuação da Eletrobrás.

Ficou o entendimento de que o trabalho traduz a melhor visão que se poderia obter no momento sobre a questão do aproveitamento do carvão mineral para a geração de energia elétrica. De forma totalmente aberta de parte a parte, os setores referidos debateram e consensaram uma multiplicidade de aspectos e fatores até então dispersos e não suficientemente aprofundados.

O relatório assinala que as questões da produção do carvão mineral e de seu emprego na geração termelétrica ocupam ainda um espaço limitado na formulação da matriz energética brasileira, encontrando-se porém no limiar de uma importância significativamente maior e rapidamente crescente. Para que essa evolução venha a ser contemplada dentro de uma perspectiva racional e adequada mister se faz que todas as esferas decisórias da área energética do País disponham de diagnósticos precisos e bem fundamentados e de recomendações claras para nortear e priorizar as ações necessárias. Ao longo do trabalho buscou-se o atendimento deste objetivo.

O diagnóstico efetuado e as perspectivas traçadas transcendem aos interesses e necessidades diretas dos setores envolvidos na realização do trabalho, de vez que fornecem também subsídios para a formulação de políticas regionais, além de sinalizar rumos para o direcionamento das ações de uma ampla gama de setores empresariais ligados a bens e serviços que serão demandados tanto pela área de extração e beneficiamento de carvão quanto pela área de implantação de UTEs.

Além do destaque de pontos fortes, como é o da segura disponibilidade de carvão para sustentar a dimensão prevista para o programa, o trabalho cuidou também de chamar atenção para vulnerabilidades e carência que terão que ser enfrentadas e vencidas para que o planejamento da geração termelétrica e carvão se torne uma realidade concreta, dentro do horizonte traçado pelo Plano 2010. Neste aspecto, merece especial atenção a necessidade de preservação e ampliação dos recursos humanos qualificados de natureza técnica e gerencial para a implementação do programa.

Finalizando, o grupo manifesta sua convicção de que o exame dos temas, objeto do presente trabalho, deve ter continuidade seja com vistas ao aprofundamento de algumas das questões avaliadas, seja no sentido de sua permanente atualização.

Conclusões

1. Geral

À análise conjunta da atual situação da termelétricidade a carvão mineral no País e suas perspectivas, por parte dos Setores Elétrico e Carbonífero, tal como realizada ao longo do presente trabalho, mostrou-se de grande valia, na medida em que o conhecimento acerca do assunto foi explicitado, consolidado e organizado.

A avaliação dos dados permitiu que se traçasse um diagnóstico suficientemente consistente para embasar a inserção do Programa Termelétrico a Carvão, à luz do que preconiza o Plano 2010.

Este diagnóstico indica que o desenvolvimento da termelétricidade a carvão, considerado no referido Plano, pode ser estruturado a partir do embrião já existente, quer no âmbito das empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica e de mineração de carvão, quer nos segmentos das empresas prestadoras de serviços de engenharia, de construção e de fabricação de equipamentos.

À produção prevista de carvão destinado à termelétricidade, quantificada a partir do inventário das unidades mineiras, mostra-se mais do que suficiente para garantir o adequado suprimento das usinas termelétricas planejadas. As providências necessárias à mobilização da produção, por parte das mineradoras, dependem, basicamente, das definições ao nível de mercado.

Por outro lado, foram identificadas vulnerabilidades inquietantes, principalmente no que se refere à disponibilidade de mão-de-obra qualificada, decorrente da perspectiva de dispersão daquela especializada, pouco numerosa e arduamente formada e mantida ao longo de incursões isoladas nas áreas de projeto, construção e operação de usinas termelétricas a carvão no Sul do País.

Constata-se que essa base existente deverá ser objeto de um grande trabalho de reforço, de maneira que possa suportar e levar a cabo este desafio.

Indubitavelmente, os resultados obtidos fornecem importantes subsídios tanto para a formulação de políticas setoriais como regionais, constituindo-se, ainda, em indicadores extremamente úteis para o direcionamento da indústria nacionais de bens e serviços.

2. Potencial Carbonífero para Geração de Energia Elétrica

O GT houve por bem recomendar o aprofundamento das avaliações de natureza técnica, econômica e financeira das unidades mineiras potencialmente vinculada ao suprimento de carvão das UTEs contempladas no Plano 2010 e em suas revisões. Para o aprofundamento dessas avaliações, ao nível de viabilidade e projeto básico, é fundamental que, na

seqüência, o Setor Carbonífero dê continuidade a esse trabalho, de comum acordo com o Setor Elétrico.

No Estado do Rio Grande do Sul verificou-se que a unidade mineira que atende às UTEs em operação na região de Candiota, que totaliza 446 mW de potência instalada, está apta para suprir, com segurança, uma potência adicional de cerca de 350 mW, admitindo-se uma destinação integral do carvão produzido para termelétricidade. Isto significa uma possibilidade concreta e atraente de expansão da geração sem a contra-partida de investimentos necessários em mineração, o que se constitui no único caso dessa natureza identificado pelo GT. Este fato caracteriza-se como altamente relevante na medida em que esta região é reconhecida como prioritária para sediar obras de geração termelétrica a carvão mineral.

Nas regiões do Médio e Baixo Jacuí e do Litoral Norte, o Setor Elétrico deverá participar dos estudos de viabilidade dos empreendimentos extra-setoriais que vierem a ser considerados, em sintonia com a segunda rota de aproveitamento do carvão mineral, consumindo a parcela da produção com vocação para geração de energia elétrica.

Adicionalmente, o Setor Elétrico não pode desconsiderar as alternativas da utilização do ROM a ser produzido pelas unidades mineiras que se prevê implantar nessas regiões, e da geração termelétrica a partir da tecnologia de leito fluidizado, que se mostram atraentes tanto em relação ao presumível menor custo do combustível como ao se enfocar as questões de natureza ambiental.

Com relação ao Estado de Santa Catarina, a avaliação efetuada no âmbito do GT ratifica as conclusões anteriormente obtidas por estudos conduzidos pelo Setor Elétrico, indicando que, paralelamente à necessidade da cuidadosa administração da exaustão das reservas mineráveis da camada Barro Branco, e manutenção do atual equilíbrio relativo entre produção, transporte e consumo, não é recomendável a expansão da geração termelétrica a partir da utilização do CE 4500, produzido compulsoriamente no Lavacap. Esta condição é, ainda, agravada pelas questões relativas ao meio ambiente, o que permite concluir que a UTE Jorge Lacerda IV encerra o ciclo do aproveitamento do carvão secundário originado do beneficiamento do CPL para produção de carvão metalúrgico nesse Estado.

Apresentam-se como alternativas para a expansão da geração termelétrica, mais ao sul desse Estado, tanto a utilização do carvão da camada Bonito como dos rejeitos da produção de CPL, em ambos os casos junto às minas ou pré-lavadores, para minimizar os custos de transporte. Investigações preliminares indicam que a utilização destes energéticos ajusta-se à concepção de UTEs de pequeno porte, dotadas de caldeiras tipo leito fluidizado, em função dos aspectos anteriormente mencionados com relação ao custo do combustível e aos impactos ambientais.

Finalmente, no Estado do Paraná, similarmente às regiões do Médio e Baixo Jacuí e

Litoral Norte do Rio Grande do Sul, o Setor Elétrico deve participar dos estudos de viabilidade para aproveitamento do carvão, em sintonia com a segunda rota, bem como considerar a alternativa de utilização do ROM a ser produzido na unidade mineira prevista para ser implantada naquele Estado.

3 Estudos Complementares para a Região Sul

Apesar do nível de conhecimento hoje disponível a respeito dos sítios potenciais capazes de sediar empreendimentos termelétricos, em alguns casos até com relativa profundidade, destaca-se a necessidade de complementação e atualização, uma vez que as variáveis econômicas, e principalmente as ambientais, são dinâmicas. Desta forma, a extensão da investigação para regiões adjacentes a estes locais já pré-identificados é considerada como providência a ser implementada.

Simultaneamente, e de todo conveniente que sejam considerados os planos de outros setores e seus níveis de envolvimento, como forma de se avaliar as possibilidades de ação conjunta, no sentido de garantir a viabilidade econômica pela redução dos custos finais. O ponto de partida para essas investigações reside numa ampla e profunda reavaliação das reservas mineráveis de carvão, com enfoque específico para aquelas frações de uso potencial na geração de energia elétrica, ou seja, sob a ótica do Setor Elétrico, considerando-se, inclusive, as perspectivas de demanda deste energético pelos mercados industriais e da siderurgia.

4. Preservação Ambiental

A carência de dados ambientais básicos, no nível da profundidade necessária e com a amplitude desejada, praticamente em todo o território nacional, dificulta e onera o planejamento da inserção ambiental de qualquer empreendimento, especialmente aqueles tidos como potencialmente agressores ao meio ambiente.

Assim, são necessários investimentos em estudos específicos naquelas áreas que não dispõem de levantamentos prévios ou sistemáticos, bem como é fundamental a continuidade da coleta e consolidação de informações nos sítios que já sediam UTEs, não só para avaliação e controle dos impactos ambientais causados e para subsidiar novas agregações como, também, para que se tenha condições efetivas de analisar as restrições impostas pela legislação ambiental, contribuindo para adequá-la à realidade.

Sobre este aspecto verificou-se que a legislação ambiental brasileira apresentou notável evolução nesta década, praticamente igualando-se, e em alguns casos superando, em nível de restrições, às legislações dos países mais desenvolvidos. As dimensões dos parques termelétrico e minerador nacionais apresentam proporções pouco significantes quando comparados àqueles existentes, por exemplo, no hemisfério norte. Portanto, mostra-se como absolutamente necessária esta compatibilização entre as exigências ambientais, a disponi-

bilidade técnico-econômica ao alcance dos envolvidos e a dimensão do programa proposto.

Na atualidade, a ênfase está sendo dada, na área tecnológica, ao estudo dos diferentes métodos e processos de dessulfuração. Tanto a remoção do enxofre do carvão, como novas tecnologias de combustão e o tratamento dos efluentes gasosos vem merecendo atenção do Setor Elétrico, em que pese a carência de recursos financeiros e o caráter emergencial com que esta questão vem sendo conduzida.

5. Conhecimento Tecnológico, Fluxo de Encomendas e Capacitação da Indústria Nacional

A fim de tornar mais efetiva a almejada absorção tecnológica, é desejável que as contratações futuras contemplem a gradual nacionalização dos serviços de engenharia de fabricação, cabendo às concessionárias a formação de equipes básicas que participem do processo e fiscalizem a execução desta tarefa. A meta a ser perseguida é a do progressivo desmembramento dos pacotes tecnológicos, passando o fornecimento dos serviços e correspondentes equipamentos para as empresas projetadas e fornecedores de bens de capital nacionais.

O ritmo continuado de implantação das UTEs é fundamental tanto para a manutenção e aperfeiçoamento das equipes de engenharia, como para a progressiva nacionalização dos serviços e dos equipamentos.

Entende-se, também, como necessário para se acelerar a nacionalização dos serviços de projeto que, numa primeira etapa, seja estimulada a atuação conjunta entre projetistas nacionais e estrangeiros.

O Setor Elétrico deve encarar o domínio tecnológico do processo termelétrico convencional, desde o projeto até a operação, como etapa intermediária de extrema importância para que se possa vencer essa transição de um sistema predominantemente hidrelétrico para um hidrotérmico.

A atividade de mineração no Brasil dispõe de capacidade em projeto, engenharia básica e engenharia de processos que, praticamente, a torna auto-suficiente e, em alguns casos, exportadora destes serviços.

Sua maior dependência do exterior reside em equipamentos de alta tecnologia para uso em minas de subsolo e em equipamentos de grande porte para utilização em minas de céu aberto. Para estes, não há ainda demanda suficiente no País que justifique a nacionalização.

A indústria nacional tem suprido também, satisfatoriamente a demanda de equipamentos de beneficiamento.

6. Consolidação do Desenvolvimento Termelétrico na Região Sul

É indispensável a discussão entre todos os envolvidos na questão da termelétricidade a carvão mineral no Sul do País (empresas produtoras de carvão e de energia elétrica a partir da sua utilização, empresas consumidoras de carvão e de energia elétrica, entidades de ensino, centros de pesquisa, etc...), de maneira

que as oportunidades a usufruir e as dificuldades a subrepujar sejam perfeitamente identificadas.

Pretende-se que sejam abordadas todas as condicionantes e variáveis envolvidas, contemplando política, planejamento, engenharia, implantação e operação de unidades mineiras e usinas termelétricas.

A implantação de cursos de extensão nas universidades vocacionados para a termelétricidade, constitui-se, também em providência fundamental para a formação de técnicos especializados, sugerindo-se que sejam encetadas gestões nesse sentido. O aumento da oferta de vagas para estagiários, de nível médio ou superior, nas concessionárias, mineradoras e consultoras contribuirá para a difusão de conhecimentos e para o recrutamento de pessoal com vocação para atuar neste campo.

Crê-se que a partir destas ações a região Sul mais facilmente desenvolverá e fortalecerá a "cultura termelétrica", que é pré-requisito para a exploração racional deste rico potencial que representa quase a totalidade dos recursos identificados de carvão do Brasil.

7. Cronogramas de Implantação

Com base na experiência das empresas diretamente envolvidas nas atividades de construção, montagem e operação de UTEs, foram elaborados os cronogramas físicos para implantação, definidos como "básico" (um turno diário de trabalho) e "intensivo" (dois turnos diários de trabalho). A partir desses, considerando-se a opção de modulação, foram elaborados os cronogramas físicos definidos como "básico-modular" e "intensivo-modular".

O GT concluiu que a melhor opção, sob o aspecto de menor custo, para a implantação de UTEs, traduz-se pela adoção do cronograma definido como "intensivo-modular", recomendando sua implementação sempre que possível. Nesse caso, os prazos de implantação seriam de 53 meses para módulos 2 X 350 mW, 47 meses para 2 X 125 mW e 41 para 2 X 125 mW e 41 para 2 X 50 mW.

8. Custos de Implantação

A inserção do programa termelétrico a carvão mineral, no âmbito do Setor Elétrico, envolve dois aspectos distintos e sequenciais, quais sejam: a busca da capacitação tecnológica e a oportunidade de execução.

No primeiro deles, já abordado anteriormente, está implícito que a questão relativa aos custos de geração fica subordinada a esse objetivo maior a ser alcançado, ou seja, nesta fase inicial do programa as UTEs não estão sendo inseridas pela competitividade em relação às demais obras de geração. Esta diretriz coloca a questão da competitividade hidráulica X térmica em segundo plano.

No entanto, ao se focar a questão relativa à oportunidade de implementação do programa termelétrico, essa reavaliação assume caráter de crucial importância, pois pressupõe a hierarquização segundo a atratividade. Esta particularidade permite que, desde já, seja eleita a estratégia de execução via construções modulares. Esta opção permite a otimização do tempo de construção em função de um

planejamento mais elaborado e confiável, com benefícios diretos quanto a colocação e distribuição da mão-de-obra e equipamentos para fins de construção e montagem e quanto à contratação de empreiteiros e fornecedores, podendo ser obtidas vantagens adicionais em se tratando de gerência e engenharia.

Finalmente, a contratação de UTEs aos pares possibilita maior poder de negociação junto às indústrias e aos agentes financiadores, inflando de forma sensível e positiva no custo final de empreendimento.

9. Captação de Recursos Financeiros

A atual situação político-econômica do País dificulta o restabelecimento, em prazo compatível, do fluxo de recursos externos como capital de risco ou na forma de financiamento de longo prazo, necessário a implantação dos empreendimentos termelétricos, entendendo-se estes como o conjunto usina termelétrica a carvão e unidade mineira. Este quadro deverá perdurar até que sejam obtidos resultados positivos no controle da inflação, ao nível interno e seja restabelecida a credibilidade quanto à capacidade de pagamento do País, ao nível externo. Adicionalmente ressalta-se a necessidade do restabelecimento do equilíbrio financeiro do Setor Elétrico.

Com objetivo de minimizar essas dificuldades, o GT considere necessário um grande esforço de articulação, envolvendo desde órgãos governamentais e financiadores e as entidades de classe da indústria, além do estabelecimento de uma criteriosa política de definição e aquisição dos bens e serviços abrangidos pelo programa considerado.

Recomendações

O Grupo de Trabalho das UTEs a Carvão Mineral, em função do exposto, propõe à Eletrobras, as seguintes medidas:

— garantir os recursos do Setor Elétrico para o prosseguimento e conclusão das obras das UTEs Jorge Lacerda IV, Jacui I e Candiotá III-1, empreendimentos com significativo avanço em seus cronogramas de implantação e penalizados pela falta de condições para programações firmes de pagamento aos fornecedores nacionais e internacionais,

— viabilizar a execução, a curto prazo, dos estudos complementares dos empreendimentos termelétricos da Região Sul, aprofundando os estudos de viabilidade e de projeto básico e as avaliações e respeito das unidades mineiras projetadas e a projetar;

— fomentar a atuação conjunta das empresas de consultoria e engenharia nacionais e internacionais, com vistas a absorção de tecnologia não disponível no País;

— adotar medidas que visem evitar a dispersão de mão-de-obra especializada, garantir um fluxo constante de encomendas à indústria nacional e permitir, sempre que possível, construção modular de empreendimentos termelétricos previstos no Plano 2010, como forma de obter redução de prazos e de custos na implantação de UTEs a carvão,

— implementar, ao nível do Setor Elétrico, coordenada pela Eletrobras, um organismo permanente para articular as ações necessá-

rias à implantação do programa termelétrico da Região Sul onde tenham assento as entidades com maiores parcelas de responsabilidade e influência nos rumos desse programa;

— verificar a compatibilidade das exigências ambientais com as disponibilidades tecnológicas que atendam à dimensão do programa proposto;

— promover uma gradual nacionalização dos serviços de engenharia de fabricação nos futuros empreendimentos, de modo a tornar mais efetiva a absorção tecnológica, avaliando a conveniência da incursão das indústrias nacionais na fabricação de equipamentos de reconhecida complexidade tecnológica;

— organizar encontros para discussão a respeito da capacitação da indústria e da engenharia nacionais para a implementação do programa termelétrico do Plano 2010;

— incentivar a introdução de cursos de extensão nas universidades da região Sul e estágio nas concessionárias e mineradoras, de maneira compatível com as necessidades do programa termelétrico;

— negociar meios e condições, junto ao BNDES e CDI, para compatibilizar o programa termelétrico a carvão mineral com a política de capacitação industrial do País, estabelecendo entendimentos com ABDIB, ABINEE e ABIMAQ, visando a assinatura de protocolo, homologado pela CACEX, definindo a participação da indústria nacional no programa;

— buscar a articulação, ao nível interministerial, a respeito da oportunidade de se associar as importações de bens e serviços necessários ao programa termelétrico com programas governamentais de exportação;

PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO DE USINAS TERMELÉTRICAS A CARVÃO

Equipe de Coordenação:

Nelson Guilherme Pitrez Nogueira
Paulo Fernando De Azambuja Boamar
Ricardo Pereira Prujansky

Colaboração técnica:

ELETROBRÁS

Altino Ventura Filho
César Augusto Lourenço Filho
Madison Delano Campelo da Paz
Nelson Oliveira dos Santos

ELETROSUL

Antônio Guilherme Braz da Cunha
Curzio Rovesti
Francisco Machado de Menezes
João Eduardo Noal Berbiglier
José Antônio de Azevedo Aragon
Márcio Augusto Pereira de Souza
Saul Odilon Gil Cardoso

CEEE

Anna Celina L. Felizzola
Antônio Dreyer
João Potiguara Gutierrez Ruas
Luiz Nelson Valcareggi
Marco Antônio Kappel Ribeiro
Paulo Laydner
Pedro Silva Bittencourt
Sérgio T. Ladniuk

CELESC

Benhour de Castro Romariz Filho
Carlos R. Bresolin

SNIEC

Carlos Eugênio Farias
César Weinschenck de Faria
Fernando Hartmann
Firmino Moraes Sant'Anna
Frederico Miguel Quadros Lange
Ignácio Resende
João Aécio Correa Fabrício
Luiz Alberto Papaléo
Pedro Luiz S. Mainieri
Valdir Darós

ACIEC

Marco Antônio Monteiro de Souza
Ricardo Villela
Wolmer do Amaral Boff

CAEEB

Pedro Alves de Almeida
Ricardo Raemy Rangel
Sidney Soccas Ribeiro

SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Bayard Schreiner

Fernando Leinhardt de Freitas
Haroldo Vicente Ferrari do Amaral
Rudolf Veitenheimer

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Concedo a palavra ao nobre Congressista
Neuto de Conto

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB —
SC Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, trago ao conhecimento desta Casa os pontos essenciais do Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, elaborado pela Prefeitura Municipal de Piratuba — SC, na gestão do Prefeito Eduardo Leopoldo Muller e de seu Vice-Prefeito, Elídio Emílio Riffel.

Esse plano, Sr. Presidente, que mereceu de parte de inúmeras autoridades manifestações de entusiástico apoio, não poderia, pois, esta Casa, estuário das mais legítimas manifestações da sociedade brasileira desconhecer o seu conteúdo e deixar de registrá-lo.

Desejo abordar alguns tópicos, a fim de que este trabalho possa modelar iniciativas em outros recantos do Brasil:

“1. Introdução e Justificativa

A atividade agrossilvopastoril é de importância vital para o Município de Piratuba, representando 80% de sua economia.

Sabemos que um grande número de instituições públicas e privadas atuam no meio rural do município, onde os esforços individuais de cada uma destas entidades buscam por diversos caminhos o que, em última instância, vem a ser um objetivo único, que é o desenvolvimento dos setores produtivos e, consequentemente, uma maior dinamicidade financeira dentro do município

As instituições que atuam no setor agrícola desenvolvem seus trabalhos geralmente de

forma isolada e dispersa. Essa desarticulação de ações e de políticas a nível municipal resultam quase sempre de uma deficiente coordenação, elevando geralmente a superposição de atividades entre os órgãos que atuam a nível municipal.

No que diz respeito à arrecadação o Município de Piratuba, apresenta a menor renda *per capita* da microrregião do Alto Uruguai Catarinense, situando-se, no Estado, em 179 lugar dentre os 202 municípios do Estado de Santa Catarina.

Esta realidade vem despertando a consciência da sociedade, fazendo com que a mesma proponha ações concretas que venham inverter a atual situação

A solução para os problemas identificados somente será viável com a integração de esforços humanos, recursos financeiros, materiais, de todos os segmentos que atuam ou tem responsabilidade no meio rural.

Em função disto, o Plano Agropecuário Municipal de Piratuba vem promover o desenvolvimento rural do município através da definição de prioridades no próprio município e de ações integradas das diversas instituições, adaptadas à política agrícola a nível municipal.

2. Objetivos

2.1 — GERAL

O Plano de Desenvolvimento Agrícola do Município de Piratuba tem como objetivo geral promover o desenvolvimento rural do município através da adequação do processo produtivo nas propriedades com consequente aumento da renda e melhoria das condições de vida da família rural."

Ademais, como objetivos específicos o plano busca a integração das instituições governamentais, privadas e da sociedade para atuarem em consonância dentro do mesmo objetivo.

Organizar, pois, os agricultores a nível de comunidade com o objetivo de assegurar a participação e a condução dos trabalhos integrados a nível comunitário é uma perspectiva que consolida a participação da sociedade na condução dos negócios públicos

Merecem destaques inúmeros dados levantados neste plano. De um lado sentimos que algumas iniciativas do Governo catarinense, notadamente da Secretaria da Agricultura, ensejaram um avanço na atividade agrícola. Neste caso merecem citação os paiois para milho, o projeto secadores comunitários.

Agora, Sr. Presidente, a administração municipal tem procurado orientar o agricultor de modo a obter um melhor e maior crescimento, pois a despeito de Piratuba constituir-se numa das mais antigas e sólidas colonizações do interior catarinense, é, hoje, um município com uma das mais baixas rendas *per capita*.

Este fato, Sr. Presidente, é estranho na medida em que essa municipalidade constitui-se numa estação hidromineral, eis que, na procura de petróleo, a Petrobrás acabou por encontrar águas sulfurosas de excepcionais qualidades medicinais.

Acrescente-se que a constituição da Barragem de Ita, no rio Uruguai, provocara represamento das águas que propiciam a formação de um grande lago das terras desse município.

Assim, Sr. Presidente, existe uma perspectiva a médio e longo prazos de melhora das condições urbanas, decorrentes da condição de estação hidromineral, de atividades recreativas e de pesca em função da represa.

Contudo, para que o agricultor não fique marginalizado desse processo de crescimento econômico, o Plano Municipal de Crescimento Agropecuário procura melhorar a receita líquida do produtor rural mediante a adoção de iniciativas que compreendem a continuidade dos seguintes projetos:

—Projeto - Paiol Para Milho
—Projeto - Secador Comunitário
—Programa - Preservação e Recuperação dos Recursos Naturais.
—Projeto - Conservação Geral do Solo e da Água.
—Projeto - Produção Florestal.
—Projeto - Microbacia Hidrográfica
—Programa de Fruticultura
—Programa Produção Leiteira.
—Projeto - Alimentação Animal.
—Projeto - Reprodução e Melhoramento Animal.

—Projeto - Controle de Doenças e Educação Sanitária.

—Projeto - Manejo do Solo
—Programa de Suinocultura
—Projeto - Alimentação Alternativa.
—Projeto - Utilização de Dejetos.
—Projeto - Qualidade dos Animais
—Programa - Criação
—Projeto Piscicultura.
—Projeto de Apicultura.
—Projeto Economia Doméstica."

Verificamos assim, Sr. Presidente, a visão que tem o atual Prefeito no sentido em que procura se antecipar aos fatos e integrar, de modo efetivo, a população rural ao progresso de Piratuba.

A fixação do homem ao solo, o aumento da receita líquida do produtor rural são os grandes instrumentos que viabilizam uma agricultura que assegure a maior participação dos mesmos na atividade econômica do País. Nisso, esse aumento da receita será obtido mediante o crescimento vertical da economia agrícola.

Louvo, pois, esta iniciativa do Prefeito Eduardo Muller e de seu Vice Elidio Riffel, demonstrando o quanto esses homens públicos têm consciência da realidade vivenciada pelo cidadão piratubense.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Jorge Uequed.

O SR. JORGE UEQUED (PSDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Câmara dos Depu-

tados aprovou, dia 13-12-89 por unanimidade, Projeto de Lei N° 991, de 1988, de minha autoria, com substitutivo do Deputado Osmar Leitão.

A Constituição, nos arts 7° e 201, garante o seguro-desemprego. A lei atual de 1986 é muito restrita, pois só atinge 16% dos desempregados, com valores pequenos e dependendo de recursos do Tesouro.

O art. 239 da Constituição Federal prevê a utilização dos recursos do PIS — PASEP para o financiamento do Seguro-Desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de desenvolvimento

Calculo do Valor do Benefício

Faixas Salariais	Valor do Benefício
Até 300 BTN (NCz\$1.099,41)	80% do último salário
De 300 a 500 BTN (NCz\$1.832,35)	80% de 300 BTN + 50% da parcela excedente
Acima de 500 BTN	340 BTN

O Programa garante no mínimo 80% do último salário durante 4 meses para cerca de 73% dos beneficiários, que são os que recebem até 3 sm. (Tabela A.1)

Considerando a faixa de renda até 5 sm, onde se concentram 88% dos beneficiários, o programa garante um benefício de, no mínimo, 68% do último salário do trabalhador.

Valor do benefício do programa atual:

— renda até 3 sm - 50% do último salário
— renda acima de 3 sm - 1,5 sm
(piso do benefício e de 1 sm)

Período dos benefícios

— 4 meses de forma contínua ou alternada a cada período de 16 meses (1 ano de carência após o recebimento do benefício);

— o tempo de procura de emprego no País e de 5 meses;

— o Programa de Seguro Desemprego que esta sendo proposto vem completar, de forma bastante satisfatória, a proteção financeira ao trabalhador desempregado. O trabalhador com 6 meses de emprego e renda de até 3 sm, por exemplo, ao ser demitido terá direito a

— 4 parcelas de, no mínimo, 80% do último salário,

— 70% do salário, relativos ao FGTS mais a multa de 40%;

— 13° salário e férias proporcionais

Isto significa uma cobertura ao longo de 5 meses de, na pior das hipóteses, 88% da sua renda anterior, podendo este valor chegar a 105% do último salário

Abono salarial

Garantia de 1 sm por ano aos trabalhadores que.

— tenham recebido de empregador que contribui para o PIS-PASEP até dois sm de remuneração mensal, em pelo menos 1 mês no último ano;

— estejam cadastrados há pelo menos 5 anos no Cadastro do Trabalhador.

O projeto regula o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT

O programa inclui a assistência financeira temporária ao desempregado, o auxílio ao trabalhador na busca de novo emprego, podendo promover a sua reciclagem profissional.

Tempo para requerer o seguro-desemprego. O seguro-desemprego poderá ser requerido após sete dias da sua dispensa.

Poderá requerer:

— quem nos últimos 24 meses trabalhou no mínimo 15 meses;

— nos últimos 6 meses tenha sido empregado.

Custeio

a) Institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho, destinado a:

1) custeio do Seguro Desemprego;
2) pagamento do Abono Salarial,
3) financiamento de programas de desenvolvimento econômico;

b) recursos do FAT aplicados pelo BNDES através de duas carteiras distintas:

— Carteira de Desenvolvimento Econômico (CDE) integrada pelos seguintes recursos: 40% da arrecadação do PIS-PASEP; correção monetária devida pelo agente aplicador;

— Carteira do Custeio do Seguro Desemprego e do Abono Salarial (CSA) composta pelos seguintes recursos.

— 60% da arrecadação do PIS-PASEP;
— correção monetária e juros devidos pelos agentes pagadores;

— juros incidentes sobre a CDE;

— 5% por ano do saldo da CDE a partir do 6° exercício em caso de insuficiência de recursos para o custeio do Seguro Desemprego e do Abono Salarial,

c) remuneração dos recursos devida pelo BNDES

— 5% ao ano, podendo ser ampliada esta taxa até 6% ao ano (a taxa atual de remuneração do PIS-PASEP é de 3,5%),

d) estabelece um prazo de 180 dias para o Executivo enviar ao Congresso um projeto de lei regulamentando a contribuição sobre a rotatividade da mão-de-obra;

e) estabelece um prazo de 30 dias para o recolhimento ao FAT dos recursos do PIS-PASEP arrecadados a partir de promulgada a Constituição e não utilizados nas finalidades previstas no art. 239

É importante, pois, de janeiro a agosto de 1989, a retenção dos recursos do PIS-PASEP no Tesouro Nacional foi de 48% da arrecadação.

Gestão

Conselho Deliberativo do Fundo do Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) composto de 9 membros e respectivos suplentes:

- 3 representantes dos trabalhadores,
- 3 representantes dos empregadores;

- 1 representante do Ministério do Trabalho;
- 1 representante do BNDES;
- 1 representante do Ministério da Previdência.

O mandato dos membros do Conselho é de 3 anos, e a Presidência do Conselho é anual, com rodízio

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JORGE UEQUED EM SEU DISCURSO

BENEFÍCIOS DO PROGRAMA DE SEGURO-DESEMPREGO

Último Salário do Trabalhador			Valor do Benefício	
BTN	NCz\$ (out. 89)	SM	NCz\$ (out. 89)	% Últ. Sal. Trab
100	366,47	0,96	381,73	104,2
200	732,94	1,92	586,35	80,0
300	1 099,41	2,88	879,53	80,0
400	1 465,88	3,84	1 062,77	72,5
500	1 832,35	4,80	1 246,00	68,0
600	2 198,82	5,76	1 246,00	56,7
700	2 565,29	6,72	1 246,00	48,6
800	2 931,76	7,68	1 246,00	42,5
900	3 298,23	8,64	1 246,00	37,8
1 000	3 664,70	9,60	1 246,00	34,0

Observação: O benefício não poderá ser inferior a um salário mínimo

ESTIMATIVAS DE RECEITAS E DESPESAS DO SEGURO-DESEMPREGO

(NCz\$ milhões/maio de 1989)

	1990		1991	
	NCz\$	%	NCz\$	%
1 FONTES				
— Arrecadação PIS-Pasep	5 542	100,0	6 225	100,0
— Juros das Operações CDE	111	2,0	160	2,6
2 USOS				
— BNDES (CDE - 40% da arrecadação)	2 217	40,0	2 490	40,0
— Abono	1 089	19,6	1 708	27,4
— Seguro-Desemprego	1 633	29,4	2 117	34,0
3 SALDO	714	12,9	784	12,6

Fonte: SES/Mtb

- Notas: 1. Considerando alíquota de 0,65 por cento
 2. Inclui despesas com recolocação do trabalhador no mercado de trabalho
 3. Saldo acumulado

	Seguro desemprego atual	Nova regulamentação
1 Critérios de Acesso	<ul style="list-style-type: none"> — comprovação de pagamento à Previdência Social pelo menos 36 meses nos últimos 4 anos — ter sido empregado nos últimos 6 meses por um ou mais empregador 	<ul style="list-style-type: none"> — comprovação de 15 meses de emprego nos últimos 24 meses — ter sido empregado nos últimos 6 meses por um ou mais empregador
2 Tempo de espera para requerer o seguro	— 60 dias após a demissão	— 7 dias após a demissão
3 Tempo de manutenção do benefício	— 4 meses a cada 18 meses	— 4 meses a cada 16 meses
4 Valor do Benefício	<ul style="list-style-type: none"> — renda até 3 sm - 50% último salário — renda acima 3 sm - 1,5 sm — piso do benefício - 70% sm 	<ul style="list-style-type: none"> — renda até 3 sm - 80% último salário — renda 3 - 5 sm - no mínimo 68% último salário — renda acima de 5 sm - cerca de 3 sm — piso do benefício - 1 sm (valores calculados em BTN)
5 Cobertura	— 16% dos desempregados	— 43% dos desempregados

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH (PSDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo registrar nos Anais a correspondência recebida da APP, com dramática denúncia quanto ao tratamento que o Governo do Paraná vem promovendo ao professorado. Pela gravidade do que vem ocorrendo, somamo-nos à luta dos mestres e inserimos nos Anais a manifestação que se segue:

"Os professores da rede estadual de ensino após a assunção ao poder do Governo Alvaro Dias tem sofrido as mais variadas formas de desrespeito para com a educação e seus profissionais.

De março de 1987 até esta parte, as perdas salariais se avolumaram tanto, que o piso de 3 salários mínimos conquistado através de greve, acampamento e muita luta, foi desrespeitado chegando ao cúmulo de hoje um professor estar com um piso de 1 12 salários mínimos.

A mídia paga com o dinheiro do povo que trabalha para sustentar o orgulho pessoal em detrimento do funcionalismo, apresenta índices altos de popularidade que não refletem uma realidade.

Os funcionários públicos estão em constante estado de alerta e mobilização tentando garantir os seus direitos adquiridos e que foram usurpados tão arbitrariamente e em tão pouco tempo de governo.

Os professores foram massacrados na Praça Nossa Senhora da Salete, em frente ao Palácio Iguaçu, no dia 30 de agosto do ano passado. Nunca se presenciou cenas horrendas de selvageria, truculência e violência de um governo que lutou contra a ditadura e defendeu a democracia em todo o País.

Sabemos que a tarefa que temos e de grande importância para a formação de futuras gerações e, por isso, mesmo cremos e lutamos com as armas que usamos nas salas de aula, nas quadras de esporte, nas bibliotecas, enfim, no ambiente escolar.

Nossa arma é a mesma que se empregou durante a ditadura, condenando as injustiças, os desrespeitos e a insensibilidade dos governantes. Enquanto não calarem as nossas vozes formaremos cidadãos conscientes de uma realidade que estamos sofrendo e lutando para que possamos ter vidas dignas de profissionais de ensino.

A escola é ainda um lugar seguro. Lugar onde os pais deixam seus filhos, sabendo que podem ficar tranquilos, pois depositam a confiança e respeito devidos aos professores.

Não cremos que tudo o que ocorreu nos bancos escolares, na vida de cada cidadão possa ser esquecido ao chegar-se a um cargo público temporário. O que

produz a popularidade ou não, e a consciência de um dever cumprido; e a trajetória coerente de um político que não se curva mediante um "status" conseguido através de falácias, ou imagens produzidas.

Sendo assim, as manifestações de compreensão, apoio e solidariedade não irão melhorar a defasagem salarial que nos corroem diariamente, mas darão a certeza de que não estamos lutando isoladamente.

Esperam os professores que esta correspondência sirva de alerta e denuncia de uma realidade facciosa que tenta usurpar a consciência dos menos esclarecidos com inverdades vomitadas diariamente pelos meios de comunicação.

Não aceitamos este estado de coisas. Não concordamos com estas manipulações e, por isso, lutamos por uma valorização da escola pública de qualidade com salários dignos aos seus profissionais.

Lembrando desta importância para o ato consciente de ensinar, no dia-a-dia, faremos uma educação pujante, impregnante, que solidificará as gerações que se encarregarão de fazer do nosso País o Brasil que todos almejamos.

Neste espírito de otimismo, aliado a compreensão e o apoio da classe política, das instituições, dos clubes de serviço, cremos que ainda existe esperança para a educação."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Esta esgotado o tempo destinado ao período de Breves Comunicações. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 411, DE 1989-CN

Senhor Presidente, Requeremos, nos termos regimentais, a inversão da pauta para apreciação dos itens 30, 1 e 5 como antepenúltimo e último, respectivamente.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1989. — *Irma Passoni — Genebaldo Correia.*

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em votação o requerimento na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação o requerimento no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Será feita a inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 2:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 109, de 20 de novembro de 1989, que fixa o valor do Soldo dos Postos de Coronel PM da Polícia Militar e Coronel BM, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e das outras providências.

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário (Mensagem nº 246/89-CN)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Francisco Carneiro, para proferir parecer.

O SR. FRANCISCO CARNEIRO (PMDB — DF. Para proferir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nos termos do art. 62 da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 246, de 1989-CN (nº 827/89, na origem), de 24 de novembro de 1989, submete a deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 109, da mesma data, que, em resumo:

a) fixa em NCz\$ 4.760,70, a partir de 1º de novembro de 1989, o valor do soldo dos postos de Coronel PM e Coronel BM, respectivamente da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, do Distrito Federal;

b) assegura, aos servidores militares do Distrito Federal, a revisão de sua remuneração, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores militares da União,

c) determina sejam aplicadas aos integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal as normas sobre remuneração dos policiais federais constantes da Medida Provisória nº 106, de 14 de novembro de 1989;

d) restabelece o pagamento de gratificações e complementação salarial, a título de diferença individual nominalmente identificada, a servidores da Sudeco, da Suframa, do Ministério da Educação e do Ministério das Minas e Energia, reduzindo-se a diferença individual sempre que o servidor, por qualquer motivo, mudar de referência ou de categoria funcional,

e) restabelece a gratificação de estímulo à fiscalização e a arrecadação que era paga aos Auditores Fiscais até a edição da Medida Provisória nº 106, de 1989,

f) estende, aos proventos de aposentadoria ou disponibilidade e as pensões decorrentes do falecimento dos respectivos servidores, as providências descritas nas letras, a, b, e c, acima.

Como estatui o art. 21, XIV, da Constituição, é competência da União organizar e manter a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e, em decorrência, fixar a remuneração dos respectivos servidores, que, segundo esclarece a Exposição de Motivos dos Ministros da Fazenda, do Trabalho e do Planejamento, não haviam sido contemplados com a retribuição devida aos militares integrantes das Forças Armadas, a que, por isonomia, fazem jus os militares das corporações locais. Assim sendo, pelo mesmo princípio, "está sendo concedido aos integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal

o mesmo tratamento dispensado aos policiais federais, com a incorporação de vantagens aos respectivos vencimentos"

Conforme esclarece ainda a EM, a atribuição da gratificação de estímulo à fiscalização e à arrecadação de tributos federais aos Auditores Fiscais do Tesouro Nacional prevê "critérios de aferição do rendimento do servidor para efeito de fixação do valor da vantagem"

1 — Emendas

Ao art 5º da Medida em tela, que trata da gratificação de estímulo à fiscalização e à arrecadação, foram apresentadas as seguintes emendas.

Nº 1, do Senador Leopoldo Peres, propondo a supressão da parte final do artigo — "nos termos das normas a serem expedidas em decreto". Não vê, o ilustre Senador, razão para aguardar-se a edição de decreto regulamentar havendo por objetivo "aquilo que já se encontra inteiramente disciplinado na medida provisória", não devendo, portanto, a concessão da vantagem ser procrastinada

Nº 2, da Deputado Max Rosenmann, propondo *sejam incluídos, entre os beneficiários da vantagem, os Procuradores da Fazenda Nacional, tendo em vista "assegurar tratamento igualitário a servidores que prestam serviços correlatos e assemelhados, com igual regime de dedicação ao interesse público"*

Nº 3, dos Congressistas Inocêncio Oliveira, João Lobo, Jarbas Passanhão, Pompeu de Sousa, Edison Lobão, Haroldo Sanford, Adolfo Oliveira e Sigmaringa Seixas, propondo a extensão da vantagem aos integrantes das categorias "Analista de Finanças e Controle", de nível superior, e "Técnico de Finanças e Controle", de nível médio, pertencentes à Carreira "Finanças e Controle", do Ministério da Fazenda, e aos integrantes das categorias "Analista de Orçamento", de nível superior, e "Técnico de Orçamento", de nível médio, pertencentes à Carreira "Orçamento", da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República. Os ilustres signatários baseiam a sugestão no "tratamento isonômico às Carreiras da área econômico-financeira, de modo que não haja discrepância na concessão de vantagens de qualquer espécie aos seus integrantes", invocando Parecer da Secretaria Jurídica do Tribunal de Contas da União.

Nº 4, do Deputado Renato Vianna, estendendo aos Fiscais de Contribuições Previdenciárias a vantagem, "inicialmente concedida a servidores do Ministério do Trabalho", tendo em vista, "de um lado, o atendimento do princípio constitucional da isonomia e, de outro, garantir ao MPAS (IAPAS) o mesmo instrumento de agilização da atividade fiscal concedido à Receita Federal, com o fim precípuo de incremento de sua renda"

Nº 5, do Deputado Mussa Demes, com o mesmo objetivo da Emenda nº 2, ou seja, estender a vantagem aos Procuradores da Fazenda Nacional, porém na forma de parágrafo único a ser acrescentado ao artigo cuja modificação propõe.

Foi ainda apresentada Emenda nº 6, de iniciativa dos Deputados Amaury Muller e Adroal-

do Streck, sugerindo a extensão, aos servidores da Sudesul, das gratificações e complementações salariais atribuídas aos servidores das demais Superintendências vinculadas ao Ministério do Interior, isto tendo em vista objetivos de "unificação de remuneração" daqueles servidores

Os mesmos ilustres deputados apresentaram a Emenda nº 7, assegurando aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem a GDAR — Gratificação pelo Desempenho de Atividades Rodoviárias, criada pelo Decreto-Lei nº 2 194/84, "considerando que as modais do Ministério dos Transportes têm maiores salários que o DNER"

2 — Análise

A presente Medida Provisória atende aos pressupostos de relevância e urgência, previstos no art 62 da Lei Maior, conforme se reconheceu em parecer sobre sua admissibilidade, exarado por esta Comissão. Por outro lado, no seu texto não se vislumbra, a nosso ver, ofensa a qualquer preceptivo constitucional.

Quanto ao mérito, no seu conjunto, as alterações vêm preencher lacunas na ordem jurídica administrativa, ao adotar providências de salutar sentido isonômico aplicáveis aos servidores de corporações locais — Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal — de responsabilidade da União; e providências também nesse sentido, atinentes a gratificações e complementação salarial a servidores da Sudeco, da Suframa e dos Ministerios da Educação e das Minas e Energia, tudo sem comissão dos direitos dos inativos e pensionistas.

Faz justiça, ainda, ao revigorar a gratificação de estímulo à fiscalização e à arrecadação de tributos federais, específica da Carreira de Auditoria do Tesouro Nacional, criada com o objetivo de assegurar combate mais eficiente à sonegação dos impostos administrados pela Secretaria da Receita Federal. Segundo estimativas recentes, essa sonegação é estimada em 7% do Produto Interno Bruto — cerca de 25 bilhões de dólares

Todavia, o art 5º foi revogado pela Medida Provisória nº 121, de 6 de dezembro de 1989 (art. 9º), que traz novas tabelas de remuneração para a Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, ficando assim prejudicada a sua apreciação nesta oportunidade. Pela mesma razão, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 5, ao mesmo artigo.

Na qualidade de Relator, e em abono ainda do princípio da isonomia, colhemos o ensejo para propor.

a) extensão, aos integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, do tratamento dispensado aos servidores da Polícia Federal, no que se refere ao cálculo dos "quintos" (Emenda ao art. 3º da Medida Provisória);

b) abono das faltas ao serviço ocorridas com a paralisação dos servidores públicos federais nos meses de outubro e novembro de 1989 e consequente pagamento dos dias parados;

c) inclusão, através de Emenda, do pessoal do Poder Judiciário da União, do Distrito Fede-

ral e Territórios, do Tribunal de Contas da União, entre os beneficiários da Lei nº 7 923, de 12 de dezembro de 1989, tendo em vista a iniciativa daqueles órgãos constante do Projeto de Lei nº 4 212, de 1989, em tramitação,

d) correção redacional no art 6º;

e) supressão do art 5º

Nestas condições, concluímos pela aprovação da Medida Provisória com as Emendas acima referidas, na forma do seguinte Projeto de Lei de Conversão

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 40, DE 1989

Fixa o valor do soldo dos Postos de Coronel PM da Polícia Militar e Coronel BM do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Art. 1º O valor do soldo dos Postos de Coronel PM e Coronel BM, respectivamente da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, do Distrito Federal, de que tratam os arts 122, da Lei nº 5.619, de 3 de novembro de 1970, e 124, da Lei nº 5.906, de 23 de julho de 1973, com as alterações posteriores, e fixado, a partir de 1º de novembro de 1989, em NCZ\$ 4 760,70 (quatro mil, setecentos e sessenta cruzados novos e setenta e seis centavos), observados os índices estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical anexa a esta Lei.

Art. 2º E assegurada aos servidores militares do Distrito Federal a revisão de sua remuneração, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores militares da União.

Art. 3º Aplica-se aos integrantes da Carreira Policial Civil do Distrito Federal o disposto nos arts 1º, 2º e §§ 2º, 3º, 5º, Inciso II e 6º, 8º, 14 e 20, bem assim no Anexo V da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989.

Art. 4º Sera paga, a título de diferença individual nominalmente identificada, a parcela das seguintes retribuições, remanescente da incorporação de que trata o § 2º do art. 2º da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, relativa aos servidores.

I — da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste e da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a complementação salarial;

II — do Ministério da Educação, a gratificação de apoio à atividade de ensino;

III — do Ministério das Minas e Energia, a gratificação de desempenho de atividade mineral

§ 1º As diferenças individuais de que trata este artigo serão reduzidas sempre que os servidores, por qualquer motivo mudarem de referência ou de categoria funcional

§ 2º Enquanto durar a investidura em cargos em comissão ou funções de confiança pertencentes ao Grupo de Direção e Assessoramento Superiores previsto na Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e nas funções de Assessoramento Superior a que se refere o art. 122 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, com as alterações posteriores, aplicar-se-a o disposto no inciso III do

caput deste artigo aos atuais ocupantes dos mesmos cargos ou funções.

Art. 5º O disposto nos arts 1º, 2º e 3º aplica-se aos proventos de aposentadoria, de inatividade ou de disponibilidade e as pensões decorrentes do falecimento dos respectivos servidores

Art. 6º São estendidas aos servidores dos Órgãos do Poder Judiciário da União, do Distrito Federal e Territórios, do Ministério Público da União, e do Tribunal de Contas da União, no que couber, as disposições dos arts 1º, 2º, 6º e 8º, da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, mantidas as gratificações de que tratam o art. 1º, da Lei nº 7.753, de 14 de abril de 1989; o art. 1º, da Lei nº 7.756, de 24 de abril de 1989; o art. 1º, da Lei nº 7.757, de 24 de abril de 1989; o art. 1º, da Lei nº 7.758, de 24 de abril de 1989; o art. 1º, da Lei nº 7.759, de 24 de abril de 1989; o art. 1º, da Lei nº 7.760, de 24 de abril de 1989; o art. 1º, da Lei nº 7.761, de 24 de abril de 1989, e o art. 1º, da Lei nº 7.861, de 27 de outubro de 1989.

Parágrafo único. As gratificações a que se referem este artigo incidirão sobre o vencimento correspondente à referência do servidor, até o percentual limite estabelecido pelas leis de sua criação, e se adequarão em cada caso, no sentido de que o reajustamento da remuneração não exceda o índice médio concedido pela Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, aos demais servidores, regidos pela Lei nº 5.645/70

Art. 7º Os dias em que ocorreu paralisação no serviço público federal, nos meses de outubro e novembro de 1989, serão considerados como normalmente trabalhados, não ocasionando, para todos os efeitos, qualquer anotação nas respectivas folhas de serviço e ficando anulado qualquer tipo de punição, assegurado o pagamento dos dias parados.

Parágrafo único. Na hipótese de terem ocorrido quaisquer descontos na remuneração global dos servidores públicos federais em função da paralisação, esses valores serão integralmente restituídos no mês de dezembro, corrigidos monetariamente pelo IPC de novembro de 1989.

Art. 8º As despesas decorrentes da aplicação desta Medida Provisória serão atendidas à conta das dotações constantes do Orçamento Geral da União

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 40, incorporando emenda do Relator.

Em discussão a medida, o projeto e a emenda. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 112, de 27 de novembro de 1989, que cria Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e da outras providências

— Parecer proferido em plenário pelo Deputado José Dutra, favorável a medida (Mens 246/89-CN)

A medida provisória não foram apresentadas emendas. O Relator, em seu parecer, conclui pela aprovação da medida

Em discussão a medida (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Aprovada

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 112, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1989.

Cria Área de Livre Comércio no Município de Tabatinga, no Estado do Amazonas, e da outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

CAPÍTULO I

Das Finalidades e Localização da Área de Livre Comércio de Tabatinga

Art. 1º Fica criada, no Município de Tabatinga, Estado do Amazonas, área de livre comércio de importação e exportação e de regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento da região de fronteira do extremo oeste daquele Estado.

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar, à margem esquerda do rio Solimões, uma área contínua com superfície de 20 km², envolvendo o perímetro urbano da cidade de Tabatinga, onde se instalará a Área de Livre Comércio de Tabatinga — ALCT, que inclua espaço próprio para o entropostamento de produtos a serem nacionalizados ou reexportados.

Parágrafo único. Considera-se integrada à ALCT a faixa de superfície dos rios a ela adjacentes, nas proximidades de seus portos, observadas as disposições dos Tratados e Convenções Internacionais

CAPÍTULO II

Do Regime Fiscal

Art. 3º A entrada de produtos estrangeiros na ALCT far-se-á com suspensão dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, quando destinados

I — ao seu consumo interno;

II — ao beneficiamento, em seu território, de pescado, recursos minerais e matérias-primas de origem agrícola ou florestal;

III — à agropecuária e à piscicultura,

IV — à instalação e operação de atividades de turismo e serviços de qualquer natureza,

V — à estocagem para comercialização ou emprego em outros pontos do Território Nacional;

VI — as atividades de construção e reparos navais;

VII — a industrialização de outros produtos em seu território, segundo projetos aprovados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus, consideradas a vocação local e a capacidade de produção já instalada na região,

VIII — à estocagem para reexportação

§ 1º Excetuam-se do regime fiscal previsto neste artigo, e não gozarão de isenção, os seguintes produtos: armas e munições, perfumes, fumos, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e bens finais de informática.

§ 2º O regime de que trata este artigo alcança apenas os produtos entrados pelo porto, aeroporto ou posto de fronteira da cidade de Tabatinga, exigida consignação nominal a importador estabelecido na ALCT

§ 3º As obrigações tributárias suspensas nos termos deste artigo se resolvem, efetivando-se a isenção integral nos casos dos incisos I a VIII, com o emprego do produto nas finalidades previstas nos mesmos incisos.

§ 4º A bagagem acompanhada procedente da ALCT, no que se refere a produtos de origem estrangeira, será desembarcada com isenção de tributos, observado o limite correspondente ao estabelecido para a Zona Franca de Manaus

Art. 4º Os produtos nacionais, destinados à ALCT, para fins de que trata os incisos I a VII do art. 3º, gozarão de isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI).

Parágrafo único. A isenção do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação dependerá de convênio celebrado nos termos da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975

Art. 5º O limite global para as importações através da ALCT será estabelecido, anualmente, pelo Poder Executivo, no ato em que o fizer para a Zona Franca de Manaus.

Parágrafo único. A critério do Poder Executivo, poderão ser excluídas do limite global as importações de produtos através da ALCT, destinadas exclusivamente a reexportação, vedada a remessa das divisas correspondentes e observadas, quando reexportadas, todos os procedimentos legais aplicáveis às exportações brasileiras.

Art. 6º A remessa de produtos nacionais para a ALCT, destinados aos fins de que trata o art. 3º ou ulterior exportação, será, para os efeitos fiscais, equivalente a uma exportação.

Art. 7º A exportação de produtos da ALCT, qualquer que seja sua origem, está isenta do imposto de exportação.

Art. 8º O produto estrangeiro estocado na ALCT, quando sair para qualquer ponto do território nacional, fica sujeito ao pagamento de todos os impostos, salvo nos casos de isenção prevista em legislação específica.

CAPÍTULO III Da Administração da Área de Livre Comércio de Tabatinga

Art. 9º A ALCT ficará sob a administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a adequar as estruturas administrativas da Superintendência da Zona Franca de Manaus, visando a atender às disposições desta Medida Provisória.

CAPÍTULO IV Disposições Finais

Art. 10. Compete à Secretaria da Receita Federal a vigilância das áreas limites das ALCT e a repressão ao contrabando e ao desca-minho, sem prejuízo da competência da Polícia Federal.

Art. 11. O Poder Executivo adotará providências no sentido de prover os recursos materiais e humanos necessários aos serviços de fiscalização e controle aduaneiro da ALCT.

Art. 12. Aplica-se à ALCT, no que couber, a legislação pertinente à Zona Franca de Manaus, especialmente os Decretos-Leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, 356, de 15 de agosto de 1968, 1.435, de 16 de dezembro de 1975, 1.455, de 7 de abril de 1976, 2.433, de 19 de maio de 1988, e 2.434, de 19 de maio de 1988, com suas alterações posteriores e respectivas disposições regulamentares.

Art. 13. As isenções previstas nesta Medida Provisória vigorarão pelo prazo de vinte e cinco anos.

Art. 14. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG Pela ordem) — Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores registra o seu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Será conestado em Ata.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 4:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 116, de 29 de novembro

de 1989, que dispõe sobre o valor das multas por infração à legislação sanitária, altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e dá outras providências, tendo

— PARECER proferido em Plenário pelo Senador Gomes Carvalho, favorável à medida (Mens./255/89-CN.)

À medida não foram apresentadas emendas.

O Relator, em seu parecer, conclui pela aprovação da medida.

Em discussão a matéria (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal
Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada

A matéria vai à promulgação

É a seguinte a medida aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 116, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1989.

Dispõe sobre o valor das multas por infração à legislação sanitária, altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, acrescido de um parágrafo, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 5º A pena de multa consiste no recolhimento de importância em dinheiro, variável segundo a gravidade da infração, conforme a classificação estabelecida no artigo anterior, a que correspondem os seguintes limites:

I — para as do item I, entre NCz\$ 500,00 e NCz\$ 2.500,00;

II — para as do item II, entre NCz\$ 2.500,00 e NCz\$ 5.000,00; e

III — para as do item III, entre NCz\$ 5.000,00 e NCz\$ 20.000,00

§ 1º A multa será aplicada em dobro nas reincidências específicas e acrescida da metade de seu valor, nas genéricas.

§ 2º Sem prejuízo do disposto nos artigos 4º e 6º desta Lei, a autoridade sanitária levará em consideração, na aplicação da multa, a capacidade econômica do infrator.

§ 3º Os valores estabelecidos neste artigo serão corrigidos com base na variação diária do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) ou outro índice que venha a substituí-lo."

Art. 2º Esta Medida Provisória entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 6:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 119, de 6 de dezembro de

1989, que autoriza a cessão em comodato do grupo turbo gerador à República Cooperativista da Guiana e dá outras providências, tendo

Pareceres nºs 156 e 157, de 1989-CN, da Comissão Mista, pela admissibilidade e mérito da medida.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação da Medida Provisória nº 119, de 1989

Em discussão a matéria (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Em votação na Câmara dos Deputados
Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 119, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1989

Autoriza a cessão em comodato de grupo turbogerador à República Cooperativista da Guiana e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder em comodato à República Cooperativista da Guiana um grupo de duas unidades turbogeradoras, a gás, com 10,5 mW cada, números de séries 147.713 e 147.724, conforme previsto no Acordo Básico de Cooperação Técnica celebrado em 29 de janeiro de 1982 e no Memorando de Entendimentos assinado em 4 de outubro de 1989

Parágrafo único. O contrato respectivo será formalizado por intermédio dos Ministérios das Relações Exteriores e das Minas e Energia, observado, no que couber, o disposto no Estatuto das Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A — Eletronorte.

Art. 2º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 7:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 120, de 6 de dezembro de 1989, que autoriza a abertura de crédito extraordinário, em favor da Secretaria Geral do Ministério do Interior, no valor de NCz\$ 15.000.000,00, para as situações que específica.

— Dependendo de parecer da Comissão Mista. (Mens./276/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Tavares, para proferir parecer.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas

Com fundamento no art. 62 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República expediu a Medida Provisória nº 120, de 6 de dezembro corrente, que autoriza a abertura de crédito extraordinário, em favor da Secretaria-Geral do Ministério do Interior, no valor NCz\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzados novos), para custear despesas urgentes e inadiáveis com o tratamento de um surto de molestias infecto-contagiosas, que vem grassando na tribo dos Yanomamis, localizada no Estado de Roraima.

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 1989, do Congresso Nacional, deve ser examinada a medida provisória quanto ao mérito e a constitucionalidade, depois de reconhecida sua admissibilidade, em parecer próprio.

Sob o mérito da medida legislativa, entendemos que se trata de providências de caráter excepcional, que vem minorar a situação aflitiva que hoje vive uma parte da população indígena brasileira

O quadro de calamidade em que se encontram as áreas indígenas Yanomani está descrito na Exposição de Motivos nº 534, anexa, dos Srs. Ministros do Interior, Fazenda e Planejamento, onde se explicita o seguinte:

“Os índios Yanomani sofrem agudamente com a desnutrição e com a incidência de doenças graves como a malária, infecções gastro-intestinais e respiratórias agudas, dentre outras de menor repercussão, mas de presença intolerável

A proliferação dessas moléstias tem crescido acima de qualquer limite tolerável, mercê da promiscua convivência com milhares de intrusos nas áreas habitadas pela referida população indígena, principalmente a partir do final de 1988, fato que cumpre modificar, inclusive mediante a retirada dos invasores

Essa situação — conclui a Exposição de Motivos — atingiu proporções que hoje caracterizam verdadeiro estado de calamidade pública, a exigir imediato desencadeamento de ações emergenciais”

DA CONSTITUCIONALIDADE

Do ponto de vista da constitucionalidade, cabe acentuar que a Medida Provisória foi promulgada nos termos do art. 62, combinado com o art. 84, inciso XXVI, da Constituição. Ademais, compete à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, a teor do art. 21, XVIII, do mesmo Texto Fundamental.

Por outro lado, o ato legal sob exame guarda conformidade com os preceitos do § 3º do art. 167 de nossa Carta Magna, segundo o qual a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Nestas condições, manifestamo-nos pela aprovação da Medida Provisória nº 120, de 6 de dezembro de 1989, por atender aos aspectos constitucional e de mérito.

É o parecer, Sr. Presidente, Srª e Srs. Congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer concluiu pela aprovação da medida provisória.

Em discussão a matéria (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

E a seguinte a matéria aprovada.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 120, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1989

Autoriza a abertura de crédito extraordinário, em favor da Secretaria Geral do Ministério do Interior, no valor de NCz\$ 15.000.000,00, para as situações que especifica.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito extraordinário até o limite de NCz\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzados novos), em favor da Secretaria Geral do Ministério do Interior, para o atendimento de calamidades públicas e situações de emergências, reconhecidas pelo Ministro de Estado do Interior.

Art. 2º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 8:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 121, de 6 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na Administração Direta e nas Autarquias, e dá outras providências.

— Dependendo de parecer a ser proferido em Plenário. (Mens./277/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Etevaldo Nogueira para proferir o parecer.

O SR. ETEVALDO NOGUEIRA (PFL — CE. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com arrimo no art. 62 da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com Mensagem de 12 de dezembro de 1989, submete à deliberação do Congresso Nacional o texto da Medida Pro-

visória nº 121, de 6 do mesmo mes, que, em resumo:

a) fixa vencimentos ou gratificações de diversas carreiras ou categorias funcionais do serviço público federal,

b) extingue a gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais;

c) altera os percentuais dos adicionais de insalubridade e periculosidade e reajusta os valores das funções de assessoramento superior;

d) dispõe sobre a concessão das gratificações de produtividade e de desempenho de atividades rodoviárias;

e) procede à complementação de ajustes remuneratórios previstos na Medida Provisória nº 106, de 14 de novembro de 1989

Como se lê na Exposição de Motivos firmada pelos Ministros do Planejamento, do Trabalho e da Fazenda, o Ato “objetiva, fundamentalmente, dar cumprimento a dispositivos constitucionais que prevêem a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do Poder Executivo, ressalvadas as vantagens de caráter individual”

À Medida foram apresentadas 52 emendas, a maioria estendendo ou criando gratificações ou outras vantagens a carreiras outras não referidas no seu texto

Análise

A Medida Provisória em exame atende aos pressupostos de relevância e urgência, previstos no art. 62 da Lei Maior, conforme se reconheceu em parecer sobre a sua admissibilidade, exarado pela Comissão Mista específica. Por outro lado, no seu texto não vislumbramos ofensa a qualquer dispositivo constitucional.

Quanto ao mérito, no seu conjunto, as suas disposições vêm preencher lacunas na ordem jurídica e administrativa, ao consubstanciar providências de caráter isonômico aplicáveis a servidores do Poder Executivo, no sentido de tornar efetivo o disposto no § 1º do art. 39 da Constituição; e providências outras de natureza simplificativa, visando a aglutinação de vantagens distribuídas por títulos diversos

Uma análise de seus anexos revela ainda a preocupação de reescalonar, para o nível intermediário, vencimentos de categorias funcionais que se encontravam em níveis inferiores aos de suas atribuições.

As providências adotadas vêm atender a aspirações insistentemente manifestadas por categorias que eram remuneradas em desnível com outras de encargos semelhantes, o que agora é corrigido, fazendo-se, assim, justiça a muitos servidores

Visando aos mesmos objetivos, muitas das emendas apresentadas procuram trazer à disciplina a remuneração de carreiras e categorias não contempladas no Ato em discussão. Não obstante o inegável mérito de tais proposições, todas elas acarretariam elevação de despesas, o que torna inviável o seu acolhimento, tendo em vista a prescrição do art. 63 da Carta Magna, que veda o aumento da despesa prevista em projetos de iniciativa ex-

clusiva do Presidente da República, como é o caso, nos termos do art. 61, § 1º, II, a e c. Esses preceptivos reservam à competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo a iniciativa das leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos, na Administração Direta e Autárquica ou aumento de sua remuneração.

Há ainda que se ter em linha de conta a restrição contida no art. 169, parágrafo único, que em resumo exige prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes, bem como autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Além dos óbices de natureza constitucional apontados, lamentamos profundamente não haver sido possível um exame mais detido de cada proposta, tendo em vista a exiguidade do tempo para a votação da matéria, além do grande número de emendas apresentadas.

Tivemos, por outro lado, a preocupação de não causar prejuízo aos servidores já abrangidos pela medida, não acolhendo proposições da mais absoluta justeza quanto ao mérito, porém de discutível aceitação do ponto de vista constitucional, as quais poderiam acarretar vetos por parte do Senhor Presidente da República, em detrimento dos beneficiados pelo ato.

Vale lembrar, por outro lado, que as disparidades ainda não sanadas, certamente haverão de ser apreciadas no início do próximo ano. Seria o caso, por exemplo, da carreira Delegado de Polícia Federal, sobre a qual se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados projeto de lei cujo conteúdo guarda conformidade com a emenda.

As propostas, aliás, embora não tenha sido viável o seu acolhimento nesta oportunidade, servirão como manancial extremamente útil para que o Senhor Presidente da República possa propor ao Congresso Nacional as correções que entender convenientes e adequadas, no que diz respeito à política de pessoal do Poder Executivo.

Expositis, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 121, de 1989, nos seus exatos termos.

É o parecer, Sr. Presidente.

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, tendo em vista se tratar de matéria polêmica e estar havendo a possibilidade de entendimento entre as Lideranças, peço a V. Exª que a votação desta matéria se processe ao final da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência indaga aos nobres líderes se não há óbice. Se não houver, será o último item a ser apreciado.

O Sr. Farabulini Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não sou líder do PTB, sou apenas um Deputado. Pedi a palavra apenas para observar a V. Exª que é evidente a falta de *quorum* no plenário. Não podemos votar coisa alguma com esse açoitamento e sem *quorum*. Isto é uma vergonha. Quando chegarem os líderes do PTB aqui, vou exigir deles que se enquadrem na lei, na justiça e na moral. Que venham aqui, fiscalizar, porque votar-se esta matéria como está sendo votada, sem *quorum* na Casa, é imoral.

Portanto, Sr. Presidente, solicito verificação de *quorum*.

O SR. Ibsen Pinheiro — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista

O SR. IBSEN PINHEIRO (PMDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu pretendia silenciar-me diante da questão de ordem. Não me oponho aos seus fundamentos. V. Exª decidirá a respeito: no entanto, não posso ouvir calado que aquilo que se pratica aqui seria uma indecência ou uma imoralidade. Estamos votando uma pauta complicada, com avulsos publicados. O Congresso funcionou com *quorum* pleno. Toda a Nação está informada da pauta. Se houver pedido de verificação responsável, será concedido por V. Exª, ninguém tem dúvida. Decidiremos aqui com transparência e clareza, e se cuidará do interesse nacional, independentemente das pressões de grupos para o atendimento de seus interesses. Decidiremos de acordo com a lei, sob o comando de uma Mesa que tem o acatamento e o respeito da Casa. Decidiremos uma pauta em que todos os partidos, sem exceção, concertaram em função do interesse nacional.

O Sr. Farabulini Júnior — Sr. Presidente, peço verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Congressista Farabulini Júnior, a Presidência comunica a V. Exª, e a todos os Srs. Deputados e Srs. Senadores presentes em plenário, que há na Casa 250 Srs. Deputados e 40 Srs. Senadores. Portanto, a Presidência não aceita a colocação de V. Exª.

A Presidência disse que, se houvesse concordância das lideranças — e até agora nenhum líder se manifestou contrariamente —, colocaria o item em votação como sendo o último da pauta.

O Sr. Etevaldo Nogueira — Sr. Presidente, há alguma divergência. Retro o pedido em: caminhado à Mesa.

O Sr. Farabulini Júnior — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está retirado o pedido.

Em discussão a medida.

Para discutir, concedo a palavra ao nobre Congressista Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Como V. Exªs vêem, não há *quorum*. Apesar de publicada a pauta, a tempo e à hora; apesar de os Deputados, os mais frequentes nesta Casa, terem acompanhado de perto o desdobramento de todas essas medidas provisórias que acorrem ao Congresso Nacional; apesar de termos tido relatores brilhantes, em várias das medidas provisórias, que não acatarem posições de lideranças e promoveram emendas; apesar de dizer-se que essas emendas propostas por Senadores e por Deputados, independentes, constituam o jogo do corporativismo, em detrimento dos interesses da Nação, como acaba de afirmar o Deputado Líder do PMDB, devo dizer que, se V. Exªs não entendem estar a estrutura do Estado materializada, bem urdida e bem implantada, concebê-la sem recursos humanos hábeis, que devem receber o tanto que precisam para poder manter-se e às suas famílias; se V. Exªs não entendem que os recursos humanos devem ser, assim, mais aquinhoados do que os recursos técnicos, se V. Exªs não entendem que há gravíssimas injustiças nas medidas provisórias que atentam contra a lei, atentam contra a Constituição, isto, sim, constituirá desrespeito à Nação. Tudo o que se postula aqui, a nível scaninhos do Poder Executivo, através de tecnocratas, e encontra guarida nas Lideranças, não se ouvindo Deputados, não se ouvindo Senadores isoladamente. E quando um Senador, como Leopoldo Peres, apresenta um parecer à Medida Provisória nº 106, de 1989, abalança-se o Plenário desta Casa, cob o comando das Lideranças, para, inclusive, preferir votar a medida provisória espúria do que acatar o relatório do Senador, que veio ungido do clamor das classes menos protegidas do funcionalismo público e, mais que isto, ungido para que a correição e o bom propósito fossem cumpridos.

Não aceito, Sr. Presidente do Senado da República e, agora, do Congresso Nacional, votemos qualquer coisa sem que haja *quorum*. O *quorum* é regimental. Que se exija *quorum*, Sr. Presidente, para que saibamos quem esta no plenário, quem vai votar a favor, quem vai votar contra o *funcionalismo público* do País.

Sr. Presidente, querem ainda debitar na conta dos funcionários públicos esse descalabro a que chegou a Nação brasileira, a responsabilidade pelo déficit público e todo esse sistema que está podre. Não tem cabimento. Os Líderes desta Casa — o Líder do Governo, o Líder do Partido majoritário aqui, o PMDB, o Líder da Frente Liberal, devem dizer a verdade à Nação, de que defendem com armas e bagagens o que é feito nos scaninhos do Poder Executivo. É lá onde se encontra a po-

ndão, onde se encontra a malversação, onde se encontra tudo aquilo que dilapida os cofres públicos. Devem dizer isso à Nação, e em o fazendo, aí, sim, terão autoridade até para votar sem que haja ninguém nesta Casa.

No que tange à Medida Provisória nº 121, de 1989, Sr. Presidente, há uma flagrante inconstitucionalidade que desejo mostrar, sem defender nenhum corporativismo, mas tenho até o direito de o fazer, tenho o direito de defender, aqui, grupos de funcionários públicos, aos quais dão o nome de "corporativismo".

Não defenderei aqui ninguém que queira assenhorear-se dos favores do Poder Executivo, dos favores do Governo, impingindo aqui tudo aquilo que queiram, a despeito do nosso protesto. No caso da Medida Provisória nº 121, de 1989, e no caso concreto dos delegados de polícia de carreira, defendo sim, porque aí fora defendo a sociedade mais ou igual a qualquer dos líderes que querem votar a medida sem nenhuma emenda. Defendo a sociedade contra os bandidos, defendo a sociedade contra aqueles que esbanjam o dinheiro público e surrupiam dos cofres da Nação tudo o que desejam. Por isso, desejo uma estrutura policial à altura, onde delegados de polícia ganhem o suficiente para proteger a sociedade desarmada, a sociedade ofendida que esses líderes desconhecem. Tenho certeza de que desconhecem, porque ficam nos escaninhos, à sorrelfa, à socapa, promovendo tudo o que desejam e depois impingem a este Plenário.

A Nação ouvirá, porque ocuparei esse microfone em seguida, para dizer tudo aquilo que penso e desejo, em nome da sociedade que defendo, em nome dos policiais civis, em nome dos delegados de polícia, em nome da Polícia Militar, em nome do Ministério Público, em nome da Magistratura, em nome daqueles que fazem parte da estrutura dos recursos humanos do Estado. Estamos aqui também para exercer sobre eles uma fiscalização.

Desafio que os Líderes digam se o art. 241 da Constituição está aqui acolhido. Não está, pois neste instante vem para cá uma medida que...

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva. Fazendo soar as campainhas.) — O tempo de V. Ex.^a está esgotado

O Sr. Farabulini Júnior — Estou encerrando.

Como dizia, uma medida que procura aumentar vencimentos de delegados sem aplicar o art. 241 e que promove a inconstitucionalidade por omissão. Este Congresso será omissivo se assim proceder.

Era o que tinha a dizer agora. Mas, o Congresso votar sem *quorum*, Sr. Presidente, não vai votar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Lysâneas Maciel, para discutir.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT — RJ Para discutir Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, volta e meia

a pauta deste Congresso mistura medidas justas e medidas profundamente injustas. Qual é o propósito dessa mescla que fere toda a técnica e a conveniência de um apressamento processual?

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, e repilo a argumentação de que vamos impedir a votação de várias matérias importantes.

Este Governo e a maioria desta Casa que têm mostrado uma insensibilidade total para com as reivindicações de funcionários, de repente dizem que vão elaborar um projeto até 5 de abril do ano que vem, onde essas injustiças poderiam ser corrigidas.

É uma falácia, Sr. Presidente e Srs. Congressistas. Na verdade, o Governo tem-se recusado sistematicamente a atender aos reclamos das classes menos favorecidas. Na verdade, o Governo vem impondo uma verdadeira impostura, a pretexto de que tem que regularizar as várias situações.

Nos, do PDT, temos feito denúncias. Lembro-me de alguns exemplos gritantes, como a Emenda nº 37, em que se perdoou o débito dos grandes devedores rurais, no valor de três bilhões de dólares, e se deu, na mesma oportunidade, o aumento de um cachorro-quente para os trabalhadores, ou seja, de NCz\$ 1,20.

Recordo que está em pauta, possivelmente para ser votada, com prioridade, a correção monetária no crédito dos grandes empreiteiros; e discute-se que o Governo não tem condições de atender às outras reivindicações.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, há sinceridade nesse tipo de argumentação? Todos estamos preocupados que esta Nação não mergulhe no caos, notadamente agora que o candidato das forças populares vai assumir.

Srs. Congressistas, o que está acontecendo e que eles querem jogar...

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva. Fazendo soar a campainha.) — A Presidência deseja que o nobre Congressista Farabulini Júnior ouça o Líder Lysâneas Maciel, assim como o Líder Lysâneas Maciel ouviu S. Ex.^a no momento oportuno, se S. Ex.^a entender que deve pedir verificação de *quorum*, a Mesa vai conceder. Mas, primeiro, vamos ouvir, com a atenção e o respeito que merece, o nobre Companheiro e Congressista Lysâneas Maciel.

O Sr. Lysâneas Maciel — Então, a esta altura dos acontecimentos não sensibiliza a este Congresso a situação, por exemplo, dos funcionários do Ministério da Agricultura, muitos deles ganhando menos que o salário mínimo. Protegem-se os grandes devedores rurais, protegem-se os empreiteiros, protegem-se vários setores, mantêm-se subsídios vergonhosos e querem que os funcionários públicos, que os trabalhadores agüentem até 5 de abril de 1990.

Há muito de cinismo, há muito de impostura nessa posição, Sr. Presidente. A Nação estaria pronta. E nós, agora, que vamos compor um novo Governo — digo compor uma nova forma de Governo, não participação de Governo, para que não haja exploração —, entendemos que há necessidade de rever todas essas situa-

ções. Estamos de acordo em que haja uma revisão geral para enfrentar esta crise, que estes homens que estão no poder e que essa maioria que está no poder criaram. Essa crise não foi criada pelos funcionários nem pelos trabalhadores.

Dou como outro exemplo gritante uma emenda que hoje não mereceu qualquer consideração por parte do Relator. A emenda diz o seguinte, so para que os Srs. Deputados e Senadores tenham uma idéia do que está ocorrendo: "aqueles trabalhadores, aqueles funcionários, aqueles médicos, funcionários públicos ou não, que trabalharam ao longo de sua vida no raio X, em contato direto com o perigo de contaminação radioativa..." Pois bem, esses funcionários que estão agora com algumas sequelas em suas vidas, pelo trabalho com raios X e com essa possibilidade de contaminação, tiveram reduzido o adicional de insalubridade e de periculosidade, a que tinham direito.

Que tipo de medida é esta? Que tipo de política é esta, Sr. Presidente? Não há sinceridade nisso. E não nos venham acusar que estamos impedindo a votação de hoje. Deixem de misturar coisas sérias com privilégios, e votaremos de acordo, Sr. Presidente. Deixem de querer que os funcionários públicos e as demais categorias paguem por esses atos inconsequentes, irresponsáveis e insensíveis de fim de festa de Governo.

Estou citando apenas o exemplo de uma emenda, Sr. Presidente. Poderia ficar aqui a manhã toda dizendo dos absurdos de alguns contaminados pelos raios X, com sequelas de saúde. E vem o Governo dizer que eles não podem mais receber esse adicional de periculosidade, embora já estejam afastados do serviço público.

Sr. Presidente, é preciso que não ocorra isto aqui. Estão dizendo que vamos impedir a votação de coisas importantes. Essa mistura de alguns benefícios, até mesmo a emenda que propicia o aumento de 121% aos funcionários, que não é aumento. Quando se corrigem as injustiças, parece que é aumento, quando se dá crédito a empreiteiros, quando se dá crédito a devedores, isto não é correção, passa a ser uma medida de justiça.

Não se trata, Srs. Congressistas, de aumento de coisa alguma, trata-se de reposição desde o tempo da ditadura e que, agora, está sendo mantido pelo atual sistema e pela maioria que está informando esse processo, através das suas decisões.

O PDT se recusa a ser misturado nessas manobras, aparentemente muito sutis, aparentemente muito eficientes. Na verdade, Sr. Presidente, se quisesse atender aos reclamos mínimos, deixar-se-iam esses empreiteiros de lado. Eles já ganharam muito dinheiro e vêm ganhando muito dinheiro nesta República. Já ganharam muito dinheiro na ditadura. Querem, agora, continuar tirando até o adicional de periculosidade de médicos, enfermeiras e outras pessoas que arriscam a vida nas suas funções públicas e particulares. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Eliel Rodrigues.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB — PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Não podia silenciar ante a Medida Provisória nº 121, de 1989, porquanto, através dela, milhares de servidores públicos estão sendo preteridos em relação às demais categorias beneficiadas pela referida medida.

Essa medida provisória, de fato, estabeleceu tratamento diferenciado e classista, que contempla apenas uma pequena parte dos servidores. De acordo com a referida medida, as categorias profissionais de assistente jurídico, analista de orçamento, analista de finanças e controle têm valores iniciais superiores aos das demais categorias profissionais de nível superior, tais como a de médico, engenheiro, administrador, economista, técnico em comunicação social, entre outros, algumas vezes até 1/3 inferior às referidas categorias.

A situação torna-se mais grave ainda, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, quando comparamos, com estas últimas, as categorias de nível médio de técnico de orçamento e de técnico de finanças e controle. Essas categorias têm remuneração também superior às outras categorias de nível superior, não contempladas, na medida provisória.

Que tipo de isonomia é esta, Sr. Presidente, que a nossa Constituição prescreveu apenas para beneficiar uns poucos, que formam uma entidade especial entre aqueles que realmente merecem receber a justa remuneração, mas jamais desprestigiando, desvalorizando os demais companheiros do funcionalismo público. Por isso, chamaríamos a atenção de V. Ex^a para o fato de que as categorias alcançadas por essa medida são exatamente aquelas que recebem tratamento diferenciado já de há muito tempo.

Assim, é imperioso que se estabeleça uma isonomia de fato, de direito, estendendo a todas as categorias funcionais não contempladas o tratamento destinado àquelas que receberam essa justa medida.

São estas as nossas palavras, Sr. Presidente.

O Sr. Paes Landim — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. PAES LANDIM (PFL — Pl. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desculpe-me interromper o processo de discussão mas eu gostaria de fazer apenas uma retificação.

Dos avulsos que estão distribuídos consta um pequeno erro no Parecer nº 163, de minha autoria, a respeito do Projeto de Lei nº 79. É que, ao invés de o Município se chamar "Bom Jardim", como se encontra, o seu nome é "Belo Jardim". Foi um erro datilográfico, que peço seja registrado nos Anais para a devida correção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência solicita a V. Ex^a venha até a Mesa, para que possamos sanar esse erro

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Encerrada a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Sr. Nilson Gibson — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, trago à consideração de V. Ex^a um equívoco que houve em relação a um avulso, e não sei se já foi sanado

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência já resolveu esta questão.

O SR. NILSON GIBSON — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Lysâneas Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT — RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o PDT lamenta profundamente e registra em ata esse tipo de procedimento regimental. Entende que a rejeição das emendas e a aprovação de outras, privilegiando grupos, privilegiando engrenagens, privilegiando segmentos que não são de trabalhadores, de funcionários públicos, são altamente lesivas não somente aos cofres públicos, como, sobretudo, aos interesses de uma classe sofrida e marginalizada.

Vamos votar favoravelmente, com esta declaração de voto: não concordamos de forma alguma com essa rejeição inadequada, insensível, de várias emendas que tratam de interesses, conforme denunciado na tribuna.

Não é possível Sr. Presidente, que se apresente, como um resultado normal, esse tipo de ação regimental e constitucional. Nós, progressistas, nós, com um mínimo de sensibilidade, não podemos permitir que se utilize o Regimento para prejudicar os pequenos e para, acumpliciadamente, beneficiar os grandes.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece ao nobre Deputado Lysâneas Maciel que constará em ata a sua declaração de voto.

O Sr. Solón Borges dos Reis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. SÓLON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pela liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, deixo registrada a nossa posição. A nossa Bancada, com 21 Deputados nesta Casa, pelo Regimento Interno atual, não tem condições de reclamar regimentalmente a verificação de votação, mas tem toda autoridade moral e parlamentar, pela luta travada, principalmente pelo nobre Deputado Farabulini Júnior e por outros Companheiros, de não concordar com a maneira pela qual foi decidido o assunto; não a maneira regimental, mas a maneira política, porque esta medida atende, realmente, a centenas de milhares de servidores. Por isso, não evitamos a aprovação, para que não se prejudique o atendimento de muitas categorias em todo o Brasil. Mas algumas ficam de fora, pela desconsideração das emendas, entre as quais a que manda dar isonomia aos delegados de polícia, emenda essa brava, contínua e corajosamente defendida pelo nobre Deputado do nosso partido, Farabulini Júnior.

Aceitamos o compromisso desta Casa de que dará prioridade, assim que for regimentalmente possível, à reparação dessas falhas, não só dos delegados de polícia, que é uma bandeira do Deputado Farabulini Júnior, como de todos aqueles que se sentem marginalizados pela exclusão da Medida Provisória nº 121, de 1989, que o Governo expediu e que aprovamos, para não lesar a expectativa de direito à promoção de centenas de milhares de servidores que fazem jus a uma melhoria de vida.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência é uma guardião do Regimento, e, logicamente, não se afastará um milímetro sequer do mesmo. As questões políticas deverão ser decididas perante os Srs. Líderes, os Srs. Deputados e os Srs. Senadores.

O Sr. Etevaldo Nogueira — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Etevaldo Nogueira.

O SR. ETEVALDO NOGUEIRA (PFL — CE. Para comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Na qualidade de Relator da Medida Provisória nº 121, comunico que houve um erro de redação no inciso II do art. 1º. Deixou-se de incluir a expressão "Grupo Dacta". Então, leio o inciso II do art. 1º: "dos Engenheiros Agrônomos Grupo Dacta, pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos e Empregos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970". Gostaria que V. Ex^a mandasse fazer a devida retificação.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência consulta à Liderança do PMDB se concorda. (Pausa.)

Havendo a concordância, está aceita.

A matéria vai à Comissão Mista para redação final.

Sobre a mesa, redação final que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 173-A, DE 1989-CN
(Da Comissão Mista)

A Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 121, de 6 de dezembro de 1989, apresenta a redação do texto aprovado, transformando-a em Projeto de Lei de Conversão nº 41, de 1989, em virtude de aprovação de emenda.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 1989. — *Etevaldo Nogueira*, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 173-A,
DE 1989-CN

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 41, de 1989, que "dispõe sobre a remuneração de servidores civis do Poder Executivo, na administração direta e nas autarquias, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São fixados, nas Tabelas dos Anexos I a IX desta lei, os vencimentos ou gratificações.

I — dos integrantes das carreiras ou categorias funcionais Auditoria do Tesouro Nacional, Finanças e Controle, Orçamento, Procurador da Fazenda Nacional, Assistentes Jurídicos, Procuradores Autárquicos, Procuradores e Advogados de Ofício do Tribunal Marítimo, Polícia Federal, Polícia Civil do Distrito Federal, Diplomata do Serviço Exterior e Gestor Governamental;

II — dos Engenheiros Agrônomos e Grupo Dacta, pertencentes ao Plano de Classificação de Cargos e Empregos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970;

III — dos servidores pertencentes à tabela emergencial da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública;

IV — do Juiz Presidente e dos Juizes do Tribunal Marítimo.

§ 1º É extinta a gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, considerando-se seus valores incorporados às remunerações fixadas nos Anexos referidos neste artigo.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos servidores pertencentes ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, instituído pelo art. 3º da Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.

Art. 2º São alterados os percentuais dos seguintes adicionais, percebidos pelos servidores alcançados pelo disposto nos itens I e II do artigo anterior

I — adicional de insalubridade: 1%, 1,5% e 2%, na forma das normas em vigor;

II — adicional de periculosidade: 1%

Parágrafo único Os valores dos adicionais são calculados sobre o vencimento ou salário

Art. 3º Será paga, a título de complementação, nominalmente identificada, a diferença que se verificar entre os vencimentos ou salários das referências iniciais dos níveis superior, intermediário e auxiliar do Anexo I da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e os das referências dos correspondentes níveis do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, instituído pelo art. 3º da Lei nº 7.596, de 1987.

Art. 4º Os atuais valores das funções de assessoramento superior a que se refere o art. 122 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e suas alterações, são reajustados em 13,76%.

Art. 5º As gratificações de produtividade e de desempenho de atividades rodoviárias a que se referem, respectivamente, o item II do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.333, de 11 de junho de 1987, e o parágrafo único do art. 2º do Decreto-Lei nº 2.194, de 26 de dezembro de 1984, serão concedidas aos servidores investidos nos cargos em comissão ou nas funções de confiança referidos nos mesmos dispositivos, desde que não ocupem cargos ou empregos efetivos na Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Art. 6º Os Anexos XX e XXI da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, são substituídos pelos Anexos X e XI desta Lei.

Art. 7º A Secretaria de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento e Coordenação, da Presidência da República, no prazo de vinte dias, contados da data da publicação da Medida Provisória que deu origem a esta lei, fará publicar, no *Diário Oficial* da União, as tabelas de remuneração dos servidores das Campanhas de Saúde Pública, instituídas de conformidade com a Lei nº 5.026, de 14 de junho de 1966, nos valores vigentes no mês de outubro de 1989, reajustados em 31,07%.

Art. 8º Os efeitos financeiros decorrentes dos seguintes dispositivos dessa lei vigoram a partir de

I — arts 1, 2, 3 e 9 — 1º de novembro de 1989;

II — arts 4, 5 e 6 — 1º de dezembro de 1989.

Art. 9º É revogado o § 4º do art. 2º da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989.

Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 11 Revogam-se as disposições em contrário

ANEXO I

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89

TRIBUNAL MARÍTIMO CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO MENSAL	%	RETRIBUIÇÃO	GRATIFICAÇÃO	RETRIBUIÇÃO TOTAL
JUIZ-PRESIDENTE	3.982,79	190	7.567,40	1.512,42	13.062,61
JUIZ	3.982,79	175	6.969,00	1.512,42	12.464,21

ANEXO II
 ART. 17 DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89
 CARREIRA: AUDITOR DO TESOUREIRO NACIONAL

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO
ESPECIAL	III	15.135,10	5.734,10	20.869,20
	II	14.713,55	5.544,09	20.257,64
	I	14.303,75	5.360,25	19.664,00
1º	VI	13.905,37	5.182,39	19.087,76
	V	13.518,08	5.010,32	18.528,40
	IV	13.141,57	4.843,87	17.985,44
	III	12.775,56	4.682,83	17.458,39
	II	12.419,73	4.527,05	16.946,78
	I	12.073,82	4.376,35	16.450,17
2º	VI	11.737,54	3.830,56	15.568,10
	V	11.410,63	4.089,54	15.500,17
	IV	11.092,82	3.953,13	15.045,95
	III	10.783,86	3.821,17	14.605,03
	II	10.483,51	3.693,53	14.177,04
	I	10.191,53	3.570,06	13.761,59
3º	IV	9.907,67	3.450,65	13.358,22
	III	9.631,73	3.335,13	12.966,86
	II	9.363,47	3.223,41	12.586,88
	I	9.102,68	3.115,35	12.218,03

ANEXO 11

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121 /89

CARREIRA: TÉCNICO DO TESOUREIRO NACIONAL

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO
ESPECIAL	III	5.994,44	2.866,91	8.861,35
	II	5.830,82	2.757,70	8.588,52
	I	5.667,31	2.648,59	8.315,90
1a.	IV	5.340,49	2.430,45	7.770,94
	III	5.176,94	2.321,30	7.498,24
	II	5.013,59	2.212,27	7.225,86
	I	4.850,15	2.103,20	6.953,35
2a.	IV	4.523,03	1.884,87	6.407,90
	III	4.359,66	1.775,85	6.135,51
	II	4.196,19	1.666,73	5.862,92
	I	4.032,57	1.557,54	5.590,11
3a.	III	3.705,71	1.339,40	5.045,11
	II	3.542,14	1.230,22	4.772,36
	I	3.378,54	1.121,05	4.499,59

ANEXO III

ART. 12 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121 /89
 CARREIRA: POLÍCIA FEDERAL E POLICIAL CIVIL DO DF
 (NÍVEL SUPERIOR)

CLASSF	PADRÃO	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	PENHORAS
FSPECIAL	III	15.135,10	5.734,10	20.869,20
	II	14.554,57	5.675,53	20.230,10
	I	13.990,31	5.614,26	19.604,57
1º	VI	13.459,46	5.550,56	19.010,02
	V	12.943,20	5.484,66	18.427,86
	IV	12.446,75	5.416,78	17.863,53
	III	11.969,34	5.347,14	17.316,48
	II	11.510,24	5.275,94	16.786,18
	I	11.068,74	5.203,38	16.272,12
2º	V	10.644,19	5.129,62	15.773,81
	IV	10.235,91	5.054,84	15.290,75
	III	9.843,30	4.979,19	14.822,49
	II	9.465,75	4.902,82	14.368,57
	I	9.102,68	4.825,87	13.928,55

ANEXO III
ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121 /89
CARRIERA: POLÍCIA FEDERAL E POLICIAL CIVIL DO DF
(NÍVEL MÉDIO)

CLASSF	PADRÃO	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	PERÍODO 70
ESPECIAL	III	6.679,90	4.272,30	10.952,20
	II	6.410,48	3.899,30	10.309,78
	I	5.871,57	3.831,40	9.705,05
1º	IV	5.602,01	3.533,78	9.135,79
	III	5.332,66	3.267,26	8.599,92
	II	5.063,30	3.032,19	8.095,49
	I	4.793,85	2.826,79	7.620,64
2º	IV	4.524,33	2.649,31	7.173,64
	III	4.254,99	2.497,07	6.752,86
	II	3.985,58	2.371,19	6.356,77
	I	3.716,30	2.267,61	5.983,91

ANEXO IV

ART. 14 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89

CARREIRA: ANALISTA DE ORÇAMENTO E ANÁLISE DE FINANÇAS E CONTROLE

CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO
ESPECIAL	III	15.135,10	5.734,10	20.869,20
	II	14.632,60	5.624,96	20.257,64
	I	14.140,22	5.515,70	19.654,00
C	V	13.899,23	5.180,53	19.079,76
	IV	13.449,01	5.079,39	18.528,40
	III	13.015,13	4.970,31	17.985,44
	II	12.597,18	4.861,21	17.458,39
	I	12.194,76	4.752,02	16.946,78
B	V	12.025,42	4.424,75	16.450,17
	IV	11.652,54	4.315,56	15.968,10
	III	11.293,61	4.206,56	15.500,17
	II	10.940,50	4.097,45	15.045,95
	I	10.616,79	3.988,24	14.605,03
A	VI	10.516,00	3.661,04	14.177,04
	V	10.209,75	3.551,84	13.761,59
	IV	9.915,47	3.442,85	13.358,32
	III	9.633,19	3.333,67	12.966,86
	II	9.362,42	3.224,46	12.586,88
	I	9.102,68	3.115,35	12.218,03

ANEXO IV

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121 /89

CARREIRA: TÉCNICO DE ORÇAMENTO E TÉCNICO DE FINANÇAS
E CONTROLE

CLASSE	PADRÃO	VERCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO	RETRIBUIÇÃO
ESPECIAL	III	5.994,44	2.866,91	8.861,35
	II	5.732,43	2.801,48	8.533,91
	I	5.482,61	2.735,97	8.218,58
C	V	5.397,16	2.517,73	7.914,89
	IV	5.170,17	2.452,26	7.622,43
	III	4.954,02	2.386,76	7.340,78
	II	4.748,23	2.321,30	7.069,53
	I	4.552,48	2.255,83	6.808,31
B	V	4.519,04	2.037,69	6.556,73
	IV	4.342,23	1.972,23	6.314,46
	III	4.174,43	1.906,70	6.081,13
	II	4.015,12	1.841,31	5.856,43
	I	3.864,18	1.775,85	5.640,03
A	VI	3.874,09	1.557,54	5.431,63
	V	3.738,85	1.492,08	5.240,93
	IV	3.611,09	1.426,55	5.077,64
	III	3.490,33	1.361,16	4.851,49
	II	3.376,58	1.295,65	4.672,23
	I	3.269,34	1.230,22	4.499,56

ANEXO V

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89

CARREIRA: DIPLOMATA

CLASSE	VENCIMENTO
Ministro 1ª Classe	11.770,90
Ministro 2ª Classe	10.419,01
Conselheiro	9.517,87
1º Secretário	9.066,97
2º Secretário	8.616,57
3º Secretário	7.715,44

ANEXO VI

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

CATEGORIA	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Sub-Procurador Geral	12.346,98	8.522,22	20.869,20
Procurador 1ª Categoria	10.997,85	7.211,31	18.209,16
Procurador 2ª Categoria	9.672,82	5.963,91	15.636,73

ANEXO VII

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89

CARRERA: ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

CLASSE	VERCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO
V	8.674,28	12.194,92	20.869,20
IV	7.415,09	11.093,31	18.528,40
III	5.872,84	10.185,26	15.968,10
II	4.956,73	8.804,86	13.761,59
I	4.130,61	8.007,42	12.138,03

ANEXO VIII

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121/89

GRATIFICAÇÕES

(SERVIDORES DO PCC-LPI Nº 5.645/70
E LPI Nº 6550/78)

REFEREN- CIA	ASSISTENTE JURÍDICO, PROCURA- DOR AUTÁRQUICO, PROCURADOR E ADVOGADO DE OFÍCIO DO TRIBU- NAL MARÍTIMO	ENGENHEIRO AGRONOMO	DACIA (DC)
05	7.290,06	722,06	1.687,94
06	7.435,00	715,11	1.712,29
07	7.599,88	904,55	1.798,39
08	7.776,58	902,76	1.856,29
09	7.834,52	1.062,33	1.916,06
10	8.036,50	1.063,91	1.977,76
11	8.105,82	1.223,23	2.041,44
12	8.376,59	1.229,88	2.107,17
13	8.423,82	1.389,29	2.175,02
14	8.688,11	1.399,90	2.245,05
15	8.885,07	1.584,47	2.317,34
16	9.093,70	1.577,31	2.391,95
17	9.214,87	1.764,29	2.458,97
18	9.658,03	1.787,14	2.548,47
19	10.628,89	1.814,95	2.712,60
20	10.430,84	2.041,32	2.899,77
21	10.857,96	2.079,00	3.096,08
22	11.321,03	2.123,51	3.306,28
23	11.813,91	2.365,99	3.528,07
24	12.345,41	2.422,98	3.764,31
25	12.915,61	2.487,27	4.015,13

REFERÊNCIA	DACIA (III)
22	1.172,47
23	1.204,94
24	1.238,32
25	1.272,62
26	1.307,87
27	1.344,96
28	1.381,32
29	1.419,58
30	1.458,90
31	1.499,31
32	1.540,84
33	1.583,52
34	1.627,32
35	1.672,45

TABELA IX

ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 121 /89

TABELAS EMERGENCIAIS/SUCAM

NÍVEL SUPERIOR		NÍVEL MÉDIO	
DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	REMUNERAÇÃO	DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	REMUNERAÇÃO
MÉDICO	7.177,00	AUXILIAR DE LABORATÓRIO	1.511,00
MÉDICO VETERINÁRIO	7.177,00	QUÍMICO	1.511,00
FARMACEUTICO	7.177,00	AUXILIAR DE LANCIA	1.578,00
BIOQUÍMICO	7.177,00	LABORISTA	1.648,00
BIÓLOGO (ENTOMOLOGIA)	7.177,00	COPISTA DE BOLETINS	2.230,00
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	7.177,00	REVISOR DE LANCIA	2.230,00
ASSISTENTE SOCIAL	7.177,00	ARTIFICE DE MANUTENÇÃO VECUL- LO	2.331,00
EDUCADOR EM SAÚDE	7.177,00	AUXILIAR DE DIVERSIFICAÇÃO	2.488,00
TÉCNICO EM SAÚDE	7.177,00	DIVULGADOR GERAL	2.700,00
		RECEPCIONISTA	2.700,00
		AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2.700,00
		AUXILIAR DE ESTATÍSTICA	2.700,00
		CARTEIRO	2.700,00

ANEXO X

Art. 6º da Medida Provisória nº 121/89

Categorias funcionais de nível intermediário exigência de 2º grau completo para ingresso.

- Agente Administrativo
- Agente de Abastecimento
- Agente de Assuntos da Indústria Açucareira
- Agente de Assuntos da Indústria Madeireira
- Agente de Atividades Agropecuárias
- Agente de Atividades de Café
- Agente de Atividades Marítimas e Fluviais
- Agente de Cinefotografia e Microfilmagem
- Agente de Colocação
- Agente de Comercialização do Café (em extinção)
- Agente de Comunicação Social
- Agente de Defesa Florestal
- Agente de Diligência do Tribunal Marítimo
- Agente de Higiene e Segurança do Trabalho
- Agente de Inspeção de Indústria e Comércio
- Agente de Inspeção da Pesca
- Agente de Inspeção Sanitária e Indústria de Produtos de Origem Animal
- Agente de Mecanização de Apoio
- Agente de Saúde Pública (em extinção)
- Agente de Saúde Pública (Grupo — Saúde Pública)
- Agente de Serviços Complementares
- Agente de Serviços de Engenharia
- Agente de Segurança de Tráfego Aéreo
- Agente de Telecomunicações e Eletricidade
- Agente de Transporte Marítimo e Fluvial
- Agente em Atividades Aeroespaciais
- Artífice Especializado (Art-700)
- Assistente Sindical
- Assistente de Controle Interno
- Auxiliar de Enfermagem
- Auxiliar de Meteorologia
- Auxiliar em Assuntos Educacionais
- Auxiliar em Assuntos Culturais
- Contramestre (Art-700)
- Controlador de Tráfego Aéreo
- Datilógrafo
- Desenhista
- Identificador Datiloscópico
- Laboratorista
- Mestre (Art-700)
- Metrologista
- Operador de Computação
- Patrulheiro Rodoviário Federal
- Perfurador-Digitador
- Programador
- Taquígrafo
- Técnico de Arquivo
- Técnico de Contabilidade
- Técnico de Derivados do Petróleo e Outros Combustíveis
- Técnico de Estradas
- Técnico de Laboratório
- Técnico de Meteorologia Aeronáutica
- Técnico de Programação e Operação

de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo

- Técnico em Cadastro Rural
- Técnico em Cartografia
- Técnico em Colonização
- Técnico em Eletrônica e Telecomunicações Aeronáuticas
- Técnico em Informações Aeronáuticas
- Técnico em Radiologia
- Técnico em Recursos Hídricos
- Técnico em Recursos Minerais
- Tecnologista
- Tradutor (em extinção)

ANEXO XI

Art. 6º da Medida Provisória nº 121/89

Categorias funcionais de nível auxiliar ingresso sem a exigência do 2º grau completo.

- Agente Auxiliar de Saúde Pública (em extinção)
- Agente de Drenagem e Barragem
- Agente Operacional de Telecomunicações e Eletricidade
- Agente de Portaria
- Agente de Vigilância
- Artífice (Art-700)
- Auxiliar de Artífice (Art-700)
- Auxiliar de Laboratório
- Auxiliar Operacional em Agropecuária
- Auxiliar Operacional de Cinefotografia e Microfilmagem
- Auxiliar Operacional de Comercialização do Café (em extinção)
- Auxiliar de Controle Interno
- Auxiliar Operacional da Indústria Açucareira
- Auxiliar da Indústria Madeireira
- Auxiliar Operacional de Defesa Florestal
- Auxiliar Operacional de Meteorologia
- Auxiliar Operacional de Serviços Diversos
- Auxiliar Operacional de Serviços de Engenharia
- Auxiliar Operacional de Assuntos Culturais
- Auxiliar Operacional em Assuntos Educacionais
- Auxiliar de Transporte Marítimo e Fluvial
- Motorista Oficial
- Telefonista

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final lida. (Pausa) Encerrada

Em votação na Câmara dos Deputados. (Pausa.) Aprovada.

Em votação no Senado Federal. (Pausa.) Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 9:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 122, de 7 de dezembro de 1989, que dispõe sobre as operações de crédito com recursos orçamentários e de fundos e programas de fomento sob a administração do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

—Dependendo de Parecer a ser proferido em Plenário. (Mens. nº 278/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado César Maia, para proferir o parecer.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tendo por fundamento o art. 62 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República adotou e submeteu à deliberação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 905, Medida Provisória nº 122., de 7 de dezembro de 1989, que “dispõe sobre operações de crédito com recursos orçamentários e de fundos e programas de fomento sob a administração do Ministério da Fazenda, e dá outras providências”.

A apreciação preliminar pelo Congresso Nacional concluiu pela admissibilidade da medida provisória, entendendo que essa atende aos pressupostos de relevância e urgência, conforme justificado no relatório respectivo.

Do mérito:

A presente medida provisória tem por objeto a reedição das normas baixadas pelo Decreto-Lei nº 2.417, de 26 de fevereiro de 88, com vistas a definir atribuições, delegar competência, fixar penalidades para as instituições financeiras inadimplentes, definir procedimento para inscrição e cobrança de débitos relacionados à dívida ativa da União, estabelecer diretrizes básicas para a atuação do Ministério da Fazenda e sua condição de gestor do Orçamento e das operações oficiais de crédito, criado em 87, e dos fundos de programas de crédito de fomento, anteriormente a cargo do Banco Central do Brasil.

A estrutura básica da medida provisória é a mesma do decreto-lei, que vigiu por cerca de 18 meses. As mudanças introduzidas no texto em apreciação nesta Casa contemplam basicamente uma melhor definição dos papéis e funções da Secretaria do Tesouro Nacional na implementação e operação do sistema, dada a sua condição de um dos principais órgãos técnicos do Ministério da Fazenda e criação da possibilidade de subdelegação ao Banco do Brasil, de modo a caracterizar sua atuação nessa matéria como de agente financeiro oficial do Tesouro Nacional.

Os procedimentos foram articulados de modo a propiciar flexibilidade e fluidez nessas ações com as instituições financeiras oficiais, sejam elas federais ou estaduais, sem perda do controle, desde que os instrumentos contratuais serão sempre submetidos ao exame prévio da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Conclusão:

Em vista das considerações efetuadas, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 122, de 1989, na forma e no texto originais.

É este o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Está em discussão a medida.

A Sra. Imma Passoni — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra à nobre Congressista.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Para discutir. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, gostaria de posicionar-me sobre todas as medidas de suplementação orçamentária que vêm daqui para a frente.

O PT constata que o Governo precisou emitir 50 bilhões de títulos para atender a todas essas suplementações. São cerca de 6 bilhões de dólares. Consideramos que é um montante sério, e que o Congresso dele tome conhecimento e se posicione.

Sabemos que é para atender programas, projetos em andamento, fundos etc. Deixo esta constatação de que nós, Congresso Nacional, também contribuimos com essa emissão de títulos em 50 bilhões de cruzados novos.

Aprovamos, com estas restrições declaradas e em acerto com todos os líderes, a não ser a Medida Provisória nº 96, que ainda estamos analisando. Quanto ao restante, nosso voto será favorável e crítico.

O Sr. César Maia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Pela ordem) — Sr. Presidente, apenas para informar que esta medida não tem relação com o que disse a Deputada Irma Passoni.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Encerrada a discussão.

Em votação a matéria na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a matéria aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 122, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1989

Dispõe sobre as operações de crédito com recursos orçamentários e de fundos e programas de fomento sob a administração do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Compete privativamente ao Ministro da Fazenda firmar, pela União Federal, os contratos de empréstimos relativos a operações de crédito com recursos orçamentários e de fundos e programas de fomento sob a administração do Ministério da Fazenda, podendo delegar a referida competência ao Secretário do Tesouro Nacional, que poderá subdelegá-la.

§ 1º A contratação de que trata este artigo, quando realizada com instituição financeira pública federal ou estadual, poderá ser

feita mediante simples troca de cartas reversais, que conterão as normas básicas dos respectivos programas.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, também, aos aditivos que forem celebrados aos instrumentos em vigor, ora convalidados, para adaptá-los às disposições desta medida provisória.

§ 3º Os instrumentos de contratação a que se refere esta medida provisória serão submetidos ao exame prévio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a quem caberá, outrossim, o controle de legalidade de cada operação.

Art. 2º A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, como responsável pela execução orçamentária e financeira das operações de que trata a medida provisória, caberá a adoção das providências necessárias ao retorno dos capitais mutuados.

Art. 3º O Banco do Brasil S.A. poderá, na qualidade de agente financeiro do Tesouro Nacional:

I — mediante subdelegação da competência prevista no art. 1º, firmar com as instituições financeiras, pela União Federal, os contratos de empréstimos de que trata esta Medida Provisória; e

II — mediante convênio com a Secretaria do Tesouro Nacional, realizar os registros contábeis das operações decorrentes dos empréstimos, informando àquele Órgão o resumo de referidos dados para efeitos de registro na contabilidade pública.

Art. 4º Verificada a inadimplência de qualquer obrigação convencional ou legal por parte da instituição financeira devedora, poderá a Secretaria do Tesouro Nacional, ou quem por ela delegado, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial:

I — suspender a contratação de novos empréstimos, inclusive liberação de recursos já contratados; e

II — considerar vencidos antecipadamente todos os empréstimos concedidos, corrigidos monetariamente segundo a variação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN fiscal), com o acréscimo de multa de 10% (dez por cento) sobre o montante apurado, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir do inadimplemento.

Art. 5º Os pagamentos ou créditos para amortização do débito serão imputados na seguinte ordem:

a) na multa

b) nos juros e despesas financeiras;

c) no principal.

Art. 6º Na hipótese do vencimento antecipado previsto no inciso II do art. 4º desta medida provisória, a Secretaria do Tesouro Nacional, no prazo de 90 (noventa) dias:

I — enviará à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para fins de apuração, inscrição e cobrança da Dívida Ativa da União, de acordo com a legislação pertinente, demonstrativo do débito, com a indicação da data do vencimento da operação, do valor do débito, dos encargos correspondentes, os nomes e respectivas qualificações dos administradores

das instituições devedoras, bem assim a cópia dos documentos relativos à operação; e

II — remeterá ao Tribunal de Contas da União, e à Secretaria de Controle Interno do respectivo Ministério cópia do demonstrativo a que alude o inciso anterior, quando a entidade inadimplente for instituição financeira pública federal

Art. 7º Às operações de que trata esta medida provisória aplica-se o disposto no parágrafo único do art. 88 do decreto-lei nº 2.300, de 2 de novembro de 1986, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 7.348, de 24 de julho de 1987.

Art. 8º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, em 7 de dezembro de 1989; 168ª da Independência e 101ª da República. — **JOSE SARNEY** — **Mallson da Nóbrega** — **João Batista de Abreu**.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — *Item 10*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 123, de 11 de dezembro de 1989, que reajusta os vencimentos, salários, soldos, proventos e demais retribuições do Poder Executivo, na Administração direta, nas autarquias, inclusive as em regime especial, nas fundações públicas e nos extintos territórios, e dá outras providências.

— Dependendo de Parecer a ser proferido em Plenário. (Mens nº 279/89-CN)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Arnaldo Prieto para proferir o parecer.

O SR. ARNALDO PRIETO (PFL — RS Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Medida Provisória nº 123, de 11 de dezembro de 1989, estabelece, no âmbito do Poder Executivo, o reajuste em 10,70% a título de antecipação salarial, a ser compensado na data-base dos servidores civis e militares.

Admitida sua tramitação legislativa, mediante parecer anteriormente proferido, a mim compete, neste momento examinar os aspectos de constitucionalidade e mérito da espécie normativa em foco.

DA CONSTITUCIONALIDADE

Respalado no art. 61, § 1º, II "a", da nova Carta Magna brasileira, o Presidente da República provocou o Poder Legislativo para a concessão de reajuste da remuneração dos trabalhadores no serviço público.

Também com fulcro na Lei Maior, em seu art. 62, o Chefe do Poder Executivo deflagrou o processo legislativo mediante a utilização da espécie normativa denominada medida provisória, norma jurídica de efeitos imediatos, voltada para o atendimento dos casos de relevância e urgência, que exigem rapidez de decisão, não podendo aguardar a tramitação ordinária no Congresso Nacional.

Neste aspecto, alias registra-se decisão já proferida pelo Congresso Nacional, no juízo

de admissibilidade da Medida Provisória n° 123/89, no sentido da relevância e urgência do reajuste das retribuições no serviço público, totalmente defasados frente à inflação que assola a economia brasileira

Atendidos, pois, o requisito da iniciativa legislativa e os pressupostos de relevância e urgência, inexistem qualquer obstáculo à aprovação da Medida Provisória n° 123/89 e sua conversão em lei

DO MÉRITO

Incontestável é o mérito da Medida Provisória n° 123/89, cujos efeitos apenas minoram o estado de penúria em que se encontra a maior parte dos servidores públicos no Brasil.

O objetivo da espécie normativa é, apenas, o de antecipar o reajuste, a ser concedido no próximo mês de janeiro (data/base no serviço público), no percentual de 10,70%, que incidirá sobre os estipêndios deste mês de dezembro e a sua compensação quando da revisão das remunerações

Constata-se, pois, que ainda não se trata de concessão de reajuste das retribuições no serviço público, mas, tão-somente, de antecipação de parte (mínima percentual) do futuro reajuste. Essa antecipação foi reconhecida pelo próprio Poder Executivo - em geral tão refratário a concedê-lo - como indispensável em face da triste realidade vivida pelos servidores públicos federais.

Inconteste, portanto, o alcance social da Medida Provisória n° 123/89 que, no mérito, é de toda conveniência e oportunidade.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, o nosso parecer é pela aprovação da Medida Provisória n° 123/89, e sua conversão em lei, por sua constitucionalidade, conveniência e oportunidade.

E o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação da Medida Provisória n° 123, de 1989

Em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada

A matéria vai à promulgação.

E a seguinte a medida aprovada:

MEDIDA PROVISÓRIA N° 123

DE 11 DE DEZEMBRO DE 1989

Reajusta os vencimentos, salários, soldos, proventos e demais retribuições dos servidores civis e militares do Poder Executivo, na Administração direta, nas autarquias, inclusive as em regime especial, nas fundações públicas e nos extintos Territórios, e da outras providências.

Art. 1° Os vencimentos, salários, soldos, proventos e demais retribuições dos servidores e militares do Poder Executivo, na Administração direta, nas autarquias, inclusive as em regime especial, nas fundações públicas e nos extintos Territórios, correspondentes ao mês de dezembro de 1989, são reajustados em 10,70%, a título de antecipação salarial, a ser compensada na data-base (Lei n° 7.706, de 21 de dezembro de 1988).

Parágrafo único. A antecipação de que trata este artigo será calculada sobre o valor dos estipêndios do mês de dezembro de 1989, após a aplicação do reajuste salarial previsto no art. 2° da Lei n° 7.830, de 28 de setembro de 1989.

Art. 2° O disposto nesta medida provisória abrange os benefícios da pensão por morte de servidores a que se refere o art. 1°, as parcelas percebidas em caráter permanente a título de indenização, auxílios e abonos, bem assim o salário-família dos servidores regidos pelas Leis n°s 1.711, de 28 de outubro de 1952, e 5.787, de 27 de junho de 1972.

Art. 3° Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 11:

Discussão, em turno único, da Medida Provisória n° 124, de 12 de dezembro de 1989, que faculta a utilização, nos exercícios seguintes, do remanescente de autorizações para operações de crédito.

— Dependendo de Parecer a ser proferido em Plenário

Concedo a palavra ao nobre Congressista César Maia para proferir parecer.

O SR. CÉSAR MAIA (PDT — RJ. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas:

Trata-se de medida provisória emitida pelo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 62, da Constituição Federal. A matéria recebeu parecer favorável à sua admissibilidade, nos termos do art. 5° da Resolução n° 01/89-CN.

No que concerne ao âmbito jurídico-constitucional, a providência não afronta o texto da Lei Maior. Desta forma, nenhum óbice pode ser aposto ao diploma normativo em questão.

Quanto ao mérito, a conveniência da medida requer um ajuste, permitindo o pagamento de despesas inscritas sob a rubrica "Restos a Pagar", que precisa de um texto que restrinja o financiamento em títulos, à autorização prevista

O novo texto ficara assim, Sr. Presidente:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 42, DE 1989

Faculta a utilização, nos exercícios seguintes, do remanescente de autorizações para operações de crédito.

Art. 1° A autorização legislativa para a emissão de Títulos da Dívida Pública, cujo limi-

te não tenha sido atingido, poderá ser utilizada no ano seguinte até o valor remanescente, para efeito exclusivo do pagamento de despesas inscritas em "Restos a Pagar" do exercício a que corresponda, desde que a fonte original autorizada para essas despesas tenha sido emissão desses títulos

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

As razões alinhadas parecem-nos suficientes para justificar a expedição do presente projeto de lei de conversão da medida provisória. Dai por que opinamos pela sua conversão em lei

É o parecer, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação da medida provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão n° 42, de 1989, que oferece.

Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o projeto, fica prejudicada a emenda

A matéria vai à sanção

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 12:

Discussão, em turno único, da Redação Final do Projeto de Lei n° 58, de 1989-CN (apresentada pela Comissão Mista de Orçamento como conclusão de seu Parecer n° 166-CN), que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União o crédito adicional no valor de NCz\$ 136.600.000,00 (Mens. 189-89-CN.)

Em discussão a redação final (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção

É a seguinte a redação final aprovada:

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N° 58, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União o crédito adicional no valor de NCz\$ 136.600.000,00

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) crédito suplementar no valor de NCz\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de cruzados novos), para atender a programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) crédito especial no valor de NCz\$ 46.600.000,00

(quarenta e seis milhões e seiscentos mil cruzados novos), para atender a programação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários ao atendimento do disposto nos artigos anteriores, decorrerão do excesso de arrecadação de recursos Ordinários do Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — *Item 13:*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 49, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União o crédito suplementar no valor de NCz\$ 200.000.000,00 —

— PARECER sob nº 167, de 1989-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto, a emenda apresentada pelo Deputado Virgildásio de Senna e pela rejeição das demais (Mens/174/89-CN.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A matéria vai à Comissão Mista de Orçamento para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 174, DE 1989-CN

A Comissão Mista de Orçamento apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 49/89-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de NCz\$ 200.000.000,00".

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 1989. — Deputado *Cid Carvalho*, Presidente — Deputado *Miro Teixeira*, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 174, DE 1989-CN

PROJETO DE LEI Nº 49, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União o crédito suplementar no valor de NCz\$ 200.000.000,00.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo IV, o crédito suplementar no valor de NCz\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados novos), conforme programação constante do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes do cancelamento de dotações orça-

CREDITO SUPLEMENTAR MINISTERIO DOS TRANSPORTES ANEXO A LEI No. , de / /89	ANEXO I	SUPLEMENTAÇÃO RECURSOS DO TESOURO NCz\$ 1,00
PROJETOS / ATIVIDADES		VALOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM		
BR-364/RO/AC - PORTO VELHO - RIO BRANCO		80.000.000
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A		
DUPLICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MALHA FERROVIARIA (EXTENSÃO SAPUCAIA DO SUL - SÃO LEOPOLDO)		10.000.000
T O T A L		90.000.000

CREDITO ESPECIAL MINISTERIO DOS TRANSPORTES ANEXO A LEI No. , de / /89	ANEXO II	SUPLEMENTAÇÃO RECURSOS DO TESOURO NCz\$ 1,00
PROJETOS / ATIVIDADES		VALOR
DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM		
BR-135/PI - PONTE DE ACESSO SOBRE O RIO GURGUEIA NO MUNICIPIO DE PALMEIRAS - PI		2.400.000
BR-174/RR - CARACARAI - BOA VISTA - MARCO BV8		17.600.000
BR-153/060/GO - MORRINHOS - ITUMBIARA		3.000.000
BR-364/RO - PONTE SOBRE O RIO MACHADO		5.000.000
BR-421/RO - ENTRONCAMENTO BR-364 - KM 020		5.000.000
BR-251/MG - MONTES CLAROS - VALE DAS CANCELAS		1.000.000
BR-101/BA - CARAVELAS - PORTO MATA		1.000.000
BR-364/MT - TRAVESSIA DE CACERES		5.000.000
BR-020/CE - ENTRONCAMENTO BR-020 - PARAMOTI		1.200.000
BR-116/MG - KM 0 - KM 090		2.000.000
BR-163/MT - DIVISA MT/PA (KM 694 - KM 776)		2.000.000
BR-282/SC - PALHOÇA - LAJES - CAMPOS NOVOS		1.400.000
T O T A L		46.600.000

mentárias conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 2º A Procuradoria da República se fará presente à escritura de homologação rela-

tiva à liberação dos recursos de que trata esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 000

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES - FUNDOS

27901 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			200 000 000
	TRANSPORTE HIDROVIARIO			200 000 000
	PROMOÇÃO INDUSTRIAL			200 000 000
27901 16903463 057	PAGAMENTO DE EVENTOS DE CONSTRUÇÃO NAVAL COM BASE NA RLV 6047/74 E CLAUSULAS CONTRATUAIS DE JUSTA CAUSA	200 000 000		
	TOTAL	200 000 000		200 000 000

CANCELAMENTO - ANEXO II

NCZ 1 000

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES - FUNDOS

27901 - FUNDO DA MARINHA MERCANTE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			200 000 000
	TRANSPORTE HIDROVIARIO			200 000 000
	PROMOÇÃO INDUSTRIAL			200 000 000
27901 16903463 054	NAVEGAÇÃO DE LONGO CURSO	100 000 000		
27901 16903463 055	NAVEGAÇÃO DE CAHOETAGEM	100 000 000		
	TOTAL	200 000 000		200 000 000

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 14:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 60, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de NCz\$ 8.255.807,00, em favor de Encargos Financeiros da União

— Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, para os fins que especifica.

PARECER, sob nº 159/89-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto e contrário à emenda apresentada. (Mens. nº 191/89-CN.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 60, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial até o limite de NCz\$ 8.255.807,00 em favor dos Encargos Financeiros da União — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989, crédito especial até o limite de NCz\$ 8.255.807,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e sete cruzados novos), para a programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são prove-

nientes da emissão de Títulos do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

32000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO

32101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			8.255.807
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			8.255.807
	DÍVIDA EXTERNA			8.255.807
32101 03080344 755	ENCARGOS DA DIVISÃO PÚBLICA IMOBILIÁRIA EXTERNA FEDERAL ATENDIDA AO PAGAMENTO DE ENCARGOS COM PÊNIS DO GOVERNO BRASILEIRO (DECRETO Nº 96.673, DE 12/05/1986)		8.255.807	
	TOTAL		8.255.807	8.255.807

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 15:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 68, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, créditos suplementares até o limite de NCz\$ 562.477.000,00, tendo

PARECER, sob nº 160/89-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto, com as alterações decorrentes das Emendas nºs 1, 2, 3, 21, 41, 63, 119, 125, 155, 196, 199, 209, 212, 219, 220, 221, 227 e 229, as Emendas de Relator nºs 1 a 3, e pela rejeição das demais. (Mens. nº103/89-CN.)

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista de Orçamento para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 175, DE 1989-CN

(Da Comissão Mista de Orçamento)

A Comissão Mista de Orçamento apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 68/89-CN,

que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, créditos suplementares até o limite de NCz\$ 562.477.000,00".

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 1989. — Deputado *Cid Carvalho*, Presidente — Deputado *João Carlos Bacelar*, Relator.

ANEXO AO PARECER

Nº 175, DE 1989-CN

Redação Final do Projeto de Lei nº 68, de 1989-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, créditos suplementares até o limite de NCz\$ 562.477.000,00".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), em favor do Ministério da Educação, créditos suplementares até o valor de NCz\$ 562.477.000,00 (quinhentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil cruzados novos) para atender a programação constante dos Anexos I e II desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes de:

I — Excesso de Arrecadação da Contribuição do Salário-Educação: NCz\$ 362.477.000,00 (trezentos e sessenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e sete mil cruzados novos);

II — Excesso de Arrecadação dos Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes: NCz\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzados novos).

Art. 2º Em decorrência dos créditos autorizados nesta Lei ficam acrescidas aos descritores dos projetos e atividades relacionados, as seguintes destinações:

a) 15253.08420312 185 — Desenvolvimento de Métodos e Técnicas Educacionais:

"... NCz\$ 100.000,00 para apoio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Aracaju — SE.

b) 15253.08440318.001 — Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior.

"... NCz\$ 100.000,00 para a Faculdade de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, no Município de Cruz das Almas — BA.

c) 15253.08430312.185 — Desenvolvimento de Métodos e Técnicas Educacionais:

"... NCz\$ 100.000,00 para conclusão das obras da Escola Técnica de Guanambi — BA; NCz\$ 100.000,00 para conclusão das obras da Escola Técnica de Eunápolis — BA; NCz\$ 100.000,00 para construção de uma Escola Técnica Agrícola no Município de Medeiros Neto — BA. — —

d) 15253.08421881.626 — Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica:

"... NCz\$ 100.000,00 para construção do Centro Integrado de Educação no Município de São Gonçalo dos Campos — BA; NCz\$ 100.000,00 para obras de recuperação da Escola Municipal Eraldo Gueiroz Leite, no Município de Escada — PE; NCz\$ 50.000,00 para prosseguir a construção do Centro de Educação Cenequista de 1º Grau, em Piripiri-PI; NCz\$ 50.000,00 para prosseguir a construção do Centro de Treinamento de Professores Cenequistas, em Teresina-PI; NCz\$ 100.000,00 para ampliação das Unidades Escolares de 1º Grau no Município de Mercês — MG; NCz\$ 100.000,00 para construção da Escola de 1º Grau, e equipamentos, de oito salas de aulas, no Município de Santo Antonio do Tauá — PA; NCz\$ 50.000,00 destinados à aquisição de livros para a Biblioteca Municipal de Jaboti — PR; NCz\$ 100.000,00 para a conclusão do Centro Educacional Tancredo Neves — de Conceição do Jacuipé — BA e NCz\$

50.000,00 destinados à aquisição de livros para a Biblioteca Municipal de Morretes — PR.

e) 15253.08422363.034 — Distribuição de Livros para Alunos e Bibliotecas:

"... NCz\$ 100.000,00 destinados à aquisição de livros para a Biblioteca Escolar do Município de Nova Venécia — ES; NCz\$ 100.000,00 destinados à aquisição de livros para a Biblioteca Escolar do Município de Tauá — CE; e NCz\$ 100.000,00 destinados

à aquisição de livros para a Biblioteca Escolar no Município de Cruzeiro do Sul — AC.

f) 15253.08422232.197 — Apoio ao Desenvolvimento da Educação Física e Esporte.

"... NCz\$ 100.000,00 para construção de Unidades para o Desenvolvimento da Educação Básica no Município de Belo Jardim — PE; e NCz\$ 100.000,00 para o Ginásio Poli-Esportivo de Jaru — RO.

g) 15253.08460312.185 — Desenvolvimento de Métodos e Técnicas Educacionais:

"... NCz\$ 100.000,00 para o projeto Construção e Equipamentos de um Módulo Esportivo para a cidade de Sertãoópolis — PR; e NCz\$ 100.000,00 para o projeto Construção de Quadra Poli-Esportivo em Montes Claros de Goiás — GO.

Art. 3 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 1

NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			359 836 134
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			10 138 000
	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS			10 138 000
15200 08080302 859	ATIVIDADES A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		10 138 000	
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			349 698 134
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			47 805 000
15200.08420312.859	ATIVIDADES A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		47 805 000	
	INFORMAÇÕES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS			1 500 000
15200 08420442 859	ATIVIDADES A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		1 500 000	
	ENSINO REGULAR			151 690 734
15200 08421881 859	PROJETOS A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	151.690 734		
	EDUCAÇÃO FISICA			8 800 000
15200 08422232 859	ATIVIDADES A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		8 800 000	
	LIVRO DIDATICO			138 652 400
15200.08422361 859	PROJETOS A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	138 652 400		
	EDUCAÇÃO COMPENSATORIA			1 250 000
15200 08422522.859	ATIVIDADES A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		1 250 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			2 640 866
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			2 640 866
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			2.640.866
15200.15844942 859	ATIVIDADES A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO		2 640 866	
	TOTAL	290 343 134	72 133 866	362 477 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 1

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			359 836 134
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			10 138 000
	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS			10 138 000
15253.08080302.836	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO	10 138 000		
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			349 698 134
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			47 805 000
15253.08420312.185	DESENVOLVIMENTO DE METODOS E TECNICAS EDUCACIONAIS	47.805 000		
	INFORMAÇÕES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS			1 500 000
15253.08420442.834	APOIO AO SISTEMA DE ESTATISTICA EDUCACIONAL	1 500 000		
	ENSINO REGULAR			151 690 734
15253.08421881.626	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA	151.690 734		
	EDUCAÇÃO FISICA			8 800 000
15253.08422232.197	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FISICA E ESPORTE	8 800 000		
	LIVRO DIDATICO			138 852 400
15253.08422383.034	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS PARA ALUNOS E BIBLIOTECAS	138 852 400		
	EDUCAÇÃO COMPENSATORIA			1 250 000
15253.08422522.194	APOIO TECNICO E FINANCEIRO A EDUCAÇÃO ESPECIAL	1 250 000		
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			2 640 866
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			2 640 866
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			2 640 866
15253.15844942.012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO	2 640 866		
	TOTAL	290.343 134	72 133 866	362 477 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 2

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			200 000 000
	ADMINISTRAÇÃO			5 400 000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			5 000 000
15253.08070212.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	5.000.000		
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			400 000
15253.08070312.185	DESENVOLVIMENTO DE METODOS E TECNICAS EDUCACIONAIS	400 000		
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			86 100 300
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			86 100 300

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 2

NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15253 08420312 185	DESENVOLVIMENTO DE METODOS E TECNICAS EDUCACIONAIS	88	100 300	
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			23 268 063
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			23 268 063
15253 08430312 185	DESENVOLVIMENTO DE METODOS E TECNICAS EDUCACIONAIS	23	268 063	
	ENSINO SUPERIOR			71 231 637
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			71 231 637
15253 08440312 185	DESENVOLVIMENTO DE METODOS E TECNICAS EDUCACIONAIS	71	131 637	
15253 08440318 001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE ENSINO SUPERIOR		100 000	
	EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS			11 000 000
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			11 000 000
15253.08460312.185	DESENVOLVIMENTO DE METODOS E TECNICAS EDUCACIONAIS		11 000 000	
	ASSISTENCIA			3 000 000
	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			3 000 000
15253 08814852 050	ASSISTENCIA SOCIAL A SERVIDORES		3 000 000	
TOTAL			200 000 000	200 000 000

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O Sr. Lysâneas Maciel — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Lysâneas Maciel.

O SR. LYSÂNEAS MACIEL (PDT — RJ). Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ontem, na votação simbólica do Orçamento, levantamos o braço porque votamos contra, e na ata, não consta o voto do PDT contra a aprovação do Orçamento.

A votação foi simbólica, Sr. Presidente, e não nominal.

Então, queria registrar que o voto do PDT foi contrário à aprovação desse Orçamento, da maneira como foi procedida, através de votação simbólica.

Que fique registrado nos Anais deste Congresso que o PDT votou contra.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nobre Congressista Lysâneas Maciel, a Presidência esclarece a V. Ex.^a que, agora, vai constar da Ata, porque normalmente sempre os votos contrários deverão ser proferidos no microfone.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 16:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 71, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 2.303.798,00, para o fim que especifica, tendo

— PARECER sob nº 168, de 1989-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto e pela rejeição das emendas apresentadas. (Mens. 216/89-CN.)

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 71, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 2 303.798,00, para o fim que especifica

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo II, com a respectiva aplicação no Anexo IV, créditos suplementares até o limite de NCz\$ 2.303.798,00 (dois milhões, trezentos e três mil, setecentos e noventa e oito cruzados novos), em conformidade com a programação constante dos Anexos I, II e III, desta Lei.

Art. 2º os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes de

I) Excesso de Arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Tesouro, no valor de NCz\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil cruzados novos);

II) Convênios com Órgãos Federais — Tesouro, no valor de NCz\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzados novos); e

III) Anulação total de dotação orçamentária, no valor de NCz\$ 3.798,00 (três mil, setecentos e noventa e oito cruzados novos), indicada no Anexo IV, desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário
Brasília, de de 1989.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

20000 - MINISTERIO DA JUSTIÇA
20102 - SECRETARIA GERAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			1 300 000
	ADMINISTRAÇÃO			1 300 000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1 300 000
20102 03070212 785	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE PREVENÇÃO E DE COMBATE AS DROGAS DE ABUSO		1 300 000	
	TOTAL		1 300 000	1 300 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

20000 - MINISTERIO DA JUSTIÇA
20115 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA			1 000 000
	SEGURANÇA PÚBLICA			1 000 000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1 000 000
20115 06300212 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		1 000 000	
	TOTAL		1 000 000	1 000 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

20000 - MINISTERIO DA JUSTIÇA - FUNDOS
20904 - FUNDO DE PREVENÇÃO, RECUPERAÇÃO E DE COMBATE AS DROGAS DE ABUSO - FUNCAB

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			1 300 000
	ADMINISTRAÇÃO			1 300 000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			1 300 000
20904 03070214 032	COMBATE AO TRAFEGO E USO DE ENTORPECENTES		1 300 000	
	TOTAL		1 300 000	1 300 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

20000 - MINISTERIO DA JUSTIÇA

20113 - SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	JUDICIARIA			3 798
	PROCESSO JUDICIARIO			3 798
	CUSTODIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL			3 798
20113 02040152 375	ASSISTENCIA AO PRESO A VITIMA E AO EGRESSO DO SISTEMA PENITENCIARIO		3 798	
	TOTAL		3 798	3 798

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

20000 - MINISTERIO DA JUSTIÇA

20113 - SECRETARIA DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	JUDICIARIA			3 798
	PROCESSO JUDICIARIO			3 798
	CUSTODIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL			3 798
20113 02040152 017	PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS		3 798	
	TOTAL		3 798	3 798

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 17:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 73, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 6.128.835,00, para os fins que especifica,

— dependendo de parecer a ser proferido em Plenário, (Mens. nº 218/89-CN.)

Concedo a palavra, para proferir parecer, ao nobre Congressista Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Senhor Presidente da República, nos termos do art 61 da Constituição Federal, encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, pela Mensagem nº 218, de 1989-CN (nº 741/89, na origem), projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) crédito suplementar até o limite de

NCz\$ 6.128.835,00 (seis milhões, cento e vinte e oito mil e oitocentos e trinta e cinco cruzados novos) para atender despesas decorrentes da modernização do serviço público, a cargo de 28101 — Encargos Gerais da União — Recursos sob supervisão da Secretaria de Planejamento e Coordenação/PR.

Trata-se da reestimativa de financiamento externo, decorrente da variação cambial de várias operações de crédito que se destinam a reforçar a capacidade gerencial do setor público brasileiro, mediante reforma dos sistemas de orçamento, planejamento, pessoal e serviços.

O Poder Executivo oferece como fonte de financiamento das despesas citadas a reestimativa de ingressos de recursos externos.

Examinado o presente Projeto de Lei nº 73, de 1989-CN, e considerando a ausência de emendas, opinamos, na forma proposta, pela sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerto a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI Nº 73
DE 1989 — CN**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 6.128.835,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº

7.715, de 3 de janeiro de 1989) o crédito suplementar até o limite de NCz\$ 6 128.835,00 (seis milhões, cento e vinte e oito mil, oitocentos e trinta e cinco cruzados novos), de conformi-

idade com a programação constante do ANEXO I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes de reestimativa de ingressos de recursos externos

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CRÉDITO SUPLEMENTAR

28000 - ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO

28101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO/PR

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		6 128.835
	ADMINISTRAÇÃO		6.128.835
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		6.128.835
28101 03070211 254	GERENCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO FEDERAL	6 128.835	
	* TOTAL	6 128.835	6 128.835

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 18

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 74, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28.735.088,00, para os fins que especifica, tendo

PARECER, sob nº 161/89-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto, com as alterações das Emendas nºs 1, 2, 4, 7, 9, 13 e 16, aprovadas parcialmente, e contrário às demais (Mens. 219/89-CN.)

Em discussão (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista de Orçamento para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 176, DE 1989-CN

A Comissão Mista de Orçamento apresenta a Redação final Projeto de Lei nº 74/89-CN,

que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28.735.088,00, para os fins que especifica.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 1989. — Deputado *Cid Carvalho*, Presidente — Deputado *Chico Humberto*, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 176, DE 1989-CN

Redação final do Projeto de Lei nº 74, de 1989-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 28.735.088,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) o crédito suplementar, até o limite de NCz\$ 26.766.285,00 (vinte e seis milhões, setecentos e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e cinco cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) o crédito especial, até o limite de NCz\$ 1.968.803 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, oitocentos e três cruzados novos) de conformidade com a programação constante do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto nos artigos anteriores são provenientes de incorporação de Saldos de Exercícios Anteriores — Outras Fontes

Art. 3º Os descritores dos Projetos e Atividades a seguir relacionados e constantes no Anexo III da Lei nº 7.715, de 1989, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.742, de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

"27203.16905631.666 — Recuperação das Instalações Portuárias de Maceió:

Restaurar a capacidade operacional do Porto, que atende a área do maranhão, importante polo exportador de Tarugos de alumínio, minério de manganês e torta de babaçu, sendo NCz\$ 100.000,00 para construção do PIER Petroleiro de Maceió

27203.16905642.422 — Serviços de Dragagem de Manutenção:

Prover meios para o funcionamento das atividades vinculadas às dragagens destinando NCz\$ 1.433.190,00 para dragagem do porto de Comocim, NCz\$ 100.000,00 para serviços de derrocagem da pedra "DÚRHAN" para alargamento do canal de acesso ao Porto de Sepetiba — RJ e NCz\$ 5.000,00 para conservação e manutenção de vias interiores — Bacia do São Francisco".

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

R\$ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES			
27203 - EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S/A			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE		10 368.880
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		2 481.871
	DÍVIDA INTERNA		2 481.871
27203.18908322 627	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	2 481.871	
	TRANSPORTE MICROVIÁRIO		7 837.206
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.840.848
27203.18908312 623	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	1.840.848	
	PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES		426.238
27203.18908321 842	INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA DO COMPLEXO INDUSTRIAL DE BARRACENA - VILA DO CONDÉ	35.881	
27203.18908321 840	CONSTRUÇÃO DE ECLUSA NA BARRAGEM DE TUCURUI	219.318	
27203.18908321 847	ESTUDOS E PROJETOS PARA VIAS DE NAVEGAÇÃO INTERIOR	87.733	
27203.18908321 848	CONSTRUÇÃO DE EMBARCADEROS FLUVIAIS NA AMAZONIA	83.848	
27203.18908322 478	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS PORTOS FLUVIAIS	20.000	
	PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS		4 818.452
27203.18908331.850	EQUIPAMENTOS PORTUÁRIOS	87.708	
27203.18908331.852	AMPLIAÇÃO DO TERMINAL PARA GRANEIS SÓLIDOS EM ARATU	870.701	
27203.18908331.853	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO PORTO DE NATAL	1.804	
27203.18908331.858	AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO CAIS DE VALONGO/PAQUETA SANTOS	2.182.022	
27203.18908331.858	AMPLIAÇÃO DO CAIS PARA GRãos E CONTEINERES NO PORTO DE PARANAGUA	1.183	
27203.18908331.859	CONSTRUÇÃO DO PIER PETROLEIRO NO PORTO DE ITAJUI	13	
27203.18908331.861	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PORTO DE RECIFE	88.890	
27203.18908331.868	RECUPERAÇÃO DA ESTRUTURA DO CAIS DE ITAJUI	129.882	
27203.18908331.868	RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE MACEIO	186.886	
27203.18908331.868	RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO CAIS DO PORTO DE PORTALEZA	18	
27203.18908331.870	ESTUDOS E PROJETOS PARA PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS	421.880	
27203.18908331.878	CONSTRUÇÃO DO PORTO LUIS CORREIA	342.819	
27203.18908332 421	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS PORTOS MARÍTIMOS	10.000	
27203.18908333.381	RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE DRAGAGEM	387.133	
27203.18908333 321	CONSTRUÇÃO DO ESPÍLIO E RECUPERAÇÃO DO MOLHE DO PORTO DE ITAJAI	238.343	
27203.18908333 487	RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE IMBITUBA	83.803	
27203.18908333 481	AMPLIAÇÃO DO CAIS E PATIO DE CONTEINERES DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	7.818	
	CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO MICROVIÁRIO		1 384.858
27203.18908342 422	SERVIÇOS DE DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO	1.087.008	
27203.18908344.537	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS INTERIORES - BACIA DO TOCANTINS/ARAGUAIA	1.800	
27203.18908344.538	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS INTERIORES - BACIA DO NIMROD	7.808	
27203.18908344 539	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS INTERIORES - BACIA DO PRATA	83.889	
27203.18908344.540	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS INTERIORES - BACIA AMAZONICA	182.007	
27203.18908344 117	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS INTERIORES - BACIA DO SUL/SUDESTE	83.817	
27203.18908344.188	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS INTERIORES - BACIA DO SÃO FRANCISCO	8.820	
TOTAL		8.011.711	8.377.188
			10.368.880

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

27206 - EMPRESA DE NAVEGAÇÃO DA AMAZONIA S/A

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			118.320
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			34.072
	DÍVIDA INTERNA			34.072
27206.16080332.027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		34.072	
	TRANSPORTE MICROVIÁRIO			86.248
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			10.701
27206.16000212.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		10.701	
	SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE			74.847
27206.16008667.020	RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	74.847		
	TOTAL	74.847	44.773	118.320

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

27206 - COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			118.378
	TRANSPORTE MICROVIÁRIO			118.378
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			26.000
27206.16000212.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		26.000	
	SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE			82.378
27206.16008662.418	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS LINHAS DE NAVEGAÇÃO		82.428	
27206.16008667.020	RECUPERAÇÃO DE INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	33.950		
	TOTAL	33.950	84.428	118.378

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

27208 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			848.883
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			308.448
	DÍVIDA INTERNA			308.448
27208.16080332.027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		308.448	
	TRANSPORTE URBANO			539.137
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			78.344
27208.16010212.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		78.344	
	TRANSPORTE METROPOLITANO			482.793
27208.16018722.842	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO		482.793	
	TOTAL		848.883	848.883

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

27209 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			9 942.000
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			997.482
	DÍVIDA INTERNA			997.482
27209-18080332.027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		997.482	
	TRANSPORTE URBANO			9 949.216
	TRANSPORTE METROPOLITANO			9.999.216
27209-18918721.409	MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DO RIO DE JANEIRO	12.416		
27209 18918722.642	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO		9.942.799	
	TOTAL	12.416	9.940.280	9 992.896

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

27210 - EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			9.999.429
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			9 009.629
	DÍVIDA EXTERNA			9 009.629
27210-18080242.027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		9.009.629	
	TRANSPORTE URBANO			988.600
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			988.600
27210-18910212.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		988.600	
	TOTAL		9.999.429	9 998.429

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

27202 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			18.000
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO			18.000
	RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS			18.000
27202-18448386.187	BR-277/PR - PARANAGUA - PÓZ DO IGUAÇU (KM 409,0 - KM 438,0) DOTAR O SEGMENTO RODOVIÁRIO DE CONDIÇÕES DE TRAFEGABILIDADE E SEGURANÇA, REDUZINDO OS CUSTOS OPERACIONAIS E O NÚMERO DE ACIDENTES ATRAVÉS DE SUA RESTAURAÇÃO	18.000		
	TOTAL	18.000		18.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL		
27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES		RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
27203 - EMPRESA DE PORTOS DO BRASIL S/A				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			842.108
	TRANSPORTE HIDROVIARIO			842.108
	PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES			819.823
27203.18908621.834	AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS DE PIRAPORA OTIMIZAR AS OPERAÇÕES PORTUARIAS PARA INTEGRAR A REGIÃO DO RIO SÃO FRANCISCO A OUTRAS REGIÕES DO PAÍS.	80.000		
27203.18908621.837	AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS DE CACERES OTIMIZAR AS OPERAÇÕES PORTUARIAS PARA INTEGRAR A REGIÃO DE CACERES A OUTRAS REGIÕES DO PAÍS	11.148		
27203.18908621.840	AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS DE PETROLINA ATENDER A DESCARGA DE CEREJAS ORIGINARIAS DA REGIÃO PRODUTORA DE BARREIRAS E DESTINADOS A INDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE PETROLINA.	89.382		
27203.18908621.841	TERMINAL HIDROVIARIO EM BARREIRAS E IBOTIRAMA POSSIBILITAR O ESCOAMENTO DE GRÃOS DE IBOTIRAMA PARA PETROLINA ATRAVES DO RIO SÃO FRANCISCO DESTINADO AOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E CEARA.	123.438		
27203.18908621.844	AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES PORTUARIAS DE PORTO VELHO REDUÇÃO DOS CUSTOS ECONOMICOS DE TRANSPORTE PELO AUMENTO DA CAPACIDADE OPERACIONAL DO PORTO E CONSEQUENTE INCREMENTO DA UTILIZAÇÃO DA HIDROVIA	248.000		
27203.18908621.848	RECUPERAÇÃO DAS BARRAGENS DE BOM RETIRO E FANDANGO EVITAR O AGRAVAMENTO DOS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA BARRAGEM ELIMINANDO RISCOS PARA O ESCOAMENTO DA SOJA E DERIVADOS DA REGIÃO DO JACUI-TAQUARI.	30.880		
	PORTOS E TERMINAIS MARITIMOS			22.869
27203.18908631.869	RECUPERAÇÃO DO TERMINAL DE TRIGO E SOJA EM RIO GRANDE RECUPERAÇÃO DA CAPACIDADE DO TERMINAL PARCIALMENTE DESTRUÍDO POR INCENDIO EM 1983	11.883		
27203.18908633.489	RECUPERAÇÃO DO PISN PETROLEIRO DE RIO GRANDE RECUPERAÇÃO DO PISN COM A CONCLUSÃO DO CINTAMENTO.	10.788		
	TOTAL	842.108		842.108

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL		
27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES		RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
27208 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			193.330
	TRANSPORTE URBANO			193.330
	TRANSPORTE METROPOLITANO			193.330
87208 18918721 417	IMPLANTAÇÃO DO TREM METROPOLITANO COMPLEMENTAR A PRIMEIRA ETAPA DE IMPLANTAÇÃO DO TREM METROPOLITANO DE PORTO ALEGRE.	193.330		
	TOTAL	193.330		193.330

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL		
27000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES		RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
27210 - EMPRESA BRASILEIRA DE TRANSPORTES URBANOS				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	TRANSPORTE			1.218.368
	TRANSPORTE URBANO			1.218.368
	SERVIÇOS DE TRANSPORTE URBANO			1.218.368
27210.16918718.262	APOIO AO PLANEJAMENTO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE URBANO EM CIDADES DE PORTE MEDIO E REGIÕES METROPOLITANAS OTIMIZAR OU AUMENTAR A CAPACIDADE EFETIVA DA REDE VIARIA PRIORIZANDO A CIRCULAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO, EVITANDO INVESTIMENTOS ONEROSOS EM GRANDES INFRAESTRUTURAS NAS CIDADES DE PORTE MEDIO E REGIÕES METROPOLITANAS, SENDO NCZ\$ 80.000,00 PARA PORTO VELHO-RS, NCZ\$ 100.000,00 PARA TRANSPORTE DE MASSA DE ARACAJU-SE E NCZ\$ 120.000,00 PARA ASFALTAMENTO VIARIO EM ITABAIANA-SE	1.218.368		
	TOTAL	1.218.368		1.218.368

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item: 19

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 76, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares até o limite de NCz\$ 130.627.068,00, para os fins que especifica, tendo

PARECER, sob nº 151, de 1989-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto e contrário às emendas. (Mens. 223/89-CN.)

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 76, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares até o limite de NCz\$ 130.627.068,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo II com a respectiva aplicação no Anexo IV, créditos suplementares até o limite de NCz\$ 26.867.669,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e nove cruzados novos), em conformidade com a programação constante dos Anexos I e II desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes do Excesso de Arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Tesouro.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo IV, créditos suplementares até o limite de NCz\$

103.759.399,00 (cento e três milhões, setecentos e cinquenta e nove mil e trezentos e noventa e nove cruzados novos), em conformidade com a programação constante do Anexo III desta lei.

Art. 4º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes de:

I) Excesso de Arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes, no valor de NCz\$ 98.417.837,00 (noventa e oito

milhões, quatrocentos e dezessete mil, oitocentos e trinta e sete cruzados novos);

II) Incorporação de Saldos de Exercícios Anteriores, no valor de NCz\$ 5.341.562,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e um mil, quinhentos e sessenta e dois cruzados novos).

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1989

PROGRAMAÇÃO - ANEXO I

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21000 - MINISTERIO DA MARINHA			
21101 - SECRETARIA GERAL DA MARINHA			
		RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		RS 887 669
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU		RS 887 669
	FORMAÇÃO PARA O SETOR TERCIÁRIO		RS 887 669
81101 00431002.005	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO		RS 887 669
TOTAL		RS 887 669	RS 887 669

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 20

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 77, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura, crédito suplementar de NCz\$ 4.029.334,00, para os fins que especifica, tendo

PARECER, sob nº 162/89-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto e contrário às emendas apresentadas. (Mens. nº 224/89-CN.)

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 77, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura, crédito suplementar de NCz\$ 4.029.334,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de NCz\$ 4.029.334,00 (quatro milhões, vinte e nove mil, trezentos e trinta e quatro cruzados novos), para a programação constante dos Anexos I e II desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes de:

I — Saldos de Exercícios Anteriores — Recursos Diversos no valor de NCz\$ 1.338.150,00 (hum milhão, trezentos e trinta e oito mil, cento e cinquenta cruzados novos); e

II — Excesso de Arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Tesouro no valor de NCz\$ 2.691.184,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e um mil, cento e oitenta e quatro cruzados novos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, DF, de de 1989.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I				NCZ	1,00
PROGRAMA DE TRABALHO				CREDITO SUPLEMENTAR	
13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA					
13101 - GABINETE DO MINISTRO					
RECURSOS DE TODAS AS FONTES					
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	AGRICULTURA			2.691.184	
	PROGRAMAS INTEGRADOS			2.691.184	
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			2.691.184	
13101.04400312 140	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO FEDERAL AGROPECUARIO		2.691.184		
TOTAL			2.691.184	2.691.184	

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II		NCZ - 1.00		
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR		
13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA - FUNDOS				
13301 - FUNDO FEDERAL AGROPECUARIO				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			4.029.334
	PROGRAMAS INTEGRADOS			4.029.334
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			4.029.334
13301.04400312 006	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		62.800	
13301.04400312 143	ASSISTENCIA FINANCEIRA A AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGRICOLA		1.991.967	
13301.04400312 222	FOMENTO A EQUIDECULTURA NACIONAL		1.975.567	
TOTAL				4.029.334

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 21:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 79, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes crédito especial até o limite de NCz\$ 7.681.898,00, para os fins que especifica, tendo

PARECER, sob nº 163/89-CN, favorável ao projeto, com uma emenda de relator, e contrário às demais, (Mens. nº 226/89-CN.)

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 177, DE 1989-CN

A Comissão Mista de Orçamento apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 79/89-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério dos Transportes crédito especial até o limite de NCz\$ 7.681.898,00, para os fins que especifica.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 1989. — Deputado *Cid Carvalho*, Presidente — Deputado *Paes Landim*, Relator.

ANEXO AO PARECER Nº 177, DE 1989-CN

Redação final do Projeto de Lei nº 79, de 1989-CN, que "autoriza o Poder Exe-

cutivo a abrir ao Ministério dos Transportes crédito especial até o limite de NCz\$ 7.681.898,00, para os fins que especifica".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) o crédito especial, até o limite de NCz\$ 7.681.898,00 (sete milhões, seiscentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e oito cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários ao atendimento das despesas previstas no artigo anterior, decorrerão de cancelamento de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO I

Crédito Especial
Ministério dos Transportes
Anexo a Lei nº , de / /89

Suplementação
Recursos do Tesouro
NCz\$ 1,00

Projetos / Atividades	Valor
Departamento Nacional de Estradas de Rodagem	
Ba - 504 - Alagoinhas - Araçás	200.000
Bt-050/MG - Ponte sobre o Rio Araguaia	200.000
Empresa Brasileira de Transportes Urbanos	
Apoio ao Planejamento do Transporte Urbano	
Em cidades de Porte Médio e Regiões Metropolitanas	5.429.312
Reorganização do Transporte Público Urbano de passageiros na cidade do Rio de Janeiro - RJ	573.276
Reorganização do sistema de Transporte Urbano de Porto Velho - RO	29.310
Apoio a Infraestrutura Urbana no Município de Goiânia - GO	200.000
Apoio a Infraestrutura Urbana no Município de Apiaçá - ES	100.000
Apoio a Infraestrutura Urbana no Município de Ribeirão do Pinhal - PR	100.000
Apoio a Infraestrutura Urbana no Município de Paulistana - PI	150.000
Apoio a Infraestrutura Urbana no Município de Palmeira - PI	100.000
Sistema Viário Urbano de Cedro - CE	100.000
Sistema Viário Urbano de Barreiros - PE	100.000
Sistema Viário Urbano de Bom Jardim - PE	200.000
Sistema Viário de Itabaiana - SE	200.000
Total	7.681.898

ANEXO II

Crédito Especial
Ministério dos Transportes
Anexo a Lei nº , de / /89

Cancelamento
Recursos do Tesouro
NCz\$ 1,00

Projetos / Atividades	Valor
Secretaria Geral	
Programa Social de Transporte Urbano em regiões Metropolitanas	6.879.312
Reorganização de Transporte Público Urbano de Passageiros na Cidade do Rio de Janeiro - RJ	573.276
Reorganização do Sistema de Transporte urbano de Porto Velho - RO	229.310
Total	7.681.898

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 22:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 81, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 23.000.000,00, para os fins que especifica, tendo

PARECER, sob nº 164/89-CN, favorável ao projeto e contrário as emendas apresentadas. (Mensagem nº 228/89-CN.)

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção

E o seguinte o projeto aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 81,
DE 1989-CN**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 23.000.000,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) o crédito suplementar até o limite de NCz\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes de Operação de Crédito Interna — Emissão de Títulos do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, de de 1989.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

09000 - JUSTIÇA FEDERAL
09101 - JUSTIÇA FEDERAL

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	JUDICIARIA			23.000.000
	PROCESSO JUDICIARIO			23.000.000
	EDIFICACÖES PUBLICAS			23.000.000
00101.02040201.114	CONSTRUÇÃO DO EDIFICIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL DA BAHIA	5.000.000		
00101.02040201.116	CONSTRUÇÃO DO EDIFICIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS	1.000.000		
00101.02040201.118	CONSTRUÇÃO DO EDIFICIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL DO CEARA	5.000.000		
00101.02040201.122	CONSTRUÇÃO DO ANEXO AO EDIFICIO-SEDE DA JUSTIÇA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO	10.000.000		
TOTAL		21.000.000		23.000.000

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva)—
Item 23:

Discussão em turno único, do Projeto de Lei nº 82, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 510.685.904,00, para os fins que especifica, tendo — PARECER sob nº 169, de 1989-CN, da Comissão Mista, favorável ao projeto e pela rejeição da emenda apresentada (Mens. nº 229/89-CN).

O parecer conclui pela aprovação do projeto e rejeição da emenda apresentada
Em discussão o projeto. (Pausa.)
Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.
Em votação na Câmara dos Deputados.
Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
Em votação no Senado Federal.
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI Nº 82,
DE 1989-CN**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 510.685.904,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei

nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo II, o crédito suplementar até o limite de NCz\$ 510.685.904,00 (quinhentos e dez milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil e novecentos e quatro cruzados novos), de conformidade com a programação constante do ANEXO I desta lei

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. anterior são provenientes de convênios celebrados com Órgãos Federais no valor de NCz\$ 439.912.817,00 (quatrocentos e trinta e nove milhões, novecentos e doze mil e oitocentos e dezessete cruzados novos) e Órgãos não Federais no valor de NCz\$ 70.773.087,00 (setenta milhões, setecentos e setenta e três mil e oitenta e sete cruzados novos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I

NCZ 1 80

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
16000 - MINISTERIO DO EXERCITO			
16101 - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS			
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	DEPESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		810 685 904
	DEPESA, TERRESTRE		810 685 904
	OPERAÇÕES TERRESTRES		810 685 904
16101 06281062 908	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		810 685 904
TOTAL		810 685 904	810 685 904

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 24:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 83, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura crédito suplementar no valor de NCz\$ 22.341.744,00, para os fins que especifica, tudo.

PARECER sob o nº 173, de 1989-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto, com as alterações das Emendas nºs 1 a 3, 9, 11, 21, 22, 23 e 25 e pela rejeição das demais emendas apresentadas. (Mens. nº 230/89-CN.)

O parecer conclui pela aprovação do projeto, com as alterações decorrentes da aprovação parcial das Emendas nºs 1 a 3, 9, 11, 21 a 23 e 25, e pela rejeição das demais.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista de Orçamento para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 178, DE 1989-CN

A Comissão Mista de Orçamento apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 83/89-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 22.341.744,00, para os fins que especifica.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 1989. — Deputado **Cid Carvalho**, Presidente — Deputado **José Tavares**, Relator.

**ANEXO AO PARECER Nº 178, DE
1989-CN**

Redação final do Projeto de Lei nº 83, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 22.341.744,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) o crédito suplementar até o limite de NCz\$ 22.341.744,00 (vinte e dois milhões, trezentos e quarenta e um mil, setecentos e quarenta e quatro cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo I desta Lei.

Parágrafo único. Do montante do crédito referido neste art., NCz\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzados novos), são destinados ao Fundo Nacional de Cooperativismo, com respectiva aplicação constante do Anexo II desta lei.

Art. 2º A distribuição dos recursos alocados à Atividade Cooperativismo e Associativismo Rural — Código Orçamentário 13113.04181102.162, constante do Anexo I desta lei, apresenta o seguinte detalhamento — sendo NCz\$ 50.000,00 para a Cooperativa de Produção e Consumo de Concórdia/SC; NCz\$ 50.000,00 para a Cooperativa Mista dos Plantadores de Cana do Estado do Rio de Janeiro Ltda — Campos/RJ; NCz\$ 50.000,00 para a Cooperativa Treze, em Lagarto/SE; NCz\$ 150.000,00 para a Cooperativa Mista dos Fornecedoros de Cana da Bahia, dos quais NCz\$ 50.000,00 para aplicação no Município de Teodoro Sampaio, NCz\$ 50.000,00 no Município de Amélia Rodrigues e NCz\$ 50.000,00

no Município de Terra Nova; e NCz\$ 50.000,00 para a Cooperativa Agropecuária do Planalto Goiano Ltda — COOPAGO, no Município de Formosa/GO.

Art. 3º A distribuição dos recursos alocados à Atividade Fortalecimento do Sistema Cooperativista — Código Orçamentário

13907.04181104.092, constante do Anexo II desta lei, apresenta o seguinte detalhamento — sendo NCz\$ 50.000,00 para a Cooperativa de Eletrificação Rural do Norte de Alagoas Ltda CERNAL, e NCz\$ 50.000,00 para a Secretaria de Agricultura do Estado do Tocantins.

Art. 4 Os recursos necessários a execução do disposto nos artigos anteriores são provenientes de excesso de arrecadação dos Recursos Diretamente Arrecadados — Tesouro.

Art. 5 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA

13113 - SECRETARIA NACIONAL DE COOPERATIVISMO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			22 341 744
	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL			22 341 744
	COOPERATIVISMO			22 341 744
13113 04181102 162	COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL		18 341 744	
13113 04181104 073	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO NACIONAL DE COOPERATIVISMO		4 000 000	
	TOTAL		22 341 744	22 341 744

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA - FUNDOS

13907 - FUNDO NACIONAL DE COOPERATIVISMO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			4 000 000
	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL			4 000 000
	COOPERATIVISMO			4 000 000
13907 04181104 092	FORTALECIMENTO DO SISTEMA COOPERATIVISTA		4 000 000	
	TOTAL		4 000 000	4 000 000

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 25:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 84, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 186.001.017,00, para os fins que especifica, tendo

PARECER, sob nº 152, de 1989-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto e contrário à emenda, (Mens. nº 231/89-CN.)

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

A matéria ira à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 84, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 186.001.017,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 03 de janeiro de 1989), Anexo II, com a respectiva aplicação no Anexo IV, créditos suplementares no valor de NCz\$ 47.530,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e trinta cruzados novos), de conformidade com a programação constante dos Anexos I e II desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes do cancelamento da dotação orçamentária de Recursos Diretamente Arrecadados — Tesouro, discriminados nos Anexos III e IV desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 03 de janeiro de 1989), Anexo II, o crédito suplementar no valor de NCz\$ 1.234.955,00 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta e cinco cruzados novos), conforme programação explicitada no Anexo V, com a respectiva aplicação no Anexo IV, o crédito especial de idêntico valor de acordo com o constante do Anexo VI desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes de cancelamento de Recursos Diretamente Arrecadados — Tesouro, discriminados nos Anexos VII e VIII desta Lei.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei 7.715, de 03 de janeiro de 1989), Anexo IV, créditos suplementares no valor de NCz\$ 151.610.410,00 (cento e cinquenta e um milhões, seiscentos e dez mil e quatrocentos e dez cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo IX desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes do cancelamento das dotações orçamentárias constantes do Anexo X desta Lei.

I) Recursos Diretamente Arrecadados — Tesouro, no valor de NCz\$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos cruzados novos);

II) Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes, no valor de NCz\$ 91.901.941,00 (noventa e um milhões, novecentos e um mil e novecentos e quarenta e um cruzados novos); e

III) Recursos Diversos, no valor de NCz\$ 59.637.969,00 (cinquenta e nove milhões, seiscentos e trinta e sete mil e novecentos e sessenta e nove cruzados novos).

Art. 4º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei 7.715, de 03 de janeiro de 1989), Anexo IV, crédito especial no valor de NCz\$ 33.108.122,00 (trinta e três milhões, cento e

oitto mil e cento e vinte e dois cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo XI desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes do cancelamento das dotações orçamentárias constantes do Anexo XII desta Lei.

Art. 5º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em de de 1989.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I		NCZ 1 00	
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21000 - MINISTERIO DA MARINHA		RECURSOS DO TESOURO	
21101 - SECRETARIA GERAL DA MARINHA			
COODGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PUBLICA		47 530
	DEFESA MARITIMA		47 530
	OPERACOES NAUTICAS		47 530
21101 0001000 000	CONTRIBUICAO AO FUNDO NAVAL		47 530
	TOTAL		47 530

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II		NCZ 1 00	
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21000 - MINISTERIO DA MARINHA - FUNDOS		RECURSOS DO TESOURO	
21101 - FUNDO NAVAL			
COODGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PUBLICA		47 530
	DEFESA MARITIMA		47 530
	OPERACOES NAUTICAS		47 530
21101 0001000 000	CONTRIBUICAO AO FUNDO NAVAL		47 530
	TOTAL		47 530

CANCELAMENTO - ANEXO III		NCZ 1 00	
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21000 - MINISTERIO DA MARINHA		RECURSOS DO TESOURO	
21101 - SECRETARIA GERAL DA MARINHA			
COODGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	TRANSPORTE		47 530
	TRANSPORTE MARITIMO		47 530
	CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO MARITIMO		47 530
21101 0000000 000	CONTRIBUICAO AO FUNDO NAVAL		47 530
	TOTAL		47 530

CANCELAMENTO - ANEXO IV		NCZ 1 00	
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21000 - MINISTERIO DA MARINHA - FUNDOS		RECURSOS DO TESOURO	
21101 - FUNDO NAVAL			
COODGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	TRANSPORTE		47 530
	TRANSPORTE MARITIMO		47 530
	CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO MARITIMO		47 530
21101 0000000 000	CONTRIBUICAO AO FUNDO NAVAL		47 530
	TOTAL		47 530

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO V		NCZ 1 00	
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21000 - MINISTERIO DA MARINHA		RECURSOS DO TESOURO	
21101 - SECRETARIA GERAL DA MARINHA			
COODGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PUBLICA		1 234 955
	DEFESA MARITIMA		1 234 955
	OPERACOES NAUTICAS		1 234 955
21101 0001000 000	CONTRIBUICAO AO FUNDO NAVAL		1 234 955
	TOTAL		1 234 955

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL
21000 - MINISTERIO DA MARINHA - FUNDOS		
21801 - FUNDO NAVAL		
		DEBITOS DE 1960
COGCO	ESPECIFICACAO	PROJETOS ATIVIDADES TOTAL
	EMPRESA NACIONAL E DESEMPENHA PUBLICA	
	EMPRESA NAVAL	1 234 000
	OPERACAO NAVAL	1 234 000
21801 000101 000	REPARACAO E MANUTENCAO DE NAVIOS E SUBMARI- NOS E DE NAVIOS DE GUERRA E DE NAVIOS DE COMANDO E DE NAVIOS DE GUERRA E DE NAVIOS DE COMANDO E DE NAVIOS DE GUERRA E DE NAVIOS DE COMANDO E DE NAVIOS DE GUERRA E DE NAVIOS	1 234 000
	TOTAL	1 234 000

CAMPANELAMENTO ANEXO VII		ACE	1 000
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21000 - MINISTERIO DA MARINHA			
21101 - SECRETARIA GERAL DA MARINHA			
RESUMO DE TITULO			
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
TITULO			1 234 000
TITULO 211010000			1 234 000
CONTROLE E DESEMPENHO DE TRABALHO ADMINISTRATIVO			1 234 000
21101 10000002 000	CONTROLE DE DESPESAS	1 234 000	
TOTAL		1 234 000	1 234 000

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21000 - MINISTERIO DA MARINHA - FUNDOS			
21901 - FUNDO NAVAL			
		RESUMOS DE TENDENCIA	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	TRANSPORTE		1.234.000
	TRANSPORTE HIDROVIAVEL		1.234.000
	CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO HIDROVIAVEL		1.234.000
21901.1005042.017	MANUTENCAO DOS SERVICOS DE PROTECAO A NAVEGACAO		1.234.000
	TOTAL	1.234.000	1.234.000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 10		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO			
21000 - MINISTERIO DA MARINHA - FUNDOS			
21901 - FUNDO NAVAL			
		NO VALOR DE 7000 00 FOLHAS	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		275 000
	ARMAMENTO E EQUIPAMENTOS		275 000
	RECURSOS HUMANOS		275 000
21901	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	275 000	
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		100 000 000
	DEFESA E EQUIPAMENTOS		2 000 000

[illegible]

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR
21900 - MINISTERIO DA MARINHA - PUNDOS		
21901 - PUNDO NAVAL		
RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS ATIVIDADES TOTAL
	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	070 000
	CIENCIA E TECNOLOGIA	070 000
	PERMANENCIA	070 000
21901 0000001 000	MISSAO PERMANENTE	070 000
	SUPRIMENTACAO E MANUTENCAO PUNDO NAVAL	120 040 000
	PUNDO NAVAL	120 040 000

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR		
RESUMO DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
OPERACOES GERAIS				
27001	00071001 000		1 000 000	127 000 000
27001	00171001 000		10 000 070	
20001	00071001 000		1 700	
27001	00071002 017		11 007 004	
27001	00071002 002		10 010 000	
27001	00071002 004		007 707	
27001	00071002 200		1 000 007	
27001	00071002 010		07 000 100	
SAUDE E BEM-ESTAR				
				000 710
				000 710
				000 710
20001	07000000 100		000 710	
Transporte				
				10 010 000
				10 010 000
				10 000 000
27001	00000000 000		10 010 000	
		TOTAL	10 000 000	100 010 000
				101 000 000

[illegible][illegible][illegible]

SINOPSE DO PROJETO		MEZ	1 00
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21800 - MINISTERIO DA MARINHA - PUNCO'S			
21901 - FUNDO NAVAL			
		RESUMO DE OUTROS FONTES	
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES
		TOTAL	
	OPERAÇÃO NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	30	400 120
	OPERAÇÃO NAVAL	30	100 120
	OPERAÇÃO DE BOMBEIROS	30	100 120
21901 0007 1020 000	MANUTENÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO	30	100 120
TOTAL		30	400 120

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 26:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 85, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 647 800.000,00, para os fins que especifica, tendo,

PARECER, sob nº 165/89-CN, da Comissão Mista de Orçamento, favorável ao projeto, com as alterações das Emendas nºs 10, 24, 29, 33, 38, 47, 64, 70, 73, 82, 115, 146, 209, 267, 277, 279, 282, 284, 286, 287, 301 e 328 aprovadas parcialmente, nos termos das Emendas de Relator nºs 26-A a 26-L. (Mens. nº 239/89-CN.)

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Mista de Orçamento para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 179, DE 1989-CN

A Comissão Mista de Orçamento apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 85/89-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 647.800.000,00, para os fins que especifica".

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 1989. — Deputado *Cid Carvalho*, Presidente — Deputado *Felipe Mendes*, Relator

ANEXO AO PARECER Nº 179/89-CN

Redação final do Projeto de Lei nº 85, de 1989-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 647.800.000,00, para os fins que especifica".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989, Anexo II) o crédito especial até o limite de NCz\$ 27.000.000.000,00 (vinte e sete milhões de

cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989, Anexo II, com a respectiva aplicação no Anexo III), o crédito suplementar de NCz\$ 620.800.000,00 (seiscentos e vinte milhões e oitocentos mil cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 3º Os recursos necessários à execução do disposto nos artigos anteriores são provenientes de emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, em igual montante.

Art. 4º A distribuição dos recursos alocados aos Projetos: ampliação da Rede Armazenadora; construção e recuperação de açudes públicos; saneamento ambiental em áreas urbanas; aproveitamento hidroagrícola-jaguaribe-apodi; controle de enchentes e recuperação de Imperatriz (MA); proíne-irrigação do Nordeste, proni-irrigação nacional; aproveitamento hidroagrícola do Jaíba e aproveitamento hidroagrícola da Bacia do Piranhas, constantes do Anexo II desta lei, apresenta o seguinte detalhamento:

a) ampliação da Rede Armazenadora — Código Orçamentário, 13204.04160951 072: NCz\$ 26.000.000,00 para o Complexo Armazenador de Ponta Grossa (PR), NCz\$ 33.000.000,00 para o Complexo Armazenador de Uberlândia (MG); NCz\$ 11.000.000,00 para o Complexo Armazenador de Barreiras (BA); e NCz\$ 16.000.000,00 para as Unidades Armazenadoras de Imperatriz (MA), Pontalina (GO), São Luiz dos Montes Belos (GO), Britânia (GO), Quirinópolis (GO), Chapada do Sul (MS) e Sorriso (MT);

b) Construção e recuperação de açudes públicos — Código Orçamentário 13209.04542971.206: NCz\$ 5.000.000,00 para o açude Petrólio Portela (PI); NCz\$ 3.000.000,00 para o açude Frios (CE); NCz\$ 1.000.000,00 para o açude Tricy (CE); NCz\$ 4.000.000,00 para o açude Quincoê (CE); NCz\$ 5.000.000,00 para o Açude Atalho II (CE); NCz\$ 500.000,00 para os açudes Caiçara e Forquilha/Carrapateira (CE); NCz\$ 4.500.000,00 para o açude Serafim Dias (CE); NCz\$ 800.000,00 para o açude ANgicos (RN); NCz\$ 9.000.000,00 para o açude Serrinha (PE); NCz\$ 1.500.000,00 para o açude Arrojado Lisboa (CE); NCz\$ 22.000.000,00 para o açude Anagé (BA); NCz\$ 1.500.000,00 para a construção da Barragem do Rio Jacaré, Município de Ibiassuê (BA); e NCz\$ 2.000.000,00 para a recuperação de açude;

c) Saneamento Ambiental em áreas urbanas — Código Orçamentário 13208.13764481.297: NCz\$ 500.000,00 para o Vale do Rio das Almas; NCz\$ 7.600.000,00 para o Vale do Paranaíba; NCz\$ 7.100.000,00 para o Vale do Araguaia (GO); NCz\$

500.000,00 para a cidade de Maracanã (PA); NCz\$ 500.000,00 para a restauração do cais de proteção de cidade de Bom Jesus da Lapa (BA); NCz\$ 15.000.000,00 para recuperação de São Luis (MA) — saneamento ambiental dos Bairros Coroado, Coroadinho e Cohatrac, através da Prefeitura Municipal de São Luis (MA); NCz\$ 600.000,00 para canalização do Córrego São José, no Município de Ituiutaba (MG); NCz\$ 500.000,00 para saneamento ambiental em Venância Aires e Santa Cruz do Sul (RS); NCz\$ 1.000.000,00 para canalização do Arroio Bagé, em Bagé (RS); NCz\$ 500.000,00 para conclusão do desassoreamento do Lago do Parque das Águas, em Caixambú (MG); NCz\$ 200.000,00 para saneamento básico em Muniz Freire (ES); NCz\$ 200.000,00 para dragagem e saneamento do Bairro Santo Antônio, em São Mateus (ES); NCz\$ 200.000,00 para saneamento básico em APIacá (ES); NCz\$ 200.000,00 para saneamento básico em Guaçuí (ES); NCz\$ 1.000.000,00 para barreamento do Rio Ribeirão, em Rio Pardo de Minas (MG); NCz\$ 500.000,00 para a galeria de macrodrenagem de Aimorés (MG); NCz\$ 1.000.000,00 para o sistema de proteção contra enchentes do Rio Subaé, em Santo Amaro (BA); NCz\$ 500.000,00 para controle de enchentes em Pelotas (RS); e NCz\$ 5.000.000,00 para a canalização dos Córregos São Gonçalo, Qdarta-Feira, Barbado e Figueirinha, mediante convênio com o município de Cuiabá (MT);

d) aproveitamento hidroagrícola — Jaguaribe-Apodi — Código Orçamentário 13208.04540771.294: 1 Etapa — NCz\$ 38.000.000,00, sendo NCz\$ 34.000.000,00 para obras civis; Projeto Piloto — NCz\$ 2.000.000,00, sendo NCz\$ 1.000.000,00 para obras civis;

f) proíne-irrigação do Nordeste — Código Orçamentário 13118.04540773.014: sendo NCz\$ 3.000.000,00 para a conclusão do Açude Aroeira, no município de Monsenhor Hipólito — PI e NCz\$ 1.000.000,00 para a conclusão de obras e apoio ao Centro Nacional da Agricultura Irrigação — CNPAI;

g) Proni-Irrigação Nacional — Código Orçamentário 13118.04540773.013: ações complementares em irrigação;

h) aproveitamento hidroagrícola do Jaíba — Código Orçamentário 13207.04540771.448: sendo NCz\$ 5.000.000,00 para a Barragem de Mociminho — MG; e

i) aproveitamento Hidroagrícola da Bacia do Piranhas — Código Orçamentário 13209.04540771.214: sendo NCz\$ 1.000.000,00 para a conclusão do Sangradouro da Barragem Saco de Nova Olinda — PB

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I

NCZ 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA

13102 - SECRETARIA GERAL

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			27 000 000
	ABASTECIMENTO			27 000 000
	PARTICIPAÇÃO SOCIETARIA			27 000 000
13102 04160351 716	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ALIMENTOS VIABILIZAR O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA	27 000 000		
	TOTAL	27 000 000		27 000 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA

13102 - SECRETARIA GERAL

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			4 162 000
	PROGRAMAS INTEGRADOS			4 162 000
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			4 162 000
13102 04400313 775	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS	4 162 000		
	TOTAL	4 162 000		4 162 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA

13118 - SECRETARIA EXECUTIVA DO PROGRAMA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			30 658 000
	RECURSOS HIDRICOS			30 658 000
	IRRIGAÇÃO			30 658 000
13118 04540773 013	PRONI - IRRIGAÇÃO NACIONAL	20 400 000		
13118 04540773 014	PROINE - IRRIGAÇÃO DO NORDESTE	7 258 000		
13118 04540773 784	CONSTRUÇÃO DO AÇUDE MELQUIADES/PI	1 000 000		
13118 04540777 041	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO VALE DO JENIPAPO/PI	2 000 000		
	TOTAL	30 658 000		30 658 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA
13200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			489 180 000
	ABASTECIMENTO			86 000 000
	ARMAZENAMENTO E SILAGEM			86 000 000
13200.04180951 812	PROJETOS A CARGO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO	86.000.000		
	RECURSOS HIDRICOS			403 180 000
	IRRIGAÇÃO			334 380 000
13200.04540771.801	PROJETOS A CARGO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO	152 593 000		
13200 04540771.802	PROJETOS A CARGO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO	115.087 000		
13200 04540771.803	PROJETOS A CARGO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	86.700.000		
	REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA			68 800 000
13200.04542971.803	PROJETOS A CARGO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS	68 800 000		
	SAUDE E SANEAMENTO			96 800 000
	SANEAMENTO			96 800 000
	SANEAMENTO GERAL			42 800.000
13200.13764481 802	PROJETOS A CARGO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO	42.800 000		
	DEFESA CONTRA AS INUNDAÇÕES			54 000.000
13200 13764581 802	PROJETOS A CARGO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO	54 000 000		
	TOTAL	585 980 000		585 980 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA
13204 - COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			86 000 000
	ABASTECIMENTO			86 000 000
	ARMAZENAMENTO E SILAGEM			86 000 000
13204 04160951 072	AMPLIAÇÃO DA REDE ARMAZENADORA	86 000 000		
	TOTAL	86 000 000		86 000 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 11

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA

13207 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			162 593 000
	RECURSOS HIDRICOS			162 593 000
	IRRIGAÇÃO			162 593 000
13207 04540771 446	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO BAIXO SÃO FRANCISCO	23 300 000		
13207 04540771 447	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE IRECE	11 700 000		
13207 04540771 448	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO JAIBA	8 700 000		
13207 04540771 450	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DO RIO CORRENTE	118 893 000		
	TOTAL	162 593 000		162 593 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 11

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA

13208 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			115 087 000
	RECURSOS HIDRICOS			115 087 000
	IRRIGAÇÃO			115 087 000
13208 04540771 288	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA - BAIXADA OCIDENTAL MEARIM, ITAPICURU E PARNAJIBA	5 000 000		
13208 04540771 289	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA - BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE	25 000 000		
13208 04540771 291	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA - TABULEIROS DE SÃO BERNARDO	5 787 000		
13208 04540771 292	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA - TABULEIROS LITORANEOS	18 000 000		
13208 04540771 293	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA - PLATOS DE GUADALUPE	20 000 000		
13208 04540771 294	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA - JAGUARIBE-APODI	40 000 000		
13208 04540773 151	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA - VARZEA DO FLORES	1 100 000		
13208 04540773 152	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA - RIO PARDO	200 000		
	SAUDE E SANEAMENTO			96 800 000
	SANEAMENTO			96 800 000
	SANEAMENTO GERAL			42 800 000
13208 13764481 297	SANEAMENTO AMBIENTAL EM AREAS URBANAS	42.800 000		
	DEFESA CONTRA AS INUNDAÇÕES			54 000 000
13208 13764581 305	CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERAÇÃO DE CURITIBA - PR	5.500 000		
13208 13764581 306	CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERAÇÃO DO VALE DO ITAJAI - SC	40 000 000		
13208 13764581 323	CONTROLE DE ENCHENTES E RECUPERAÇÃO DE IMPERATRIZ - MA	8 500 000		
	TOTAL	211 887 000		211 887 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

13000 - MINISTERIO DA AGRICULTURA
13209 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			125 500 000
	RECURSOS HIDRICOS			125 500 000
	IRRIGAÇÃO			56 700 000
13209.04540771 199	FORTELECIMENTO DO SETOR PESQUEIRO	1 000 000		
13209 04540771 201	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO ACARAU	12 000 000		
13209 04540771 202	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO CURU	4 700 000		
13209 04540771 203	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO JAGUARIBE	6 000 000		
13209 04540771 204	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO AÇU	3 000 000		
13209 04540771 211	RECUPERAÇÃO DE PERIMETROS EM OPERAÇÃO	3 000 000		
13209 04540771 214	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO PIRANHAS	7 000 000		
13209.04540771 216	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DE SUB-BACIAS DO SÃO FRANCISCO	8 000 000		
13209 04540771 218	APROVEITAMENTO HIDROAGRICOLA DA BACIA DO RIO DE CONTAS	12 000.000		
	REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'AGUA			58 800 000
13209 04542971.206	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE AÇUDES PUBLICOS	59 800 000		
13209 04542975 004	CONCLUSÃO DA BARRAGEM DE CANDAS/PB	7 000 000		
13209.04542975 009	CONSTRUÇÃO DO AÇUDE TEJUQUOCA/CE	2 000.000		
	TOTAL	125 500 000		125 500 000

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

A matéria irá à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 27:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 86, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 9.377.942.606,00, para os fins que especifica. (Incluído em Ordem do Dia, em virtude de aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mens. nº 240/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Geraldo para proferir o parecer.

O SR. JOSÉ GERALDO (PMDB — MG. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, pela Mensagem nº 240, de 1989-CM (nº 815/89, na origem), projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir no Orçamento Fiscal da União (Lei 7.715, de 3 de janeiro de 1989), crédito suplementar até o limite de NCz\$ 9.377.942.606,00 (nove bilhões, trezentos e setenta e sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e seis cruzados novos), em favor do Fundo Nacional de Desenvolvimento, para os fins que especifica.

2. O crédito ora pleiteado destina-se a fazer face as despesas conforme programa de trabalho abaixo:

1190803070214772 — Administração do Fundo Nacional de Desenvolvimento — NCz\$ 117.742.354,00;

1190803080333451 — Encargos do Fundo — NCz\$ 9.183.282.747,00; 1190803100561398 — Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico — NCz\$ 76.917.505,00.

3. Como demonstrativo acima, podemos verificar que do total dos encargos alocados, aproximadamente 97,93%, destinam-se ao programa de trabalho encargos do fundo que compreende a restituição do empréstimo compulsório, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.288, de 23 de julho de 1986, que dispõe que esta devolução ocorrerá no último dia do

terceiro ano posterior ao seu recolhimento, efetuando-se o pagamento do mesmo em cotas do FND.

4. Os demais encargos destinam-se à administração do Fundo, o restante destina-se a empregar recursos em instituições voltadas a pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

5. Os recursos destinados ao atendimento da despesa correrá à conta de cancelamento de dotação própria no valor NCz\$ 399.853.232,00 (trezentos e noventa e nove milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e trinta e dois cruzados novos), conforme anexo II, ficando o restante para ser viabilizado pelo excesso de receita decorrente de recursos diretamente arrecadados — outras fontes, no valor de NCz\$ 8.978.089.374,00 (oito bilhões, novecentos e setenta e oito milhões, oitenta e nove mil e trezentos e setenta e quatro cruzados novos).

Ao projeto não foram apresentadas emendas por parte dos Srs. Parlamentares, porém, podemos verificar claramente que o projeto contém erros e imperfeições. Dentre as quais podemos citar os valores alocados à rubrica Administração do Patrimônio do Fundo, que, conforme estabelece o parágrafo único do art. 1º, do Decreto-Lei nº 2.383, de 17 de dezembro de 1987, é vedado ao Fundo utilizar reservas próprias para gastos relativos a pessoal, material permanente e de consumo, aquisição e conservação de bens móveis e outros cus-

teios; só sendo permitida a aplicação para o pagamento de despesas estritamente necessárias à realização de investimentos de capital, à contratação dos serviços referentes às cotas, à carteira de títulos, às obrigações do fundo e auditoria independente, conforme definidas pelo Conselho de Orientação. As despesas enquadráveis nesta rubrica, dado o período restante do encerramento do exercício financeiro, não são compatíveis com o volume dos valores solicitados.

7. Quanto aos recursos alocados no Projeto Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, somos de opinião que os mesmos devam ser direcionados para a FINEP, que é quem tradicionalmente vem aplicando essas dotações.

8. Com relação ao Anexo II que é oferecido como cancelamento para o atendimento da parte da Despesa Proposta, consideramos que os projetos ali identificados estão voltados para os objetivos preconizados no que estabelece a Lei, ou seja, em atividades produtivas, não nos parece justo que estes recursos devam ser alocados a outros fins tais como encargos do Fundo. Somos de opinião que os mesmos sejam utilizados para setores estratégicos, que possam contribuir significativamente para o desenvolvimento da economia brasileira, tais como o de energia elétrica, o de armazenagem de grãos e de portos.

9. Pelos motivos expostos e procurando aprimorar o projeto ora em exame, acatando, inclusive, sugestões dos representantes da sociedade que nesta Casa se preocupam com o melhor para os destinos do país, opinando pela apresentação do substitutivo ao projeto apresentado

Voto:

Considerando as razões aqui aludidas, somos pela rejeição do projeto na forma proposta e pela aprovação do substitutivo apresentado.

SUBSTITUTIVO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 9.377.942.606, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 03 de janeiro de 1989) créditos adicionais até o limite de NCz\$ 9.377.942.606,00 (nove bilhões, trezentos e setenta e sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil e seiscentos e seis cruzados novos), de conformidade com a programação constante dos anexos I, II e III.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes do cancelamento de dotações no valor de NCz\$ 399.853.232,00 (trezentos e noventa e nove milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e trinta e dois cruzados novos), conforme indicado no Anexo III, desta Lei, e o restante do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados outras Fontes

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

E o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui por substitutivo que apresenta Em discussão o substitutivo. (Pausa) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o substitutivo na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à Comissão Mista de Orçamento para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

E lida a seguinte

PARECER Nº 180, DE 1989-CN

(Da Comissão Mista)

A Comissão Mista de Orçamento apresenta a redação final do Projeto de Lei nº 86, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 9.377.942.606,00, para os fins que especifica.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 1989. — *Cid Carvalho*, Presidente — *José Geraldo Ribeiro*, Relator

ANEXO AO PARECER Nº 180/89-CN

Redação final do Projeto de Lei nº 86, de 1989-CN, que

“autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 9.377.942.606,00, para os fins que especifica”

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º E o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), créditos adicionais até o limite de NCz\$ 9.377.942.605,00 (nove bilhões, trezentos e setenta e sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil e seiscentos e seis cruzados novos), de conformidade com a programação constante dos anexos I, II e III

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes do cancelamento de dotações no valor de NCz\$ 399.853.232,00 (trezentos e noventa e nove milhões, oitocentos e cinquenta e três mil e duzentos e trinta e dois cruzados novos), conforme indicado no Anexo III desta Lei, e, o restante, do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

SUPLEMENTAÇÃO		PROGRAMA DE TRABALHO		1989
11900 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO				CREDITO 1989
11900 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO				RECURSOS DE OUTRAS FONTES
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	Administração e Planejamento			8.878.089.37
	Administração			17.742.35
	Administração Geral			17.742.35
11908.03070214.172	Administração do Patrimônio do Fundo Nacional de Desenvolvimento		17.742.35	
	Administração Financeira			8.783.429.515
	Divisão Interna			8.783.429.515
11908.03080333.451	Encargos do Fundo	8.783.429.515		
	Ciência e Tecnologia			76.917.505
	Desenvolvimento Experimental			76.917.505
11908.03100561.398	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico-FINEP	76.917.515		
TOTAL		8.860.347.020	17.742.35	8.878.089.37

ANEXO II

CREDITO ESPECIAL

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMA DE TRABALHO		CAPÍTULO 51200	
		PROJETO	ATIVIDADES	TOTAL	RECURSOS DE OUTRAS FONTES
11000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA - FUNDOS					
11908 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO					
	Agricultura			78.000.000	
	Administração Financeira			78.000.000	
	Participação Societária			78.000.000	
	Participação da União no Capital da CIEBAZEM	78.000.000			
	Construção de Armazéns em:				
	SCARISO-MT - 7.000.000				
	SÃO LUIS DE MONTES BELOS-GO - 6.000.000				
	ERITANIA-RO - 6.000.000				
	CHAPADÃO DO SUL-MS - 7.000.000				
	UBERABA-MG - 7.000.000				
	UBERLANDIA-MG - 15.000.000				
	BRASILIA-DF - 7.000.000				
	IMPERATRIZ-MA - 10.000.000				
	GUARINICOLIS-GO - 7.000.000				
	PONTALINA-RJ - 6.000.000				
	Energia e Recursos Minerais			24.000.000	
	Administração Financeira			24.000.000	
	Participação Societária			24.000.000	
	Participação da União no Capital da CERNIS	104.000.000			
	USINA HIDRELÉTRICA DE SANTA RITA - 70.000.000				
	USINA HIDRELÉTRICA DE MIRANDA - 70.000.000				
	Participação da União no Capital da CELJ	70.000.000			
	Para complementar os investimentos da IV etapa da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada				
	Participação da União no Capital da CHESF	70.000.000			
	Para aplicação na Usina Hidrelétrica de Xingó				
	Participação da União no capital de FURNAS-S/A	20.000.000			
	Para aplicação na Usina Hidrelétrica de COMANCHE I-GO				
	Participação da União no Capital da ELETROSUL	20.000.000			
	Para aplicação na UTE de Jacuí				
	Transporte			137.853.232	
	Administração Financeira			137.853.232	
	Participação Societária			137.853.232	
	Participação da União no Capital da PORTOBRAS	137.853.232			
	Para ampliação do Porto de Recife-PE - 47.853.232				
	Para ampliação do Terminal de Grãos Líquidos do Porto de Macaé-RJ - 20.000.000				
	Para recuperação do Cais do Porto de Cabedelo-PE - 20.000.000				
	Para a construção do Cais do Porto de Salvador-BA - 20.000.000				
	Armazém nº 4) - 20.000.000				
	Para construção do novo Porto de Juazeiro-BA - 20.000.000				
	Para a ampliação do Porto de Ilhéus-BA - 10.000.000				
	TOTAL	499.853.232		499.853.232	

CANCELAMENTO ANEXO III**NCz\$**

		PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR
11000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA - FUNDOS				
11900 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO				recursos de outras fontes
CCOICO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			170.055.163
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			170.055.163
	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO			170.055.163
11900.63080403.449	INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	170.055.163		
	AGRICULTURA			75.192.394
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			75.192.394
	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA			14.762.387
11900.64080351.761	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL DO BANCO NACIONAL DE CREDITO COOPERATIVO S/A	14.762.387		
	ARRANJAMENTO E SILAGEM			60.430.007
11900.64080353.452	AGRO-INDÚSTRIA E INFRA-ESTRUTURA AGRÍCOLA	60.430.007		
	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS			154.605.675
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			154.605.675
	PRODUÇÃO INDUSTRIAL			154.605.675
11900.11083473.853	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL	154.605.675		
TOTAL		399.855.232 *		399.855.232

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, está encerrada a discussão.

Em votação a redação final na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — *Item 28:*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 88, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares, até o limite de NCz\$ 6.000.000,00, para os fins que especifica. (Incluído em Ordem do Dia em virtude de aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mensagem nº 242/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Basílio Villani para proferir parecer.

O SR. BASÍLIO VILLANI (PRN — PR. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Senhor Presidente da República, na forma do art. 61 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 242, de 1989-CN (nº 817/89, na origem), o Projeto de Lei nº 88/89-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar no valor de NCz\$ 6.000.000,00 (seis

milhões de cruzados novos), em favor do Instituto de Planejamento Econômico e Social.

Os recursos necessários ao atendimento das despesas decorrerão da reestimativa de ingressos de recursos externos com um total de NCz\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados novos) e da colocação de títulos do Tesouro Nacional com um total de NCz\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzados novos).

O crédito em análise destina-se ao Projeto Preservação Ambiental, cujas ações, executadas por diversos órgãos, são coordenadas por esse Instituto.

Cumpre mencionar que o presente projeto de lei autoriza, ainda, o Poder Executivo a abrir crédito em favor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da Fundação Nacional do Índio para que venham a incorporar recursos a serem transferidos pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social.

Não foram apresentadas emendas ao presente projeto de lei.

Em face do exposto, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 88/89-CN, na forma proposta.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 88, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), crédito suplementar até o limite de NCz\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzados novos), em favor do Instituto de Planejamento Econômico e Social, nos termos do anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta lei decorrerão: NCz\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzados novos) da reestimativa de ingressos de recursos externos e NCz\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzados novos) da colocação de Títulos do Tesouro Nacional.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, em favor do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da Fundação Nacional do Índio, para incorporação de recursos transferidos pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social, conforme detalhado no anexo II desta lei e nos valores ali indicados.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

11300 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

11302 - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONOMICO E SOCIAL

RECURSOS DO TESOURE

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			6.000.000
	PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE			6.000.000
	ASSISTENCIA AO SILVICOLA			6.000.000
11302 03774841 160	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	6.000.000		
	TOTAL	6.000.000		6.000.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

11000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

11300 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURE

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			6.000.000
	PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE			6.000.000
	ASSISTENCIA AO SILVICOLA			6.000.000
11300 03774841 805	PROJETOS A CARGO DO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONOMICO E SOCIAL	6.000.000		
	TOTAL	6.000.000		6.000.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

19000 - MINISTERIO DO INTERIOR

19208 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			2 500 000
	ASSISTENCIA			2 500 000
	ASSISTENCIA AO SILVICOLA			2 500 000
19208 15814841 282	DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES INDIGENAS	2 035 000		
19208 15814842 427	ASSISTENCIA AS COMUNIDADES INDIGENAS		465 000	
	TOTAL	2 035 000	465 000	2 500 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

19000 - MINISTERIO DO INTERIOR

19211 - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	AGRICULTURA			4 420 000
	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS			4 420 000
	PROTEÇÃO A FLORA E A FAUNA			3 220 000
19211 04171032 166	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA		3 220 000	
	REFLORESTAMENTO			1 200 000
19211 04171041 047	DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	1 200 000		
	SAÚDE E SANEAMENTO			1 480 000
	PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE			1 480 000
	CONTROLE DA POLUIÇÃO			1 480 000
19211 13774561 160	PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	1 480 000		
	TOTAL	2 680 000	3 220 000	5 900 000

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 29:

que permitam adequar os programas de trabalho de diversas unidades às reais necessi-

dades de execução orçamentária, conforme discriminação a seguir:

NCZ\$ 1,00

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 92, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial até o limite de NCZ\$ 15.958.214,00, para os fins que especifica. (Incluído em Ordem do Dia em virtude de aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento) — Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mensagem nº 258/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Jorge para proferir o parecer.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL — PE Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Senhor Presidente da República encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial no valor de NCZ\$ 15.958.214,00 (quinze milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e quatorze cruzados novos), para os fins que especifica.

O referido crédito destina-se a reforçar as dotações orçamentárias contempladas pelo crédito especial autorizado pela Lei nº 7.790, de 4-7-89, conforme demonstra programação detalhada nos anexos I, II, III e IV do projeto de lei em exame.

Trata-se de uma suplementação de crédito especial anteriormente concedido e que visa unicamente a dotar aquela secretaria de recursos para concluir seu programa de trabalho, não se caracterizando como novos projetos ou atividades.

Referido crédito destina-se à incorporação de novos recursos e à realocação de dotações

Fundo para as Atividades de Informática — FAI	1 149 764
- excesso de arrecadação das receitas próprias do Centro Tecnológico para Informática,	412 349
- ajuste de programação às reais necessidades da execução orçamentária	737 415
Fundo de Atividades Espaciais — FAES	7 978.773
- excesso de arrecadação das receitas próprias do Instituto de Pesquisas Espaciais,	1 600 000
- ingresso de recursos provenientes de convênios firmados com a Fundação Banco do Brasil — FBB,	6 253 115
- remanejamento de dotações para atender a execução de pequenas obras	125 658
Fundo de Atividades para Amazônia — FAAM	2 413 000
- Incorporação de recursos oriundos de convênios	
* com órgãos Federais — Tesouro	118 000
* com órgãos não Federais	2 295 000
Instituto de Pesquisas Espaciais — INPE	2 900 000
- apropriação de recursos da operação de crédito externa, em bens e serviços, contratada pela União junto ao Banque Nationale de Paris para aquisição de equipamentos para complementação da Estação de Processamento de Dados de Satélites e Desenvolvimento dos Sistemas de Propulsão dos Satélites de Sensoriamentos Remoto	2 900 000
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	1 516 677
- excesso de arrecadação das receitas próprias	762 174
- incorporação de recursos provenientes de convênios com Órgãos Federais — Tesouro	754 503

Deve-se salientar que os recursos alocados aos Fundos e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, são recursos próprios provenientes de receitas e de convênios ou decorrentes de remanejamento interno de recursos. No caso do Instituto de Pesquisas Espaciais — INPE é apropriação de recursos de operação de crédito externa, em bens e serviços.

Ao projeto de lei não foram apresentadas emendas.

Voto

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 92/89 -CN, nos termos apresentados pelo Poder Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI nº 92, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito especial até o limite de NCz\$ 15.958.214,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei No. 7.715, de 03 de janeiro de 1989) crédito especial, até o limite de NCz\$ 15.958.214,00 (quinze milhões, novecentos e cinqüenta e oito mil, duzentos e quatorze cruzados novos), de conformidade com a programação constante dos ANEXOS I e II desta Lei.

Parágrafo Único — A programação das contribuições a fundos, constante do ANEXO I, é detalhada no ANEXO III.

Art. 2º. — Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são os provenientes de:

NCz\$ 1,00

I — para a programação constante do ANEXO I:

a) operação de crédito externa, em bens e serviços, contratada pela União	2.900.000
b) excesso de arrecadação de receitas próprias — Tesouro	2.012.349
c) excesso de arrecadação de receitas próprias — Outras Fontes	762.174
d) convenios firmados com Órgãos Federais — Tesouro	872.503

II — para a programação constante do ANEXO II:

a) cancelamento de dotações, conforme ANEXO IV, desta Lei	863.073
b) convênios com Órgãos Federais — Outras Fontes	6.253.115
c) convênios com Órgãos não Federais	2.295.000

Art. 30. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 40. - Revoam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 1		NCZ 1 00		
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL		
11000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA				
11112 - SECRETARIA ESPECIAL DA CIENCIA E TECNOLOGIA				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			5 030 349
	CIENCIA E TECNOLOGIA			5 030 349
	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			412 349
11112 03100201 691	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO PARA AS ATIVIDADES DE INFORMATICA DE SUPOORTE FINANCEIRO AO FUNDO A FIM DE QUE O M.E. PROMOVA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLÓGICA PARA INFORMATICA		412 349	
	PESQUISA APLICADA			3 018 000
11112 03100511 691	ESTAB. DE REPER. E REFIN. DE RECURSOS NATURAIS DO PAIS E PERM. DE REPER. COLETA DOS DADOS PELO SATELITE SPOT-7 PARA REPER. A RECEPÇÃO GRAVAÇÃO E PROCESSAMENTO DIGITAL DOS DADOS DO SATELITE FRANCES "SPOT-7" NA ORBITA DE ALTA DO INPE EM CUIABÁ (MT) E CALCUTÁ (INDIA) - (ISP)	2 400 000		
11112 03100552 692	DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO EM TECNOLOGIAS ESPACIAIS PROMOVER O COMERCIO DE RECURSOS NATURAIS DO PAIS E PERM. DE REPER. DE REPER. COLETA DOS DADOS PELO SATELITE SPOT-7 PARA REPER. A RECEPÇÃO GRAVAÇÃO E PROCESSAMENTO DIGITAL DOS DADOS DO SATELITE FRANCES "SPOT-7" NA ORBITA DE ALTA DO INPE EM CUIABÁ (MT) E CALCUTÁ (INDIA) - (ISP)		500 000	
11112 03100554 014	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE ATIVIDADES PARA A AMAZONIA DE SUPOORTE FINANCEIRO AO FUNDO PARA CUSTEIO DAS ATIVIDADES GERAIS		118 000	
	DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL			1 600 000
11112 03100562 692	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS DE SUPOORTE FINANCEIRO AO FUNDO PARA CUSTEIO DAS ATIVIDADES GERAIS		1 600 000	
TOTAL		2 400 000	2 530 349	5 030 349

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 1		NCZ 1 00		
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL		
11700 - SECRETARIA ESPECIAL DA CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS				
11701 - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			1 816 677
	CIENCIA E TECNOLOGIA			1 816 677
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			407 674
11701 03100214 252	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA ATRAVES DA CUNTAÇÃO DE RECURSOS E CONTRIB. ALF. DE PRESTAR ATIVIDADES DE ATIVIDADES FIM		407 674	
	PESQUISA FUNDAMENTAL			754 503
11701 03100542 696	PROMOÇÃO A PESQUISA FUNDAMENTAL APOIAR INSTITUIÇÕES E CRIAR PESQUISADORES PARA A REALIZAÇÃO DE TRABALHOS DE PESQUISA E ESTIMULAR A PESQUISA FUNDAMENTAL MEDIANTE A CONCEPÇÃO DE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A AQUISIÇÃO DE RECURSOS E AO CUSTEIO DE TRABALHOS DE COMPROVADA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO NACIONAL		754 503	
	DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL			294 500
11701 03100562 695	MANUTENÇÃO DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FISICAS DESENVOLVER PESQUISA NO CAMPO DA FISICA ENFOCANDO ATIVIDADES DE ENSINO E TREINAMENTO DE PESQUISADORES E DOCENTES UNIVERSITARIOS ASSIM COMO PROMOVER ESTUDO DE MODELOS DE APLICAÇÕES TECNOLÓGICAS DA FISICA MATEMÁTICA MOLECULAR E DE SÓLIDOS DA FISICA NUCLEAR		294 500	
11701 03100562 699	MANUTENÇÃO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DESENVOLVER A PESQUISA CIENTIFICA E SUAS APLICAÇÕES NO DOMÍNIO DA ASTRONOMIA E DA GEOFISICA ASSIM COMO SUA DIFUSÃO E APRIMORAMENTO		141 500	

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
11701 03100562 702	MANUTENÇÃO DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELD: DESENVOLVER PESQUISAS VISANDO APERFEIÇOAR AS BASES BIOLÓGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO FLORESTAL COM ÊNFASE NOS CAMPOS DA BOTÂNICA, ENTOMOLOGIA, GENÉTICA, ECOLOGIA, ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA		115 000	
	INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA			60 000
11701 03100572 502	DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS MANUTER AS ATIVIDADES DO BICM DE PUBLICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE ESTUDOS, ANÁLISES E INFORMAÇÕES ATRAVÉS DE UM PROGRAMA EDITORIAL COM AÇÕES EM PUBLICAÇÕES DE POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA SEM LOMD CRIAR, MANUTER E DESENVOLVER MECANISMOS E SISTEMAS CAPAZES DE SUPRIR A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES		60 000	
	TOTAL		1 516 677	1 516 677

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NC7 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

11900 - FUNDO PARA AS ATIVIDADES DE INFORMÁTICA

11910 - FUNDO PARA AS ATIVIDADES DE INFORMÁTICA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			737 415
	Ciência e tecnologia			737 415
	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			737 415
11910 03100202 725	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMÁTICA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO SETOR DE INFORMÁTICA APOIAR A INTRODUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMÁTICA NO PROCESSO PRODUTIVO SEM COMO PRESTAR O APOIO LOGÍSTICO NECESSÁRIO		737 415	
	TOTAL		737 415	737 415

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NC7 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

11900 - FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS

11912 - FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			6 378 773
	Ciência e tecnologia			6 378 773
	DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL			6 378 773
11912 03100562 737	COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PESQUISAS E APLICAÇÕES ESPACIAIS DESENVOLVER COMPETÊNCIA ATRAVÉS DA INVESTIGAÇÃO FÍSICA E QUÍMICA DE FENÔMENOS QUE RESULTEM EM APLICAÇÕES DE TECNOLOGIAS ESPACIAIS E DAR APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIAS ESPACIAIS E DA ATMOSFERA		6.378 773	
	TOTAL		6 378 773	6 378 773

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 11

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL	
11900 - FUNDO DE ATIVIDADES PARA A AMAZONIA			
11913 - FUNDO DE ATIVIDADES PARA A AMAZONIA			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2 295 000
	CIENCIA E TECNOLOGIA		2 295 000
	PESQUISA APLICADA		2 295 000
11913 03100554 009	DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DA AMAZONIA LEGAL		2 295 000
	APOIAR O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DA AMAZONIA LEGAL COM BASE NA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS PROSPECTIVOS DA REGIÃO ENVOLVENDO A FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ESPECIFICOS A CONFECÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO INSTITUTO SUPLETIVAMENTE APOIAR A REALIZAÇÃO DE PROJETOS E/OU ATIVIDADES FINALÍSTICAS DO INSTITUTO		
	LEN		
TOTAL		2 295 000	2 295 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 111

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL		
11900 - FUNDO PARA AS ATIVIDADES DE INFORMATICA				
11910 - FUNDO PARA AS ATIVIDADES DE INFORMATICA				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			412 349
	CIENCIA E TECNOLOGIA			412 349
	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			412 349
11910 03100202 739	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO CENTRO TECNOLÓGICO PARA INFORMATICA		412 349	
	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA CIENTIFICA E TECNOLÓGICA NO SETOR DE INFORMATICA APOIAR A INTRODUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMATICA NO PROCESSO PRODUTIVO SEM COMO PRESTAR APOIO LOGISTICO NECESSARIO			
TOTAL			412 349	412 349

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO 111

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL	
11900 - FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS			
11912 - FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1 600 000
	CIENCIA E TECNOLOGIA		1 600 000
	DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		1 600 000
11912 03100562 737	COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PESQUISAS E APLICAÇÕES ESPACIAIS		1 600 000
	DESENVOLVER COMPETENCIA ATRAVES DA INVESTIGAÇÃO FISICA E QUIMICA DE FENOMENOS QUE RESULTAM EM APLICAÇÕES DE TECNOLOGIAS ESPACIAIS E (OU) APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIENCIAS ESPACIAIS E DA ATMOSFERA		
TOTAL		1 600 000	1 600 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO III		NCZ 1 00	
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL	
11900 - FUNDO DE ATIVIDADES PARA A AMAZONIA			
11913 - FUNDO DE ATIVIDADES PARA A AMAZONIA			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		118 000
	CIENTIA F TECNOLOGIA		118 000
	PESQUISA APLICADA		118 000
11913 03100554	DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DA AMAZONIA LEGAL		118 000
	APOIAR O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DA AMAZONIA LEGAL, COM FOCO NA REALIZAÇÃO DE ESTUDO PROSPECTIVOS DA REGIÃO ENVOLVENDO A FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS ESPECIFICOS A CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS DO INSTITUTO SUPLEMENTAR APOIAR A REALIZAÇÃO DE PROJETOS E/OU ATIVIDADES FUNDAMENTAIS DO INSTITUTO		
TOTAL		118 000	118 000
CANCELAMENTO ANEXO IV		NCZ 1 00	

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL	
11900 - FUNDO PARA AS ATIVIDADES DE INFORMATICA			
11910 - FUNDO PARA AS ATIVIDADES DE INFORMATICA			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		737 415
	Ciência e tecnologia		737 415
	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR		737 415
11910 03160202 710	COORDENAÇÃO E EFICÁCIA E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE INFORMATICA		737 415
	APOIAR O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO SETOR DE INFORMATICA, FUNDAR AL INSTALAÇÕES E INICIAR AÇÕES E AÇÕES DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, COM OUTRAS APLICAÇÕES RELACIONADAS COM AS ATIVIDADES DO FUNDO		
TOTAL		737 415	737 415
CANCELAMENTO ANEXO IV			NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL	
11900 - FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS			
11912 - FUNDO DE ATIVIDADES ESPACIAIS			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		125 658
	Ciência e tecnologia		125 658
	DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL		125 658
11912 03100162 717	COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE PESQUISAS E APLICAÇÕES ESPACIAIS		125 658
	LEVAR O VETOR COMPETITIVIDADE ATRAVÉS DA INVESTIGAÇÃO FÍSICA E QUÍMICA DE FENÔMENOS QUE RESULTEM EM APLICAÇÕES TECNOLÓGICAS E PATENTES E LAR APOIAR A PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM CIÊNCIAS ESPACIAIS E DA ATMOSFERA		
TOTAL		125 658	125 658

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item 31:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 94, de 1989 — CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 1.671.475.732,00, para os fins que especifica, (Incluído em Ordem do Dia em virtude de aprovação de

urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mens. nº 260/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Levy Dias para proferir o parecer.

O SR. LEVY DIAS (PFL — MS. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

I — Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, pela Mensagem nº 260, de 1989 — CN (859/89, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional projeto de lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais, até

o limite de NCz\$ 1.671.475.732,00, para os fins que especifica."

De acordo com o projeto:

NCz\$ 928.723.197 (novecentos e vinte e oito milhões, setecentos e vinte e três mil e cento e noventa e sete cruzados novos) são créditos suplementares os quais serão empregados de conformidade com a programação constante do Anexo I do projeto; e

NCz\$ 742.752.535 (setecentos e quarenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e trinta e cinco cruzados novos) para crédito especial cuja aplicação obedecerá à programação de trabalho constante do Anexo II do projeto.

Conforme esclarece a Exposição de Motivos nº 514, de 5 de dezembro de 1989, que acompanha a Mensagem presidencial, os referidos créditos visam a incorporação do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes e da Incorporação de convênios no Fundo Aeronáutico do Ministério da Aeronáutica

Os recursos necessários à execução dos programas de trabalho previstos nos Anexos I e II do projeto em exame, decorrerão do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes, bem como, Recursos de Convênios com Órgãos Federais — Outras Fontes, Recursos de Convênios com órgãos Federais — Tesouro e Recursos de Convênios com Órgãos não Federais.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II — Voto

Diante do exposto, o nosso parecer é no sentido da aprovação do referido projeto de lei, na forma proposta pelo Executivo.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Em votação o projeto, na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai a sanção.

É o seguinte projeto aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 94, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais, até o limite de NCz\$... 1.671.475.732,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), anexo IV, créditos suplementares no valor de NCz\$ 928.723.197,00 (novecentos e vinte e oito milhões, setecentos e vinte e três mil e cento e noventa e sete cruzados novos), de conformidade com a programação constante do anexo I desta lei

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes do excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados — outras fontes, no montante de NCz\$ 926.985.389,00 (nove-

centos e vinte e seis milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e trezentos e oitenta e nove cruzados novos), e recursos de convênios com órgãos federais — outras fontes, no montante de NCz\$ 1.739.808,00 (um milhão, setecentos e trinta e nove mil e oitocentos e oito cruzados novos).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), anexo IV, crédito especial no valor de NCz\$ 742.752.535,00 (setecentos e quarenta e dois milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e trinta e cinco cruzados novos), de conformidade com a programação constante do anexo II desta lei

Parágrafo único Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes de:

a) excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados — outras fontes: NCz\$ 723.924.702,00 (setecentos e vinte e três milhões, novecentos e vinte e quatro mil e setecentos e dois cruzados novos);

b) recursos de convênios com órgãos federais — Tesouro: NCz\$ 496.244,00 (quatrocentos e noventa e seis mil e duzentos e quarenta e quatro cruzados novos);

c) recursos de convênios com órgãos não federais: NCz\$ 781.361,00 (setecentos e oitenta e um mil e trezentos e sessenta e um cruzados novos); e

d) recursos de convênios com órgãos federais — outras fontes: NCz\$ 17.550.228 (dezesete milhões, quinhentos e cinquenta mil e duzentos e vinte e oito cruzados novos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1989.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
12000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA - FUNDOS			
12901 - FUNDO AERONAUTICO			
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		39 736 968
	ADMINISTRAÇÃO		39 736 968
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		39 736 968
12901 03670212 233	REPAROS E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS	39 736 968	
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		765 835 974
	DEFESA AEREA		765 835 974
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		231 029 976
12901 06260212 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	231 029 976	
	INFORMÁTICA		5 460 000
12901 06260242 016	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5 460 000	
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		225 065 739
12901 06260251 032	CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTO DE INSTALAÇÕES DA AERONAUTICA	225 065 739	
	OPERAÇÕES AEREAS		304 280 259
12901 06261601 042	DESENVOLVIMENTO DO AN-1	183 338 276	
12901 06261602 107	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DO TRANSPORTE DE SUPERFÍCIE	14 280 355	
12901 06261602 108	MANUTENÇÃO SUPRIMENTO E EQUIPAMENTOS DE AERONAVES	106 651 588	

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

MCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR		
12000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA - FUNDOS				
12901 - FUNDO AERONAUTICO				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			88 087 965
	SAUDE			88 087 965
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			88 087 965
12901 33754282.113	FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE SAUDE		88 087 965	
	TRANSPORTE			35 062 270
	Ciencia E TECNOLOGIA			7 997 239
	PESQUISA FUNDAMENTAL			7 997 239
12901.16100541 037	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AERODESPACIAL	7 997.239		
	TRANSPORTE AEREO			27 065 031
	CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO AEREO			27 065 031
12901 16075242 117	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO AO VOO		27 065 031	
TOTAL		416 401.294	812 321 943	828 723 197

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II:

MCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO ESPECIAL		
12000 - MINISTERIO DA AERONAUTICA - FUNDOS				
12901 - FUNDO AERONAUTICO				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			290 406
	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL			290 406
	INFORMAÇÕES GEOGRAFICAS E ESTATISTICAS			290 406
12901 03090442 051	DINAMIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA REALIZAR Mapeamento FOTOGRAFICO MONTAGEM DE PAINÉIS E SERVIÇOS AFINS COM VISTAS A EXECUÇÃO DE CARTAS TERRESTRES E DE RADIO NAVEGAÇÃO		290 406	
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PUBLICA			384 772 455
	Ciencia E TECNOLOGIA			9 110 346
	PESQUISA FUNDAMENTAL			9 110 346
12901 06100542 102	FUNCIONAMENTO DOS ORGÃOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PROPICIAR O SUPORTE NECESSARIO PARA O FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS ORGÃOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		9 110 346	
	DEFESA AEREA			375 462 123
	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR			164 753 677
12901 06260202 023	APÓIO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO ASSEGURAR RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CIENTÍFICAS VISEM O APRIMORAMENTO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DA FORÇA		164 753 677	
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			31 157 578
12901 06260212 047	ALIMENTAÇÃO DE PESSOAL ASSEGURAR ALIMENTAÇÃO EM RANCHO PRÓPRIO A MILITARES E CIVIS QUANDO EM SERVIÇO OU VINCULADO A ORGANIZAÇÃO MILITAR E AINDA EM CAMPANHA MANGRUA OU EXERCÍCIO OBJETIVANDO MANTER O ESTADO DE RIGIDEZ DA FORÇA E SUA PRONTA UTILIZAÇÃO		31 157 508	
	OPERAÇÕES AEREAAS			179 608 846
12901 06261601 023	REAPARELHAMENTO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA DESTINAR RECURSOS PARA DOTAR A FAE COM AERONAVES E EQUIPAMENTOS COMPLETOS DO PAIS E EXTERIOR	13 610 802		
12901 06261601 034	VEICULOS DE SUPERFICIE DE TRACÇÃO MECANICA DOTAR O MINISTERIO DOS MEIOS DE TRANSPORTE DE SUPERFICIE NECESSARIOS PARA O CUMPRIMENTO DA SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL	2 356 915		
12901 06261602 005	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL COORDENAR SUPERVISIONAR E CONTROLAR OS ASSUNTOS PERTINENTES A PESSOAL OBJETIVANDO O APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA A NIVEL SETORIAL		1 790 536	
12901 06261602 048	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		17 605 457	
12901 06261602 105	FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES AEREAAS PROPORCIONAR APOIO LOGISTICO AS UNIDADES AEREAAS PARA O CUMPRIMENTO DE SUAS MISSÕES ESPECIFICAS		366 704	

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
12901 06261602 106	MANUTENÇÃO SUPRIMENTO E EQUIPAMENTOS DE MATERIAL BELICO DOTAR O SISTEMA DE MATERIAL BELICO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DO ARMAMENTO TERRESTRE E AEREO		11 076 001	
12901 06261602 109	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL DE INTENDENCIA POSSIBILITAR O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE MATERIAL DE INTENDENCIA DA FORÇA AEREA		132 702 431	
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			41 892
12901 06262172 037	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PROMOVER DE FORMA INTEGRADA A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAL EM TODOS OS NIVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS DE MODO QUE SE OBTENHA MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO E MAIS ALTOS INDICES DE PRODUTIVIDADE		41 892	
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL			11 658 766
	TRANSPORTE AEREO			11 658 766
	INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA			11 658 766
12901 07675231 035	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS NA AMAZONIA PROMOVER A INTEGRAÇÃO DAS REGIÕES COMPREENDIDAS NAS AREAS DE ATUAÇÃO DA SUDAM COM A ECONOMIA NACIONAL MEDIANTE FINANCIAMENTO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA	11 658 766		
	EDUCAÇÃO E CULTURA			36 881 010
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			25 112 128
	FORMAÇÃO PARA O SETOR TERCIARIO			25 112 128
12901 08431981 038	EQUIPAMENTO DE ENSINO PROFISSIONAL AERONAUTICO DESTINAR RECURSOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, DESTINADOS A ATENDER O ENSINO PROFISSIONAL AERONAUTICO DE TRIPULANTES TECNICOS E ESPECIALISTAS CIVIS PARA OS SERVIÇOS DE APOIO E PROTEÇÃO A NAVEGAÇÃO AEREA A INFRA-ESTRUTURA AERONAUTICA E A AVIAÇÃO CIVIL EM GERAL	19 433 482		
12901 08431982 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO DESTINAR RECURSOS PARA O CUSTEIO DA VIDA VEGETATIVA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO		2 347 711	
12901 08431982 713	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL BASICO DESTINAR RECURSOS PARA O CUSTEIO DA VIDA VEGETATIVA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO		3 331 135	
	ENSINO SUPERIOR			11 768 882
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			11 768 882
12901 08432052 020	MANUTENÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL DESTINAR RECURSOS PARA O CUSTEIO DA VIDA VEGETATIVA DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO		10 766 357	
12901 08432052 042	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DESTINAR RECURSOS PARA O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DO INSTITUTO TECNOLÓGICO DA AERONAUTICA		999 525	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			1 170 998
	ASSISTENCIA			1 170 998
	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			1 170 998
12901 10814862 050	ASSISTENCIA SOCIAL A SERVIDORES PRESTAR SERVIÇOS ASSISTENCIAIS AOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES DA AERONAUTICA E SEUS DEPENDENTES		1 170 998	
	TRANSPORTE			308 178 886
	TRANSPORTE AEREO			300 178 886
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			49 756 844
12901 16870312 114	ASSISTENCIA FINANCEIRA A AERoclubes e ESCOLAS DE AVIAÇÃO CIVIL APOIAR OS AERoclubes e ESCOLAS DE AVIAÇÃO CIVIL PARA CUSTEAR OS PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PESSOAL ESPECIALIZADO NECESSARIO A AVIAÇÃO CIVIL E RESERVA DA AERONAUTICA		56 844	
12901 16870312 115	ASSISTENCIA FINANCEIRA AO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE AEREO REGIONAL ATENDER AOS ENCARGOS COM A MANUTENÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTE AEREO REGIONAL AVIAÇÃO DE 3 NIVEL		49 700 000	
	INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA			5 690 239
12901 16875231 038	CONSTRUÇÃO REAPARELHAMENTO E MELHORAMENTO DE AEROPORTOS REALIZAR OBRAS DE CONSERVAÇÃO, DE RECONSTRUÇÃO E DE MELHORAMENTO DOS AEROPORTOS, INCLUSIVE EM JURISDIÇÕES A INFRAERO	5 363 114		
12901 16875232 116	FUNCIONAMENTO DE AEROPORTOS ATENDER AO CUSTEIO DAS DESPESAS COM A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA REDE AEROPORTUARIA INCLUSIVE COM EMPRESAS CONCESSIONARIAS DE SERVIÇO PUBLICO		327 125	
	CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO AEREO			257 731 803
12901 16875241 039	SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AEREO BRASILEIRO POSSIBILITAR A COBERTURA TOTAL DO ESPAÇO AEREO BRASILEIRO DESENVOLVENDO CAPACIDADE DE ACOPLAR, TRATAR, PROCESSAR E TRANSMITIR DADOS DE UNIDADES TATICAS DE CONTROLE DO ESPAÇO AEREO	251 848 311		
12901 16875242 111	MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL CONTRA-INCENDIO ADQUIRIR EQUIPAMENTO ESPECIFICO CONTRA-INCENDIO, EXCETO CARRO CONTRA-INCENDIO, MATERIAL DE CONSUMO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CONTRA-INCENDIO VISANDO A SEGURANÇA DAS INSTALAÇÕES		1 183 492	
TOTAL		303 971 390	438 781 148	742 752 538

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 32:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 95, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de NCz\$ 161.091.111,00, para os fins que especifica. (Incluído em Ordem do Dia em virtude de aprovação, de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mens. nº 261/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcos Lima para proferir o parecer.

O SR. MARCOS LIMA (PMDB — MG. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Projeto/Atividade	Em NCz\$ 1,00
- Coordenação Execução da Política Cartográfica Nacional	114 150
- Delimitação da Margem Continental	2 156
- Desenvolvimento de Meios Flutuantes	96 000
- Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes	153 828 281
- Combustíveis e Lubrificantes	7 030 070
- Melhoramentos da Rede de Ensino	13.954
- Processamento de Causas	6.500
Total	161 091 111

Os recursos destinados a atender à programação do Fundo Naval são provenientes das seguintes fontes: excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes, no valor de NCz\$ 154.061.041,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, sessenta e um mil, quarenta e um cruzados novos) e incorporação de Saldos de Exercícios Anteriores, no valor de NCz\$ 7.030.070,00 (sete milhões, trinta mil e setenta cruzados novos).

Não foram apresentadas emendas à programação de trabalho do Fundo Naval.

II — Voto do Relator

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 95/89-CN, na forma da proposta original do Poder Executivo
É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação da matéria

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerra-se a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61, da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 261/89-CN (nº 860, na origem), o Projeto de Lei nº 95/89-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 03 de janeiro de 1989), crédito especial, até o limite de NCz\$ 161.091.111,00 (cento e sessenta e um milhões, noventa e um mil, cento e onze cruzados novos), em favor do Fundo Naval, do Ministério da Marinha".

A Exposição de Motivos, que acompanha a Mensagem nº 860/89, informa que o crédito visa a promover ajustes no programa de trabalho do Fundo Naval.

A programação de trabalho do Fundo Naval, inerente ao crédito em análise, encontra-se especificada na forma que segue:

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 95, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito especial até o limite de NCz\$ 161.091.111,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) o crédito especial, até o limite de NCz\$ 161.091.111,00 (cento e sessenta e um milhões, noventa e um mil e cento e onze cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação dos Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes e da incorporação de Saldos de Exercícios Anteriores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 33:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 96, de 1989-CN, que autoriza

o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 22.190.141,00. (Incluído em Ordem do Dia em virtude da aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário (Mensagem nº 262/89-CN)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Darcy Deitos para proferir o parecer.

O SR. DARCY DEITOS (PSDB — PR. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61, da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, o projeto de Lei nº 96, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da União, Lei nº 7.715, de 3-1-89, créditos adicionais até o limite de NCz\$ 22.190.141,00 (vinte e dois milhões, cento e noventa mil, cento e quarenta e um cruzados novos) em favor do Ministério da Educação

Estes créditos adicionais compõem-se de 6,79% ou NCz\$ 1.506.816,00 (hum milhão, quinhentos e seis mil, oitocentos e dezesséis cruzados novos) de créditos suplementares e 93,21% ou NCz\$ 20.683.325,00 (vinte milhões, seiscentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e cinco cruzados novos) para créditos especiais.

Os recursos necessários ao presente projeto de lei são provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias 6,80%, recursos diretamente arrecadados, 14,28%, convênios com órgãos federais e não federais 38,12%, recursos do FNDE 3,62% e operações de crédito externo 37,18%.

Do total pretendido no presente crédito, existe uma vinculação da ordem de 96,38% e os 3,62% restantes, provenientes do salário educação (FNDE), são vinculados ao ensino fundamental.

A parte destinada a créditos suplementares, provenientes de cancelamentos, destinam-se em síntese, a ajustamentos via remanejamentos no Órgão, para adequação de seu programa de trabalho.

A destinação dos créditos especiais pretende viabilizar e ampliar projetos, cuja programação já encontra-se contratada via convênios, operações de crédito externo e aplicação de recursos próprios diretamente arrecadados.

Voto:

Assim, pelo exposto, esta relatoria conclui que em vista das vinculações e impedimentos legais, não sendo também apresentadas emendas, pela aprovação do Projeto de Lei nº 96, de 1989-CN.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI Nº 96,
DE 1989-CN**

Autoriza o Poder Executivo a
Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 22.190.141,00.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo II, com a respectiva aplicação no Anexo III, créditos suplementares no valor de NCz\$ 1.506.816,00 (um milhão, quinhentos e seis mil, oitocentos e dezesseis cruzados novos),

de conformidade com a programação constante do Anexo II desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias no valor de NCz\$ 1.506.816,00 (um milhão, quinhentos e seis mil, oitocentos e dezesseis cruzados novos), conforme Anexo III desta Lei e correspondentes as seguintes fontes:

a) Diretamente Arrecadados — Outras Fontes: NCz\$ 1.198.267,00 (um milhão, cento e noventa e oito mil, duzentos e sessenta e sete cruzados novos);

b) Convênios com Órgãos Federais — Outras Fontes: NCz\$ 8.549,00 (oito mil, quinhentos e quarenta e nove cruzados novos);

c) Recursos Diversos: NCz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 1989), Anexo II, com a respectiva aplicação no Anexo III, créditos especiais até o limite de NCz\$ 20.683.325,00 (vinte milhões, seiscentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e cinco cruzados novos), de conformidade com a programação constante dos Anexos I e IV desta Lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes de:

l) Cancelamento de dotação orçamentária, no valor de NCz\$ 3.466,00 (três mil, quatrocentos e sessenta e seis cruzados novos), dis-

criminada no Anexo V desta Lei e correspondente a Convênios com Órgãos Federais — Tesouro.

II) Incorporação de recursos no montante de NCz\$ 20.679.859,00 (vinte milhões, seiscentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzados novos), provenientes das seguintes fontes:

a) Operações de Crédito Externas — Em Moeda: NCz\$ 8.250.190,00 (oito milhões, duzentos e cinquenta mil, cento e noventa cruzados novos);

b) Diretamente Arrecadados — Outras Fontes: NCz\$ 3.168.171,00 (três milhões, cento e sessenta e oito mil, cento e setenta e um cruzados novos);

c) Convênios com Órgãos Federais — Tesouro: NCz\$ 4.241.600,00 (quatro milhões, duzentos e quarenta e um mil e seiscentos cruzados novos);

d) Convênios com Órgãos Federais — Outras Fontes: NCz\$ 405,00 (quatrocentos e cinco cruzados novos);

e) Convênios com Órgãos não Federais: NCz\$ 4.217.207,00 (quatro milhões, duzentos e dezessete mil, duzentos e sete cruzados novos)

f) Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: NCz\$ 802.286,00 (oitocentos e dois mil, duzentos e oitenta e seis cruzados novos).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCACÃO

15205 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE CAMPOS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			90 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			90 000
	BOLSAS DE ESTUDO			90 000
15205 08432352 022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		90 000	
	PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO BEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAIS			
	TOTAL		90 000	90 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15209 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO MARANHÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2 032 351
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			2 032 351
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			1 992 351
15209 08430251 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS	1 992 351		
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			40 000
15209 08432172 171	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS ELEVAR O ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO E DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE TODOS OS NÍVEIS		40 000	
	TOTAL	1 992 351	40 000	2 032 351

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15210 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE MATO GROSSO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			30 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			30 000
	BOLSAS DE ESTUDO			30 000
15210 08432352 022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO BEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAÍS		30 000	
	TOTAL		30 000	30 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ . 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15223 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			762.892
	ENSINO SUPERIOR			762.892
	PESQUISA FUNDAMENTAL			83.292
15223.08440542 178	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA NA BUSCA DA MEMORIA DA QUALIDADE DO ENSINO E DA QUALIDADE DE VIDA* DA COLETIVIDADE.		83.292	
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			83.430
15223.08442051 049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES-FIM		83.430	
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			616.170
15223.08444281.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDATICO-CIENTIFICAS.		616.170	
	TOTAL	699.600	83.292	762.892

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ . 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15224 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2.025.443
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			81.015
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			81.015
15224.08422172 171	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS ELEVAR O INDICE DE PRODUTIVIDADE ATRAVES DA QUALIFICAÇÃO E DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE TODOS OS NIVEIS		81.015	
	ENSINO SUPERIOR			1.974.428
	CAMPUS UNIVERSITARIO			1.507.428
15224.08442081 049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES-FIM		1.433.928	
15224.08442081.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDATICO-CIENTIFICAS		73.600	
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			467.000
15224.08444281 049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES-FIM		334.800	
15224.08444281.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDATICO-CIENTIFICAS		132.800	
	TOTAL	1.974.428	81.015	2.025.443

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15225 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			895 000
	ENSINO SUPERIOR			895 000
	CAMPUS UNIVERSITARIO			250 000
15225 08442081 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS	250 000		
	ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA			645 000
15225 08444281 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS	645 000		
	TOTAL	895 000		895 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15226 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			47 500
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			47 500
	ENSINO REGULAR			47 500
15226 08421882 185	DESENVOLVIMENTO DE MÉTODOS E TÉCNICAS EDUCACIONAIS PRESTAR APOIO FINANCEIRO A INSTITUIÇÕES DE ENSINO VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES COMPATIVÉIS COM AS DIRETRIZES NACIONAIS DE EDUCAÇÃO		47 500	
	TOTAL		47 500	47.500

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15227 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			4 901 565
	ENSINO SUPERIOR			4 901 565
	CAMPUS UNIVERSITARIO			4 901.565
15227.08442081.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS.	4.901 565		
	TOTAL	4.901.565		4 901.565

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15228 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			108.434
	ENSINO SUPERIOR			108.434
	BOLSAS DE ESTUDO			108.434
15228.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAIS.		108.434	
	TOTAL		108.434	108.434

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			408
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			408
	BOLSAS DE ESTUDO			408
15231.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAIS.		408	
	TOTAL		408	408

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1.817.423
	ENSINO SUPERIOR			1.817.423
	CAMPUS UNIVERSITARIO			1.817.423
15233.08442081.049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUICAO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES - FIM.	913.978		
15233.08442081.056	URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DOTAR A INSTITUICAO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA NECESSARIA AO SEU MELHOR FUNCIONAMENTO	903.445		
	TOTAL		1.817.423	1.817.423

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15239 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15239	EDUCAÇÃO E CULTURA			37.001
	ENSINO SUPERIOR			37.001
	BOLSAS DE ESTUDO			37.001
15239.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAIS.		37.001	
TOTAL			37.001	37.001

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15240 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			52.533
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			52.533
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			52.533
15240.08422172.171	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS ELEVAR O INDICE DE PRODUTIVIDADE ATRAVES DA QUALIFICAÇÃO E DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE TODOS OS NIVEIS		52.533	
TOTAL			52.533	52.533

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15244 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			50.000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			50.000
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			50.000
15244.08432172.171	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS ELEVAR O INDICE DE PRODUTIVIDADE ATRAVES DA QUALIFICAÇÃO E DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE TODOS OS NIVEIS.		50.000	
TOTAL			50.000	50.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15245 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1.800.000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			1.800.000
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			1.000.000
18245.08430281.084	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS	1.600.000		
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO			800.000
18245.08431871.048	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES-FIM	800.000		
	TOTAL	1.500.000		1.500.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15246 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARANÁ

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			4.345.000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			4.265.000
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			4.265.000
18246.08430251.084	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS	4.265.000		
	ENSINO SUPERIOR			80.000
	BOLSAS DE ESTUDO			80.000
18246.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPORCIONAR AO ESTUDANTE CARENTE SUA PERMANÊNCIA NA INSTITUIÇÃO, BEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÔMICO DO PAÍS.		80.000	
	TOTAL	4.265.000	80.000	4.345.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO 1

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15254 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			97.274
	ENSINO SUPERIOR			97.274
	CAMPUS UNIVERSITARIO			97.274
15254.08442081.049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUICAO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES - FIM	37.000		
15254.08442081.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUICAO DE INSTALACOES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDATICO-CIENTIFICAS	60.274		
	TOTAL	97.274		97.274

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO 1

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15255 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1.000.000
	ENSINO SUPERIOR			1.000.000
	EDIFICAÇÕES PUBLICAS			1.000.000
15255.08442051.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	1.000.000		
	TOTAL	1.000.000		1.000.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO 1

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15258 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			651.238
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			651.238
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			651.238
15258.08422172.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO PROPORCIONAR O ESTAGIO OBRIGATORIO DOS FORMANDOS DESTINADOS AO MAGISTERIO ATRAVES DA MANUTENÇÃO DE CLASSES DO ENSINO REGULAR DE PRIMEIRO GRAU.		651.238	
	TOTAL		651.238	651.238

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15276 - FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			228.800
	ENSINO SUPERIOR			193.800
	BOLSAS DE ESTUDO			193.800
15276.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPORCIONAR AO ESTUDANTE CARENTE SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAIS		193.800	
	CULTURA			35.000
	DIFUSÃO CULTURAL			35.000
15276.08482472.179	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO PROMOVER A INTEGRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A COMUNIDADE MEDIANTE A PARTICIPAÇÃO DOS CORPOS DISCENTE, DOCENTE E TECNICO-ADMINISTRATIVO EM TRABALHOS VOLTADOS PARA O BEM-ESTAR COLETIVO.		35.000	
	TOTAL		228.800	228.800

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15242 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			14.000
	ENSINO SUPERIOR			14.000
	EDIFICAÇÕES PUBLICAS			11.000
15242.08440251.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	11.000		
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			3.000
15242.08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		3.000	
	TOTAL	11.000	3.000	14.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15245 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			8.549
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			8.549
	BOLSAS DE ESTUDO			8.549
15245.08432352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		8.549	
	TOTAL		8.549	8.549

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			300.000
	ASSISTENCIA			300.000
	ASSISTENCIA SOCIAL GERAL			300.000
15253.06814652.050	ASSISTENCIA SOCIAL A SERVIDORES		300.000	
	TOTAL		300.000	300.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15256 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			293.000
	ENSINO SUPERIOR			293.000
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			293.000
15256.08444282.206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		293.000	
	TOTAL		293.000	293.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15259 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE-RS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			606.267
	ENSINO SUPERIOR			606.267
	PESQUISA FUNDAMENTAL			606.267
15259.08440542.178	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		606.267	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			100.000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			100.000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			100.000
15259.15844942.012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		100.000	
	TOTAL		606.267	606.267

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15263 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			285.000
	ENSINO SUPERIOR			285.000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			240.000
15263.08442052.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		240.000	
	BOLSAS DE ESTUDO			45.000
15263.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		45.000	
	TOTAL		285.000	285.000

CANCELAMENTO - ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15242 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			14.000
	ENSINO SUPERIOR			14.000
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			14.000
15242.08444282.206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		14.000	
	TOTAL		14.000	14.000

CANCELAMENTO - ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15245 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			8.849
	ENSINO SUPERIOR			8.849
	BOLSAS DE ESTUDO			8.849
15245.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		8.849	
	TOTAL		8.849	8.849

CANCELAMENTO - ANEXO III

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			300.000
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			300.000
	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS			300.000
15253.08080302.836	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO		300.000	
	TOTAL		300.000	300.000

CANCELAMENTO - ANEXO III

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15256 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			293.000
	ENSINO SUPERIOR			293.000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			293.000
15256.08442051.048	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA		293.000	
	TOTAL		293.000	293.000

CANCELAMENTO - ANEXO III

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15259 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE-RS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			606.267
	ENSINO SUPERIOR			606.267
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			606.267
15259.08442052.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		386.317	
15259.08442052.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		239.950	
	TOTAL		606.267	606.267

CANCELAMENTO - ANEXO III

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15263 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			145.000
	ENSINO SUPERIOR			145.000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			45.000
15263.08442052.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		45.000	
	CAMPUS UNIVERSITARIO			100.000
15263.06442081.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	100.000		
	ASSISTÊNCIA E PREVIDENCIA			140.000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			140.000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			140.000
15263.15844942.012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		140.000	
	TOTAL	100.000	185.000	285.000

-SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO IV

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15261 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3.455
	ENSINO SUPERIOR			3.455
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			3.455
15261.08442062.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FORMAR RECURSOS HUMANOS VISANDO A ATENDER AS NECESSIDADES SOCIO-ECONOMICAS E A DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO		3.455	
	TOTAL		3.455	3.455

CANCELAMENTO - ANEXO V

NCZ - 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15261 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3.455
	ENSINO SUPERIOR			3.455
	ENSINO DE POS-GRADUAÇÃO			3.455
15261.08442062.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FORMAR RECURSOS HUMANOS VISANDO A ATENDER AS NECESSIDADES SOCIO-ECONOMICAS E A DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO		3.455	
	TOTAL		3.455	3.455

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 34:

Discussão em turno unico, do Projeto de Lei nº 97, de 1989 — CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 216.215.654,00. (Incluindo em Ordem do Dia em virtude da aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário (Mensagem nº 263/89 — CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista João Carlos Bacelar para proferir o parecer.

O SR. JOÃO CARLOS BACELAR
(PMDB — BA Para proferir parecer) — Sr Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

O Senhor Presidente da República, nos termos do art 61, § 1º, inciso II, alínea **b** da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 862/89, na origem, e nº 263/89 — CN, Projeto de Lei nº 97/89 — CN que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 216.215.654,00 (duzentos e dezesseis milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta e quatro cruzados novos), em favor do Ministério da Educação

Esclarece a Exposição de Motivos nº 517, de 5-12-89, que este crédito adicional se subdivide em NCz\$ 136.215.243,00 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e quinze mil, duzentos e quarenta e três cruzados novos) como suplementares ao Orçamento vigente, destinando-se ao ajuste dos programas de trabalho de suas Unidades, e, NCz\$ 80.000.411,00 (oitenta milhões, quatrocentos e onze cruzados novos) como especiais, pretendendo-se adequar e ampliar a prorrogação desenvolvida pelo MEC, mediante, principalmente, a inclusão de recursos oriundos de operações de crédito internas e externas e de convênios.

Os recursos necessários à execução deste crédito são provenientes de.

	NCz\$
I — Cancelamento de dotações orçamentárias:	88 748.501,00
II — Incorporação de Recursos (Operações de crédito internas e externas, Recursos diretamente arrecadados e Convênios):	127.467.153,00
Total	216.215 654,00

O Uso destes recursos serão distribuídos às Instituições e Unidades a seguir especificadas:

	NCz\$ 1,00
— Escola Técnica Federal de Química — RJ	700 000
— Escola Técnica Federal do Ceará — CE	100 000
— Escola Técnica Federal de Ouro Preto — MG	17.000
— Universidade Federal do Espírito Santo — ES	395.882
— Universidade Federal do Pará — PA	68.000
— Universidade Federal do Rio Grande do Norte — RN	2.087 947
— Universidade Federal do Rio de Janeiro — RJ	1 000 000
— Universidade Federal de Santa Catarina — SC	274.000
— Universidade Federal de Santa Maria — RS	1 134.649
— Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro — RJ	265.000
— Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	7 708
— Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	3 908 375
— Fundação Universidade do Rio Grande (RS)	150.000
— Fundação Universidade Federal de Sergipe	83.095
— Fundação Universidade Federal de Viçosa	800 000
— Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos	39.902.948
— Secretaria-Geral	70.042 000
— Secretaria da Educação Superior	2 733.259
— Universidade Federal de Santa Catarina	2 249 000
— Fundação Universidade do Maranhão	3.499 400
— Fundação Universidade do Rio Grande (RS)	4.038.000
— Fundação Universidade Federal do Piauí	322 980
— Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	2 444.000
— Fundação Universidade Federal do Acre	31.897
— Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	36 830.000
— Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	1 000.000
— Secretaria de Ensino de Segundo Grau	19.242 000
— Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.185 500
— Fundação Universidade do Rio de Janeiro	9 121.000
— Escola Técnica Federal de Ouro Preto	90.000
— Universidade Federal de Alagoas	551 073
— Universidade Federal da Bahia	2.754.269
— Universidade Federal do Ceará	446.500
— Universidade Federal do Espírito Santo	1 540 720
— Universidade Federal Fluminense	3.479.500
— Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	3.000.000
— Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	32.127
— Escola Superior de Agricultura de Lavras	77 494
— Fundação Universidade do Rio de Janeiro	45 000
— Fundação Universidade do Rio grande do Sul — RS	488.566
— Fundação Universidade Federal do Mato Grosso	5 000
— Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei	79 762

Voto

Considerando que os recursos necessários encontram-se disponíveis, na forma do art. 43, da Lei nº 4.320/64, somos pela aprovação deste Projeto de Lei na forma original. É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto. Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o Projeto aprovado:

**PROJETO DE LEI Nº 97,
DE 1989-CN**

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, Créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 216.215.654,00.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo II, com a respectiva aplicação no Anexo III, créditos suplementares no valor de NCz\$ 136.215.243,00 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e quinze mil, duzentos e quarenta e três cruzados novos), de conformidade com a programação constante dos Anexos I, III e V desta lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes de:

I — Cancelamento de dotações orçamentárias no valor de NCz\$ 50.886.604,00 (cinquenta milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quatro cruzados novos), con-

forme Anexos II e IV desta lei e correspondentes às seguintes fontes:

a) Recursos Ordinários do Tesouro: NCz\$ 700.000.000 (setecentos mil cruzados novos);

b) Diretamente Arrecadados — outras Fontes: NCz\$ 10.275.948,00 (dez milhões, duzentos e setenta e cinco mil, novecentos e quarenta e oito cruzados novos);

c) Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: NCz\$ 7.708,00 (sete mil, setecentos e oito cruzados novos);

d) Recursos Diversos. NCz\$ 39.902.948,00 (trinta e nove milhões, novecentos e dois mil, novecentos e quarenta e oito mil cruzados novos).

II — Incorporação de recursos no montante de NCz\$ 85.328.639,00 (oitocentos e cinco milhões, trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e trinta e nove cruzados novos), provenientes das seguintes fontes:

a) Operações de Crédito Internas — Em Moeda: NCz\$ 15.286.639,00 (quinze milhões, duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e nove cruzados novos);

b) Operação de Crédito Externas — em Moeda: NCz\$ 70.042.000,00 (setenta milhões e quatrocentos e vinte mil cruzados novos).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 1989), Anexo II, com a respectiva aplicação no Anexo III, créditos especiais até o limite de NCz\$ 80.000.411,00 (oitenta milhões, quatrocentos e onze cruzados novos), de conformidade com a programação constante dos Anexos VI, VII, X, XII e XIII desta lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes de:

I — Cancelamento de dotações orçamentárias, no valor de NCz\$ 37.861.897,00 (trinta e sete milhões, oitocentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e sete cruzados novos), discriminadas nos Anexos VII, IX e XI desta lei e correspondentes às seguintes fontes:

a) Contribuição do Salário Educação: NCz\$ 36.830.000,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e trinta mil cruzados novos);

b) Diretamente Arrecadados — Outras Fontes: NCz\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzados novos);

c) Recursos Diversos: NCz\$ 31.897,00 (trinta e um mil, oitocentos e noventa e sete cruzados novos).

II — Incorporação de recursos no montante de NCz\$ 42.138.514,00 (quarenta e dois milhões, cento e trinta e oito mil quinhentos e quatorze cruzados novos), provenientes das seguintes fontes:

a) Operações de Crédito Internas — Em Moeda: NCz\$ 10.306.500,00 (dez milhões, trezentos e seis mil e quinhentos cruzados novos);

b) Operações de Crédito Externas — Em Moeda: NCz\$ 19.242.000,00 (dezenove milhões, duzentos e quarenta e dois mil cruzados novos);

c) Diretamente Arrecadados — Outras Fontes: NCz\$ 488.887,00 (quatrocentos e oitenta e oito mil, oitocentos e oitenta e sete cruzados novos);

d) Convênios com Órgãos Federais — Tesouro: NCz\$ 7.023.251,00 (sete milhões, vinte e três mil, duzentos e cinquenta e um cruzados novos);

e) Convênios com Órgãos não Federais: NCz\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil cruzados novos);

f) Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: NCz\$ 4.885.876,00 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e setenta e seis cruzados novos).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em de de 1989.

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCACAO E CULTURA		850 600
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU		650 000
	FORMACAO PARA O SETOR SECUNDARIO		650 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESTUHO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
15200 09421972 833	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA TECNICA FEDERAL DE QUIMICA - RJ		670 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			50 000
	PREVIDENCIA			50 000
	PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS			50 000
15200 15824952 833	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA TECNICA FEDERAL DE QUIMICA - RJ		50 000	
TOTAL			700 000	700 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15217 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE QUIMICA - RJ

RECURSOS DO TESTUHO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			670 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			650 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO			650 000
15217 08431972 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		670 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			50 000
	PREVIDENCIA			50 000
	PREVIDENCIA SOCIAL A INATIVOS E PENSIONISTAS			50 000
15217 15824952 013	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		50 000	
TOTAL			700 000	700 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15206 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO CEARA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			100 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			100 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO			80 000
15206 08431972 179	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		80 000	
	BOLSAS DE ESTUDO			20 000
15206 08432357 022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		20 000	
TOTAL			100 000	100 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NC2 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			17 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			17 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO			17 000
15211 0843,1972 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		17 000	
	TOTAL		17 000	17.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NC2 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15225 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			395 882
	ENSINO SUPERIOR			395 882
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			395 882
15225 08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		395 882	
	TOTAL		395 882	395.882

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NC2 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15230 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			60 000
	ENSINO SUPERIOR			60 000
	CAMPUS UNIVERSITARIO			60.000
15230 08442061 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	30 000		
15230 08442061 056	ORGANIZAÇÃO E INTRA-ESTRUTURA	30 000		
	TOTAL	60 000		60 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NC2 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2 087 947
	ENSINO SUPERIOR			2 087 947
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			2 087 947
15234.08444282 205	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		2 087 947	
	TOTAL		2 087 947	2 087 947

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NC2 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15236 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1 000 000
	ENSINO SUPERIOR			1.000 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			121 838
15236.08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		121 838	
	EXTENSÃO UNIVERSITARIA			878 162
15236 08442072 179	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		878 162	
	TOTAL		1 000.000	1 000 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NC2 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			274.000
	ENSINO SUPERIOR			274.000
	CAMPUS UNIVERSITARIO			274.000
15237.08442061.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	274.000		
	TOTAL	274.000		274 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1 134 649
	ENSINO SUPERIOR			1 134 649
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			1 134 649
15238 08444287 205	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		1 134 649	
	TOTAL		1 134 649	1 134 649

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15240 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			265 000
	ENSINO SUPERIOR			265 000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			265 000
15240.08442052 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		85 000	
15240 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		180 000	
	TOTAL		265 000	265 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15242 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			7 708
	ENSINO SUPERIOR			7 708
	EDIFICAÇÕES PUBLICAS			7 708
15242 08440251 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA		7 708	
	TOTAL		7 708	7 708

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3 908 375
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			3 908 375
	EDUCAÇÃO FÍSICA			908 375
15253 08422232 197	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE		908 375	
	EDUCAÇÃO COMPENSATORIA			3 000.000
15253 06422322 194	APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A EDUCAÇÃO ESPECIAL		3 000 000	
	TOTAL		3 908 375	3 908 375

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15259 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE-RS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			150 000
	ENSINO SUPERIOR			150 000
	CAMPUS UNIVERSITARIO			150 000
15259 08442081 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	150 000		
	TOTAL	150 000		150 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15267 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			83 095
	ENSINO SUPERIOR			83 095
	PESQUISA APLICADA			29 020
15267 08440552 178	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		29 020	
	EXTENSÃO UNIVERSITARIA			54 075
15267 08442072 179	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		54 075	
	TOTAL		83 095	83 095

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15263 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			800 000
	ENSINO SUPERIOR			800 000
	CAMPUS UNIVERSITARIO			800 000
15263.08442081 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	800 000		
	TOTAL	800 000		800 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15271 - FUNDAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			39 902 946
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			39 902 946
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			9 798 504
15271 08420212 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		9 798 504	
	CURSOS DE SUPLENCIA			28 895 556
15271 08422131 826	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	28 895 556		
	MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO			1 208 888
15271 08422373 033	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR	1 208 888		
	TOTAL	30 104 444	9 798 504	39 902 948

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO V

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15102 - SECRETARIA GERAL

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			70 042 000
	ADMINISTRAÇÃO			70 042 000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			70 042 000
15102 08C70213 755	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO	70 042 000		
	TOTAL	70 042 000		70 042 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO V

NC2 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15111 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2 733 259
	ENSINO SUPERIOR			2 733 259
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			2 733 259
15111 08440212 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		2 733 259	
	TOTAL		2 733 259	2 733 259

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO V

NC2 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			12 553 380
	ENSINO SUPERIOR			12 553 380
	CAMPUS UNIVERSITARIO			12 553 380
15200 08442081 653	PROJETOS A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	2.249.000		
15200 08442081 674	PROJETOS A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	3 499 400		
15200 08442081 675	PROJETOS A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE - RS	4 038.000		
15200 08442081 681	PROJETOS A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	322 980		
15200 08442081 685	PROJETOS A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	2.444 000		
	TOTAL	12 553 380		12 553.380

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO V

NC2 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2 249 000
	ENSINO SUPERIOR			2 249 000
	CAMPUS UNIVERSITARIO			2 249 000
15237 08442081 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	2 249 000		
	TOTAL	2 249 000		2 249 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO V

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15258 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3 499 400
	ENSINO SUPERIOR			3 499 400
	CAMPUS UNIVERSITARIO			3 499 400
15258.08442081.056	URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA	3 499 400		
	TOTAL	3 499 400		3 499 400

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO V

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15259 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE-RS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			4.038 000
	ENSINO SUPERIOR			4 038 000
	CAMPUS UNIVERSITARIO			4.038.000
15259.08442081.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	4.038 000		
	TOTAL	4.038.000		4.038 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO V

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15265 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			322.980
	ENSINO SUPERIOR			322.980
	CAMPUS UNIVERSITARIO			322.980
15265.08442081.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	322.980		
	TOTAL	322.980		322.980

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO V

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15269 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2 444 000
	ENSINO SUPERIOR			2 444 000
	CAMPUS UNIVERSITARIO			2 444 000
15269 06442081 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	2 444 000		
	TOTAL	2 444 000		2 444 000

CANCELAMENTO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			700 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			700 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO			700 000
15200 08431972 833	ATIVIDADES A CARGO DA ESCOLA TECNICA FEDERAL DE QUIMICA RJ		700 000	
	TOTAL		700.000	700 000

CANCELAMENTO - ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15217 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE QUIMICA - RJ

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			700 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			700 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO			700 000
15217.08431972 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		700 000	
	TOTAL		700 000	700.000

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15206 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DO CEARA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			100 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			100 000
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			100 000
15206 08430251 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	100 000		
	TOTAL	100 000		100 000

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15211 - ESCOLA TECNICA FEDERAL DE OURO PRETO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			17 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			17 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO			17 000
15211 08431972 179	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA EXTENSÃO		17 000	
	TOTAL		17 000	17 000

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15225 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			395 882
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			395.882
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			395 882
15225 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		395 882	
	TOTAL		395 882	395.882

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15230 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			60.000
	ENSINO SUPERIOR			60.000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			60.000
15230.08442052.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		60.000	
	TOTAL		60.000	60.000

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			2 087 947
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			2 087 947
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			2 087 947
15234.15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		2 087 947	
	TOTAL		2 087 947	2 087 947

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15236 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			1 000 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			1 000 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			1 000.000
15236.15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		1 000 000	
	TOTAL		1 000 000	1 000 000

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			274 000
	ENSINO SUPERIOR			274 000
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			274 000
15237.08444282 206	MANUTENÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES		274 000	
	TOTAL		274 000	274 000

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1.134.649
	ENSINO SUPERIOR			1.134.649
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			1.134.649
15238 08442052.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		1.134.649	
	TOTAL		1.134.649	1.134.649

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15240 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			265 000
	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO			265 000
	PREVIDENCIA SOCIAL AO SERVIDOR PUBLICO			265 000
15240 15844942 012	CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO		265 000	
	TOTAL		265 000	265.000

CANCELAMENTO ANEXO IV

NCZ 1 00*

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15242 - FACULDADE DE MEDICINA DO TRIANGULO MINEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			7 708
	ENSINO SUPERIOR			7 708
	PESQUISA APLICADA			7.708
15242 08440552 178	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA		7 708	
	TOTAL		7 708	7 708

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3.908 375
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			3 000 000
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			3 000.000
15253 08422172 171	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS		3 000 000	
	EDUCAÇÃO FISICA E DESPORTOS			908 375
	ASSISTENCIA FINANCEIRA			908.375
15253.08460312 185	DESENVOLVIMENTO DE METODOS E TECNICAS EDUCACIONAIS		908 375	
	TOTAL		3 908 375	3 908 375

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15259 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE-RS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			180.000
	ENSINO SUPERIOR			180.000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			180.000
15259 08442052 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO		150 000	
	TOTAL		150 000	150.000

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15267 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ' ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		83.095
	ENSINO SUPERIOR		83.095
	BOLSAS DE ESTUDO		83.095
15267 08442052 022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO	83.095	
	TOTAL	83.095	83.095

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15268 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		800.000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU		600.000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMARIO		600.000
15268 08431962.207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO	600.000	
	ENSINO SUPERIOR		200.000
	ENSINO DE GRADUAÇÃO		200.000
15268 08442052.008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	200.000	
	TOTAL	800.000	800.000

CANCELAMENTO - ANEXO IV

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
15271 - FUNDAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		39.902.948
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU		39.902.948
	ENSINO POLIVALENTE		39.902.948
15271.08431991.065	EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO TECNICO	39.902.948	
	TOTAL	39.902.948	39.902.948

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO VI

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15261 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			31 897
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			31 897
	ENSINO POLIVALENTE			31 897
15261 08431991 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES, DIDÁTICO-CIENTÍFICAS	31 897		
	TOTAL	31.897		31 897

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO VIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			36 830 000
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			36 830 000
	ENSINO REGULAR			36 830 000
15200 08421881 855	PROJETOS A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	36 830 000		
	TOTAL	36 830 000		36 830 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO VIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			36 830 000
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			36 830 000
	ENSINO REGULAR			36 830 000
15253.08421881 051	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA AS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE AUMENTAR A PRODUTIVIDADE DO SISTEMA DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU, NAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE, BENEFICIANDO ALUNOS, DAS QUATRO PRIMEIRAS SÉRIES	36.830 000		
	TOTAL	36 830 000		36 830 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO X

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1.000 000
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU			1 000 000
	ENSINO REGULAR			1 000 000
15253 06421061 061	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA AS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE ALIMENTAR A PRODUTIVIDADE DO SISTEMA DE ENSINO DE PRIMEIRO GRAU, NAS REGIÕES NORTE E CENTRO-OESTE, BENEFICIANDO ALUNOS, DAS QUATRO PRIMEIRAS SÉRIES	1.000 000		
	TOTAL	1 000 000		1 000 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15120 - SECRETARIA DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			19 242 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			19 242 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO			19 242 000
15120 06431571 049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES-FIM EQUIPAMENTO-ADQUIRIDO (UNID) *600	19 242 000		
	TOTAL	19.242 000		19 242 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			10 306.500
	ENSINO SUPERIOR			10 306 500
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			9 121 000
15200.06440251 871	PROJETOS A CARGO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	9 121 000		
	CAMPUS UNIVERSITÁRIO			1 185 500
15200.06442081.851	PROJETOS A CARGO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.185 500		
	TOTAL	10.306 500		10.306 500

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1 185 500
	ENSINO SUPERIOR			1 185 500
	CAMPUS UNIVERSITARIO			1 185 500
15235 08442081 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS	1 185 500		
TOTAL		1 185 500		1 185 500

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15255 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			9 121 000
	ENSINO SUPERIOR			9 121 000
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			9 121 000
15255 08440251 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS	9 121 000		
TOTAL		9 121 000		9 121 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15211 - ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			90 000
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			90 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO			60 000
15211 08431971 049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES-FIM	60 000		
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			30 000
15211 08432172 171	DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS ELEVAR OS ÍNDICES DE PRODUTIVIDADE ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO E DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE TODOS OS NÍVEIS DE GRADUAÇÃO E SERVIÇOS.		30 000	
TOTAL		60 000	30 000	90 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15222 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			551 073
	ENSINO SUPERIOR			551 073
	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO			41 073
15222 08442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FORMAR RECURSOS HUMANOS, VISANDO A ATENDER AS NECESSIDADES SOCIO-ECONOMICAS E A DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO		41 073	
	CAMPUS UNIVERSITARIO			510 000
15222 08442081 056	URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DOTAR A INSTITUIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA NECESSARIA AO SEU MELHOR FUNCIONAMENTO	510 000		
	TOTAL	510 000	41.073	551.073

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15223 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			2 754 269
	ENSINO SUPERIOR			2 754 269
	PESQUISA FUNDAMENTAL			192 000
15223.08440542 178	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA PESQUISA ASSEGURAR A MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E DOS MEIOS QUE CONCORRAM PARA O FOMENTO DA PESQUISA NA BUSCA DA MELHORIA DA QUALIDADE DO ENSINO E DA QUALIDADE DE VIDA DA COLETIVIDADE		192.000	
	CAMPUS UNIVERSITARIO			120 000
15223.08442081.049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES-FIM	120.000		
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			2 442.269
15223.08444281 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDACTICO-CIENTIFICAS	2 442.269		
	TOTAL	2 562 269	192 000	2 754 269

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15224 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			446 500
	ENSINO SUPERIOR			446 500
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			80 000
15224.08442051.049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TECNICO E CIENTIFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES-FIN	80 000		
	CAMPUS UNIVERSITARIO			366 500
15224.08442081.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDATICO-CIENTIFICAS	366 500		
	TOTAL	446 500		446.500

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15225 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			1.540 720
	ENSINO SUPERIOR			1.540.720
	BOLSAS DE ESTUDO			340.720
15225.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO BEM COMO O APERFEIÇAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAIS		340 720	
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			1.200.000
15225.08442081.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDATICO-CIENTIFICAS	1.200.000		
	TOTAL	1.200 000	340.720	1.540.720

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO VIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15227 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3 479 500
	ELABORAR E INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDATTICAS			
	ENSINO SUPERIOR			3 479 500
	CIENCIAS			
	CAMPUS UNIVERSITARIO			3 479 500
15227 08442031 054	CONSTITUIÇÃO E APLICAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA	3 479 500		
	ELABORAR E INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDATTICO CIENTIFICAS			
	TOTAL	3 479 500		3 479 500

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15240 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			3 000 000
	ENSINO SUPERIOR			3 000 000
	BOLSAS DE ESTUDO			3 000 000
15240 08442352 022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO		3 000 000	
	PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO SEM COMO O APERFEIÇAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO DO PAIS			
	TOTAL		3 000 000	3 000.000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15244 - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			32 127
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			8 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO			8 000
15244.06431971.049	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTAL TÉCNICO E CIENTÍFICO ADEQUADO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES-FIM	8 000		
	ENSINO SUPERIOR			24.127
	ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO			24.127
15244.06442062 207	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO FORMAR RECURSOS HUMANOS VISANDO A ATENDER AS NECESSIDADES SOCIO-ECONÔMICAS E A DEMANDA DO MERCADO DE TRABALHO.		24 127	
	TOTAL	8 000	24 127	32 127

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15251 - ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			77 494
	ENSINO SUPERIOR			77 494
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS			77 494
15251 06440251 054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA PROVER A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDÁTICO-CIENTÍFICAS	77 494		
	TOTAL	77 494		77 494

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15255 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			45 000
	ENSINO SUPERIOR			45 000
	DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDATI- CO-CIENTÍFICAS			
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			45 000
15255 08442052.050	ASSISTENCIA SOCIAL A SERVIDORES DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS PARA O AMPARO E PROTEÇÃO AOS SERVIDORES NO SENTIDO DE HARMONIZAR AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DO TRABALHO E GERAR MELHORES CONDIÇÕES DE PRODUTIVIDADE		45 000	
	TOTAL		45.000	45 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15259 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE-RS

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			488 569
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			30 000
	FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDARIO			30 000
15259.08431971.052	AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRAFICO ATUALIZAR E AMPLIAR O ACERVO BIBLIOGRAFICO NECESSARIO AO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIDADES CURRICULARES	30.000		
	ENSINO SUPERIOR			458 569
	ENSINO DE GRADUAÇÃO			80 000
15259 08442052.050	ASSISTENCIA SOCIAL A SERVIDORES DESENVOLVER AÇÕES VOLTADAS PARA O AMPARO E PROTEÇÃO AOS SERVIDORES NO SENTIDO DE HARMONIZAR AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO E GERAR MELHORES CONDIÇÕES DE PRODUTIVIDADE		80 000	
	BOLSAS DE ESTUDO			378 569
15259.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO BEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO DO PAIS		378 569	
	TOTAL	30 000	458 569	488.569

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15262 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			5 000
	ENSINO SUPERIOR			5 000
	CAMPUS UNIVERSITARIO			5 000
15262 08442001.056	URBANIZAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA DOTAR A INSTITUIÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FISICA NECESSARIA AO SEU MELHOR FUNCIONAMENTO	5 000		
	TOTAL	5 000		5 000

SUPLEMENTAÇÃO - ANEXO XIII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15276 - FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO JOÃO DEL REI

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			79 762
	ENSINO SUPERIOR			79 762
	BOLSAS DE ESTUDO			79 762
15276.08442352.022	CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PROPORCIONAR AOS ESTUDANTES CARENTES SUA PERMANENCIA NA INSTITUIÇÃO BEM COMO O APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIO ECONOMICO DO PAIS	79 762		
	TOTAL	79 762		79 762

CANCELAMENTO - ANEXO VII

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15261 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			31.897
	ENSINO DE SEGUNDO GRAU			31 897
	ENSINO POLIVALENTE			31.897
15261 08431991.054	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO E PESQUISA DOTAR A INSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES ADEQUADAS AO MELHOR DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES DIDACTICO-CIENTIFICAS	31 897		
	TOTAL	31.897		31 897

CANCELAMENTO - ANEXO IX

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		36 830 000
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU		36 830 000
	ENSINO REGULAR		36 830.000
15200 08421881.862	PROJETOS A CARGO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	36.830 000	
	TOTAL	36 830 000	36 830 000

CANCELAMENTO - ANEXO IX

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO, DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DO TESOURO

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		36 830 000
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU		36 830.000
	ENSINO REGULAR		36 830 000
15253.08421881 626	APDIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA AMPLIAR O ACESSO A ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE BEM COMO MELHORAR A QUALIDADE DESSE TIPO DE ENSINO, BENEFICIANDO A REDE ESTADUAL E MUNICIPAL	36 830 000	
	TOTAL	36 830 000	36 830.000

CANCELAMENTO - ANEXO XI

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

15000 - MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

15253 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA		1.000 000
	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU		1.000 000
	ENSINO REGULAR		1 000 000
15253 08421881 626	APDIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BASICA AMPLIAR O ACESSO A ESCOLA DE PRIMEIRO GRAU DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS DE IDADE BEM COMO MELHORAR A QUALIDADE DESSE TIPO DE ENSINO, BENEFICIANDO A REDE ESTADUAL E MUNICIPAL	1 000 000	
	TOTAL	1.000.000	1.000.000

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 35:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 102, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 1.545.244,00, para os fins que especifica. (Incluído em Ordem do Dia em virtude da aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário (Mens. nº 268/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Marcos Lima para proferir o parecer.

O SR. MARCOS LIMA (PMDB — MG. Para proferir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

O Senhor Presidente da República, na forma do art. 61 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional, através da Mensagem nº 268/89-CN (nº 867/89, na origem), o Projeto de Lei nº 102/89-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), crédito suplementar, até o limite de NCz\$ 1.545.244,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro cruzados novos), em favor do Fundo de Estudos do Mar, do Ministério da Marinha."

Segundo informa a Exposição de Motivos, que acompanha a Mensagem nº 867/89, o

crédito em análise objetiva a proceder ajustes no programa de trabalho do Fundo.

Vale ressaltar que os recursos são destinados a dar suporte, especificamente, à atividade Pesquisa e Desenvolvimento, constante do programa de trabalho do Fundo, no Anexo I, do projeto de lei ora em exame.

Os recursos que farão face à programação do Fundo, decorrem do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes, no valor de NCz\$ 1.463.520,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e vinte cruzados novos) e da incorporação de saldos de exercícios anteriores, no valor de NCz\$ 81.724,00 (oitenta e um mil, setecentos e vinte e quatro cruzados novos).

À programação de trabalho do fundo não houve apresentação de emendas.

II — Voto do Relator

Pelo exposto, somos pela Aprovação do Projeto de Lei nº 102/89-CN, na forma da proposta original do Poder Executivo.

E o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão

Em votação o projeto na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal
Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 102, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar até o limite de NCz\$ 1.545.244,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo IV, o crédito suplementar, até limite de NCz\$ 1.545.244,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e cinco mil e duzentos e quarenta e quatro cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes do excesso de arrecadação de Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes e da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO**CREDITO SUPLEMENTAR**

21000 - MINISTERIO DA MARINHA - FUNDOS
21903 - FUNDO DE ESTUDOS DO MAR

RECURSOS DE OUTRAS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PUBLICA			1.545.244
	CIENCIA E TECNOLOGIA			1.545.244
	PESQUISA FUNDAMENTAL			1.545.244
21903.06100542 175	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		1.545.244	
	TOTAL		1.545.244	1.545.244

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — **Item 36:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 103, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 77.687.275,00, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia em virtude de aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mens. nº 269/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Dutra para proferir o parecer.

O SR. JOSÉ DUTRA (PMDB — AM. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

O Senhor Presidente da República, nos ter-

mos do art. 61 da Constituição Federal, através da Mensagem nº 269 de 1989-CN (nº 868/89, na origem), submete à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 103, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 77.687.275,00 (setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e setenta e cinco cruzados novos), em favor dos Ministérios da Previdência e Assistência Social e da Saúde.

Os referidos créditos visam, basicamente, atualizar o programa de Trabalho das Fundações Oswaldo Cruz, Pioneiras Sociais e Abrigo Cristo Redentor, bem como o desenvolvimento do projeto "Controle da Malária na Bacia Amazônica", através da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, além de ajustar a programação de diversas unidades do Ministério da Saúde.

Do total solicitado, NCz\$ 15.687.275,00 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco cruzados novos), refere-se a créditos suplementares, com recursos provenientes de cancelamento de dotações orçamentárias, conforme descrito abaixo:

a) Recursos ordinários do Tesouro — NCz\$ 12.798.452,00;

b) Recursos de contribuição para o Fundo de Investimento Social — NCz\$ 102.300,00;

c) Títulos do Tesouro Nacional — NCz\$ 1.575.000,00;

d) Recursos da Contribuição Social sobre o lucro das pessoas jurídicas — NCz\$ 300.000,00; e

e) Recursos diretamente arrecadados — Outras Fontes NCz\$ 911.523,00

Vale destacar as unidades contempladas neste projeto, com créditos suplementares:

— Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária

— Secretária Nacional de Programas Especiais da Saúde

— Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

— Fundação das Pioneiras Sociais

— Fundação Abrigo Cristo Redentor.

A este Projeto foi solicitado um crédito especial, no montante de NCz\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzados novos), para adequar a programação de Superintendência de Campanha de Saúde Pública, em decorrência da variação cambial dos recursos oriundos de operação de crédito externo, para viabilizar o Projeto de Controle da Malária da Bacia Amazônica.

II — Voto do Relator

É inegável a importância da proposta sob

exame, consoante demonstrado no relatório, já que objetiva solucionar o problema orçamentário das Fundações antes nomeadas.

Importa ressaltar a importância dessa proposta, por outro lado, já que, com o crédito especial solicitado, no valor de NCz\$ 62.000.000,00, o Governo pretende minimizar o enorme surto de malária que ora se abate sobre a região Amazônica, com maior incidência nos Estados do Amazonas e Rondônia, demonstrando, assim, sensibilidade diante desse grave problema de saúde que está ceifando milhares de vidas preciosas nessa região longínqua de nosso País.

Feitas essas colocações manifesto-me favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 103/89-CN, na forma submetida ao Congresso Nacional, já que ao mesmo não foi oferecida nenhuma emenda.

É o parecer, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 103, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, créditos adicionais, até o limite de NCz\$ 77.687.275,00 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei

nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo II, créditos suplementares no valor de NCz\$ 15.687.275,00 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo I.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes de cancelamento.

I — Cancelamento de dotações orçamentárias no valor de NCz\$ 15.687.275,00 (quinze milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo II, sendo:

a) Recursos Ordinários do Tesouro — NCz\$ 12.798.452,00 (doze milhões, setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e cinquenta e dois cruzados novos);

b) Recursos da Contribuição para o Fundo de Investimento Social — NCz\$ 102.300,00 (cento e dois mil e trezentos cruzados novos);

c) Títulos do Tesouro Nacional — NCz\$ 1.575.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil cruzados novos);

d) Recursos da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas — NCz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados novos); e

e) Recursos Diretamente Arrecadados — Outras Fontes — NCz\$ 911.523,00 (novecentos e onze mil, quinhentos e vinte e três cruzados novos).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), Anexo II, crédito especial até o limite de NCz\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo III desta lei.

Parágrafo único. Os recursos necessários à execução do disposto neste artigo são provenientes de Operação de Crédito Externa.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições com contrário.

Brasília,

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO -

NCZ - 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

25000 - MINISTERIO DA SAUDE

25108 - SECRETARIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			42.300
	SAUDE			42.300
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			42.300
25108 13756212 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		42.300	
TOTAL			42.300	42.300

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO - I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO				CREDITO SUPLEMENTAR
25000 - MINISTERIO DA SAUDE				
25110 - SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE SAUDE				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			80.000
	SAUDE			80.000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			80.000
25110 13780212 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		80.000	
TOTAL			80.000	80.000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO - I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO				CREDITO SUPLEMENTAR
25000 - MINISTERIO DA SAUDE				
25200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			300.000
	SAUDE			300.000
	ASSISTÊNCIA MEDICA E SANITARIA			300.000
25200 13784282 919	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS		300.000	
TOTAL			300.000	300.000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO - I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO				CREDITO SUPLEMENTAR
29000 - SERVIÇOS DA DÍVIDA DA UNIÃO				
29125 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTERIO DA FAZENDA - MINISTERIO DA SAUDE				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			12.798.452
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			12.798.452
	DÍVIDA INTERNA			456.292
29125 13080332 027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		456.292	
	DÍVIDA EXTERNA			12.342.160
29125 13080342 027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		12.342.160	
			12.798.452	12.798.452

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO - I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO				CREDITO SUPLEMENTAR
29000 - SERVIÇOS DA DÍVIDA DA UNIÃO				
29200 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN/PR - ENTIDADES SUPERVISIONADAS				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			1.575.000
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			1.575.000
	DÍVIDA EXTERNA			1.575.000
29200 13080342 918	ATIVIDADES A CARGO DO INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		1.575.000	
TOTAL			1.575.000	1.575.000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO - I		NC2	1,00
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
23000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL			
23201 - FUNDAÇÃO ABRIGO CRISTO REDENTOR			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		207.940
	SAUDE		207.940
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		207.940
23201 15754282 567	ASSISTENCIA MEDICO-HOSPITALAR	207.940	
TOTAL		207.940	207.940

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO -		NC2 1 00	
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
25000 - MINISTERIO DA SAUDE			
25203 - INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES -	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO		1 575 000
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1.575 000
	DIVIDA EXTERNA		1 575 000
25203 13080342 027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO	1 575 000	
TOTAL		1.575 000	1 575 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO - I		NC2 - 1,00	
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
25000 - MINISTERIO DA SAUDE			
25204 - FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS			
RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO		503.583
	SAUDE		503.583
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		30.000
25204 13750212 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	30.000	
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA		473.583
25204 13754292 570	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE GINECOLOGIA LUIZA GOMES DE LEMOS-RJ	210.000	
25204 13754282 572	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL GERAL SARAH KUNITZCHEK - MG	100.000	
25204 13754262 573	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR	163.583	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA		500.000
	ASSISTENCIA		500.000
	SERVIÇOS FUNERARIOS		500.000
25204 15813262 575	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERARIOS	500.000	
TOTAL		1.003.583	1.003.583

CANCELAMENTO ANEXO - II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

25003 - MINISTERIO DA SAUDE

25108 - SECRETARIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			42 300
	SAUDE			42 300
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			42 300
25108 13750212 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		42 300	
TOTAL			42 300	42 300

CANCELAMENTO ANEXO - II		NCZ 1,00		
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR		
25000 - MINISTERIO DA SAUDE				
25110 - SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE SAUDE				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES				
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			80 000
	SAUDE			80 000
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			80 000
25110 13754282 532	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES MEDICO-HOSPITALARES		80 000	
TOTAL			80 000	80 000

CANCELAMENTO ANEXO - II		NCZ 1 CO		
PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR		
25000 - MINISTERIO DA SAUDE				
25200 - ENTIDADES SUPERVISIONADAS				
		RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			300 000
	SAUDE			300 000
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			300 000
25200 13754281 919	PROJETOS A CARGO DA FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS	300 000		
TOTAL		300 000		300 000

CANCELAMENTO ANEXO - II

NCZ 1 00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

29000 - SERVIÇOS DA DÍVIDA DA UNIÃO

29125 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA - MINISTERIO DA SAUDE

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			12 798 452
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			12 798 452
	DÍVIDA INTERNA			12 798 452
29125 13080332 027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		12 798 452	
TOTAL			12 798 452	12 798 452

CANCELAMENTO ANEXO - II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

29000 - SERVIÇOS DA DÍVIDA DA UNIÃO

29200 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SEPLAN/PR - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAÚDE E SANFAMENTO			1.575 000
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			1 575 000
	DÍVIDA INTERNA			1.575 000
29200 13080332 918	ATIVIDADES A CARGO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ		1.575 000	
TOTAL			1.575 000	1 575 000

CANCELAMENTO ANEXO - II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

23000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

23201 - FUNDAÇÃO ABRIGO CRISTO REDENTOR

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA			207 940
	ASSISTÊNCIA			207 940
	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL			207 940
23201 15814062 609	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		207 940	
TOTAL			207 940	207 940

CANCELAMENTO ANEXO - II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

25000 - MINISTÉRIO DA SAÚDE

25201 - FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAÚDE E SANFAMENTO			1.575 000
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			1.575 000
	DÍVIDA INTERNA			1.575 000
25201 13080332 027	AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO		1.575 000	
TOTAL			1.575 000	1 575 000

CANCELAMENTO ANEXO - II

NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

25000 - MINISTERIO DA SAUDE

25204 - FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			1 000 000
	SAUDE			1 000 000
	ASSISTENCIA MEDICA E SANITARIA			1 000 000
25204.13754281 370	AMPLIAÇÃO E REAPARELHAMENTO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR - DF	300.000		
25204.13754282 573	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DAS DOENÇAS DO APARELHO LOCOMOTOR		700 000	
	ASSISTENCIA E PREVIDENCIA			3 583
	ASSISTENCIA			3 583
	SERVIÇOS FUNERARIOS			3 583
25204.15813262 575	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERARIOS		3 583	
TOTAL		300.000	703 583	1 003 583

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO - III

NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

25000 - MINISTERIO DA SAUDE

25107 - SUPERINTENDENCIA DE CAMPANHAS DE SAUDE PUBLICA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	SAUDE E SANEAMENTO			52 000 000
	SAUDE			52 000 000
	CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSIVEIS			52 000 000
25107.13754295 080	CONTROLE DA MALARIA NA BACIA AMAZONICA REDUZIR A INCIDENCIA DA DOENÇA NA BACIA AMAZONICA ZONA DE ALTA TRANSMISSÃO EM VIRTUDE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO ECONOMICA DA REGIÃO ONCE O FLUXO MIGRATORIO DESCONTROLADO EXIGE UM CONTROLE MAIS AMPLO DAS AÇÕES PREVENTIVAS E CURATIVAS	52 000 000		
TOTAL		52 000 000		52 000 000

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 37:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 104, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 314.889.973,00, para os fins que especifica (Incluído em Ordem do Dia em virtude de aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

—Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mens. nº 270/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Victor Fontana para proferir o parecer.

O SR. VICTOR FONTANA (PFL — SC. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submete ao Congresso Nacional, através da Mensagem nº 270, de 1989-CN, (nº 869/89, na

I - CRÉDITOS ESPECIAIS

1. Fundação Centro de Formação do Servidor Público..... NCz\$ 3 500 000,00
2. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística..... NCz\$ 2 000 000,00
3. Comissão de Valores Mobiliários.. NCz\$ 1 746 250,00

II - CRÉDITOS SUPLEMENTARES

1. Secretaria de Planejamento e Coordenação..... NCz\$ 1 188 723,00
2. Secretaria da Receita Federal.... NCz\$284 400 000,00
3. Escola de Administração Fazendária..... NCz\$ 7 100 000,00
4. Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa..... NCz\$ 14 955 000,00

origem), o Projeto de Lei nº 104/89-CN, que "autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais ao Orçamento Fiscal da União até o limite de NCz\$ 314.889.973,00, para fins que especifica".

Os créditos solicitados destinam-se a diversos Órgãos, com seguinte configuração:

Os recursos necessários ao atendimento das despesas objeto do presente projeto de lei, têm as seguintes origens:

O disposto no art. 167 da Constituição Federal, mais especificamente o Inciso V, foi plenamente observado em relação ao projeto de lei em exame

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nº 104/89-CN. Entretanto, desejamos registrar nosso ponto de vista contrário a que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação financie atividades que não sejam as específicas da Função Educação, onde há uma carência latente de recursos, particularmente para o Ensino Fundamental, e destine verba para Atividades da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

II — Voto do Relator

Dada a exiguidade de prazo para se operar qualquer alteração no projeto de lei em exame, uma vez que nos encontramos a poucos dias do final do exercício, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 104/89-CN, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 314.889.973,00, para fins que especifica"

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 104, de 1989.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 104, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 314.889.973,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) crédito especial, até o limite de NCz\$ 7.246.250,00 (sete milhões, duzentos e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta cruzados novos), para atender a programação constante do Anexo I desta lei.

a)	Cancelamento de dotações, conforme Anexo IV.....	NCz\$	1 188 723,00
b)	Rendas da Secretaria da Receita Federal.....	NCz\$	201 221 198,00
c)	Alienação de Bens Apreendidos.....	NCz\$	9 412 402,00
d)	Multas (Indicentes) sobre Receitas Administradas SRF/FUNDAF..	NCz\$	68 863 093,00
e)	Outros Recursos de Encargos Gerais da União.....	NCz\$	5 500 000,00
f)	Recursos de Convênios com Órgãos não Federais.....	NCz\$	246 250,00
g)	Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação...	NCz\$	14 955 000,00
h)	Recursos Diretamente Arrecadados - Tesouro.....	NCz\$	7 100 000,00
i)	Recursos Diretamente Arrecadados - Outras Fontes.....	NCz\$	1 500 000,00
j)	Saldos de Exercícios Anteriores.....	NCz\$	4 903 307,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) crédito suplementar até o limite de NCz\$ 307.643.723,00 (trezentos e sete milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e vinte e três cruzados novos), para atender a programação constante do Anexo II.

Parágrafo único. A programação das contribuições a fundos constantes do Anexo II é detalhada no anexo III.

Art. 3º Os recursos necessários ao atendimento das despesas constantes dos artigos anteriores são os seguintes:

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1989.

NCz\$ 1.00

a)	Cancelamento de dotações, conforme ANEXO IV	1.188.723
b)	Rendas da Secretaria da Receita Federal	201.221.198
c)	Alienação de Bens Apreendidos - FUNDAF	9.412.402
d)	Multas Incidentes sobre Receitas Administradas pela SRF/FUNDAF	68.863.093
e)	Outros Recursos de Encargos Gerais da União	5.500.000
f)	Recursos de Convênios com Órgãos não Federais	246.250
g)	Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	14.955.000
h)	Recursos Diretamente Arrecadados - Tesouro	7.100.000
i)	Recursos Diretamente Arrecadados - Outras Fontes	1.500.000
j)	Saldos de Exercícios Anteriores	4.903.307

T O T A L 314.889.973

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

11300 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

11301 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			2 000 000
	ADMINISTRAÇÃO			2 000 000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			2 000 000
11301 03070211.254	GERENCIAMENTO DO SETOR PUBLICO FEDERAL REFORÇAR A CAPACIDADE GERENCIAL DO SETOR PUBLICO BRASILEIRO ATRAVES DE UM PROCESSO DE REFORMA NOS SISTEMAS DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, PESSOAL E OUTROS	2 000 000		
TOTAL		2 000 000		2 000 000

SUPLEMENTAÇÃO

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

11300 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

11303 - FUNDAÇÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DO SERVIDOR PUBLICO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			3 500 000
	ADMINISTRAÇÃO			3 500 000
	ADMINISTRAÇÃO GERAL			3 500 000
11303 03070211 254	GERENCIAMENTO DO SETOR PUBLICO FEDERAL REFORÇAR A CAPACIDADE GERENCIAL DO SETOR PUBLICO BRASILEIRO ATRAVES DE UM PROCESSO DE REFORMA NOS SISTEMAS DE ORÇAMENTO, PLANEJAMENTO, PESSOAL E OUTROS	3 500 000		
TOTAL		3 500 000		3 500 000

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO I

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO ESPECIAL

17000 - MINISTERIO DA FAZENDA

17202 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			1 746 250
	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL			1 746 250
	ORDENAMENTO ECONOMICO-FINANCEIRO			1 746 250
17202 03090425 030	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ORDENADO E EFICIENTE DO MERCADO DE VALORES MOBILIARIOS	1 746 250		
TOTAL		1 746 250		1 746 250

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

11000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

11106 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	HABITAÇÃO E URBANISMO			1 108 723
	HABITAÇÃO			1 108 723
	HABITAÇÕES URBANAS			1 108 723
11106.10573162 233	REPAROS E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS		1 108 723	
	TOTAL		1 108 723	1 108 723

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

17000 - MINISTERIO DA FAZENDA

17109 - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			7 100 000
	ENSINO SUPLETIVO			7 100 000
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			7 100 000
17109 08452172 431	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO		7 100 000	
	TOTAL		7 100 000	7 100 000

SUPLEMENTAÇÃO

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

17000 - MINISTERIO DA FAZENDA

17110 - SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			279 496 693
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			279 496 693
	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS			279 496 693
17110.03080302.435	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO		279 496 693	
	TOTAL		279 496 693	279 496 693

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

11600 - GABINETE DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS

11602 - FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO DE TV EDUCATIVA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			14 955 000
	ADMINISTRAÇÃO			3 870 000
	RADIODIFUSÃO			3 870 000
11602 08071372 008	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		3 870 000	
	TELECOMUNICAÇÕES			11 085 000
	RADIOGIFUSÃO			11 085 000
11602.08221372 169	PRODUÇÃO DE PROGRAMAS E MATERIAIS		11 085 000	
	TOTAL		14 955 000	14 955 000

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO II

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

17000 - MINISTERIO DA FAZENDA - FUNDOS

17903 - FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			4 903 307
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			4 903 307
	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS			4 903 307
17903 07980304 118	DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO		4 903 307	
	TOTAL		4 903 307	4 903 307

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO III

NCZ 1,00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

17000 - MINISTERIO DA FAZENDA - FUNDOS

17902 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
	EDUCAÇÃO E CULTURA			7 100 000
	ENSINO SUPLETIVO			7 100 000
	TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS			7 100 000
17902 08452172.443	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDARIA		7 100 000	
	TOTAL		7 100 000	7 100 000

SUPLEMENTAÇÃO

NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

17000 - MINISTERIO DA FAZENDA - FUNDOS

17903 - FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		279.496.693
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		279.496.693
	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS		279.496.693
17903.03080304.118	DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO	279.496.693	
TOTAL		279.496.693	279.496.693

CANCELAMENTO

ANEXO IV

NCZ 1.00

PROGRAMA DE TRABALHO

CREDITO SUPLEMENTAR

11000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

11106 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.165.218
	ADMINISTRAÇÃO		1.165.218
	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS		1.165.218
11106.03070252.230	REPAROS E CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.165.218	
	HABITAÇÃO E URBANISMO		23.505
	HABITAÇÃO		23.505
	HABITAÇÕES URBANAS		23.505
11106.10573162.233	REPAROS E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES HABITACIONAIS	23.505	
TOTAL		1.168.723	1.168.723

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) —
Item 38:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 105, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 67.249.720.500,00 para atender despesas com o serviço da dívida de diversos órgãos e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia em virtude de aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mens. nº 271/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Nyder Barbosa para proferir o parecer.

O SR. NYDER BARBOSA (PMDB — ES. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

O Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, encaminhou à apreciação do Congresso Nacional, pela Mensagem nº 271, de 1989-CN (nº 508/89, na origem), projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989) créditos adicionais até o limite de NCz\$ 67.249.720.500,00 (sessenta e sete bilhões, duzentos e quarenta e nove milhões, setecentos e vinte mil e quinhentos cruzados novos)

para atender a despesas com o pagamento do serviço da dívida pública federal e da dívida externa garantida pela União.

Os créditos ora pleiteados destinam-se:

a) crédito especial no valor de NCz\$ 52.018.673.600,00 para atender à Administração da Dívida Pública Mobiliária Federal, cobrir despesas da dívida externa no CNPq/PR e da Sunamam, bem como absorver as dívidas internas contraídas pela extinta Nuclebrás, em conformidade com o detalhamento constante do Anexo III;

b) crédito suplementar no valor de NCz\$ 15.231.046.900,00 para atender ao pagamento de principal e encargos da dívida fundada interna e externa de diversos órgãos da Admi-

nistração Pública Federal, conforme Anexos I e II

O Poder Executivo oferece, como fonte de financiamento das despesas citadas no item anterior, a emissão de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal.

A existência de uma elevada dívida pública mobiliária vem agravando os problemas orçamentários brasileiros. A elevada taxa de juros, para fazer face às enormes taxas de inflação, aliada à correção monetária dos títulos públicos federais, obriga o Governo a substanciais emissões para rolagem da dívida na data do seu vencimento.

A evolução do estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal pode ser observada nos dados a seguir:

	NCz\$ 1,00
Maior/89	144.116.535 890
Junho/89	175.931.904 247
Julho/89	231.613.845.051
Agosto/89	314.146.848.131
Setembro/89	435.057.534.678
Outubro/89	632.955.260.068
Novembro/89	938.181.896.064
Dezembro/89 (preliminar)	1 4 6 3 1 7 2 . 5 1 0 . 0 5 5

As emissões líquidas do Tesouro (Emissões pelo valor líquido — Resgates), em 1989, foram:

	NCz\$ milhões
Maior/89	2.243,8
Junho/89	999,5
Julho/89	3.319,5
Agosto/89	6.014,9
Setembro/89	9.484,6
Outubro/89	11.449,0
Novembro/89	22.857,5

O crédito solicitado de NCz\$ 50.469.583.000,00 constante do presente projeto de lei, para fins de rolagem da dívida interna, é considerado especial, pois se trata de projeto não existente na Lei Orçamentária. Este projeto, criado através da Lei nº 7.813, de 5 de setembro de 1989, foi aberto no valor de NCz\$ 127,7 bilhões e, depois, suplementado em NCz\$ 141,83 bilhões, quando o Poder Executivo decidiu que além dos encargos da dívida interna, tal crédito seria destinado a cobrir o valor líquido dos títulos e a correção monetária incidente sobre eles. Espera-se que a dotação orçamentária ora reforçada seja suficiente a viabilizar o fluxo de caixa das operações mobiliárias até 31 de dezembro do corrente ano.

O crédito especial de NCz\$ 7.607.900,00 destina-se a atender amortização e encargos da dívida externa ao CNPq. Também é considerado especial porque o órgão, por ocasião da Lei Orçamentária deste ano, que constava no Ministério da Ciência e Tecnologia, passou a figurar na Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia, vinculada à Presidência da República, através da Lei nº 7.740, de 16 de março de 1989, que, por sua vez, voltou à supervisão do Ministério da Ciência e Tecnologia. Como essas alterações foram processadas após a

promulgação da Lei nº 7.715 Lei de Orçamento/89, necessária se faz abertura de crédito especial, para atender programação não constante da Lei Orçamentária.

O crédito especial de NCz\$ 606.951.400,00 destina-se a pagamento de amortização e encargos decorrentes de operações internas de crédito, contratados pela extinta Nuclebrás Indústrias Nucleares Brasileiras e suas subsidiárias, e assumidas pela União, conforme art. 1º da Lei nº 7.862/89.

O outro crédito de NCz\$ 934.531.300,00 refere-se a amortização, juros, comissões e outras despesas decorrentes de empréstimos externos que, por força do Decreto-Lei nº 2.055, de 17 de agosto de 1983, extinguiu a Sunamam e transferiu para a União as despesas decorrentes das operações de crédito externas contratadas. O crédito ora solicitado destina-se a honrar os pagamentos, a cargo do Fundo da Marinha Mercante, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro do corrente exercício, que, por falta de dotação orçamentária suficiente, está impedido de fazê-los.

As alterações mais importantes a considerar, no presente projeto de lei, são:

Art. 5º Transfere para 1º de janeiro de 1989 a autorização para a União assumir o saldo devedor de obrigações financeiras do BNCC e da RFFSA, através dos Encargos Financeiros da União. Desta maneira, fica, como consequência, prorrogada a forma atual de pagamento da dívida dessas empresas, através da participação da União no Capital.

Art. 7º Introdz o item IV no art. 4º da Lei nº 7.880, de 16 de novembro de 1989, que inclui as operações de crédito internas e externas derivadas de contratos, excluídas aquelas realizadas com Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal.

Art. 8º A inclusão da definição precisa das datas da abrangência da correção dos valores do Quadro de Detalhamento de Despesas, publicado de acordo com o disposto no art. 13 da Lei nº 7.742, de 20 de março de 1989, a ser feito pela variação do IPC entre 1º de fevereiro e 1º de dezembro de 1989 (estendeu por um mês o prazo da lei).

Sr. Presidente, examinando a matéria com a devida atenção, resolvemos emitir o parecer favorável, com uma única alteração constante da folha nº 4, que passamos a ler:

“Dá-se nova redação ao item IV proposto no art. 7º do Projeto de Lei nº 105, de 1989.”

“IV — Operações de créditos internos ou externos, contratados até 1º de dezembro de 1989, exceto aquelas realizadas com Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal.”

Por estar de acordo com os preceitos constitucionais e legais que regem a matéria, somos pela aprovação do presente projeto de lei, nos termos propostos pelo Poder Executivo, com a alteração indicada no item anterior.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto, com apresentação de emenda

Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Aprovado.

Em votação o projeto, no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Aprovado.

Em votação a emenda, na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados (Pausa)

Aprovada

Em votação a emenda, no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão Mista de Orçamento para redação final

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

PARECER Nº 181, DE 1989-CN

(Da Comissão Mista de Orçamento)

A Comissão Mista de Orçamento apresenta a Redação Final do Projeto de Lei nº 105/89-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 67.249.720.500,00, para atender despesas com o serviço da dívida de diversos órgãos e dá outras providências”.

Sala da Comissão, 14 de dezembro de 1989. — Deputado *Cid Carvalho*, Presidente — Deputado *Nyder Barbosa*, Relator.

PROJETO DE LEI Nº 105, DE 1989 — CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos adicionais até o limite de NCz\$ 67.249.720.500,00 para atender despesas com o serviço da dívida de diversos órgãos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), créditos suplementares no valor de NCz\$ 15.231.046.900,00 (quinze bilhões, duzentos e trinta e um milhões, quarenta e seis mil e novecentos cruzados novos), para atender despesas com o serviço da dívida dos órgãos relacionados no Anexo I desta lei.

Parágrafo único. Os créditos constantes deste artigo atenderão exclusivamente as atividades relacionadas no Anexo II.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 3 de janeiro de 1989), créditos especiais até o limite de NCz\$ 52.018.673.600,00 (cinquenta e dois bilhões, dezoito milhões, seiscentos e setenta e três mil e seiscentos cruzados novos), para atender despesas com o serviço da dívida dos órgãos relacionados no Anexo III desta lei.

Art. 3º Para o atendimento do disposto nos artigos anteriores, o Poder Executivo fica autorizado a emitir Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, no montante de NCz\$ 67.249.720.500,00 (sessenta e sete bilhões, duzentos e quarenta e nove milhões, setecentos e vinte mil e quinhentos cruzados novos).

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar os valores de créditos suplementares para cada órgão, especificados no Anexo I des-

ta lei, até o limite de 20% (vinte por cento), respeitado o montante global definido no *caput* do art. 1º.

Art. 5º Os efeitos do disposto no *caput* do art. 2º, nos incisos II e III e no § 2º do mesmo artigo, da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 1990.

Art. 6º A autorização para abertura de créditos suplementares a que se refere a Lei nº 7.860, de 26 de outubro de 1989, fica reduzida em NCz\$ 872.309.465,00 (oitocentos e setenta e dois milhões, trezentos e nove mil e quatrocentos e sessenta e cinco cruzados novos).

Art. 7º É acrescido ao art. 4º, da Lei nº 7.880, de 16 de novembro de 1989, o seguinte inciso:

"Art. 4º
....."

IV — operações de crédito internas ou externas, contratadas até 1º de dezembro de 1989,

exceto aquelas realizadas com Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal."

Art. 8º O parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.880, de 16 de novembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º
....."

Parágrafo único. Os créditos de que trata este artigo terão como limite os valores correspondentes às dotações consignadas no Quadro de Detalhamento da Despesa, publicado de acordo com o disposto no art. 13, da Lei nº 7.742, de 20 de março de 1989, corrigido pela inflação observada entre 1º de fevereiro e 1º de dezembro de 1989, medida pelo Índice de Preços de Consumidor — IPC."

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, de de 1989.

ANEXO I

NCz\$ 1,00

Crédito Suplementar

Despesa com o Serviço da Dívida

Anexo à Lei No. , de / /1989

Suplementação

Recursos do Tesouro

Códigos/órgãos	Especificação	Valor
11000	Presidência da República	100.000
13000	Ministério da Agricultura	200.500.900
15000	Ministério da Educação	847.000
19000	Ministério do Interior	40.245.000
25000	Ministério da Saúde	4.690.000
27000	Ministério dos Transportes	5.259.300.000
29000	Serviços da Dívida da União	7.596.500.000
31000	Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio	342.469.000
32000	Encargos Financeiros da União	1.786.395.000
T O T A L		15.231.046.900

ANEXO II

Atividades que serão Suplementadas

Anexo à Lei No. , de / /1989

Crédito Suplementar

Códigos

Órgãos/Unidades/Atividades

E s p e c i f i c a ç ã o

11	Presidência da República
301	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
302	Instituto de Planejamento Econômico e Social
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
501	Comissão Nacional de Energia Nuclear
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
602	Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
13	Ministério da Agricultura
207	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
208	Departamento Nacional de Obras de Saneamento
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
209	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
15	Ministério da Educação
229	Universidade Federal de Minas Gerais
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
257	Fundação Universidade de Brasília
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
258	Fundação Universidade do Maranhão

Códigos	
Órgãos/Unidades/Atividades	
E s p e c i f i c a ç ã o	
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
275	Hospital das Clínicas de Porto Alegre
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
19	Ministério do Interior
203	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
25	Ministério da Saúde
203	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
204	Fundação das Pioneiras Sociais
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
27	Ministério dos Transportes
202	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
203	Empresa de Portos do Brasil S/A
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
205	Empresa de Navegação da Amazônia S/A
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
206	Companhia de Navegação do São Francisco S/A
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
207	Serviço de Navegação da Baía do Prata S/A
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
209	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
210	Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento

Códigos	
Órgãos/Unidades/Atividades	
E s p e c i f i c a ç ã o	
29	Serviços da Dívida da União
	Recursos Sob Supervisão do Ministério da Fazenda
111	Presidência da República
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
112	Ministério da Aeronáutica
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
113	Ministério da Agricultura
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
114	Ministério das Comunicações
6.708	Encargos de Financiamento - TELEBRÁS
115	Ministério da Educação
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
116	Ministério do Exército
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
119	Ministério do Interior
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
120	Ministério da Justiça
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
121	Ministério da Marinha
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
122	Ministério das Minas e Energia
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
124	Ministério das Relações Exteriores
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
125	Ministério da Saúde
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
126	Ministério do Trabalho
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
127	Ministério dos Transportes
6.739	Amortização e Encargos de Financiamento - RFFSA

Códigos

Órgãos/Unidades/Atividades

E s p e c i f i c a ç ã o

31	Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio
202	Instituto do Açúcar e do Alcool
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
32	Encargos Financeiros da União
101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento
4.203	Absorção de Dívidas Externas Contraídas pela Extinta NUCLEBRÁS e suas Subsidiárias
6.716	Absorção de Dívidas Contraídas pelo Estado de Mato Grosso
6.717	Absorção de Dívidas Contraídas pelo Extinto Território de Rondônia
6.718	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Agrária
6.732	Ressarcimento ao BNDES - Programa de Assistência Especial - PAE

Observação: os códigos das atividades transferidoras não constam deste anexo.

ANEXO III

Crédito Especial	Despesa com o Serviço da Dívida	Suplementação
Anexo à Lei No.	, de / /1989	Recursos do Tesouro

Códigos		

Órgãos/Unidades/Atividades	E s p e c i f i c a ç ã o	V a l o r

11	Presidência da República	7.607.900
701	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	7.607.900
2.027	Amortização e Encargos de Financiamento	7.607.900
	- Cumprir cláusulas contratuais de pagamento de amortização, juros, e comissões e outras despesas decorrentes de empréstimos externos.	7.607.900
32	Encargos Financeiros da União	52.011.065.700
101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda	52.011.065.700
4.202	Absorção de Dívidas Internas Contraídas pela Extinta Nuclebrás	606.951.400
	- Cumprir cláusulas de pagamento de amortização, juros, comissões e outras despesas decorrentes de operações de crédito internas, contratadas pela extinta NUCLEBRÁS e suas subsidiárias até 01 de setembro de 1988, com garantia da União e assumidas pelo Governo Federal (lei no. 7.862/89)	606.951.400
4.253	Administração da Dívida Pública Mobiliária Interna Federal	50.469.583.000
	- Atender ao pagamento de amortizações e encargos da dívida pública mobiliária interna federal	50.469.583.000
6.743	Amortização e Encargos de Financiamento -SUNAMAM	934.531.300
	- Cumprir cláusulas contratuais de pagamento de amortização, juros, comissões e outras despesas decorrentes de empréstimos externos	934.531.300
T O T A L		52.018.673.600

Observação: os códigos das atividades transferidoras não constam deste anexo.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em razão da inversão da pauta, voltamos ao item 30:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 93, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, créditos suplementares até o limite de NCz\$ 771.413.995,00, para os fins que especifica. (Incluído em Ordem do Dia em virtude de aprovação de urgência na Comissão Mista de Orçamento.)

— Dependendo de parecer a ser proferido em plenário. (Mens. nº 259/89-CN.)

Concedo a palavra ao nobre Congressista Levy Dias, para proferir o parecer.

O SR. LEVY DIAS (PFL — MS Para emitir parecer) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

I — Relatório

Consoante o art. 61 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, para a devida apreciação, o Projeto de Lei que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, créditos suplementares até o limite de NCz\$ 771.413.995,00 em favor do Ministério da Marinha e do Ministério do Exército, para os fins que especifica".

Esses créditos destinam-se aos seguintes programas de trabalho:

Conforme Exposição de Motivo nº 505, que acompanha a Mensagem, os referidos créditos destinam-se aos Ministérios do Exército e da Marinha e estão assim distribuídos:

CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Ministério da Marinha - 21000

Secretaria-Geral da Marinha - 21101

<u>Defesa Nacional e Segurança Pública - Defesa Naval</u>	<u>NCZ\$1,00</u>
<u>Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes.....</u>	<u>50.500.000</u>
<u>Reaparelhamento da Marinha</u>	<u>477.078.302</u>
	<u>527.578.302</u>

Ministério do Exército - 16000

Secretaria de Economia e Finanças - 16101

<u>Defesa Nacional e Segurança Pública - Defesa Terrestre</u>	<u>NCZ\$1,00</u>
<u>Reaparelhamento do Exército</u>	<u>243.835.693</u>

<u>TOTAL GERAL</u>	<u>771.413.995.</u>
--------------------------	---------------------

Ministério do Exército 243.835.693,00 - Fonte 49

Ministério da Marinha 527.578.302,00

50.500.000,00 - Fonte 47

477.078.302,00 - Fonte 49

711.413.995,00

A matéria está em conformidade com os termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V da Constituição Federal, e os recursos necessários ao atendimento desses créditos são provenientes de Operações de Crédito Interna (fonte 47) e Externa (fonte 49), no valor respectivo de NCz\$ 50.500.000,00 e NCz\$ 720.913.995,00.

a) Operação de Crédito Externa com o Lloyds Banck International Ltd, contratada em 4-6-82, para financiamento de bens e serviços destinados a quatro Corvetas em construção, sendo duas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e duas no estaleiro Verolme; o crédito ora solicitado destina-se à cobertura orçamentária para regularização contábil, correspondente às diferenças cambiais existentes entre a elaboração do Orçamento da Marinha de 1989 (US\$ 1,00 — NCz\$ 1,00) e as taxas efetivas de ocorrência do fornecimento dos referidos bens e da prestação dos serviços mencionados.

b) Operação de Crédito Interna com o BNDES, contratada em 29-3-88, para financiamento de bens e serviços destinados a um Navio-Tanque em construção no Estaleiro Ishibrás; o crédito ora solicitado destina-se à cobertura orçamentária para regularização contábil, relativa, entre a previsão constante do Orçamento da União de 1989 e o total efetivamente necessário ao pagamento dos eventos de construção do referido navio, neles incluídos os reajustamentos contratuais autorizados pela legislação publicada no corrente ano, a partir da Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989 (Plano "Verão"), em especial a Lei nº 7.774, de 8 de junho de 1989, alterada

pela Lei nº 7.801, de 11 de julho de 1989, e pelas Portarias nºs 061, de 20 de abril de 1989 e 087 de 12 de maio de 1989, do Ministério da Fazenda.

O presente pedido de crédito suplementar, na parcela referente ao Ministério da Marinha, visa atualizar o Orçamento de 1989 do citado Órgão, no que se refere a desembolsos relativos ao Programa de Reaparelhamento da Marinha, oriundos de Operações de Crédito Interna e Externa em bens e serviços, já contratadas pela Marinha, após as autorizações previstas na legislação vigente.

Trata-se pois, de ajustes contábeis no Orçamento do Ministério da Marinha correspondentes à atualização orçamentária para recomposição do valor da moeda, a ser atendida com recursos provenientes de Operações de Crédito Interna e Externa em bens e serviços, já contratados anteriormente pela Marinha, não representando um novo aporte de recursos do Tesouro.

Não foram apresentadas emendas ao projeto de lei ora relatado.

II — Voto do Relator

Ante o exposto, voto pela Aprovação do Projeto de Lei nº 93/89 — CN nos termos deste Parecer.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação do projeto.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai a sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 93, DE 1989-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União créditos suplementares até o limite de NCz\$ 771.413.995,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 7.715, de 03 de janeiro de 1989), Anexo II, créditos suplementares, até o limite de NCz\$ 771.413.995,00 (setecentos e setenta e um milhões, quatrocentos e treze mil e novecentos e noventa e cinco cruzados novos), de conformidade com a programação constante do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são provenientes de recursos de Operações de Crédito Interno no valor de NCz\$ 50 500 000,00 (cinquenta milhões e quinhentos mil cruzados novos) e externo no valor de NCz\$ 720.913 995,00 (setecentos e vinte milhões, novecentos e treze mil e novecentos e noventa e cinco cruzados novos)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I

NCZ 1989

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
21000 - MINISTERIO DA MARINHA			
21101 - SECRETARIA GERAL DA MARINHA			
		RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES TOTAL
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		927 578 302
	DEFESA NAVAL		827 578 302
	OPERAÇÕES NAVÁIS		827 578 302
21101 06271631 001	RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS MEIOS FLUTANTES	80 500 000	
21101 06271631 004	REAPARELHAMENTO DA MARINHA	477 078 302	
TOTAL		557 578 302	527 578 302

SUPLEMENTAÇÃO ANEXO I

NCZ I 00

PROGRAMA DE TRABALHO		CREDITO SUPLEMENTAR	
16000 - MINISTERIO DO EXERCITO			
16101 - SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS			
		RECURSOS DO TESOURO	
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS ATIVIDADES	TOTAL
	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA		243 835 693
	DEFESA TERRESTRE		243 835 693
	DIVISÃO DE TERRESTRES		243 835 693
16101 00281601 040	REPARCELAMENTO DO EXERCITO	243 835 693	
TOTAL		243 835 693	243 835 693

O Sr. Genebaldo Correia — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Genebaldo Correia.

O SR. GENEBALDO CORREIA (PMDB — BA. Pela ordem.) — Sr. Presidente, passamos, agora, à discussão e votação do item I da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em razão da inversão.

O SR. GENEBALDO CORREIA — Informo a V. Exª, como pode observar, que os Líderes estão discutindo questão da prisão temporária.

Consulto V. Exª se podemos votar logo o item V.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência concorda com V. Exª, desde que não haja objeção dos Líderes nem do Plenário. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item V.

Discussão, em turno único (apreciação preliminar de admissibilidade quanto aos aspectos de relevância e urgência), da Medida Provisória nº 118, de 5 de dezembro de 1989, que estende às medidas cautelares o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, tendo

— **PARECER** proferido em Plenário pelo Deputado Juarez Batista pela inadmissibilidade da medida. (Mens /274/89-CN.)

Em discussão a medida, quanto à admissibilidade.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Rose de Freitas. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, veja-se, anote-se e lembremos os tempos do AI-5, da ditadura, e nos apercebamos dessa medida provisória tão absurda, sem nenhum nexo,

nem do ponto de vista ético, nem do ponto de vista moral, muito menos do ponto de vista jurídico. Onde estão os juristas, os assessores jurídicos, o Consultor-Geral da República, para se abalançar o envio, a este Plenário, de medida provisória que inibe, que proíbe, a edição de liminares e mandados de segurança impedidos por funcionários públicos, enquanto se sintam prejudicados, enquanto vejam direitos seus postergados, enquanto examinam a gravidade do ato administrativo que os coloca em situação precária, sob todos os aspectos, mas alheios a que a medida editada que se discute e se votará agora, mesmo sem *quorum*, exige que o Legislador concorde, pela medida provisória, em que se iniba, se proíba alguém de impetrar segurança e se proíba o Poder Judiciário de conceder liminar.

Na Constituinte, aqui, se falou sobre a independência do Poder Judiciário. Não admitimos, aqui, emenda de Deputado do PT que pretendia o controle externo sobre a magistratura; aqui, foi discutido e votado, e o Deputado do PT, desta tribuna, exigiu o controle externo sobre a magistratura. S. Exª se viu, aqui, derrotado. Agora, vem atentando contra a norma constitucional que dá ao Poder Judiciário liberdade total, independência, numa medida provisória para exigir se não impetra a segurança, primeiro, proibindo ao servidor ofendido nos seus direitos, coagido nos seus direitos, contra a atividade coatora nada pode, porque a ela é a expressão da ditadura que querem fazer voltar — a ditadura do Executivo, a ditadura do legislativo. Pretendem, agora, implantar, no País, a ditadura do proletariado. Então, a ditadura parece que vai alcançar vários setores aqui, Srs. Congressistas, pela inadmissibilidade — não podemos nem admitir. Mas não admitir não basta, e não basta porque o Governo emite novas medidas, edita outra medida parecida ou igual, escamecendo no vilipêndio, triturando na medida ditatorial, impedindo a liberdade da atuação da justiça, impedindo a liberdade de ofendido recorrer ao Poder Judiciário. Assim, Sr. Congressistas, devemos fazer sentir a Sua Excelência o Senhor Presidente da República que tais medidas não podem ser editadas. Porque inadmissível esta, virão outras, editarão outras e enquanto editadas, estão em vigor. Esta é que é a proble-

mática. Então, Srs. Deputados e Srs. Senadores, pela inadmissibilidade, mas sob protesto e violento.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Continua em discussão a medida, quanto à admissibilidade. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que são pela inadmissibilidade permaneçam sentados. (Pausa.)

Rejeitada na Câmara, deixa de ser apreciada no Senado, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência designa o nobre Congressista Nilson Gibson para proferir parecer.

O SR. NILSON GIBSON (PMDB — PE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A Medida Provisória nº 118, de 5 de dezembro de 1989, estende às medidas cautelares previstas nos arts. 796 a 810 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964.

Sr. Presidente, verificamos que a medida provisória é constitucional, é jurídica, de boa técnica legislativa e, efetivamente, vem corrigir determinadas distorções que vinham ocorrendo corriqueiramente, inclusive um cooperativismo em que, em determinados fóruns, eram aceitos O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, um dos melhores e mais cultos do País, como também o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, já admitem, dentro da sua jurisprudência, essa mesma tese que está sendo adotada pela Medida Provisória nº 118, porque é uma função subsidiária da jurisdição, servindo à tutela do próprio processo.

Por esses motivos, Sr. Presidente, somos, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 118.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer conclui pela aprovação da medida provisória.

Em discussão o parecer.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

O SR. FARABULINI JÚNIOR — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PTB con-signa o seu voto contrário.

O Sr. Robson Marinho — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Com a palavra V. Exª

O SR. ROBSON MARINHO (PSDB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o voto do PSDB é contrário

O Sr. Adylson Motta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS. Pela ordem) — Sr. Presidente, o meu voto é contrário; é um colocação pessoal

O Sr. Adhemar de Barros Filho — Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ADHEMAR DE BARROS FILHO (PRP — SP) — Sr. Presidente, o partido Republicano vota contrário.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Pela ordem.) — Sr. Presidente, o PT vota conta.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Aprovada na Câmara dos Deputados.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

É a seguinte a medida aprovada

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 118, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1989

Estende às medidas cautelares o disposto nos arts. 5º e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Aplica-se às medidas cautelares previstas nos arts. 796 a 810 do Código de Processo Civil o disposto nos arts. 5º e seu parágrafo único e 7º da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O Sr. Etevaldo Nogueira — Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ETEVALDO NOGUEIRA (PFL — CE. Pela ordem.) — Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª 5 minutos para que as Lideranças concluíssem o entendimento sobre o último item da pauta. (Pausa.)

O Sr. Adylson Motta — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência concede a palavra ao nobre Congressista Adylson Motta.

O SR. ADYLSO MOTA (PDS — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, como hoje é a última sessão do Congresso Nacional neste ano legislativo, para ilustrar à Casa, informo que aqui entraram, desde que foi promulgada a Constituição, no período de 1 ano, aproximadamente 120 medidas provisórias, o que dá uma média de 3 medidas provisórias por semana. Aquilo que era para ser uma excessão se tornou regra nesta Casa.

Creio que é o momento de uma profunda reflexão sobre a iniquidade desse instituto, que foi inserido na Carta constitucional.

Faço questão de falar hoje, dia 14, três dias antes das eleições, porque, independentemente do resultado do dia 17 — se é que foi arquivada a minha proposta de emenda constitucional — vou entrar, no primeiro dia de sessão desta Casa, novamente, com a proposta de supressão do art. 62 da Constituição Federal, até para preservar este Poder. Porque esse é um instrumento autoritário, que foi usado e abusado, não se sabendo o que poderá acontecer no futuro.

Independentemente de conhecer o resultado das eleições do dia 17, anuncio à Casa, e por isso o faço antes das eleições, que vou entrar novamente com a proposta de emenda constitucional para que, definitivamente, se extirpe do texto constitucional esse instituto que acho nocivo, e já foi demonstrado, a sociedade, durante este ano de vigência da Constituição.

O Sr. Hermes Zaneti — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Hermes Zaneti.

O SR. HERMES ZANETI (PSDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero manifestar uma preocupação, pois acabo de ser informado, pelo Reitor da Universidade Católica de Pelotas, no Rio Grande do Sul, de que foi rejeitada na apreciação do orçamento, ontem, emenda que previa recursos para o Crédito Educacional. São 150 mil estudantes, Sr. Presidente, que vão passar a ter um problema sério, no próximo ano, em razão da não-contemplação de recursos para o Programa de Crédito Educativo.

Estou aproveitando esta oportunidade, enquanto os líderes fazem as suas tratativas, Sr. Presidente, para lançar, daqui, um apelo ao Líder do Governo, o nobre Deputado Luiz Roberto Ponte, aos Líderes de todos os partidos políticos, ao Poder Executivo, no sentido de prevenirmos, em tempo, uma solução para essa tragédia que se abaterá — repito — sobre 150 mil estudantes brasileiros, em decorrência desta omissão em relação aos créditos necessários ao programa.

Faço o apelo, Sr. Presidente, porque essa tentativa de acabar com o Crédito Educativo já havia ocorrido durante o ano de 1989, por parte da Caixa Econômica Federal, porque se ameaçava a extinção do FAS — Fundo de Assistência Social, que é o programa que fornece os recursos para o crédito educativo. Agora, parece perpetrada essa iniciativa, na medida em que a notícia que damos é a de que todos os recursos do FAS foram transferidos para a seguridade social, e não foram previstos, no Orçamento da União, recursos necessários para o crédito educativo.

Repito: esta informação está sendo trazido pelo Reitor da Universidade Católica de Pelotas que está aí fora, junto à portaria do plenário, profundamente preocupado com a questão.

Para concluir, Sr. Presidente, a Casa e a Nação me conhecem como um defensor intransigente da escola pública, da educação pública. Ao longo da minha vida, tenho defendido a proposta de educação pública e gratuita para todos e em todos os níveis. Ocorre, no entanto, que não é possível fazer isso com um passe de magia, da noite para o dia, pois a estrutura não foi preparada, as vagas não foram preparadas, a universidade pública não tem condições de receber estudantes e, hoje, são 150 mil, que têm condições de estar na universidade em função do crédito educativo.

Quero saber onde abrigaremos esses estudantes amanhã, no início do próximo ano letivo? Que condições teremos para abrigar esses estudantes? Um colega me diz que vamos abrigá-los na escola pública. É justamente o que quero. Se V. Exª tem uma folha de serviço em defesa da escola pública, seguramente não será maior que a minha, que dediquei 20 anos de minha vida em defesa da educação pública.

É preciso reconhecer uma questão simples e objetiva: precisamos viabilizar esses 150 mil estudantes que, hoje, se beneficiam do crédito educativo, para que eles possam continuar e concluir os seus cursos

Faço este apelo às Lideranças, ao Líder do Governo, ao Poder Executivo, para viabilizarmos uma solução com a ciência e com a relevância que o assunto merece. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência indaga aos Srs. Líderes se já pode colocar em apreciação o item I da pauta. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Item I:

(Medida Provisória nº 111, de 24 de novembro de 1989)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 39, de 1989 (apresentado em Plenário pelo Senador Meira Filho), que dispõe sobre a prisão temporária. (Mens. nº 250/89-CN)

À Medida Provisória não foram apresentadas emendas. O Relator, em seu parecer, concluiu pela apresentação do Projeto de Lei de Conversão nº 39.

Em discussão a medida e o projeto.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Juarez Marques Batista. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Eliel Rodrigues. (Pausa.)

S. Exª está ausente

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por delegação da minha Liderança, tivemos um entendimento com outros Líderes, com todas as Lideranças, sobretudo as do PT, PDT e PSDB, a respeito dessa questão.

Chegamos a um entendimento que eu gostaria de informar à Casa, evidentemente submetendo-o à análise do Plenário, já na forma de parecer, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — O parecer já foi dado; é relativo ao Projeto de Resolução nº 39.

O SR. JOSÉ TAVARES — Consulto V. Exª a respeito de como poderemos proceder, dentro do Regimento, para, a partir desse entendimento, promovermos algumas alterações no projeto de conversão e submetê-lo, depois, à análise do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece a V. Exª que isso poderá ser feito mediante apresentação de destaques, ou com um novo projeto de conversão. O Relator poderá, então, proferir novo parecer.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, coloco outra questão a V. Exª: o Relator, Senador Meira Filho, não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Então, V. Exª poderá apresentar requerimento de destaque à Mesa, para que providenciemos.

O SR. JOSÉ TAVARES — Obrigado.

O Sr. Egídio Ferreira Lima — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. EGÍDIO FERREIRA LIMA (PSDB — PE. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, entendo que não há qualquer disposição no Regimento Comum que proíba a indicação de um Relator-Substituto, *ad hoc*, desde que o Relator, con-

vocado num caso de necessidade como este, não se encontre presente.

V. Exª Sr. Presidente, poderá, interpretando o Regimento, fazer a indicação de outro Relator, em substituição, sobretudo quando há acordo de Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece a V. Exª que, tão logo acerte com o nobre Líder José Tavares, tomará a decisão.

O Sr. Prisco Viana — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Prisco Viana.

O SR. PRISCO VIANA (PMDB — BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ouvimos, há pouco, uma intervenção do nobre Congressista Hermes Zaneti, a respeito do crédito educativo, intervenção que confirma a sua trajetória, nesta Casa, de pessoa extremamente preocupada com os problemas da educação, mas, sobretudo, com as da juventude estudantil. Ele cometeu um pequeno equívoco, mas fez bem em levantar a questão. De fato, há mais de um ano que, através de duas medidas provisórias, e anteriormente de dois decretos-leis, a tecnocracia do Governo tentou acabar com o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, o FAS, que, dentre a gama de atividades ou a multiplicidade de financiamentos no campo social que realiza, faz o crédito educativo que, nos últimos dez anos, propiciou a mais de dois milhões de jovens realizarem seus cursos universitários, e que neste ano de 1989 está, efetivamente, financiando os estudos de cento e vinte mil estudantes.

Fizemos, nesta Casa, algumas tentativas para evitar que se acabasse com o FAS, tentativas essas frustradas. Porém, no exame recente da Medida Provisória nº 93, logramos aprovar uma emenda que ao disciplinar a distribuição dos recursos da seguridade social, na forma do art. 195, da Constituição, contrariamente ao que muitos pensavam e que de uma determinada vez conseguiram incluir no texto de uma lei, não se deveria dar a globalidade dos recursos resultantes do sorteio de prêmios da Caixa Econômica Federal ao orçamento da seguridade.

De sorte que conseguimos convencer que uma parte desses recursos, o resultado líquido desses sorteios promovidos pela Caixa Econômica Federal, ficasse, efetivamente, para a seguridade social e que outra parte fosse destinada a preservar o programa do FAS.

Isto foi aprovado e, ontem à tarde, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República sancionou o projeto de lei de conversão em que se transformou a Medida Provisória nº 93, destinando dos recursos dos sorteios que promove a Caixa Econômica, 60% para a seguridade social e 40% para o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, já, aí, sem a restrição inicial de que deveria ser integralmente aplicado na seguridade social.

Está, portanto, restabelecido o FAS. Resta,

agora, à Caixa Econômica Federal incluir, dentre as prioridades do FAS, nesses 40% do Orçamento, o crédito educativo para que ele não seja suspenso e que jovens sem recursos financeiros possam continuar freqüentando as universidades, o que é a preocupação do nobre Deputado Hermes Zaneti.

Era esta a retificação que desejava fazer ao oportuno pronunciamento de S. Exª

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Líder João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao término da votação dos projetos de lei que vieram consagrar suplementação de dotação de verbas orçamentárias, o PT deseja deixar registrados, nesta Casa, a sua posição e o seu inconformismo diante da forma como o Executivo procedeu para essas suplementações.

Entende o Partido dos Trabalhadores, Sr. Presidente, que a Constituição conferiu novas prerrogativas ao Congresso Nacional, e essas prerrogativas deveriam ter sido examinadas pelo Executivo e respeitadas na forma que a Constituição determinou.

Portanto, Sr. Presidente, entende o PT que todas as questões inconclusas pelo Executivo e que dependiam, evidentemente, de manifestação desta Casa, deveriam ter sido apresentadas antecipadamente para que esta Casa sobre elas decidisse, e não trazer, como é de praxe nesses casos, fatos consumados para que apresentemos a solução.

O Partido dos Trabalhadores, apenas para não criar problemas intransponíveis, concordou com a forma do encaminhamento que foi dado nesta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Voltamos ao item I da pauta. Está sendo apreciado o Projeto de Lei de Conversão nº 39, de 1989.

Concedo a palavra ao nobre Congressista José Tavares.

O Sr. José Tavares — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nós gostaríamos de propor à Casa a seguinte redação ao Projeto de Lei de Conversão nº 39, de 1989:

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Caberá prisão temporária:

I — quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;

II — quando o indiciado não tiver residência fixa, ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;

III — quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: "E aí vêm todos os crimes: homicídio doloso, seqüestro ou cárcere privado, roubo, extorsão, extorsão mediante seqüestro, estupro etc.

Vamos ao art. 2º:

No § 3º, substitua-se a expressão "defensor" por "advogado".

No § 4º, substitua-se a expressão "investigado" por "indiciado".

No § 7º, substitua-se a expressão "custodiado" pela expressão "preso".

Suprima-se o § 8º do art. 2º e, também, os dois §§ do art. 3º

São essas as alterações, produto de entendimento entre PMDB, PDT, PT e PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência indaga dos Srs. Deputados e Senadores se concordam com as alterações sugeridas para o Projeto de Lei de Conversão nº 39, de 1989.

O Sr. Stélio Dias (PFL — ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Exª

O SR. STÉLIO DIAS (PFL — ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, peço que o autor do destaque, ou o Relator *ad hoc*, nos explique, já que fez modificações com base no item I, "quando imprescindível para investigação do inquérito", que pudesse explicar a expressão "quando houver fundadas razões". O que significa a expressão "fundadas razões" e se a palavra "fundadas" é necessária

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência solicita ao nobre Congressista José Tavares esclareça a S. Exª

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em especial o Deputado Stélio Dias, o texto original do Projeto de Lei de Conversão nº 39 já fala em "fundada suspeita". Estamos substituindo por "fundadas razões", para reforçar, para evitar que possa haver um abuso, sem que haja uma razão maior para decretar a prisão temporária. Então, estamos querendo substituir a expressão "suspeita" por "Fundadas razões".

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência indaga se o nobre Deputado está suficientemente esclarecido

O SR. STÉLIO DIAS — Vou concordar, muito embora possam existir "fundadas razões" para o "sequestrador praticar o seqüestro.

O Sr. Juarez Marques Batista — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Tem a palavra V. Exª

O SR. JUAREZ MARQUES BATISTA (PSDB — MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. presidente, participei, em nome do PSDB, das discussões do projeto. Gostaria de esclarecer ao nobre colega que essas "fundadas razões" são do livre arbítrio do magistrado, do juiz que vai decretar a prisão. Então, não há razão. Hoje, o entendimento das Lideranças é em torno da redação que foi lida pelo Deputado José Tavares.

O Sr. Sólton Borges dos Reis — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Congressista.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS (PTB — SP. Pela ordem.) — Sr. Presidente, em nome do PTB, deixo claro que o Partido Trabalhista Brasileiro acompanha o acordo e vota com ele.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Estudando todas as Lideranças de acordo, a Presidência coloca em discussão o Projeto de Lei de Conversão, com as alterações. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.
Em votação no Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
Aprovado.
A matéria volta à Comissão Mista para redação final.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Sobre a mesa, redação final que será lida pelo, Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte.

PARACER Nº 182, DE 1989-CN (Da Comissão Mista)

Redação final do texto aprovado da Medida Provisória nº 111, de 24 de novembro de 1989.

A Comissão apresenta a redação final do texto aprovado da Medida Provisória nº 111, de 24 de novembro de 1989, que dispõe sobre a prisão temporária, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 39, de 1989.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 1989.
— Senador *Meira Filho*, Relator

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 39, DE 1989-CN

Dispõe sobre a prisão temporária.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Caberá prisão temporária.

I — quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;

II — quando o indiciado não tiver residência fixa ou não, fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;

III — quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legis-

lação penal de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

a) homicídio doloso (art. 21, *caput*, e seu § 2º);

b) seqüestro ou cárcere privado (art. 148, *caput*, e seus §§ 1º e 2º);

c) roubo (art. 157, *caput*, e seus §§ 1º, 2º e 3º);

d) extorsão (art. 158, *caput*, e seus §§ 1º e 2º);

e) extorsão mediante seqüestro (art. 159, *caput*, e seus §§ 1º, 2º e 3º);

f) estupro (art. 213, *caput*, e sua combinação com o art. 223, *caput*, e parágrafo único);

g) atentado violento ao pudor (art. 214, *caput*, e sua combinação com o art. 223, *caput*, e parágrafo único);

h) rapto violento (art. 219, e sua combinação com o art. 223, *caput*, e parágrafo único);

i) epidemia com resultado de morte (art. 267, § 1º);

j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificada pela morte (art. 270, *caput*, combinado com o art. 285);

l) quadrilha ou bando (art. 288), todos do Código Penal;

m) *a*00 genocídio (arts 1, 2º e 3º da lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), em qualquer de suas formas típicas;*

n) tráfico de drogas (art. 12 da lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976);

o) crimes contra o sistema financeiro (Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986).

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

§ 1º Na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público

§ 2º O despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da representação ou do requerimento.

§ 3º O Juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do Advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito

§ 4º Decretada a prisão temporária, expedir-se-a mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota deculpá

§ 5º A prisão somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial.

§ 6º Efetuada a prisão, a autoridade policial informará o preso dos direitos previstos no art. 5º da constituição Federal:

§ 7º Decorrido o prazo de cinco dias de detenção, o preso deverá ser posto imediatamente em liberdade, salvo se já tiver sido decretada sua prisão preventiva.

Art. 3º Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.

Art. 4º O art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, fica acrescido da alínea i, com a seguinte redação:

"Art. 4º ::::::::::::::::::::::::::::::::::::::

i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade;"

Art. 5º Em todas as comarcas e seções judiciárias haverá um plantão permanente de vinte e quatro horas do Poder Judiciário e do Ministério Público para apreciação dos pedidos de prisão temporária.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º revogam-se as disposições em contrário

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Em votação no Senado Federal

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

O Sr. Juarez Marques Batista — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. JUAREZ MARQUES BATISTA (PSDB — MS Pela ordem Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, não sei se é regimental, mas como se trata, provavelmente, da última sessão do Congresso Nacional, e tendo em vista que esta também será a minha última participação nesta legislatura, como Deputado desta Casa, eu gostaria de manifestar a todos os meus Pares, a todos os meus colegas Senadores e deputados, a todos os funcionários da Casa, a todas as pessoas que, conosco, tiveram o privilégio de conviver nesse um ano e dois meses aqui nesta Casa, já que o titular da vaga vai reassumir no próximo dia 22, gostaria de manifestar o meu agradecimento e a minha satisfação pessoal de ter convivido nesse espaço de tempo com todos essas pessoas; com V. Exª, que sempre conduziu a Presidência desta Casa com o maior brilhantismo. A todos os meus colegas Senadores e Deputados Federais, a todos os funcionários da Casa o meu muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência agradece a V. Exª lamentando, profundamente, que não vá estar conosco neste período legislativo que ainda temos a percorrer.

A passagem de V. Exª por esta Casa só dignificou o Congresso Nacional.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Concedo a palavra a V. Exª

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o art. 58 da Constituição, no seu § 4º, determina que durante o recesso haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleito por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quando possível, a proporcionalidade da representação partidária.

Estamos encerrando o ano legislativo e a Mesa ainda não trouxe ao conhecimento da Casa essa deliberação e a composição dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — A Presidência esclarece a V. Exª que o assunto é apreciado separadamente nas duas Casas, e comunica que já o encaminhou à Câmara dos Deputados e está aguardando a sua manifestação

O SR. JOÃO PAULO — Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 45 minutos.)

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso	NCz\$ 0,11

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral	NCz\$ 17,04
Exemplar avulso	NCz\$ 0,11

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP: 70160.**

**Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 224-5615,
na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação
de Atendimento ao Usuário.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 248 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: NCz\$ 0,11